

# **REVISTA ORBIS LATINA**

**racionalidades. desenvolvimento & fronteiras**

**ISSN 2237-6976**



**VOLUME 7, NÚMERO 3**

*EDIÇÃO ESPECIAL - JULHO*

**2017**



INDEXADORES E BASES BIBLIOGRÁFICAS:



Portal de Periódicos





REVISTA ORBIS LATINA  
ISSN: 2237 6976



Os artigos publicados na *Revista Orbis Latina* são de responsabilidade plena de seus autores. As opiniões e conclusões neles expressas não refletem necessariamente a interpretação do GIRA – Grupo de Pesquisa Interdisciplinar em Racionalidades, Desenvolvimento e Fronteiras e do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Desenvolvimento (PPGPPD) da Universidade Federal da Integração Latino-Americana.

---

#### Conselho Editorial

Antonio Gonçalves de Oliveira (UTFPR)  
Claudia Lucia Bisaggio Soares (UNILA)  
Dirceu Basso (UNILA)  
Exzolvildres Queiroz Neto (UNILA)  
Gilcélia Aparecida Cordeiro (UNILA)  
Gilson Batista de Oliveira, **Editor** (UNILA)  
Janine Padilha Botton (UNILA)  
Lucas Lautert Dezordi (UP/PR)  
Luiz Alberto Esteves (UFPR)  
Mauro Cardoso Simões (UNICAMP)  
Regis Cunha Belém (UNILA)  
Rodrigo Bloot (UNILA)

---

#### Edição e Capa

Gilson Batista de Oliveira

---

#### *Revista Orbis Latina*

web site: <https://revistas.unila.edu.br/index.php/orbis> e ou <https://sites.google.com/site/orbislatina/>

Volume 7, Número 3, Edição Especial, Julho de 2017.

Foz do Iguaçu – Paraná – Brasil

#### **Periodicidade Semestral.**

Multidisciplinar. Interdisciplinar.

**ISSN 2237-6976**

I. Conteúdo interdisciplinar com ênfase em racionalidades, desenvolvimento, fronteiras, planejamento urbano e regional.

II. Grupo de Pesquisa Interdisciplinar em Racionalidades, Desenvolvimento e Fronteiras – GIRA.

III. Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Desenvolvimento – PPGPPD/UNILA.

---

#### **Endereço para correspondência:**

*Revista Orbis Latina* – Editor Prof. Dr. Gilson Batista de Oliveira

Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Desenvolvimento (PPGPPD/UNILA)

Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA)

Avenida Tancredo Neves, nº 6731/Bloco 04, Espaço 03, Sala 10

CEP 85867-970 / PTI - Foz do Iguaçu/Paraná – Brasil

Tel.: +55(45)3529 2830/ E-mail: [orbislatina@gmail.com](mailto:orbislatina@gmail.com) e ou [gilson.oliveira@unila.edu.br](mailto:gilson.oliveira@unila.edu.br)



REVISTA ORBIS LATINA  
ISSN: 2237 6976



## APRESENTAÇÃO

A Revista Orbis Latina, nesse número em edição especial, disponibiliza 15 artigos que foram apresentados na 9ª edição do Seminário Estadual de Estudos Territoriais (IX SEET) e 1ª Edição do Seminário Internacional de Estudos Territoriais (I SIET). Os eventos foram realizados entre os dias 27 a 29 de junho de 2017 no Campus da UNIOESTE em Foz do Iguaçu.

Os Seminários foram organizados pelo Grupo de Estudos Territoriais (GETER) da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE) em parceria com os programas de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Desenvolvimento (PPGPPD) da Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA), Programa de Mestrado e Doutorado de Geografia – UNIR, Programa de Mestrado e Doutorado em Sociedade, Cultura e Fronteiras – UNIOESTE – Foz do Iguaçu e o Programa de Mestrado e Doutorado em Desenvolvimento Rural Sustentável – UNIOESTE – Marechal Cândido Rondon.

Em seus últimos 14 anos, o SEET tornou-se um importante espaço para socialização, debates e publicações dos resultados obtidos em pesquisas realizadas por pesquisadores de diversos grupos de estudos e de diferentes países. Com a realização do IX SEET e I SIET foi possível aprofundar reflexões e debates conjuntos sobre temas relacionados aos estudos territoriais e os processos de desenvolvimento, bem como reforçar os laços de cooperação acadêmica e científica no âmbito da América Latina. No evento foram apresentados 73 artigos que foram reunidos a partir dos diferentes eixos temáticos orientadores dos Grupos de Trabalhos (GTs).

Os artigos presentes nesta edição especial da Revista Orbis Latina foram selecionados pelos coordenadores dos GTs a partir da orientação da Coordenação Geral do IX SEET e I SIET. Cada GT pode indicar até três artigos entre os apresentados para fazer parte dessa publicação.

O primeiro artigo, escrito pelos autores Giuliano Silveira Derrosso e Mauro José Ferreira Cury, discute e propõe novas dimensões para o estudo da identidade ao relacionar tal conteúdo com as questões de territórios, territorialidades e fronteiras.

Adilson Roberto Bellé, Antônio Marcos Vignolo e Marcos Antônio Verardi Fialho discutiram “A Rede de Unidades de observação Pedagógica e os Sistemas de Produção de Hortifrutigranjeiros em Assentamentos do Rio Grande do Sul”. Observaram o potencial de geração de renda e melhoria na qualidade de vida dos assentados.

No terceiro, Mara Irene Engelmann e Dirceu Basso analisam a participação dos agricultores agroecológicos da Rede Ecovida no processo de construção da confiança entre si e com os consumidores ao desenvolverem práticas com vista a um território sustentável.

“Apropiación territorial, cultura y poder: propuesta conceptual para el estudio de comunidades indígenas y campesinas en el contexto mexicano” é o título do artigo escrito pelos autores Conrado Márquez Rosano e María del Carmen Legorreta Díaz. De acordo com eles, os atores coletivos e individuais jogam um papel muito importante na gestão dos recursos naturais.

O quinto artigo, Memória, Saberes Populares e Praxis: “O projeto resgatando saberes...” no Bairro Padre Ulrico em Francisco Beltrão – PR, escrito por Luiz Carlos Flávio e Luiz Carlos da Silva trata sobre a experiência do cultivo e uso de plantas medicinais.

A agroecología frente ao caráter idológico do agronegócio é o título do artigo escrito por Emerson Ferreira da Silva e Julie Mathilda Semiguem Pavinato. Os autores realizam uma análise do discurso de sucesso do agronegócio e mencionam que a produção em bases agroecológicas pode representar uma alternativa frente aos limites do modelo dominante de produção agrícola.



Jéssica Aparecida de Ávila Follmann e Djoni Roos, em seu artigo “Territorialização camponesa e educação do campo nos assentamentos rurais Ireno Alves dos Santos e Marcos Freire, em Rio Bonito – Pr”, abordam os debates relacionados a educação do campo e a territorialização da luta camponesa.

O oitavo artigo, “Experiências de economía social y solidária en Necochea y Quequen: Avances de local a lo regional”, foi escrito pelas autoras Lourdes Poujol e Jimena Regonat. As autoras difundem dados e resultados das experiências cooperativas, associativas e produtivas gerados a partir de um projeto de extensão desenvolvido desde a Universidad Nacional del Centro de la provincia de Buenos Aires com as comunidades.

“O retorno dos kaingang à terra indígena Inhacorá após a desapropriação: desafios e possibilidades” é o título do estudo escrito por Alice do Carmo Jahn *et. al.*. O artigo trás uma reflexão acerca das implicações que o proceso de expropriação da terra acarretou a vida dos Kaingang ao retornarem ao seu territorio, com ênfase nos aspectos da saúde.

O décimo artigo, sob o título Território, Identidade Cultura e Redes dos autores Julie Mathilde Semiguen Pavinato, Emerson Ferreira da Silva e Irene Carcianatto de Oliveira, aborda a relação existente entre o territorio e a formação das identidades a partir do papel das redes, observando as contribuições para o desenvolvimento rural.

A tensão entre as produções globais desterritorializadas e produções locais interpretada a luz dos novos grandes desafios é o estudo producido pelas autoras Irene Velarde e Patrícia Vimo, sob o título “Problemas y aprendizajes en procesos de construccion participativa de productos locales: estudio de caso en el territorio de Tandil, Argentina.

No artigo “Território, territorialidades e suas multiplicades: um ensaio sobre a transição” Lucas Labigalini Fuini buscou caracterizar os novos conteúdos e sentidos que o conceito de Território (e as territorialidades) vem apresentando na ciência geográfica e algumas de suas áreas de interface desde os anos de 1980.

No décimo terceiro artigo, “La política de Estado en el sector agrícola: el caso de la producción de trigo en México”, Joaquim Zagoya Martínez *et. al.* destacam que a economía tradicional continúa orientada a tomar decisões sem considerar as degradações ecológicas e impactos sociais negativos, omitindo a busca de soluções reais as disparidades territoriais.

“As políticas públicas para a agricultura familiar em Entre Rios do Oeste – Paraná” é o título do estudo de Fabíola Graciele Besen *et. al.*. Os autores destacam que as políticas públicas voltadas a agricultura, devido aos problemas de acesso e do conhecimento, ainda estão em fase de entendimento e incorporação, tanto por parte dos poderes públicos quanto dos produtores.

Por fim, o décimo quinto artigo sob o título “Quem são as mulheres participantes do cooperativismo no Paraná?”, escrito por Aline Saggin e Adilson Francelino Alves, analisa a participação das mulheres nas cooperativas e observam que elas lutam para serem vistas e ouvidas por seus direitos.

Aproveitem e boa leitura!

Prof. Dr. Dirceu Basso  
Prof. Dr. Gilson Batista de Oliveira ( **Editor** )



## SUMÁRIO

### ARTIGOS CIENTÍFICOS

<i>A DIMENSÃO DA IDENTIDADE EM ESPAÇOS FRONTEIRIÇOS: UM DIÁLOGO ENTRE TERRITORIALIDADE, IDENTIDADE E FRONTEIRAS</i> Giuliano Silveira Derrosso e Mauro José Ferreira Cury.....	04
<i>A REDE DE UNIDADES DE OBSERVAÇÃO PEDAGÓGICA E OS SISTEMAS DE PRODUÇÃO DE HORTIGRANJEIROS EM ASSENTAMENTOS DO RIO GRANDE DO SUL</i> Adilson Roberto Bellé, Antônio Marcos Vignolo e Marcos Antônio Verardi Fialho.....	20
<i>AGRICULTORES FAMILIARES INTEGRADOS A REDE ECOVIDA: VALORIZANDO PRÁTICAS AGROECOLÓGICAS COM VISTA A UM TERRITÓRIO SUSTENTÁVEL</i> Mara Irene Engelmann e Dirceu Basso.....	35
<i>APROPIACIÓN TERRITORIAL, CULTURA Y PODER: PROPUESTA CONCEPTUAL PARA EL ESTUDIO DE COMUNIDADES INDÍGENAS Y CAMPESINAS EN EL CONTEXTO MEXICANO</i> Conrado Márquez Rosano e María del Carmen Legorreta Díaz.....	46
<i>MEMÓRIA, SABERES POPULARES E PRAXIS: O “PROJETO RESGATANDO SABERES...” NO BAIRRO PADRE ULRICO (FRANCISCO BELTRÃO-PR)</i> Luiz Carlos Flávio e Luiz Carlos da Silva.....	62
<i>A AGROECOLOGIA FRENTE AO CARÁTER IDEOLÓGICO DO AGRONEGÓCIO</i> Emerson Ferreira da Silva e Julie Mathilda Semiguem Pavinato.....	75
<i>TERRITORIALIZAÇÃO CAMPONESA E EDUCAÇÃO DO CAMPO NOS ASSENTAMENTOS RURAIS IRENO ALVES DOS SANTOS E MARCOS FREIRE EM RIO BONITO DO IGUAÇU-PR</i> Jéssica Aparecida de Ávila Follmann e Djoni Roos.....	88
<i>EXPERIENCIAS DE ECONOMIA SOCIAL Y SOLIDARIA EN NECOCHEA Y QUEQUEN. AVANCES DE LO LOCAL A LO REGIONAL</i> Lourdes Poujol e Jimena Regonat.....	98
<i>O RETORNO DOS KAINGANG À TERRA INDÍGENA INHACORÁ APÓS A DESAPROPRIAÇÃO: DESAFIOS E POSSIBILIDADES</i> Alice do Carmo Jahn, Elaine Marisa Andriolli, Gabriela Manfio Pohia, Jéssica Manzonetto e Maria da Graça P. Soler.....	105
<i>TERRITÓRIO, IDENTIDADE CULTURAL E REDES</i> Julie Mathilda Semiguem Pavinato e Emerson Ferreira da Silva e Irene Carniatto de Oliveira.....	118
<i>PROBLEMAS Y APRENDIZAJES EN PROCESOS DE CONSTRUCCION PARTICIPATIVA DE PRODUCTOS LOCALES: ESTUDIO DE CASO EN EL TERRITORIO DE TANDIL, ARGENTINA</i> Irene Velarde e Patricia Vimo.....	133
<i>TERRITÓRIO, TERRITORIALIDADES E SUAS MULTIPLICIDADES: UM ENSAIO SOBRE A TRANSIÇÃO</i> Lucas Labigalini Fuini.....	151
<i>LA POLÍTICA DE ESTADO EN EL SECTOR AGRÍCOLA: EL CASO DE LA PRODUCCIÓN DE TRIGO EN MÉXICO</i> Joaquín Zagoya Martínez, Andrés María Ramírez, Rafael de Jesús López Zamora e María de Lourdes H. Rodríguez.....	177
<i>POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A AGRICULTURA FAMILIAR EM ENTRE RIOS DO OESTE – PARANÁ</i> Fabiola Graciele Besen, Adilson Francelino Alves, Tércio Vieira de Araújo e Valdir Serafim Junior.....	190
<i>QUEM SÃO AS MULHERES PARTICIPANTES DO COOPERATIVISMO NO PARANÁ?</i> Aline Saggin e Adilson Francelino Alves.....	210
<b><i>ORIENTAÇÃO AOS COLABORADORES E NORMAS PARA PUBLICAÇÃO</i></b> .....	<b>219</b>



## A DIMENSÃO DA IDENTIDADE EM ESPAÇOS FRONTEIRIÇOS: UM DIÁLOGO ENTRE TERRITORIALIDADE, IDENTIDADE E FRONTEIRAS

### THE DIMENSION OF IDENTITY IN BORDER SPACES: A DIALOGUE BETWEEN TERRITORIALITY, IDENTITY AND BORDERS

Giuliano Silveira Derrosso\*  
Mauro José Ferreira Cury\*\*

#### RESUMO

Este artigo propõe-se a discutir e propor novas dimensões para o estudo da identidade, quando relaciona tal conteúdo com as questões de territórios, territorialidades e fronteiras. É possível encontrarmos, na literatura da área, autores que procuram evidenciar a dinâmica identidade-território, entretanto os estudos não alcançam a discussão da identidade dentro do contexto da territorialidade fronteira. Para tanto, este artigo propõe o tema da *Identidade Transfronteira* como uma alternativa para o estudo da construção das identidades pessoais de indivíduos que ocupam territórios transfronteiriços, locais onde as fronteiras naturais determinam as influências, significações e identificações desses indivíduos. Como proposta teórica, a Identidade Transfronteira traz elementos para refletirmos o dinamismo da vida fronteira e os processos individuais, de constituição dos sujeitos, que essa realidade (re)cria cotidianamente.

**Palavras-chave:** Identidade. Territorialidade. Subjetividade. Transfronteira.

#### ABSTRACT

This article proposes to discuss and propose new dimensions for the study of identity, when it relates this content to the questions of territories, territorialities and borders. It is possible to find, in the literature of the area, authors who seek to envy the identity-territory dynamics, however the studies do not reach the discussion of identity within the context of border territoriality. To this end, this article proposes the theme of transborder identity as an alternative to the study of the construction of the personal identities of individuals occupying cross-border territories, where natural boundaries determine the influences, meanings and identifications of these individuals. As a theoretical proposal, the transfrontier identity brings elements to reflect the dynamism of border life and the individual processes, of the constitution of the subjects, that this reality (re) creates daily.

**Keywords:** Identity. Territoriality. Subjectivity. Cross-Border.

---

\* Doutorando no Programa de Pós-graduação em Sociedade, Cultura e Fronteiras (UNIOESTE – Foz do Iguaçu), Mestre em Administração (UEM). Graduado em Psicologia e Administração. Professor do Centro Universitário Dinâmica das Cataratas (UDC) E-mail: [gderrosso@yahoo.com.br](mailto:gderrosso@yahoo.com.br)

\*\* Doutor em Geografia pela Universidade Federal do Paraná - UFPR. Mestre em Ciências da Comunicação pela ECA/USP, Pós Doutorado em Geografia pela UFPR (2013) e Turismo, Lazer e Patrimônio pela Universitat de Barcelona (2015). Professor adjunto da Universidade Estadual do Oeste do Paraná. Docente no Programa de Pós-graduação em Sociedade, Cultura e Fronteiras (UNIOESTE – Foz do Iguaçu) Email: [maurojfc@gmail.com](mailto:maurojfc@gmail.com)



## 1. INTRODUÇÃO

Neste artigo, procuraremos subsídios teóricos para compreensão da interrelação dos conceitos de identidade, territorialidade e de fronteiras, ou seja, procuraremos explorar, de forma teórica, como se dão as definições das identidades pessoais e sociais dentro de territorialidades demarcadas por fronteiras.

A temática da identidade já possui inúmeros estudos que exploram o seu conceito, desenvolvimento, re (construção), a perspectiva da identidade social e pessoal, enfim, um conjunto de conhecimentos das ciências sociais e psicológicas que se propõem a compreender determinado fenômeno (HABERMAS, 2009; ERIKSON, 1987; CASTELLS, 2008; GIDDENS, 2002; HALL, 2006, BAUMANN, 2004). Da mesma forma, também é possível verificar na literatura a discussão dos conceitos de território, territorialidades e fronteiras, principalmente, em uma abordagem mais moderna, considerando aspectos subjetivos e sociais dessas temáticas (GOTTMANN, 1980; RAFFESTIN, 1984; CALABI, 1974, BOURDIEU, 1996). Mas, por outro lado, não encontramos uma discussão teórica e empírica sobre como se estabelecem as relações da identidade em contextos de fronteira, ou mais especificamente, como que o indivíduo constitui sua identidade em contextos marcados pela diversidade linguística, cultural, social, econômica e política, relativas ao território fronteiriço.

A partir da problemática apresentada, o artigo propõe responder à seguinte questão: como ocorre a (re)construção de identidades pessoais, a partir das territorialidades marcadas por fronteiras? Logo, o objetivo central deste artigo é procurar uma nova articulação e dimensões possíveis no estudo da identidade, considerados os territórios e territorialidades permeadas pela fronteira, seja natural ou artificial.

Primeiramente, o artigo propõe-se a discutir a temática da identidade procurando trazer conceitos e definições do estudo deste tema, enfocando desde uma abordagem mais clássica até a avaliação dos sociólogos atuais sobre a conceituação de identidade. Depois, passaremos a explorar as temáticas de territórios, territorialidade e fronteiras. Apesar de serem conceitos mais relacionados com questões geopolíticas, procuraremos trazer também uma visão ampliada destes temas analisados a partir das ciências sociais. E por fim, este artigo passa a discutir de forma a identidade pessoal é construída em ambientes marcados por territorialidades fronteiriças, pois, de acordo com o que será possível constatar, as fronteiras naturais e reais não são as mesmas daquelas marcadas pelos Estados-Nação, ou seja, de alguma forma tal condição transfronteiriça deve ser considerada no estudo de identidade dessas territorialidades.

Do ponto de vista metodológico, esta pesquisa tem o caráter qualitativo e a técnica de pesquisa utilizada é da pesquisa bibliográfica em autores que busquem fazer a interrelação dos conceitos de territorialidade, estado e fronteira.

### 1. DOS CONCEITOS DE IDENTIDADE PESSOAL E SOCIAL

A origem do conceito está na filosofia, onde ele é utilizado para descrever a propriedade que algo tem de ser idêntico a si mesmo, e, portanto, diferente dos demais.



Segundo Habermas (2009), a concepção filosófica da identidade não exige que os indivíduos tenham que se distinguir uns dos outros por qualidades especiais. Também não exige que eles tenham que apresentar um padrão básico de comportamento que possibilite vê-los como um todo unitário, pois mesmo alguém que se comportasse de forma diferente a cada momento teria de ser caracterizado como idêntico a si mesmo, como portador de uma unidade.

Ao conceituar a identidade do eu, Habermas (2009) refere-se ao indivíduo como sendo capaz de construir novas identidades a partir de identidades fragmentadas ou superadas, mas que se tornam de tal maneira integradas, que o tecido das interações se organiza na forma de uma biografia que pode ser atribuída como sua. Isso ocorre sempre que o indivíduo assume a sua própria biografia e se responsabiliza por ela, utilizando a narrativa para voltar-se a si mesmo e suas interações.

Outro autor, Erik Erikson (1987), dentro de uma concepção mais psicológica e psicanalítica, apresenta uma visão de identidade que tem seu início na infância do indivíduo e que, juntamente com seu crescimento, vai se desenvolvendo através de crises que ele enfrenta, sendo a principal delas na adolescência. Trata-se de um processo localizado no âmago do indivíduo e, entretanto, também no núcleo central da sua cultura coletiva. Essa cultura coletiva refere-se também ao conjunto, cada vez mais amplo, de identificações que o indivíduo faz.

Para Castells (2008, p.23), identidades, por sua vez, constituem fontes de significado para os próprios atores, por eles originadas, e construídas por meio de um processo de individuação. Em termos mais genéricos, pode-se dizer que identidades organizam significados, enquanto papéis organizam funções. O autor define significado como a identificação simbólica, por parte de um ator social, da finalidade da ação praticada por tal ator. O significado organiza-se em torno de uma identidade primária (uma identidade que estrutura as demais), autossustentável ao longo do tempo e do espaço.

Há ainda a questão existencial que a auto-identidade pode fornecer, por estar mesclada com a natureza de que o indivíduo fornece de si mesmo. Não é possível encontrar a identidade de uma pessoa no comportamento nem nas reações dos outros. Ela é encontrada na capacidade do indivíduo em manter em andamento uma narrativa particular, um contínuo do desenvolvimento pessoal e da biografia particular (GIDDENS, 2002).

Assim, a pessoa com senso mais desenvolvido de auto-identidade tem a sensação de continuidade de sua biografia e é capaz de comunicar essa continuidade a outras pessoas. Fica evidente sua identificação e características para si e para os outros. Essa sensação de estabilidade é vista, ainda, com outras repercussões, segundo Giddens (2002, p.56):

“Uma sensação estável de auto-identidade pressupõe os outros elementos da segurança ontológica – uma aceitação da realidade das coisas e dos outros – mas não é diretamente derivável deles. Como as outras dimensões existenciais da segurança ontológica, a sensação de auto-identidade é simultaneamente sólida e frágil. Frágil porque a biografia que o indivíduo reflexivamente tem em mente é só uma “estória” entre muitas outras estórias potenciais que poderiam ser contadas sobre seu desenvolvimento como eu; sólida porque um sentido de auto-identidade muitas





vezes é mantido com segurança suficiente para passar ao largo das principais tensões e transições nos ambientes sociais em que a pessoa se move.”

Hall (2006) apresenta uma proposta de desenvolvimento da concepção da identidade ao longo do tempo. Para o autor, há três concepções muito diferentes relacionadas à identidade, que são o sujeito do Iluminismo (sujeito unificado e coeso), o sujeito sociológico (sujeito relacional) e o sujeito pós-moderno (sujeito descentrado).

Segundo Hall (2006, p.10), o sujeito do Iluminismo está baseado numa concepção da pessoa humana como um indivíduo totalmente centrado, unificado, dotado das capacidades de razão, de consciência e de ação, cujo centro consistia em um núcleo interior, que emergia pela primeira vez quando o sujeito nascia e como ele se desenvolvia, ainda que permanecendo essencialmente o mesmo – contínuo ou idêntico - a ele, a identidade do sujeito está baseada em uma compreensão basicamente individualista.

Outra concepção de análise da identidade, segundo Hall (2006), está no sujeito sociológico. Com o nascimento da biologia darwiniana e de novas ciências sociais como a psicologia e a sociologia, nasce a compreensão da concepção do sujeito apoiada nas relações sociais, internalizando o exterior e externalizando o interior. Essa concepção está apoiada também na crescente complexidade do mundo moderno e na consciência de que o núcleo interior do sujeito não era autônomo e autossuficiente, mas era formada na relação com “outras pessoas importantes para ele”.

O sujeito sociológico é, segundo Hall (2006, p.11), visto como um ser social que interage com o mundo exterior, construindo seu núcleo interior. O sujeito ainda tem um núcleo ou essência interior, que é o “eu real”, mas são formado e modificado num diálogo contínuo com os mundos culturais “exteriores” e as identidades que esses mundos oferecem. Nesse sentido, a identidade sociológica preenche o espaço entre o “interior” e o “exterior” – entre o mundo pessoal e o mundo público. Essa visão de sujeito sociológico aproxima-se mais das concepções apresentadas por Habermas (2009), Giddens (2002) e Erikson (1987).

Na terceira concepção de identidade, temos a análise do sujeito pós-moderno. Para Hall (2006, p.12), no sujeito pós-moderno não se pode falar em uma identidade, mas de várias, algumas vezes contraditórias ou mal resolvidas. O sujeito, antes visto como tendo uma identidade unificada e estável, está se tornando fragmentado. Esse processo produz o sujeito como não tendo uma identidade fixa, essencial ou permanente. A identidade torna-se uma “celebração móvel”: formada e transformada continuamente em relação às formas nas quais somos representados ou interpelados nos sistemas culturais que nos rodeiam. Na medida em que os sistemas de significação e representação cultural se multiplicam, somos confrontados por uma multiplicidade desconcertante e cambiante de identidades possíveis. Referida visão do sujeito pós-moderno e sua identidade também foi ampliada por outros autores: Giddens (2002) e Baumann (2004).

Na modernidade, ao contrário de outros tempos, conforme afirma Giddens (2002, p.79), a identidade não está mais relacionada à tradição, o que fica em evidência é a individualidade, ou seja, esta época é conhecida como um rompimento da história, e cada pessoa passa a ser responsável por si mesma e pelas próprias definições identitárias, não mais



cabendo ao Estado ou a qualquer outro ente a definição. Para isso, a modernidade apresenta diariamente uma infinidade de opções que devem ser selecionadas pelo indivíduo, de acordo com o seu estilo de vida, ou seja, o conjunto de hábitos e orientações que forma a unidade ordenada do indivíduo.

Para a compreensão da identidade na modernidade, temos o sociólogo polonês Zygmunt Baumann que, ao abordar a temática, traz reflexões do tema relacionado aos processos da modernidade líquida, a era da globalização. Identificar-se dá espaço a um destino conhecido, que não pode ser influenciado, muito menos controlado. Para Baumann (2004, p.16), as pessoas em busca de identidade se veem invariavelmente diante da tarefa intimidadora de “alcançar o impossível”. Ou seja, a tarefa da busca da identidade na modernidade é uma utopia frente à complexidade das relações e a perenidade da existência.

Para o sociólogo, neste mundo novo de oportunidades fugazes e seguranças frágeis, as identidades vistas do modo antigo, como rígidas e inegociáveis, simplesmente não existem. Sobre essa impossibilidade da identidade na modernidade, Baumann (2004, p. 17), expõe esta condição:

“Tornamo-nos conscientes de que o pertencimento e a identidade não têm solidez de uma rocha, não são garantidos para toda a vida, são bastante negociáveis e revogáveis, e de que as decisões que o próprio indivíduo toma, os caminhos que percorre, a maneira como age – e a determinação de se manter firme a tudo isso – são fatores cruciais tanto para o pertencimento quanto para a identidade. Em outras palavras a ideia de ter uma identidade não vai ocorrer às pessoas enquanto o pertencimento continuar sendo o seu destino, uma condição sem alternativa. Só começarão a ter essa ideia na forma de uma tarefa a ser realizada, e realizada às vezes e vezes sem conta, e não de uma só tacada.”

Procurando ampliar como ocorre a interação entre indivíduo e sociedade, discutimos a abordagem do autor do livro “Identidade Social”, Richard Jenkins (2008). Ele propõe que o estudo da identidade, ou identificações, pode ser entendimento através de três ordens, a saber: a individual, a de interação e a institucional.

Sob essa abordagem, o autor afirma que a construção da identidade do sujeito se dá a partir do seu nascimento, ou seja, ao entrar no mundo o indivíduo entra em contato com identidades que já existem antes mesmo da existência dele e a partir das identificações ele vai criando sua identidade pessoal. Assim, o autor afirma que durante a infância o indivíduo cria um trabalho em favor da identificação com os outros, ou seja, a identidade está no “mundo do outro”. E, juntamente com o desenvolvimento, o indivíduo vai interagindo com outras pessoas e moldando sua identidade, ocorrendo, com a interação, a formação dos grupos onde pessoas com identidades semelhantes se encontram.

De acordo com Jenkins (2008), as identidades não são inatas, não nascem conosco, precisam ser construídas e a construção passa pela interação com o outro, pois só a interação social permite viver em sociedade.

Assim, se dá a conexão entre a identidade individual e a identidade institucional, com o fato dos indivíduos terem algo subjetivo que compartilham, formando a sociedade. Para Jenkins (2008, p.157), as instituições são parte integrante de nossas vidas, pois elas definem o



modo como as coisas devem ser e, por consequência, a vida humana se dá através das interações que estabelecemos entre o nível individual e o institucional. Esse nível individual é o resultado das socializações primárias que formam ao longo do tempo uma identidade mais durável. Já as instituições, para o autor, representam a ordem coletiva e formam um conjunto de regras e características, sendo consideradas fluidas, contingentes e passíveis de negociação.

Portanto, a identidade se dá através das interações entre a ordem individual, resultado da socialização primária e a ordem institucional, através dos grupos. E a conexão entre essas duas ordens é feita pelo nível da interação. Ou seja, o conjunto das ordens individual, institucional e interação é que, de fato, formará as identificações e constituirá o sujeito. Por meio de um conjunto de significados e identificações os indivíduos se ligam a grupos e pelo nível da interação passam a ligar o conjunto das suas representações (ordem individual) com as representações coletivas (ordem institucional) (JENKINS, 2008).

Com a abordagem de Jenkins (2008), temos que a identidade se dá a partir da interação entre o nível individual e o nível institucional, que fornece o conjunto de regras e suposições. Assim, ao mesmo tempo em que a identidade é um fenômeno individual, também é social e carece do grupo para sua construção.

## 2. DO CONCEITO DE TERRITÓRIOS, TERRITORIALIDADES E FRONTEIRAS

Após discutir o conceito de identidade para diferentes autores, vamos analisar agora os conceitos de território, territorialidade e fronteira. É possível verificar na literatura autores que procuram relacionar os conceitos de territorialidade de identidade, entretanto abordaremos aqui o que se compreende por territorialidade e fronteira, para que, no próximo tópico, possamos realizar uma abordagem teórica que procure relacionar as territorialidades, as fronteiras com o desenvolvimento e construção da identidade.

Vamos procurar apresentar o conceito de território e de territorialidade que alguns autores clássicos trazem. O primeiro deles será o conceito de Jean Gottmann (1980), para ele a compreensão de território se dá a partir do resultado das ações de cada sociedade demarcando e controlando o espaço, seja ela demarcação jurídica, cultural e econômica. Isso traz para a discussão a soberania do Estado (em função da segurança) e para a interdependência no nível internacional. Já o conceito de territorialidade corresponde à circulação (favorece a fluidez) e à iconografia (símbolos religiosos e políticos). Também engloba a vinculação à ação do Estado, ao mercado, aos regionalismos e à ação de uma autoridade. Percebe-se na ênfase dessas definições o caráter do Estado nas relações territoriais e a divisão política do espaço.

Já outro autor que discute os conceitos de territorialidade e territórios é Claude Raffestin (1984), que define o território como fronteiras e frentes de ocupação e povoamento, desde os aspectos econômicos e geopolíticos. O território é resultado das relações de poder multidimensionais, um produto histórico, relacional e material. Para o conceito de territorialidade, Raffestin aborda que significa relações de poder: alteridade e exterioridade, relações biossociais e múltiplas. Corresponde ao espaço vivido espaço-temporalmente. Nessa



abordagem, vemos o enfoque relacionar e reticular, destacando o papel das redes, nós e relações de poder que se estabelecem para formar uma territorialidade.

Francesco Indovina e Donatella Calabi (1974) conceituam o território como produto e condições das relações capitalistas de produção junto com a atuação do estado. Resultado do uso e da apropriação do espaço para produção, circulação, valorização do capital e reprodução dos trabalhadores. E o conceito de territorialidade segue o mesmo enfoque, destacando a relação capital-trabalho, vinculada à reprodução e valorização do capital. Percebe-se nessas definições a influência de autores como Marx e Castells, em uma abordagem materialista, relacional e com caráter político de denúncia bem definido.

Para finalizar essa conceituação de território e territorialidade, trazemos a concepção de Saquet (2015, p.107), que aponta a territorialidade em quatro níveis correlatos: a) como relações sociais, identidades, diferenças, redes, malhas, nós, desigualdades e conflitividades; b) como apropriações do espaço geográfico, concreta ou simbolicamente, implicando dominações e delimitações precisas ou não; c) como comportamentos, objetivos, metas, desejos e necessidades e, por fim, d) como práticas espacio-temporais, pluridimensionais, efetivadas nas relações sociedade-natureza, ou seja, relações sociais dos homens entre si (de poder) e com a natureza exterior por meio dos mediadores materiais (técnicas, tecnologias, instrumentos, máquinas...) e imateriais (conhecimentos, saberes, ideologias,...). A territorialidade é processual e relacional ao mesmo tempo.

A territorialização, ou apropriação do espaço pelo indivíduo, também foi abordada por Pimentel e Carrieri (2011, p.15):

“É importante salientar que toda territorialização (e seu movimento inverso, a desterritorialização) pressupõe uma espacialidade, embora nem toda espacialidade corresponda à territorialização do espaço. Isso porque a territorialização pressupõe práticas de apropriação e exclusão, tendo como lógica subjacente a competição. Já a espacialidade como prática social de relacionamento com o espaço pressupõe somente apropriação. Esta pode ocorrer, por exemplo, de forma compartilhada (no caso de bens públicos) ou simbólica, em relação a bens e espaços, como ocorre no turismo. A diferença, que parece apenas semântica, traduz-se de maneira mais contundente quando se analisa, por exemplo, a polaridade entre espaços públicos e privados. Enquanto aqueles estão submetidos à lógica de apropriação coletiva e da solidariedade (ROUSSEAU, 2006), que reforça os laços entre os membros de uma comunidade, já que todos podem se apropriar de algo comum; estes últimos (espaços privados) pressupõem uma lógica de apropriação por meio da exclusão, onde algo só pode ser apropriado se for expropriado de outros. Reconhece-se aqui a relevância da apropriação do espaço pela lógica da exclusão. Contudo, ela faz parte de um quadro mais amplo de relações sociais com o espaço – da “espacialidade” – (SOJA, 1998), que tende a promover uma lógica de apropriação não necessariamente de exclusão, mas, antes, inclusiva.”

Ainda na visão de Pimentel e Carrieri (2011), portanto, essa apropriação envolve a incorporação do espaço físico pelo indivíduo, atribuindo-lhe significados subjetivos e, dessa forma, traduzindo-se no uso desse espaço carregado de marcas individuais e identitárias.



Assim, a apropriação está intimamente ligada à maneira como o espaço é incorporado pelo indivíduo, que, por sua vez, irá caracterizá-lo de acordo com seus traços e marcas pessoais e identitários.

Segundo Gomes-da-Silva e Wetzel (2006, p.5), a incorporação do espaço:

“Trata-se de um conceito não relacionado apenas ao espaço material ao redor do corpo, à esfera que contém os movimentos ou atividades físicas, mas também às distâncias mantidas nas relações sociais [pelas quais] os indivíduos tendem a preservar o seu espaço pessoal e a definir a sua forma de interação com os outros, [o que varia] em função da personalidade dos sujeitos, de fatores individuais, tais como idade e *status* social, de fatores interpessoais, tais como atração, de fatores situacionais (elementos físicos ligados ao contexto) e de fatores culturais.”

Conforme também abordam Souza e Pedon (2007), a relação que se estabelece entre identidade e território cria a forma de um constante processo em movimento, que vai se constituindo ao longo do tempo e tem como seu principal elemento o sentimento de pertencimento ou apropriação do indivíduo ou do grupo junto ao seu espaço de convivência ou sua localidade. O que torna o caráter de território ao espaço é esse sentimento de apropriação do espaço enquanto local de práticas, da cultura e da interação do indivíduo com a sociedade. Nesta relação é que o indivíduo vai criando suas identificações com o espaço e com tudo mais que está a sua volta. O conhecimento dessa ordem simbólica, por meio de suas manifestações materiais e imateriais, poderia esclarecer as relações que os atores sociais estabelecem com o espaço e entre si mesmos.

Na visão de Souza e Pedon (2007), a estrutura espaço-território-identidade parte do enraizamento de uma complexa trama de sociabilidade estabelecida pelo indivíduo que torna o espaço um território onde sua identidade pessoal se consolida a partir de aspectos culturais e sociais criados e estabelecidos nas rotinas de vida.

Eis a visão ampliada por Costa (1988, p.78):

“O espaço é, portanto palco de dimensões simbólicas e culturais que o transforma em território a partir de uma identidade própria criada pelos seus habitantes que o apropriam, não necessariamente como propriedade, mas com a ideologia-cultural manifestada nas relações políticas, sociais, econômicas e culturais. Destarte é pertinente a afirmação de que “toda identidade só se torna ativamente presente na consciência e na cultura de sujeitos e de um povo quando eles se vêem ameaçados a perdê-la”.

No referido trecho, Costa (1988) destaca a relação direta que o espaço tem no momento em que um conjunto de dimensões culturais e simbólicas o transforma em território, sendo criado a partir das realidades dos indivíduos que vão conferindo sentido ao espaço. Através das atuações e manifestações sociais, políticas, econômicas e culturais o indivíduo vai ampliando a relação identidade-território e passa a identificar aquele espaço enquanto uma extensão da sua própria identidade ou algo que justifica sua essência enquanto indivíduo. Segundo Rebouças (2000), a mudança incide sobre os modos de ocupação e apropriação do



espaço, sobre o universo de práticas econômicas e sociais, os valores e representações vinculados ao ecossistema local, seu conhecimento acumulado sobre os usos materiais e simbólicos da natureza.

Procurando fazer uma conexão entre o território, territorialidade e a questão de fronteira é importante discutirmos a noção e o papel do Estado neste sentido. Bourdieu (1996, p.97) afirma que o Estado é um x (a ser determinado) que reivindica com sucesso o monopólio do uso legítimo da violência física e simbólica em um território determinado e sobre o conjunto de uma população correspondente. Ou ainda, o autor afirma que o Estado molda as estruturas mentais e impõe princípios de visão e de divisão comuns, formas de pensar que estão para o pensamento culto assim como as formas primitivas de classificação...contribuindo para a construção do que designamos comumente como identidade nacional – ou, em linguagem tradicional, o caráter nacional (BOURDIEU, 1996).

Sendo assim, é importante compreendermos a questão das fronteiras a partir da lógica do Estado em impor divisões, criando o monopólio do uso da violência dentro de uma perspectiva de segurança ou mesmo dentro de uma visão econômica de limites e questões envolvendo uma ordem tributária.

Para ampliar a compreensão do Estado, Bourdieu (1996, p. 99), traz as seguintes ideias:

“O estado é o resultado de um processo de concentração de diferentes tipos de capital, capital de força física ou de instrumentos de coerção (exército e polícia), capital econômico, capital cultural ou melhor, de informação, capital simbólico, concentração que, enquanto tal, constitui o Estado como detentor de uma espécie de metacapital, com poder sobre os outros tipos de capital e sobre os seus detentores. A concentração de diferentes tipos de capital (que vai junto com a construção dos diversos campos correspondentes) leva, de fato, à emergência de uma capital específico, propriamente estatal, que permite ao Estado exercer poder sobre os diversos campos e sobre diferentes tipos específicos de capital, especialmente sobre taxas de câmbio entre eles (e, concomitantemente, sobre as relações de força entre seus detentores).”

Passaremos, agora, discutir os conceitos de fronteiras, sendo possível encontrar uma diversidade de autores que procuram estudar e definir o que é a fronteira. Newman e Anssi Passi (19998) abordam que a linguagem, que está se discutindo fronteiras, vem mudando ao longo do tempo. Quando falamos em fronteirização, a fronteira pode ser vista como dispositivo de regulação dos processos de inclusão-exclusão, basicamente se referindo à fronteira estatal. Entretanto, hoje se discute fronteira do ponto de vista multidimensional, compreendendo as relações de poder e manifestação territorial que estão dispostas.

O autor Costa (2008), ao refletir sobre questões de fronteira, aborda que elas devem ser vistas mais como zonas do que como linhas. Ao olharmos a fronteira enquanto zona, além das questões inerentes ao Estado, as questões econômicas de circulação de mercadorias e políticas devem ser consideradas. As fronteiras para Costa (2008) constituem zonas vivas ou



naturais, identificadas por elementos físicos, ou artificiais, apresentadas pela visão geopolítica do estado.

Cury (2010, p.61) aponta que toda fronteira é uma demarcação política representativa da dominação do Estado, mesmo como um traço físico de territórios. É um campo de forças, de disputa, seu estabelecimento sempre envolverá negociações ou conflitos entre os Estados envolvidos.

Para Bourdieu (1996, p. 114), “a *regio* e as fronteiras (*fines*) não passam do vestígio apagado do ato de autoridade que consiste em circunscrever a região, o território, em impor definição (outro sentido de *fines*), legítima, conhecida e reconhecida, das fronteiras e do território, em suma, o princípio de divisão legítima do mundo social”.

Segundo Arraiga-Rodrigues (2014), analisando o autor Gottman, afirma que o limite territorial é juridicamente uma linha-limite e a fronteira é uma zona de interação humana. Entretanto, ambos são espaços geográficos periféricos, cuja origem é resultado da partição da geografia do planeta e a sua primeira função é diferenciar os compartimentos que tenham sido divididos no mundo, no caso os territórios.

Bourdieu (1996), p. 130, também traz sua visão de fronteira:

“Ninguém poderia hoje sustentar que existem critérios capazes de fundamentar classificações naturais em regiões naturais, separadas por fronteiras naturais. A fronteira nunca é mais do que o produto de uma divisão a que se atribuirá maior ou menor fundamento na realidade segundo os elementos que ela reúne. Cada um está de acordo em notar que as regiões delimitadas em função dos diferentes critérios concebíveis (língua, habitat, tamanho de terra, etc) nunca coincidem perfeitamente. Mas não é tudo: a realidade, neste caso, é social de parte a parte e as classificações mais naturais apoiam-se em características que nada tem de natural e que são, em grande parte, produto de uma imposição arbitrária, quer dizer, de um estado anterior da relação de forças no campo das lutas pela delimitação legítima. A fronteira, esse produto de um ato jurídico de delimitação, produz a diferença cultural do mesmo modo que é produto desta.”

A literatura brasileira sobre fronteiras, conforme aborda Dorfman (2015), relaciona basicamente três elementos: o primeiro um caráter didático-descritivo, que busca teorizar sobre os traçados, litígios e a consolidação territorial pelo qual passam a fixação das fronteiras no país. Em segundo lugar o caráter teórico, que buscam apresentar exercícios de classificação, diferenciando fronteiras de limites, fronteiras esboçadas, vivas ou mortas e de acumulação. O terceiro tipo de textos sobre fronteiras está relacionada com o caráter estatutário, ou seja, busca-se estudar os acordos, regulamentos, regimentos ao processo de territorialização e ocupação das fronteiras no Brasil.

Finalizando esta etapa do artigo, foi possível compreender as relações entre território, territorialidade, Estado e fronteira, ou seja, podemos oferecer uma panorâmica dos estudos



sobre como ocorre a incorporação do espaço pelo indivíduo e o papel que o Estado desempenha neste sentido, principalmente ao delimitar fronteiras artificiais.

### 3. A DIMENSÃO DA IDENTIDADE NOS CONTEXTOS DE FRONTEIRA: A ANÁLISE DO TRANSFRONTEIRIÇO

Como vimos, é possível estabelecermos relação em territorialidade e identidade, ou seja, a forma como os indivíduos se apropriam do espaço onde vivem constitui ou altera as identidades pessoais. Se adotarmos a perspectiva pós-moderna da identidade, o indivíduo passa a constituir várias identidades, relativas ao modo como se apropria de costumes, hábitos e componentes da cultura dos territórios em que habita.

Na visão de Santos (2001, p. 32), temos que compreender que terra e território têm relação direta com identidade, *ethos*, cultura, organização social e economia dos diferentes grupos. Não é possível, assim, pensar na sobrevivência biológica e na reprodução cultural desses grupos sem que se lhes assegure, pelo menos, parte de suas terras de ocupação imemorial.

Bourdieu (2006, p. 113) procura fazer uma discussão sobre as questões territoriais do regionalismo e a luta pela identidade social ou mesmo nacional:

“O regionalismo (ou o nacionalismo) é apenas um caso particular das lutas propriamente simbólicas em que os agentes estão envolvidos quer individualmente e em estado de dispersão, quer coletivamente e em estado de organização, e em que está em jogo a conservação ou transformação das relações de forças simbólicas e das vantagens correlativas, tanto econômicas como simbólicas, ou, se se prefere, a conservação ou a transformação das leis de formação dos preços materiais ou simbólicos ligados às manifestações simbólicas da identidade social. [...] O que está nela em jogo é o poder de se apropriar, se não de todas as vantagens simbólicas associadas à posse de uma identidade legítima, quer dizer, susceptível de ser publicamente e oficialmente afirmada e reconhecida (identidade nacional).”

Entretanto, temos que apontar uma nova direção para os estudos que buscam relações entre identidade e territorialidade, que é a inclusão da categoria fronteira. Ou seja, o que queremos propor é a necessidade de uma análise mais dedicada e específica dos contextos identitários em territórios fronteiriços. As identificações que ocorrem em indivíduos que ocupam espaços de fronteiras são muitas mais intensas e apresentam características específicas relacionados ao contexto fronteiriço. Esta é a nova dimensão do estudo da identidade: *adotar a proposição de uma categoria identitária transfronteiriça*. Vejamos alguns elementos que fazem parte deste conceito.

Se pensarmos em fronteira, conforme nos indica Hissa (2006), normalmente associamos as ideias de divisão, muros, intransponibilidade, entretanto o espaço vivido pelos indivíduos que habitam a fronteira é mais amplo e complexo do que as delimitações possam





determinar. É comum nestes estudos de fronteiras reassaltarmos, conforma aponta o autor, a dicotomia geográfica do “nós e eles”, mas é impossível pensarmos aspectos sociais e subjetivos dentro desta mesma dicotomia. Foucault (2009, p. 24) aborda a questão da comunicação entre diferentes territórios: “são convenientes às coisas que, aproximando-se umas das outras, vêm a se emparelhar; tocam-se nas bordas, suas franjas se misturam, a extremidade de uma designa o começo de outra”.

Bourdieu (1996, p.112) contribui para essa discussão, sobre a busca de elementos objetivos para determinação de uma identidade regional:

“A procura dos critérios objetivos de identidade regional ou étnica não deve esquecer que, na prática social, estes critérios (por exemplo, a língua, o dialeto ou o sotaque) são objetos de representações mentais, quer dizer, de atos de percepção e de apreciação, de conhecimento e de reconhecimento em que agentes investem seus interesses e os seus pressupostos, e de representações objetivas, em coisas (emblemas, bandeiras, insígnias, etc ou em atos, estratégias interessadas de manipulação simbólica que têm em vista determinar a representação mental que os outros podem ter destas propriedades e dos seus portadores.”

Entretanto, como apresentamos neste artigo, as fronteiras naturais não são respeitadas pela criação de divisões ou de fronteiras artificiais pelo Estado. Podemos ver as fronteiras como regiões ou zonas do que apenas linhas divisórias formais. Nesse sentido, a construção e determinação das identidades pessoais não poderão acompanhar apenas divisão geográfica orientadas pela fronteira e pelo Estado-nação, elas funcionarão, de forma mais ampla, tal como o conceito de fronteira natural.

Com esta visão podemos analisar o conceito de transfronteiriço. Compreendermos um território transfronteiriço como aquele que pelo menos uma parte da sua fronteira se encontra com outra fronteira internacional. Além da sua definição geográfica, a análise do transfronteiriço pode ser ampliada para as relações sócias, culturais, políticas e populacionais. Segundo Cury (2010, p.57), os grupos que ocupam este território de acordo com os modelos e regras definidas pelo corpo e mundo socioespacial deles, aliadas à historicidade regional, associados à interação política, ambiental e econômica, resultam num complexo relacionamento entre as bases estruturais e suas subjetividades – próprias de cada povo.

Ainda na visão de Cury (2010, p. 58), nas questões fronteiriças, a formação do Estado-Nação e a força das redes estabelecidas nas áreas de fronteira geram um novo ordenamento, mais do que territorial, mas também social – um redesenhar do mapa do mundo num lugar escolhidos por migrantes.

Cury (2010, p.20), ao propor em sua tese a análise do Território Transferonteiriço do Iguaçu, faz uma análise do que compreende a transfronteiricidade:

“...as TTI e suas dinâmicas que são mais do que uma simples denominação, mas que estabelecem uma região geográfica que extrapola seu lugar, fazendo com que pessoas e instituições de outros lugares enxerguem a referida região como um todo geográfico ou como um espaço geográfico distinto, com identidade própria. Porém,



constata-se que pouco se vem fazendo em termos de propostas de integração, inclusive em coisas mais singulares, como a singela convivência harmoniosa e sustentadora entre seus habitantes, dependendo sempre de políticas públicas, no caso, culturais. Não se trata de fronteira sem que se considerem as miscigenações entre os povos residentes nessas territorialidades transfronteiriças. Além disso, a partir dessa integração cultural, verifica-se a formação de novos hábitos e costumes, constituintes de um patrimônio transnacional e contribuidores para a formação sociocultural, que dão unidade em meio à diversidade regional.”

Logo, podemos considerar para a análise das regiões de fronteira, o conceito de transfronteiriço, ou seja, ampliamos a análise para além da fronteira artificial, compreendendo o funcionamento econômico, social e cultural de tais regiões. Sendo assim, podemos propor o estudo da *Identidade Transfronteiriça* como forma de analisar o conjunto de determinantes presentes em uma determinada territorialidade, que (re)constrói identidades pessoais.

Podemos definir a *Identidade Transfronteiriça* como aquela forjada, construída, constituída a partir de uma territorialidade transfronteiriça, ou seja, de um espaço onde as fronteiras naturais ocupadas pelos indivíduos não estão necessariamente sobrepostas com a fronteira artificial, criada pelo Estado-nação, e é nessa territorialidade transfronteiriça que o indivíduo faz as suas apropriações e (des)identificações de elementos culturais, sociais, linguísticos, morais e políticos presentes.

Como hipótese, podemos considerar que cada indivíduo experimenta de uma forma diferente a transfronteiricidade na constituição da sua identidade pessoal, mas não há como negar uma influência dessa “conturbação” social e cultural. Cada país cria seus elementos identitários como forma de se criar e afirmar uma identidade nacional, como, por exemplo, nas questões linguísticas, símbolos, moeda e etc... Por outro lado, a vida na *transfronteira* agrega elementos que apontam para uma diversidade e miscigenação destes mesmos componentes, o que altera a constituição identitária do indivíduo.

Nessa categoria de identidade, vemos uma possibilidade de superar as lutas das classificações e do monopólio de ver e fazer crer, que Bourdieu (2006, p.113) aborda em seus textos:

“As lutas a respeito da identidade étnica ou regional, quer dizer, a respeito das propriedades (estigmas e emblemas) ligadas à origem através do lugar de origem e dos sinais duradouros que lhes são correlativos, como o sotaque, são um caso particular das lutas das classificações, lutas pelo monopólio de fazer ver e fazer crer, de dar a conhecer e de impor uma definição legítima das divisões do mundo social e, por este meio, de fazer e desfazer grupos.”

Sendo assim, a *Identidade Transfronteiriça* apresenta-se como conceito teórico, a partir da construção teórica deste artigo e de um diálogo possível entre as literaturas da identidade, dos territórios, das territorialidades e das fronteiras. Fazem-se necessários estudos



empíricos que possam buscar compreender como se dá a constituição de *Identidades Transfronteiriças*.

#### 4. CONCLUSÕES

Este artigo teve como principal objetivo discutir novas dimensões e interrelações aos conceitos de identidade, território, territorialidade e fronteiras. Para isto apresentou-se definições teóricas a respeito desses constructos enfocando as suas possíveis conexões. Verificou-se que a teoria já traz a questão da territorialidade ligada ao processo de identificação e definição das identidades dos indivíduos que ocupam determinado espaço. Entretanto, não é possível encontrarmos evidências de autores que procuram estudar tal contexto em territorialidades marcadas por fronteiras.

Temos a fronteira natural como o espaço social, relacional e cultural formada por sobreposições e junções que perpassam o cotidiano dos indivíduos que habitam esses lugares, ao contrário da fronteira artificial, definida por um Estado-nação, na perspectiva de fixação de limites geográficos, econômicos, tributários e legais. Trazendo esta ideia de fronteira natural ou da transfronteiridade, propomos neste artigo forjar o termo *Identidade Transfronteiriça* para estudar o processo de formação das identidades pessoais de indivíduos que experimentam em seu cotidiano a realidade de uma fronteira.

Com a Identidade Transfronteiriça temos condições de analisar, com mais realismo, como se dá o dinâmico processo de (re)construção de identidades pessoais em territorialidades marcadas pela fronteira. Só quem vive a fronteira consegue compreender que o processo de (des)identificações, conflitualidades, redes, desigualdades e diferenças ultrapassa, nesse caso, os limites da fronteira artificial, da identidade nacional, para constituir uma identidade que predomina nas relações da transfronteiridade. Cada indivíduo vivencia a condição transfronteiriça de uma forma específica, própria da sua subjetividade e das experiências que acumula ao longo da vida, mas precisamos admitir que a vida na fronteira e suas peculiaridades merecem uma categoria de estudos identitários.

#### 5. REFERÊNCIAS

BAUMANN, Zygmunt. **Identidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.

BOURDIEU, Pierre. **Espaço social e gênese de classe**. O poder simbólico. Lisboa: DIFEL, Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

BOURDIEU, Pierre. Espírito de Estado. Gênese e estrutura do campo burocrático. In: **Razões práticas: sobre a teoria da ação**. Campinas: Papyrus, 1996.



BOURDIEU, Pierre. A identidade e a representação. Elementos para uma reflexão crítica sobre a ideia de região. In: **O poder simbólico**. Lisboa: DIFEL, Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

CASTELLS, Manuel. *O poder da identidade*. São Paulo: Paz e Terra, 2008.

CIAMPA, Antônio da Costa. **A estória do Severino e a história da Severina: um ensaio de psicologia social**. São Paulo: Brasiliense, 1996.

COSTA, Rogério Haesbaert da. **Latifúndio e Identidade Regional**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1988.

COSTA, W. M. **Geografia Política e Geopolítica**: Discursos sobre o território e o poder. 2. ed. São Paulo: EDUSP, 2008.

CURY, M.J.F. **Territorialidades Transfronteiriças do Iguassu (TTI)**: interconexões, interdependências, interpenetrações nas cidades da Tríplice Fronteira de Foz do Iguaçu (BR), Ciudad del Este (PY) e Puerto Iguazú (AR). Tese defendida no Programa de Pós Graduação em Geografia. Curitiba, 2010.

DORFMAN, Adriana. Panorama, percurso e possível agenda para os Estudos Fronteiriços brasileiros. In: Dorfman, Adriana (Org.) **Anuário Unbral p das fronteiras brasileiras 2014**. Porto Alegre: Editora Letra 1, Instituto de Geociências – UFRGS, 2015.

ERIKSON, Erik H. **Identidade**: juventude e crise. Rio de Janeiro: Zahar, 1987.

FERNANDES, Karina; ZANELLI, José Carlos. O processo de construção da identidade dos indivíduos na organização. **Revista de Administração Contemporânea**. São Paulo, v.10, n.1, p.55-72, jan/mar. 2006.

FOUCAULT, Michel. **Em defesa da sociedade**: curso no Collège de France. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

FOUCAULT, Michel. **Segurança, território, população: curso no Collège de France**. São Paulo : Martins Fontes, 2009.

GIDDENS, Anthony. **Modernidade e identidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

GOMES-DA-SILVA, J. R.; WETZEL, U. A construção de um quadro analítico sobre as significações de espaço no contexto das mudanças organizacionais. In: **Anais do Encontro**



**Nacional de Programas de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração**, 30, 2006, Salvador. Anais... Salvador: ANPAD, 2006.

GOTTMANN, J. confronting centre and periphery. In: GOTTMANN, J. (Org.) **Centre and periphery – spatial variation in politics**. Beverly Hills and London: Sage Publications, 1980.

HABERMAS, Jürgen. **A lógica das Ciências Sociais**. São Paulo, Vozes, 2009.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 2006

HISSA, C. E. V. **A mobilidade das fronteiras**: Inserções da geografia na crise da modernidade. Belo Horizonte: U.F.M.G., 2006.

INDOVINA, Francesco e CALABI, Donatella. Sull'uso capitalístico del territorio. In LUSSO, G. (Org.) **Economia e Territorio**. Milano: Angeli, 1974.

JENKINS, Richard. **Social identity**. Abingdon; New York: Routledge, 2008.

MESQUITA, Zilá. **Antenas, redes e raízes da territorialidade**. São Paulo: USP, 1992, Tese de Doutorado, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 1992.

PIMENTEL, Thiago Duarte; CARRIERI, Alexandre de Pádua. A espacialidade na construção da identidade. **Cadernos EBAPE.BR**, v.9, nº1, p.1-21, 2011.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do Poder**. São Paulo: Ática, 1994.

REBOUÇAS, Lidia Marcelino. **O planejado e o vivido**: o reassentamento de famílias ribeirinhas no pontal do Paranapanema. São Paulo: Annablume, 2000.

SILVA, Tomaz Tadeu da. A reprodução social da identidade e da diferença. In: SILVA, Tomaz Tadeu da (Org.). **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. Petrópolis: Vozes, 2000.

SOUZA, E. A.; PEDON, N.R. Território e Identidade. **Revista Eletrônica da Associação dos Geógrafos Brasileiros – Seção Três Lagoas**, v. 1, n.6, p. 126-147, Novembro, 2007.

WOODWARD, Kathryn. Identidade e Diferença. In: SILVA, Tomaz Tadeu da (Org.). **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. Petrópolis: Vozes, 2000.



## A REDE DE UNIDADES DE OBSERVAÇÃO PEDAGÓGICA E OS SISTEMAS DE PRODUÇÃO DE HORTIGRANJEIROS EM ASSENTAMENTOS DO RIO GRANDE DO SUL

### THE NETWORK OF PEDAGOGICAL OBSERVATION UNITS AND THE HORTICULTURAL PRODUCTION SYSTEMS IN THE SETTLEMENTS OF RIO GRANDE DO SUL

Adilson Roberto Belle\*  
Antônio Marcos Vignolo\*\*  
Marcos Antônio Verardi Fialho\*\*\*

#### RESUMO

Nos assentamentos do Rio Grande do Sul vem se constituindo uma Rede de Unidades de Observação Pedagógica (RUOP) junto às famílias assentadas. A RUOP é norteadada pela abordagem sistêmica, embasada na Análise e Diagnóstico de Sistemas Agrários e busca criar referenciais técnicos e econômicos sobre os diferentes sistemas de produção adotados pelos assentados. Dentre os sistemas acompanhados está o sistema de produção de hortigranjeiros, distribuído em assentamentos de diferentes regiões do Estado. A característica da maioria das unidades é o uso de baixa tecnologia e poucos insumos agroquímicos. Como resultado percebe-se que a maior parte destas unidades obtém renda superior a um salário mínimo mensal por unidade de trabalho, porém ainda é inexpressivo o número de famílias que adotam este sistema de produção. Dentre os desafios, faz-se necessário socializar os resultados econômicos obtidos e construir estratégias de fomento e qualificação dos sistemas de produção de hortigranjeiros nos assentamentos.

**Palavras-chave:** Assentamentos rurais; Sistemas de produção; hortigranjeiros; ATES.

#### ABSTRACT

In the settlements of Rio Grande do Sul, a Network of Pedagogical Observation Units (RUOP) has been set up with the settled families. The RUOP is guided by the systemic approach, based on the Analysis and Diagnosis of Agrarian Systems and seeks to create technical and economic references on the different production systems adopted by the settlers. Among the systems monitored is the system of horticultural production, distributed in settlements of different regions of the State. The characteristic of most units is the use of low-tech and few agrochemical inputs. As a result, it is clear that most of these units get income above a monthly minimum wage per work unit, but it is still expressionless the number of families that adopt this production system. Among the challenges, it is necessary to socialize the economic results achieved and build a horticultural production systems development and qualification strategies in the settlements.

**Keywords:** Rural settlements; Production systems; horticultural crops; ATES.

\*

Doutorando no Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural. Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Assessor técnico pedagógico do Programa de ATES/RS. [adilsonbelle01@gmail.com](mailto:adilsonbelle01@gmail.com)

\*\*

Mestre em Agroecossistemas. Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Assessor técnico pedagógico do Programa de ATES/RS. [amvig74@yahoo.com.br](mailto:amvig74@yahoo.com.br)

\*\*\*

Doutor, professor do Departamento de Educação Agrícola e Extensão Rural da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). [marcoavf@hotmail.com](mailto:marcoavf@hotmail.com)



## 1. INTRODUÇÃO

No estado do Rio Grande do Sul a maior parte das famílias assentadas é assessorada pelo Programa de Assessoria Técnica, Social e Ambiental (ATES), que atende mais de dez mil famílias. Desde o ano 2009 o programa de ATES vem operando via modalidade de contrato de prestação de serviços, onde o INCRA mediante chamada pública contrata empresas prestadoras de serviços de assessoria técnica. Desde então a Cooperativa de Prestação de Serviços Técnicos (COPTec), a Associação Riograndense de Empreendimentos de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER/ASCAR-RS) e o Centro de Tecnologias Alternativas Populares (CETAP) são responsáveis pela assessoria às famílias assentadas.

Dentre as atividades de assessoria desenvolvidas pela ATES, aponta-se o acompanhamento de unidades produtivas que compõe a Rede de Unidades de Observação Pedagógica (RUOP), cujo objetivo é construir uma ferramenta pedagógica que estimule os técnicos e assentados para a reflexão dos condicionantes, limites e potencialidades dos sistemas de produção adotados pelas famílias e também a geração de referências técnicas e econômicas para o desenvolvimento sustentável dos assentamentos em bases locais e/ou regionais. (ATES, 2013).

Dentre os sistemas de produção encontrados nos assentamentos e apontado como importante no fomento a diversificação da produção de alimentos, encontra-se o sistema de produção de hortigranjeiros, presente especialmente naqueles onde ocorrem incentivos à produção diversificada e também onde há dinâmicas de comercialização estruturadas em mercados locais e regionais que absorvam esta produção.

Um dos desafios apontados pelo Programa ATES é o fomento à produção de hortigranjeiros em assentamentos como forma de ampliar e diversificar a produção de alimentos e também melhorar a geração de renda. Para isso, um aspecto importante é a gestão técnica e econômica deste sistema de produção, tendo em vista que em muitos casos ainda ocorre o baixo retorno econômico da atividade.

Também destaca-se como aspecto importante os mecanismos de comercialização local e regional dos hortigranjeiros, dentre as mais conhecidas e de domínio dos agricultores estão as feiras livres e feiras ecológicas, as entregas à domicílios dos consumidores, o abastecimento de pequenos mercados locais, pequenos entrepostos de venda, restaurantes, etc. Além disso, ocorrem as iniciativas mais recentes de abastecimento dos mercados institucionais, como é o caso do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e o Programa de Abastecimento de Alimentos (PAA), geralmente vinculados às instituições cooperativas.

O objetivo deste artigo é identificar, descrever e analisar o sistema de produção de hortigranjeiros nos assentamentos assessorados pela ATES no Rio Grande do Sul, identificando-se os locais onde se encontra esta produção e apontando alguns dos resultados econômicos obtidos.



Para fins deste estudo analisaram-se vinte e quatro<sup>1</sup> unidades de produção do sistema hortigranjeiros referentes ao levantamento de dados ocorrido no ano 2015, distribuídas em treze microrregiões do estado, denominadas Núcleos Operacionais da ATES. Os dados e informações primárias utilizadas foram coletados sistematicamente pelas equipes técnicas das prestadoras de ATES, mediante visitas junto às famílias assentadas durante os anos 2013, 2014 e 2015. Para análise dos dados usou-se do método do Valor Agregado, compreendendo-o como uma medida que procura distinguir a geração de bens e serviços da sua distribuição entre os diferentes agentes que participam da produção (DUFUMIER, 2010).

Este artigo está dividido da seguinte forma: primeiramente traz elementos sobre a RUOP como ferramenta para geração de referências econômicos nas unidades de produção. Na sequência, contextualiza o sistema de produção de hortigranjeiros nos assentamentos da reforma agrária e caracteriza as unidades de observação pedagógica em sistemas de produção de hortigranjeiros. Posteriormente faz uma comparação entre arquétipos das unidades produção de hortigranjeiros apontando elementos de análise e discussão sobre a situação econômica destas unidades. Por fim, destaca algumas considerações sobre a produção de hortigranjeiros nos assentamentos.

## 2. METODOLOGIA

A Análise Diagnóstico de Sistemas Agrários (ADSA) por meio da abordagem sistêmica oferece um instrumental metodológico que possibilita compreender melhor as dinâmicas que se estabelecem no meio rural. A ADSA se ocupa em analisar do nível macro para o micro de modo a compreender o funcionamento tanto do contexto geral da agricultura como no nível micro de uma Unidade de Produção Agrícola (UPA). Para Silva Neto e Basso (2005), o sistema agrário seria:

“(…) um conjunto de conhecimentos metodicamente elaborados como resultado da observação, delimitação e análise de uma agricultura particular. Assim, um sistema agrário não é um objeto real diretamente observável, mas um objeto cientificamente elaborado cuja finalidade não é retratar a agricultura em toda a sua complexidade, tarefa praticamente impossível, mas tornar essa complexidade inteligível segundo os objetivos específicos definidos.” (SILVA NETO e BASSO, 2005, p. 17).

Destaca-se que o sistema agrário não se estabelece enquanto um processo uniformemente fixo, podendo ser transformado ao longo dos tempos e tendo sua estrutura de análise que leva a diversas interpretações, variando conforme o âmbito de análise. Dessa forma, o sistema agrário é definido por dois componentes básicos: o agroecossistema e o

---

1

A escolha das unidades foi orientada pela abordagem da Análise Diagnóstico dos Sistemas Agrários.





sistema social produtivo, cada qual com um conjunto de características específicas e fundamentais para a estrutura de funcionamento da UPA.

“O agroecossistema, corresponde à forma como se organizam os constituintes físicos, químicos e biológicos de um sistema agrário. Um agroecossistema corresponde às modificações mais ou menos profundas impostas aos ecossistemas naturais para que a sociedade humana nele instalada obtenha produtos de seu interesse. Um agroecossistema, portanto, é um ecossistema historicamente constituído por meio da sua exploração e renovação por uma sociedade.” (SILVA NETO e BASSO, 2005, p. 18).

Também tem-se o sistema social produtivo, onde Silva Neto e Basso (2005) definiram como sendo os aspectos técnicos, econômicos e sociais de um sistema agrário, constituindo-se de um conjunto de unidades de produção caracterizadas pela categoria social dos agricultores e pelos sistemas de produção por eles praticados. É necessário compreender de que forma os agricultores realizam suas trocas e de que forma se mantém produzindo, bem como os processos técnicos adotados na UPA, buscando entender as racionalidades dos agentes envolvidos.

Com a necessidade de conhecer os processos técnicos adotados nas unidades de produção e aprimorar a intervenção técnica, partindo de uma leitura mais próxima à realidade das famílias assentadas, é que no ano de 2012 estabeleceu-se nos fóruns de discussão e condução do programa de ATES/RS a utilização de ferramentas da gestão agrícola e o método da Análise Diagnóstico de Sistemas Agrários, apontados como capazes de contribuir para a qualificação da ação da ATES. Assim surge a proposta de se criar uma “Rede de Unidades de Observação e Referência Pedagógica” representativa dos principais sistemas de produção presentes nos assentamentos do RS.

Para a identificação dos sistemas de produção utilizou-se o Sistema Informatizado de Gestão Rural da ATES<sup>2</sup> (SIGRA) que reúne informações detalhadas de todas as famílias participantes no Programa de ATES/RS. Do qual, identificou-se os grandes sistemas de produção e a localização dos mesmos nas diferentes regiões do estado. Assim, foram identificados cinco grandes sistemas de produção nos assentamentos, prioritários para o estudo e trabalho da ATES, sendo: os sistemas de produção de Leite; Leite e Grãos; Arroz; Pecuária Familiar e Hortigranjeiros. Após a identificação dos sistemas agrários, a partir do ano 2012, cada equipe técnica de ATES apontou unidades representativas destes sistemas de produção na sua região de atuação e iniciou o levantamento sistemático de informações mediante visitas mensais às unidades de produção.

Dentre as informações levantadas e analisadas na RUOP, estão: 1) Dados sobre a funcionalidade das unidades de produção: o croqui da UPA, elaborado de forma conjunta entre o técnico e a família assentada; fluxograma da unidade produtiva, visando compreender

---

2

O Sistema Integrado de Gestão Rural da ATES (SIGRA) é um instrumento de gestão de informações das famílias assentadas nos Projetos de Reforma Agrária do Rio Grande do Sul e Santa Catarina.



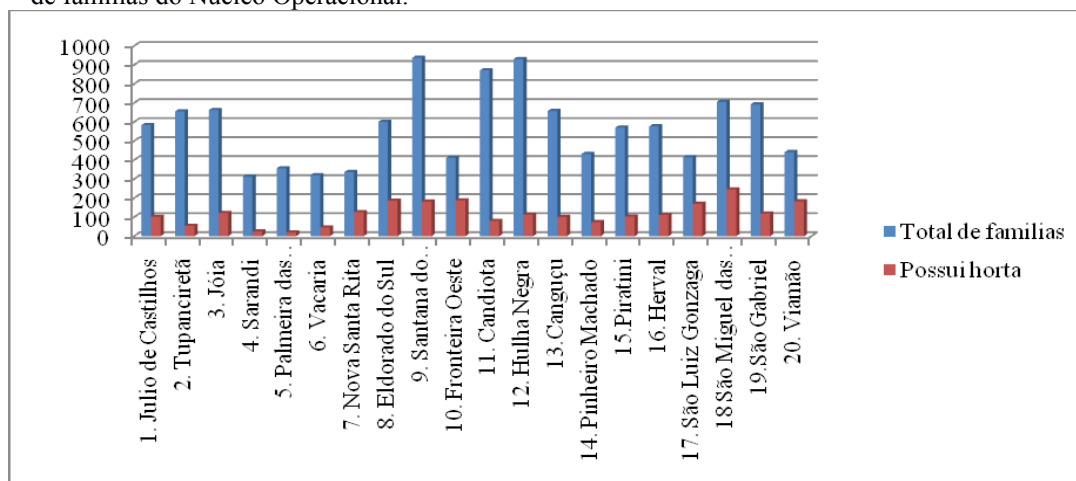
os fluxos de produtos e insumos internos e externos à unidade. 2) Dados sobre a família e infraestrutura disponível: composição da força de trabalho; instalações, máquinas e equipamentos, etc. 3) Dados sobre os cultivos e criações: quadro de áreas da UPA; itinerário técnico das culturas e criações (produtos, custos, destinos, receitas). 4) Dados econômicos: juros de empréstimos, pagamento de serviços, rendas não agrícolas, etc. sendo este conjunto de informações sistematizadas no final do ano agrícola pelos técnicos e apresentados os dados analisando-os junto às famílias de cada unidade acompanhada e socializados também com as demais famílias do assentamento que possuem sistema de produção semelhante, estabelecendo-se uma rede de trocas de informações e socialização dos resultados obtidos e aprendizados relacionados ao sistema de produção acompanhado.

### 3. RESULTADOS

#### 3.1 A produção de hortigranjeiros nos assentamentos do Rio Grande do Sul

A produção de hortigranjeiros nos assentamentos no Rio Grande do Sul, proporcionalmente ao número de famílias assentadas, concentra-se nos Núcleos Operacionais de São Miguel das Missões (42%), Eldorado do Sul (32%), Fronteira Oeste (32%), Viamão (31%), Santana do Livramento (31%) e Nova Santa Rita (22%), sendo que nos demais NO's encontra-se abaixo destes percentuais. (SIGRA, 2014). A Figura 1 ilustra que a existência de hortas em relação ao número de famílias assentadas em cada NO é baixa, mesmo que a maioria das famílias que possuem horta não tenha como atividade econômica a comercialização de hortigranjeiros.

Figura 01 – Proporção de famílias assentadas que possuem produção de hortigranjeiros em relação ao total de famílias do Núcleo Operacional.

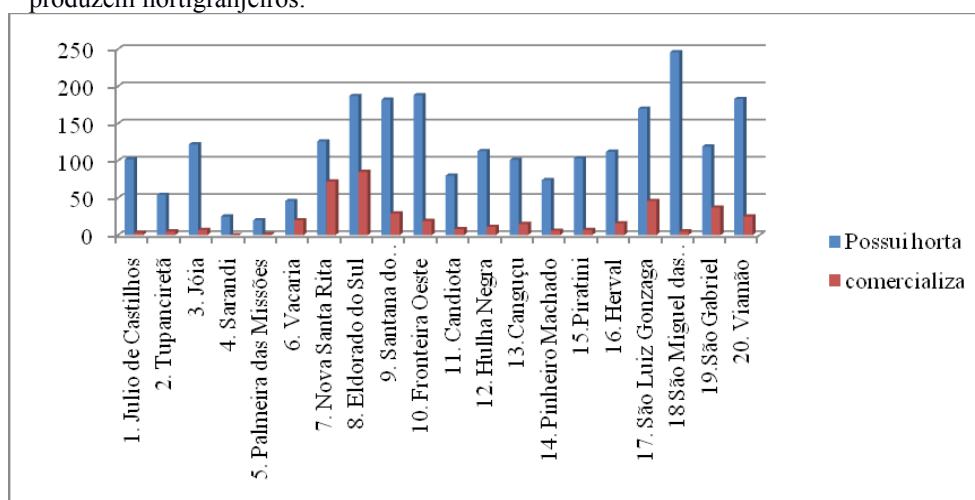


Fonte: SIGRA (2014).



Embora se existam iniciativas de comercialização direta na maioria dos Núcleos Operacionais da ATES, a produção comercial de hortigranjeiros concentre-se principalmente nos Núcleos de Nova Santa Rita e Eldorado do Sul, entretanto, mesmo nestes locais o percentual de famílias inseridas economicamente nesta atividade produtiva não chega a 20%, como se observa na Figura 2. Neste sentido ressalta-se que as unidades de produção analisadas com hortigranjeiros também estão concentradas nestes Núcleos Operacionais onde a atividade comercial está presente.

Figura 2 – Proporção de famílias que comercializam hortigranjeiros em relação às famílias que produzem hortigranjeiros.



Fonte: SIGRA (2014).

Tanto a produção quanto a comercialização de hortigranjeiros, possuem características bastante diferenciadas entre os distintos Núcleos Operacionais, ressaltando a heterogeneidade da produção nos assentamentos do RS e as formas de organização da comercialização. Na Região Metropolitana (Nova Santa Rita, Eldorado do Sul e Viamão), por exemplo, devido à proximidade com o mercado consumidor, as famílias assentadas criaram uma cooperativa regional e diversos grupos de produção para facilitar a comercialização dos hortigranjeiros. Nesta região, embora as famílias com mais de vinte anos comercializando em feiras, apenas recentemente passaram a acessar os mercados institucionais, como Programa de Abastecimento de Alimentos (PAA) e Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE).

Nos municípios do interior do estado, a exemplo de São Gabriel também houve um esforço para viabilizar a comercialização de hortigranjeiros junto às famílias recém assentadas, inserindo-as nos programas institucionais. A região das Missões e especialmente os assentamentos localizados próximo ao município de São Borja, tem se inserido em feiras para a comercialização de hortigranjeiros.



Por outro lado, os Núcleos das Regiões Centro (Júlio de Castilhos, Tupanciretã e Joia) e Noroeste (Sarandi e Palmeira das Missões), onde somente 15% e 4% das famílias respectivamente possuem horta e menos de 1% das famílias comercializa, atribui-se ao fato de que a produção da região estar centrada no cultivo de grãos e produção leiteira. O mesmo acontece com os NO's da Região Sul (Canguçu, Piratini e Herval), Campanha (Pinheiro Machado) e Fronteira Oeste, que mesmo que existam estruturas econômicas (cooperativas e associações) não tem sido prioridade a produção de hortigranjeiros. Além disso, o mercado de hortigranjeiros nos pequenos municípios apresenta reduzida capacidade de absorção da produção local, dada consolidação dos produtores locais tradicionais na produção de hortigranjeiros, restringindo o acesso de novas famílias ao mercado.

### 3.2 Unidades de Observação Pedagógica em sistemas de produção de hortigranjeiros

Para fins de estudo, o sistema produção de hortigranjeiros foi dividido em quatro subsistemas: Subsistema de produção de hortigranjeiros para venda direta; Subsistema de produção de Leite e hortigranjeiros; Subsistema de produção de fruticultura e Subsistema de produção de sementes de hortaliças.

Cada subsistema possui características que os definem e que contribuem para uma análise econômica e técnica sobre o desempenho econômico. Para fazer esta classificação buscou-se levar em consideração algumas características básicas que os unificam, por exemplo, a composição da renda da horta em relação à renda agrícola da unidade de produção (superior a 40%), a forma de produção e o destino da comercialização, assim como os sistemas mais especializados como a fruticultura, que serão detalhados a seguir.

#### a) Subsistema hortigranjeiros para a venda direta

Este subsistema é representado por famílias cujo sistema de produção se caracteriza pela produção diversificada de hortigranjeiros, cuja finalidade da produção se dá pela comercialização principalmente por via direta (feiras, PAA, PNAE, pequenos mercados, entre outros). A renda agrícola oriunda dos hortigranjeiros varia de 54% a 89% da renda agrícola total da unidade de produção. Este apresenta como característica o baixo uso de insumos, devido à composição dos arranjos produtivos, com cultivos de mandioca, batata doce, abóboras, morangas e mesmo as hortaliças como alface, almeirão, temperos, repolho, cenoura, beterraba, chuchu, etc. pouco exigentes em adubação e produtos químicos.

Dentre os aspectos observados nas análises econômicas deste subsistema, observa-se de maneira geral que ocorre o baixo investimento das famílias assentadas em adubação ou tratamentos químicos. Em partes devido aos cultivos serem pouco exigentes em insumos e por estas unidades encontram-se em processo de transição agroecológica, levando a significativa redução na utilização de insumos químicos até a não utilização de nenhum insumos nocivo ao meio ambiente. Embora exista o cuidado das famílias, ainda assim uma das limitações futuras



pode ser a reposição de fertilidade dos solos, que precisa ser trabalhada com maior intensidade, especialmente o manejo ecológico conservacionista e regenerativo das condições químicas e biológicas do solo.

Outra característica destas UOP's é a ausência ou pouca infraestrutura para a produção (máquinas, equipamentos e benfeitorias), o que gera um baixo valor de depreciação. Esta característica somente é possível devido a estes agricultores não terem um sistema produtivo especializado, uma vez que uma maior tecnificação e ampliação da área de cultivo de hortaliças necessitariam de um sistema de irrigação com maior capacidade, estufas ou sistemas de túneis plastificados, ou ainda equipamentos como enxada rotativa para revolvimento do solo.

A força de trabalho familiar pode ser limitante para a ampliação da produção e melhoria da renda neste subsistema, pois uma característica observada é que a maioria das UOP's estudadas possui entre 0,75 e 1,75 UTH, o que dificulta ampliar a área cultivada. Em uma das UOP's que no ano 2015 fez a opção de contratar mão de obra, observou-se uma redução da renda por UTH. Portanto, é importante fazer um bom planejamento para verificar a viabilidade de contratação da mão de obra. A agregação de valor por área é uma característica deste sistema, uma vez que a maioria das UOP's em 2014 e 2015 obtiveram renda por hectare superior a R\$8.000,00.

#### b) Subsistema de produção de leite e hortigranjeiros

Neste sistema as famílias compõem sua renda majoritariamente pela produção leiteira e outras criações, sendo complementada pela produção de hortigranjeiros variando de 20% a 47% da renda agrícola total.

Alguns aspectos podem ser observados nas unidades analisadas, como segue: de um modo geral o Subsistema leite e hortigranjeiros apresenta maior proporção de custos (representado pelo CI) para a produção em comparação com o subsistema de hortigranjeiros para a venda direta e verifica-se que isso se atribui especialmente à atividade leiteira, já que a atividade de produção de hortigranjeiros em geral possui baixo custo de produção.

Na composição do sistema de leite e hortigranjeiros, as duas atividades produtivas exigem bastante mão-de-obra, portanto, existe um limite de ampliação de área cultivada se levar em conta o cultivo de hortaliças e dificuldade de ampliar o número de vacas em lactação se for considerar a atividade leiteira. Percebe-se que o sistema encontra maiores dificuldades de expansão nas unidades que possuem pouca mão de obra familiar.

De um modo geral o subsistema leite e hortigranjeiros apresenta uma renda considerável por UTH/mês somando as duas atividades (leite + horta), tendo em vista que todas as UOP's analisadas atingem o Nível de Reprodução Simples (NRS)<sup>3</sup>, entretanto, se contabilizar as atividades de forma separada, levando em conta a renda/UTH/mês somente da

3

O Nível de Reprodução Simples (NRS) é calculado com base em um salário mínimo por unidade de trabalho.



atividade horta, das seis UOP's analisadas, quatro delas não conseguem atingir o NRS. Isso demonstra que nestas últimas UOP's a horta pode ser um complemento da renda familiar.

A união das duas atividades produtivas pode se complementar em alguns aspectos, como por exemplo: a produção de esterco da atividade leiteira serve de fertilizante para a horta e os resíduos das hortaliças podem servir de complemento forrageiro para as vacas de leite. A renda da horta em alguns casos pode ser semanal e cobrir os gastos corriqueiros da família, enquanto a renda do leite, por sua vez mensal, pode servir para investimentos de maior porte. A complementaridade entre produção leiteira e de hortigranjeiros também pode ser observada na utilização da mão-de-obra disponível na propriedade, visto que as atividades com o rebanho leiteiro alcançam maior intensidade nos períodos do início da manhã e final de tarde, liberando a força de trabalho para atividades na horta.

#### c) Subsistema fruticultura

As famílias que adotam o subsistema de produção de frutas apresentam uma característica de produção especializada. As principais culturas são morango, uva, amora e pêra. A composição da renda agrícola se dá majoritariamente por estes produtos variando entre 49% a 63% da renda agrícola total.

O subsistema de fruticultura demanda de mão de obra para a sua operacionalização, sendo que se observou elevado custo com a contratação de mão de obra, especialmente na colheita da amora. Percebe-se de modo geral um bom desempenho econômico nas unidades que possuem fruticultura, com boa rentabilidade por UTH e por área cultivada, ou seja, tomando por base o arquétipo, observa-se um VAB por SAU de R\$ 7.457,77.

A fruticultura não é muito expressiva nos assentamentos do Rio Grande do Sul, entretanto, percebe-se na atividade um potencial grande de geração de renda. Contudo, o maior investimento neste sistema de produção carece de uma organização para o escoamento da produção e também de infraestrutura de armazenagem e transporte, o que nem sempre está disponível às famílias assentadas.

#### d) Subsistema produção de sementes de hortaliças

Este subsistema foi representado no ano 2015 por apenas uma família, embora seja representativo em mais famílias, cuja estratégia econômica é a produção de sementes de cucurbitáceas e cultivo de batata doce. A composição da renda das sementes é de 93% em relação à renda agrícola total. Destaca-se a proximidade da família com consumidores de sementes.

O subsistema de produção de sementes de hortaliças estão concentrados nos Núcleos Operacionais de Candiota e Hulha Negra, por possuírem uma trajetória com mais de 20 anos na produção agroecológica de sementes de hortaliças em parceria com a Cooperativa Bionatur. Com base na análise econômica de uma das unidades de produção de sementes, pode-se observar que a renda por UTH tem sido bem superior a um salário mínimo por mês,



remunerando adequadamente a família. Ainda, este subsistema de produção possui um baixo custo de produção, devido à baixa demanda de insumos.

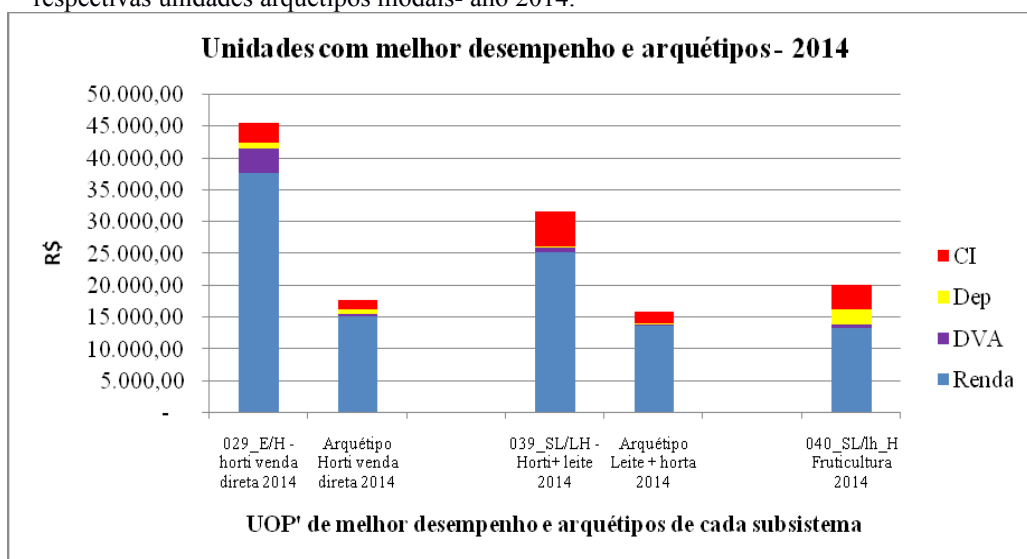
## 4. RESULTADOS

### 4.1 Comparativos entre unidades de melhor desempenho econômico e unidades arquetípicas modais de cada subsistema

No comparativo entre as unidades de hortigranjeiros de cada subsistema analisado no ano de 2014, na Figura 3 ilustra que as unidades arquetípicas modais apontaram um desempenho econômico menos expressivo do que as melhores unidades de cada subsistema. Assim, este comparativo serve para demonstrar que existe potencial de geração de renda em cada subsistema, mesmo que na mediana a renda não seja tão expressiva.

No ano de 2014, no subsistema de produção de hortigranjeiros para venda direta uma das UOP's analisadas obteve renda bastante expressiva ultrapassando os R\$37.000,00/ano, ao passo que a mediana do sistema ficou próximo aos R\$15.000,00/ano. O mesmo comportamento foi percebido no subsistema hortigranjeiros + leite.

Figura 3 – Comparativo entre unidades de melhor desempenho econômico de cada subsistema e respectivas unidades arquetípicas modais- ano 2014.



Fonte: Elaboração dos autores, segundo dados da RUOP (2014).

Na Figura 4 onde apresenta-se o comparativo entre os subsistemas e suas respectivas unidades modais, observa-se uma menor disparidade no subsistema hortigranjeiros para venda

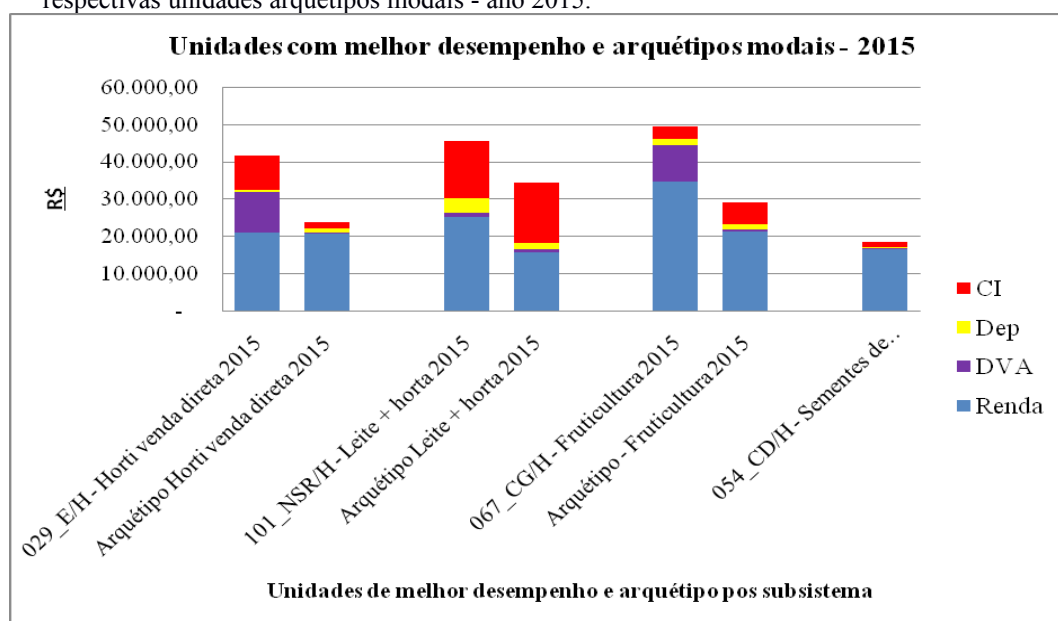


direta entre a unidade de melhor desempenho e a unidade arquétipo, ou seja, no geral as unidades analisadas ficaram bastante parecidas sob o ponto de vista da renda.

No subsistema hortigranjeiros + leite, a unidade de melhor desempenho obteve uma diferença com relação à unidade arquétipo, com valor mais expressivo na renda e com comportamento semelhante no CI. Já o subsistema fruticultura de melhor desempenho, obteve uma diferença expressiva com relação ao arquétipo, ficando com renda superior aos 35 mil reais/ano.

O subsistema sementes de hortaliças não teve unidade arquétipo para o comparativo no ano 2015, por se tratar de apenas uma unidade analisada.

Figura 4 - Comparativo entre unidades de melhor desempenho econômico de cada subsistema e respectivas unidades arquétipos modais - ano 2015.



Fonte: Elaboração dos autores, segundo dados da RUOP (2015).

A partir das figuras 3 e 4, pode-se dizer que existe potencial de geração de renda em todos os subsistemas hortigranjeiros, tendo em vista que em cada um deles existem unidades que se destacam na renda. Os arquétipos apresentam uma realidade mediana de cada um dos subsistemas e apontam que a maioria deles possui renda que ultrapassa o NRS.

Na Tabela 1 encontra-se um comparativo entre os subsistemas por meio das unidades medianas de cada subsistema, observa-se um bom desempenho econômico em linhas gerais, sendo que somente os subsistemas leite e hortigranjeiros 2014 e 2015 (considerando somente a renda da horta e não somada a do leite) ficaram abaixo do NRS. Ao passo que os





subsistemas hortigranjeiros para venda direta 2014 e 2015 e Fruticultura 2015 ficaram com renda/ Unidade de Trabalho Humano (UTH)/mês acima do NRS.

Entretanto, destaca-se que o subsistema leite e hortigranjeiros possui a melhor renda/UTH/mês entre os subsistemas analisados quando considerada a composição das duas rendas (leite + horta), neste caso, ambas ultrapassam significativamente o NRS, ou seja, no ano 2014 o resultado foi de R\$ 1.137,07 e em 2015 a renda foi de R\$ 1.495,46 UTH/mês. Estes resultados demonstram que a composição entre as atividades leite e hortigranjeiros é a que gera melhores resultados econômicos para as famílias.

Tabela 1 - Comparativo entre os arquétipos construídos em cada subsistema nos seus respectivos anos de análise.

Indicadores	Horti. Venda direta 2014	Horti. Venda direta 2015	Leite e Horti. 2014	Leite e Horti. 2015	Fruticultura 2015
Unidade de Trabalho Humana (UTH)	1,75	1,63	1,50	1,63	1,27
Superfície de Área Útil (SAU)	2,10	2,13	2,80	7,50	3,10
Valor Agregado Bruto/SAU	10.452,38	10.381,87	5.034,64	2.430,97	7.457,77
Renda/UTH	11.423,75	12.632,60	9.160,62	9.594,25	12.293,78
Renda horta/UTH/mês	878,75	971,74	704,66	738,02	1.277,92
Renda Leite + horta/UTH/mês	-	-	1.137,07	1.495,46	-
Renda horta/UTH/dia útil (22dias /mês)	43,27	47,85	34,70	36,34	62,93

Fonte: Elaboração dos autores, segundo dados da RUOP (2014; 2015).

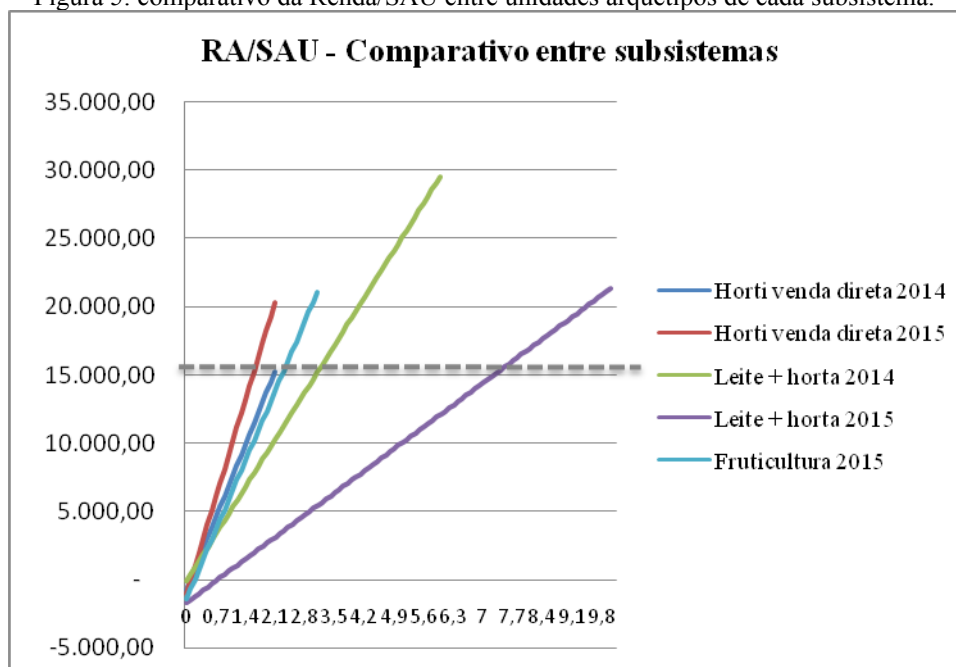
A Figura 5 faz um comparativo entre as unidades arquétipos de cada subsistema analisados nos anos 2014 e 2015, na qual se construiu uma linha tracejada na horizontal que representa o NRS médio das unidades no valor de R\$15.878,20.

O subsistema de produção de hortigranjeiros para venda direta em 2015 mostrou-se o mais intensivo e de maior renda por superfície de área, ao passo que o mesmo subsistema no ano anterior possuía desempenho menos satisfatório no comparativo com os demais em termos de renda por SAU.

O subsistema leite e horta em 2015 foi o que obteve área mais extensiva, necessitando de 7,5 hectares para atingir o NRS. Entretanto, nos períodos 2014 e 2015 este subsistema mostrou-se mais rentável, ultrapassando a linha de NRS e apresentando capacidade de acúmulo de recursos na unidade de produção.



Figura 5: comparativo da Renda/SAU entre unidades arquetípos de cada subsistema.



Fonte: Elaboração dos autores, segundo dados da RUOP (2014 e 2015).

#### 4.2 Considerações sobre o sistema de produção de hortigranjeiros

A partir das UOP's analisadas, o sistema de produção de hortigranjeiros tem se demonstrado eficiente economicamente, sendo que na maioria dos subsistemas estudados apresenta uma situação econômica favorável, demonstrando a capacidade de reprodução social da família.

Observa-se que as unidades com mais de uma fonte de renda, tomando como base as que possuem o leite e hortigranjeiros possuem maior perspectiva de rentabilidade. Entretanto, a atividade leiteira eleva o CI consideravelmente, pois, por menos insumos que utilize para a criação animal, ainda assim, depende da compra de semente de pastagens e alguns complementos alimentares.

Na sequência, a melhor renda é do subsistema de produção hortigranjeiros para venda direta, que embora demande mais mão de obra, ainda assim consegue ter um resultado econômico expressivo, especialmente pelas características deste subsistema nos assentamentos que são pouco especializados, sendo este inclusive um diferencial que os mantém na atividade. Ou seja, são sistemas de cultivo que utilizam poucos insumos externos à UPA, não possuem mecanização agrícola, sendo que alguns pagam hora/máquina para o trabalho de revolvimento do solo e outros o fazem com tração animal ou de forma manual.



O limite de alguns dos sistemas analisados está na capacidade de força de trabalho para ampliar as áreas cultivadas e com isso aumentar o volume produzido. Observa-se que a contratação de mão-de-obra pode ser vantajosa em alguns casos, mas não em todos. No subsistema de produção de hortigranjeiros para venda direta, a dificuldade encontra-se também na comercialização, uma vez que a maioria das UOP's analisadas encontra-se em regiões que possuem um baixo potencial de consumo. Em alguns casos, o que mantém a família no sistema é a possibilidade de venda nos programas institucionais, como PAA e PNAE.

O subsistema leite e hortigranjeiros exige mais mão de obra, tendo em vista que as duas atividades são intensivas, logo não é referência para todas as famílias assentadas, porém torna-se interessante para aqueles que possuem condições de manter as duas atividades conjuntamente.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Observa-se que no sistema hortigranjeiros possui um grande potencial de geração de renda e melhoria na qualidade de vida para os agricultores assentados. No sistema hortigranjeiros associado ao sistema leite mostrou-se ser o mais adequado sob o ponto de vista econômico. Observa-se que as UOP's que possuem leite e hortigranjeiros possuem maior segurança para a família, uma vez que diversifica as fontes de renda e as formas de comercialização.

De um modo geral observa-se no subsistema de possuem hortigranjeiros um baixo uso de insumos, o que representa custos baixos para produção. Esta é uma perspectiva interessante sob o ponto de vista agroecológico, observando-se que estes sistemas de produção possuem maior potencial de avançar na transição agroecológica, pois são eficientes energeticamente, otimizando os recursos disponíveis na UPA.

Dentre os desafios futuros do sistema de produção de hortigranjeiros, encontra-se a necessidade de discutir e aprender com os referenciais técnicos, produtivos e econômicos deste sistema de produção para o melhor desenvolvimento dos mesmos junto às famílias assentadas.

## Referências

ATES/RS. **Cartilha de Suporte Metodológico para a Rede de Unidades de Observação e Referência Pedagógica da ATES/RS**. 2013, 103 p.

DONAZZOLO, J.; BELLÉ, A. R. ; MAZURANA, J. ; FOSCHIERA, L.. Condições para abastecimento de produtos ecológicos em Sananduva-RS. **Anais do III Congresso Brasileiro de Agroecologia**, Florianópolis, 2005.



DUFUMIER, Marc. **Projetos de desenvolvimento agrícola: manual para especialistas.** Tradução: Vitor de Athayde Couto. 2 ed. Salvador: EDUFBA, 2010.

SANTOS, C. E. *et al.*. **Anuário brasileiro de hortaliças 2015.** Santa Cruz do Sul: Editora Gazeta Santa Cruz, 2015.

SIGRA. **Sistema Integrado de Gestão Rural da ATES. Banco de dados 2014. Integrado ao Programa de Assessoria Técnica, Social e Ambiental (ATES) aos assentamentos de Reforma Agrária.** Disponível em: [www.sigra.net.br](http://www.sigra.net.br). Acesso em: 21 de outubro de 2015.

SILVA NETO, B. Análise diagnóstico de sistemas agrários: uma interpretação baseada na teoria da complexidade e no realismo crítico. **Desenvolvimento em Questão.** vol 5, nº 09, Ijuí. p. 33-58. Jan/jun. 2007.

ZARNOTT, A. V., BELLÉ, A.R., VIGNOLO, A. M., FERREIRA, F. F., MIRANDA, F. Q., FRIEDRICH, G. N., CHIES, J. J., CARMO, L. E. A., FLECH, E. M., DALBIANCO, V. P., FIALHO, M. A. V., NEUMANN, P. S., MEDEIROS, J. **Documento orientativo para execução do programa de ATES/RS em 2015,** INCRA, Porto Alegre, 2015.

ZARNOTT, A. V; DALBIANCO, V. P. e NEUMANN, P. S. Rede de unidades de observação pedagógica do Programa de ATES do Rio Grande do Sul. **Anais do X CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE SISTEMAS DE PRODUÇÃO.** Foz do Iguaçu, 2014.



## AGRICULTORES FAMILIARES INTEGRADOS A REDE ECOVIDA: VALORIZANDO PRÁTICAS AGROECOLÓGICAS COM VISTA A UM TERRITÓRIO SUSTENTÁVEL\*

Mara Irene Engelmann\*\*  
Dirceu Basso\*\*\*

### RESUMO

O processo participativo dos agricultores familiares da Rede Ecovida é determinante na construção de aspectos de confiabilidade e troca de experiências entre os mesmos e com os consumidores. Nascida por meio de reivindicações por uma agricultura mais sustentável, a Rede, está ancorada sob princípios de produção agroecológica. A Rede Ecovida esclarece que algumas regras gerais são estabelecidas quando se trata de comercialização dos produtos da produção agroecológica, que são: o acesso à toda população por meio de preços mais justos, a reciprocidade entre agricultores e consumidores, além da priorização do mercado interno tendo em vista os mercados locais. A dinâmica da Rede é movida por projetos de vida, os quais sustentam a autonomia de cada indivíduo com vista à valorização do meio ambiente como lugar e espaço a ser preservado através de uma produção mais sustentável e saudável. As questões sobre a qualidade, origem e produção saudável dos alimentos, as quais estão imbricadas no tema do consumo consciente, também se encontram ressaltadas na sociedade a partir de reivindicação de consumidores. Observa-se que a valorização do agricultor não convencional se faz necessária, face à rápida evolução do agricultor moderno convencional altamente ligado a agricultura capitalista e globalizada.

**Palavras-chave:** Agroecologia, comercialização, rede.

### ABSTRACT

The participative process of the family farmers of the Ecovida Network is decisive in the construction of aspects of reliability and exchange of experiences between them and with the consumers. Born through demands for more sustainable agriculture, the Network is anchored under principles of agroecological production. The Ecovida Network clarifies that some general rules are established when it comes to the marketing of agroecological products, which are: access to the whole population through fair prices, reciprocity between farmers and consumers, in addition to the prioritization of the internal market. In view of local markets. The dynamics of the Network is driven by life projects, which sustain the autonomy of each individual with a view to valuing the environment as a place and space to be preserved through a more sustainable and healthy production. The questions about the quality, origin and healthy production of food, which are embedded in the theme of conscious consumption, are also highlighted in society from consumer demand. It is observed that the appreciation of the unconventional farmer is necessary, given the rapid evolution of conventional modern farmer highly linked to capitalist and globalized agriculture.

**Keywords:** Agroecology, marketing, network.

---

\* Artigo teórico da dissertação de mestrado em construção, a ser apresentado no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural Sustentável da Universidade do Oeste do Paraná- *Campus* Marechal Cândido Rondon.

\*\* Mestranda no no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural Sustentável da Universidade Estadual do Oeste do Paraná. E-mail: maraiengelmann@gmail.com

\*\*\* Docente da Universidade Federal da Integração Latino Americana e atuante, através de convênio institucional, no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural Sustentável da Universidade Estadual do Oeste do Paraná. E-mail: dirceu.basso@unila.edu.br



## 1. INTRODUÇÃO

As formas de produção sustentáveis as quais englobam a soberania alimentar, a agroecologia, bem como a conseqüente valorização de produtos locais estão cada vez mais sendo reivindicadas por agricultores familiares, consumidores e apoiadas por políticas públicas, pois acabam garantindo alimento mais saudável à população, bem como respeitam e preservam o meio ambiente (MEIRELLES, 2004). Para que aja uma conquista e um reforço da idealização dessas reivindicações, esses atores sociais, “interagem com organizações cuja natureza está correlacionada com seu projeto de produção, com sua racionalidade produtiva, num processo cultural de ação social visando à reapropriação da economia a partir de valores próprios” (PORTILHO, 2009 *apud* BASSO e GEHLER 2015, p. 30).

A Rede Ecovida é referência de organização que contempla princípios da produção agroecológica e que por sua vez valoriza o consumo de alimentos produzidos localmente. Meirelles (2004, p.13) destaca que os membros da Rede “têm buscado privilegiar os mercados locais para o escoamento de sua produção”. Segundo Darolt (2013, p. 148), “no Brasil, a maioria dos produtores de base ecológica com bons resultados de comercialização em circuitos curtos tem utilizado pelo menos dois canais de venda, feiras e programas de governo”.

De acordo com Sepulcri e Trento (2010), os mercados locais resultam estratégicos para os agricultores familiares, pois essa parcela importante da categoria social, não obstante, são menosprezados no processo de comercialização, em particular no mercado de commodities.

Tendo em vista a forma de produção e comercialização dos integrantes da Rede, o artigo tem como objetivo trazer aspectos teóricos para compreender a importância desta iniciativa na sustentabilidade no território, nas dimensões socioambientais, bem como na sociabilidade do mercado a partir da racionalidade do agricultor familiar não convencional (BASSO e GEHLEN, 2015). A abordagem trata do mercado de proximidade, ou melhor, do mercado alternativo, agroecológico com prevalência de venda local.

De acordo com Engelman (2015), “os modos que caracterizam de maneira geral os agricultores familiares pertencentes a rede, constituem formas diferenciadas de enxergar o trabalho no meio rural, bem como estabelecem seus próprios objetivos de vida”. Dessa forma Basso (2013, p. 49), reforça que “ao desenvolverem suas experiências de vida e de produção, os atores sociais lutam para ser percebidos em suas maneiras particulares de conduzir suas ações e para ter acesso ao universal”.

Nesse sentido Engelman (2015) ainda destaca que, “a Rede Ecovida reflete uma dinâmica importante tanto na autonomia individual e, na construção de projetos de vida dos indivíduos, quanto na construção de um projeto coletivo com múltiplas racionalidades e que não se limitam a questões econômicas, o que difere a rede em todo seu contexto”.

Segundo (Granovetter 1985 *apud* Basso e Gehlen, 2015, p.29), “os agricultores não convencionais mantêm vínculos enraizados territorialmente, sustentados por questões de confiança e inseridos em redes sociais”. Ainda de acordo com Basso e Gehlen (2015, p. 29-



30) esses agricultores “estabelecem vínculos com mais de uma rede social para comercializar seus produtos. Desse modo, ampliam as condições com vistas à sustentabilidade socioeconômica”. Referente ao mercado em que a Rede Ecovida estabelece seu vínculo, Wilkinson (2008, p.93), aborda sobre a noção de rede de Granovetter, o qual se refere a redes sociais com a noção de construção social, “onde o tipo de rede social é correlacionado com a forma de funcionamento do mercado”.

Os princípios agroecológicos aos quais os integrantes da rede têm inserido em sua forma de produção agrícola, contribuem para fortalecer a sustentabilidade local e por sua vez acabam sendo referência num debate mais aprofundado sobre o desenvolvimento sustentável. Para Magnaghi (2009, p. 291) “um desenvolvimento local autossustentável, fundado no reconhecimento e valorização das identidades dos lugares deve, antes da mais nada, ser um desenvolvimento da sociedade local [...]” (MAGNAGHI, 2009 *apud* Saquet 2015, p. 121).

A Rede Ecovida dividida por núcleos na região sul do Brasil, possui características particulares na construção e na contribuição do desenvolvimento local em cada núcleo em que se estabelece. De acordo com Saquet (2015, p. 125) “a construção de lugares-territórios deve se dar valorizando as identidades, os movimentos sociais, os patrimônios históricos, o trabalho autônomo e coletivo, os espaços públicos, as paisagens, as pequenas cooperativas de trabalhadores e consumidores [...]”

Frente ao desafio de expansão da agroecologia, verifica-se a importante participação do consumidor nessa luta por uma produção de alimentos mais saudáveis. Portilho et. al. (2011) lembra que, o campo político regula as políticas de distribuição e nutrição, produção alimentar, por meio da percepção de escolhas de consumo. A mesma autora ainda menciona que, a relação que se estabelece entre o consumo e a política está presente nos discursos de movimentos sociais, nas ideologias com objetivo de solucionar “problemas sociais e ambientais, práticas de consumo responsável, consciente, ético ou sustentável”.

No processo de realização da dissertação do mestrado elaborou-se uma problemática que leva em conta a tentativa de responder questões relacionadas a produção agroecológica, tendo em vista a importância da mesma no atual debate da sustentabilidade, a qual inclui segundo Sachs (2002) a dimensão ambiental, ecológica, social, econômica, cultural, territorial, política nacional e internacional.

Busca-se identificar os desafios e as perspectivas do processo agroecológico objetivando seu aprimoramento. Essa hipótese estaria vinculada no sentido de que a influência da globalização, do progresso agrícola acelerado e dos sistemas agroalimentares modernos poderiam estar impactando em parte a expansão da produção agroecológica.

O artigo se encontra dividido da seguinte forma: introdução contendo objetivos e a metodologia, seguido pelos subtítulos: a Rede Ecovida e a sociabilidade dos mercados; a Rede Ecovida de Agroecologia: construindo uma territorialidade orientada pelos valores da sustentabilidade, resultados e discussão e a conclusão. A elaboração do presente artigo tem como suporte metodológico a revisão bibliográfica de livros e artigos de revista, os quais auxiliaram no desenvolvimento do tema abordado.



### 3. A REDE ECOVIDA E A SOCIABILIDADE DOS MERCADOS

De acordo com Wilkinson (2008), existem diferentes tipologias de mercado para a agricultura familiar, sendo as seguintes: mercado de comomodities, especialidades, orgânicos, artesanais, solidários e institucionais. O autor, ainda, reforça que para a sustentabilidade de parte importante da agricultura familiar, objetivando a permanência futura da família no meio rural, evidencia-se a necessidade de estratégias produtivas diversificadas e de diferentes canais de mercados.

Em relação a caracterização dos produtores da Rede Ecovida, os mesmos se encaixam na categoria da agricultura familiar. De acordo com Basso e Gehlen (2015) os agricultores familiares modernos adotam diferentes racionalidades produtivas dentre delas a categoria de agricultor moderno não convencional, dessa forma estabelecem formas de comercialização e trabalho diferenciados, onde por vezes necessitam buscar adaptações que auxiliam na continuidade de suas atividades para a consequente permanência e sucessão familiar no meio rural.

Os agricultores da Rede estão inseridos no mercado de proximidade, bem como em mercados institucionais como o PAA e PNAE e, comercializam seus produtos localmente e por um circuito conectado dentro da própria rede, assim estabelecendo também a proximidade nos mercados regionais. Sobre a comercialização da Rede Ecovida, portanto, segundo Perez (2009, p. 204) “dentre os princípios e objetivos de trabalho propostos pela Rede, torna-se bastante evidente sua preocupação em indicar aos seus membros uma orientação pela busca de estratégias de mercado baseadas no comércio justo e solidário e, conseqüentemente, a priorização dos mercados locais”.

Para Conterato *et al* (2007), a agricultura vem se modificando no decorrer da história. As transformações vivenciadas pelos agricultores, orientadas pela lógica da modernização, e a intensificação do processo de globalização das redes de mercado tem exigido de parte dos agricultores a necessidade de readequar suas estratégias produtivas com vista a outros mercados.

Ao mesmo tempo, o aparecimento de demandas pelos consumidores por produtos mais naturais e saudáveis, assim como as políticas públicas e os movimentos sociais impulsionam o surgimento de mercados alternativos. De acordo com Niederle (2009, p. 6), esses mercados “se consolidam a partir da disseminação de uma série de “mercados alternativos” como especialidades de nicho, orgânicos, artesanais, solidários e institucionais”. Em relação a esse tipo de mercado, Niederle (2009) ainda destaca o seguinte:

O estudo de Hinrichs (2000) sobre mercados agrícolas diretos assume uma postura similar neste sentido. [...] Estes mercados têm sido vistos como uma espécie de contraponto aos sistemas de produção e distribuição de alimentos de larga escala representados por mercados globais impessoais e anônimos. Expressões de proximidade e confiança, baseados na familiaridade e pertencimento à comunidade, ligados às necessidades e interesses locais e privilegiando relações entre produtores e consumidores geograficamente próximos, os mercados diretos seriam um típico exemplo de mercado embedded. Sem abdicar deste componente de enraizamento,





Hinrichs demonstra que não é ausente deste tipo de mercado alternativo comportamentos que evocam a lógica do preço (marketness) e o planejamento de metas econômicas projetadas a partir de uma racionalidade econômica [...], o que faz com que a noção de embeddedness torne-se mais nuançada e as distinções entre mercados pessoais e impessoais menos clara. (NIEDERLE, 2009, p.20).

Em uma análise mais aprofundada sobre mercados e nesse universo da complexidade, Wilkinson (2008, p.17) menciona que “podemos identificar pelo menos quatro formas tradicionais de acesso aos mercados: acesso direto, sobretudo no caso de mercado local (informal); intermediação via atravessador; integração com a agroindústria e compras por parte do poder público”. No que se refere a relevância de mercados para a agricultura familiar, o mesmo autor ainda destaca que, essa é “conquistada por distintos processos de fidelização com base na identificação dos produtos e dos processos produtivos com características específicas”.

Os mercados baseados em uma lógica de proximidade, contemplam o que Weber se refere ao mercado como uma ação social onde as instituições orientam o comportamento dos indivíduos (RAUD-MATTEDI, 2004).

Relacionar esse tema sobre mercados e a agricultura familiar, torna-se um quanto desafiador na medida em que encontramos diferentes valores que orientam os diferentes tipos de mercado. Neste âmbito, Basso (2013) observou uma correlação positiva entre os valores que orientam a maneira de fazer a agricultura e os valores que orientam o acesso aos mercados.

Para Veiga (1996), a agricultura familiar aponta enormes vantagens em termos de desenvolvimento rural, por se caracterizar diversificada, além de apresentar um perfil distributivo e incluir aspectos sócio-culturais. O autor reforça também que a “promoção da agricultura familiar como linha de estratégia de desenvolvimento rural está finalmente entrando na agenda política do Brasil” (VEIGA, 1996, p.397). Diante disso, Schneider destaca o que Veiga e Abramoway afirmam sobre a agricultura familiar e seu potencial:

[... a valorização da agricultura familiar e o reconhecimento de seu potencial dinamizador das economias locais talvez seja o principal ponto de consenso. Em maior ou menor medida, sustentam o argumento de que a capacidade de inovação dos agricultores familiares e sua interação com as instituições locais são fundamentais para que possam ampliar a geração e agregação de valor, assim como reduzir custos de transação e estimular economias de escopo. (SCHNEIDER, 2007, p. 19).

Dessa forma, o papel de parcela dos agricultores familiares se enquadra em importantes aspectos de desenvolvimento, na medida em que promove diferentes visões e valores referentes ao mercado por meio de uma produção mais diversificada, da valorização local e cultural, da proximidade com os consumidores, da comercialização como oportunidade de diversificar os mercados sem seguir padrões tecnológicos homogeneizadores. Dessa forma, conforma-se um desenvolvimento rural numa perspectiva de inclusão dos agricultores, no



qual diversas categorias de produtores possam atuar e desenvolver suas atividades sem que tenham que se enquadrar em padrões impostos.

Niederle (2009), destaca que:

Semelhante assertiva pode levar a conclusão de que os mercados alternativos são embedded (incorporados) enquanto os mercados convencionais são disembedded (desincorporados), uma vez que estes teriam pouco ou nenhum vínculo com as instituições (sociais, culturais e políticas) locais (NIEDERLE, 2009, p.14).

Referente a essa incorporação ou enraizamento do mercado alternativo, portanto, observa-se que num mercado de proximidade como é no caso da rede Ecovida, os consumidores estabelecem relações que levam em conta vários aspectos relacionados, por exemplo, com a qualidade do produto, a confiança, o bem-estar, a valorização das identidades locais, entre outros elementos socioculturais. Na produção agroecologia a qualidade está referenciada sob aspectos relacionados à segurança alimentar (alimento sem agrotóxico), à saúde tanto do agricultor quanto do consumidor, à conservação do meio ambiente como um todo (CONSEA, 2012).

A abordagem do “alternativo”, ou seja, a racionalidade *não* convencional, é vista de maneira negativa pelos atores que se orientam pela racionalidade convencional (BASSO E GEHLEN, 2015). Esse tipo de mercado alternativo agroecológico inclui aspectos relacionados com a “sustentabilidade” e engloba, também, características socioculturais de cada região, contribuindo para o desenvolvimento rural sustentável. Diante disso Issberner (2008), destaca que:

Produtos que utilizam práticas sustentáveis, muitas vezes chegam ao mercado a preços mais caros do que os congêneres fabricados com técnicas convencionais. Por outro lado, crescem continuamente os chamados mercados alternativos que incluem uma segmentação formada por produtos orgânicos, de consumo ético ou justo, procedência geográfica. Porém, para atuar nesses nichos de mercado é necessário que os produtores sejam certificados por uma instituição renomada, que ateste a procedência e as práticas adotadas na produção (ISSBERNER 2008. P. 2).

Concordando com a autora, para que as práticas sejam reconhecidas como pertencentes a um dado mercado alternativo, é necessário que aja a incorporação de uma determinada tecnologia. Nesse sentido os membros da Rede Ecovida incorporaram o processo de certificação participativa dos produtos. Destaca-se, também, que a forma de certificação da Rede, não interfere em aspectos relacionados na questão de preços, pois estes tendem a ser justos e acessíveis conforme os princípios que a própria Rede estabelece.



#### **4. A REDE ECOVIDA DE AGROECOLOGIA: CONSTRUINDO UMA TERRITORIALIDADE ORIENTADA PELOS VALORES DA SUSTENTABILIDADE**

Ao produzirem o alimento os produtores pertencentes da Rede levam em conta uma filosofia de vida orientada pela racionalidade não convencional. Apesar da pressão que o modo capitalista de produção, por meio da racionalidade convencional (BASSO e GEHLEN, 2015), exerce sobre as pessoas e a maneira em que estão distribuídos os regimes alimentares sob os territórios mundialmente, a Rede Ecovida possui a capacidade de se diferenciar de modo que faça valer seus princípios, resistindo a forma hegemônica de produção de alimentos (PEREZ-CASSARINO e FERREIRA, 2013).

Tendo em vista, portanto, esse modo de produção envolto de princípios agroecológicos que se enquadra à sustentabilidade no meio rural, esses atores sociais são construtores de uma autonomia a qual diz respeito à uma territorialidade diferenciadora dentro da sociedade. De acordo com Saquet (2015, p.100), “a territorialidade assume o caráter de mobilização, organização e luta política a favor de um desenvolvimento mais equitativo, em uma “espécie de quinto” nível de efetivação no real e mediação condicionante da cooperação para o desenvolvimento”.

Em relação a sustentabilidade incluindo a estabilidade, a resiliência e a equidade Veiga (1996, p.395) afirma que, a agricultura familiar pode apresentar vantagens em se tratando desse tema, pois é por meio da diversificação e de sua versatilidade que alcança os aspectos sustentáveis, se opondo dessa forma da agricultura patronal a qual está cada vez mais fragmentada. Diante disso Basso e Gehlen (2015, p. 23) também ressalta que, “o desenvolvimento rural é tributário da diversidade das racionalidades dos agricultores pelas quais conseguem viabilizar as condições de vida e de produção para garantir sua identidade socioprofissional e sua sustentabilidade socioeconômica”. Lamarche (1993, p. 14), destaca que “a agricultura familiar não é um elemento da diversidade, mas contém nela mesma toda a diversidade”.

Para além da diferenciação no modo de produzir alimentos pelos integrantes da Rede, surge também a importante participação dos consumidores nesse processo. De acordo com Portilho (2009, p. 214) “ o relativo crescimento da liberdade de escolha dos consumidores é conectado a uma busca pela emancipação, identidade pessoal e autonomia na esfera privada, apontando para novas formas de ação política”.

Em relação ao desenvolvimento territorial, relacionando as questões ambientais, Saquet (2015, p. 119) destaca que:

O desenvolvimento implica sempre a atuação de sujeitos locais em processos interativos, que podem inovar sem destruir o patrimônio histórico e sem degradar o ambiente, que podem administrar em forma autônoma o lugar sem ignorar as relações e redes extra locais, em uma concepção prospectiva para a gestão cooperativativa do desenvolvimento que valorize as especificidades de cada lugar-território, tanto econômicas como políticas, culturais e ambientais (SAQUET, 2015, p. 119).



Diante do mencionado, observa-se que a dinâmica dos integrantes da Rede Ecovida se enquadra nessas características de valorização local, de respeito ao ambiente e da autonomia por uma produção sustentável. Para Saquet (2015, p. 117) “a relação territorialidade-temporalidade com um conteúdo político bem definido pode ser transformado em um paradigma que favoreça uma interface-interação mais intensa entre intelectualidade-ciência e cotidianidade-saber-arte, em uma práxis de transformação territorial em favor das necessidades e desejos do povo”.

Sobre a sustentabilidade territorial, (Saquet 2015, p. 123) destaca que “na concepção de Magnaghi (2000) o desenvolvimento abarca processos ambientais, econômicos, culturais e políticos. Da mesma forma para Sachs (2002), o ecodesenvolvimento engloba 5 dimensões as quais são a sustentabilidade social, cultural, ecológica, econômica e espacial.

## 5. RESULTADOS E DISCUSSÕES

Partindo das reflexões expostas neste artigo, verificou-se que os membros da Rede Ecovida contribuem na difusão de práticas que valorizam aspectos de sustentabilidade.

Para que haja um efetivo crescimento do mercado alternativo e de proximidade proposto pela Rede Ecovida, é importante que a produção agroecológica possa expandir-se e, desta forma, contribuir para a promoção de uma territorialidade objetivando o desenvolvimento sustentável.

Na construção do mercado alternativo, tem papel importante, não só os produtores que estão ligados diretamente a Rede, mas, também os consumidores. Pois o ato de consumir se apresenta como uma ação política. Neste sentido, o fortalecimento de relações entre produtores e consumidores enriquecidas por valores presentes na missão da Rede Ecovida contribui para uma territorialidade em bases sustentáveis.

A valorização das diferentes racionalidades entre os agricultores familiares modernos fortalece a dinâmica socioeconômica e ambiental local. Ademais, ela desempenha um importante papel no desenvolvimento rural.

Diante disso, faz-se importante refletir sobre o agricultor familiar moderno não convencional. Verifica-se a importância desses agricultores, tendo em vista que suas práticas incluem aspectos fundamentais na construção social do território.

As reflexões destacadas neste artigo, portanto, apontam faz-se necessário valorizar essa categoria social, a qual encontra-se numa situação menosprezada em relação a agricultura moderna convencional.



## 6. CONCLUSÕES

De acordo com as análises realizadas neste artigo, faz-se importante refletir sobre a racionalidade do produtor moderno não convencional, em particular os agricultores membros da Rede Ecovida. Como foi constatado, a Rede Ecovida é referência de luta e consolidação em termos de produção agroecológica. Ela é o resultado da formação da organização de pessoas, cujas têm como objetivo o fortalecimento e a consolidação da agricultura familiar com vista a sustentabilidade.

Buscar compreender as formas alternativas de mercado, auxilia na construção de comportamentos de consumo mais sustentáveis e assim, conseqüentemente, a expansão dos mercados locais contribuindo para a valorização da produção agroecológica local de alimentos, bem como da preservação do meio ambiente.

Valorizar formas diferentes de ações que contribuem para o bem-estar do ser humano e de toda a natureza é de fato perceber que não estamos desconexos dela. Enriquecer a relação entre os sujeitos e destes com a natureza com os valores que orientam a racionalidade não convencional permite construir novas práticas territoriais, valorizando o patrimônio territorial de cada lugar.

Saquet (2015, p. 124) aponta que, “ é fundamental definir *novas* práticas territoriais, novas apropriações e relações que valorizem o patrimônio territorial de cada lugar. Outras relações sociais e territoriais são possíveis e necessárias”.

Sobre as diferentes dinâmicas exercidas em um determinado território, verificou-se que o trabalho dos integrantes da Rede Ecovida, é resultado de formas autônomas, de luta política e de projetos de vida que buscam por sustentabilidade ao respeitarem o meio ambiente. Nesse sentido (Raffestin e Bresso 1979 *apud* Saquet 2015), destacam que, um “elemento importante do território é a organização política de gestão e autonomia. Essa última significa um processo de descobrimento, exige ações cotidianas em uma utopia realizável”.

Coloca-se como desafio avançar com novas reflexões em outras questões que dizem respeito a dinâmica dos agricultores não convencionais. Em particular verificar quais são os aspectos que estão presentes e/ou ausentes na dinâmica dos agricultores agroecológicos, os quais podem fortalecer ou desvalorizar tais práticas sociais.

## Referências

BASSO, Dirceu; GEHLEN, Ivaldo; Agricultores familiares modernos e diversos, **Revista Orbis Latina**, vol.5, nº2, Foz do Iguaçu/ PR (Brasil), Janeiro-Dezembro de 2015. ISSN: 2237-6976 Disponível no website <https://revistas.unila.edu.br/index.php/orbis> e ou <https://sites.google.com/site/orbislatina/>.

BASSO, Dirceu; **Racionalidades modernas e identidades socioprofissionais de agricultores familiares**; Tese (Doutorado) Universidade Federal do Rio Grande do Sul,



Faculdade de Ciências Econômicas, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Porto Alegre, BR-RS, 2013, 238 f.

CONSEA; **Os impactos do agrotóxicos na Segurança Alimentar e Nutricional: Contribuições do Consea**; Brasília 2012. Disponível em: <<http://antigo.contraosagrototoxicos.org/index.php/materiais/relatorios/os-impactos-dos-agrototoxicos-na-seguranca-alimentar-e-nutricional-contribuicoes-do-consea/download>>. Acessado em 27 de mar de 2017 às 20:00.

CONTERATO, Marcelo Antonio; GAZOLLA, Marcio; SCHNEIDER, Sergio: A dinâmica agrícola do desenvolvimento da agricultura familiar no alto uruguai/RS: suas metamorfoses e reações locais. In: SABOURIN, E. e TONNEAU, J.P. (Org.). **Agricultura familiar: interação entre políticas públicas e dinâmicas locais**. 1 ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2007, v. 1, p. 47-60.

DAROLT, Moacir Roberto; Circuitos curtos de comercialização de alimentos ecológicos: reconectando produtores e consumidores IN: **Agroecologia : práticas, mercados e políticas para uma nova agricultura** / organizadores Paulo André Niederle, Luciano de Almeida, Fabiane Machado Vezzani.— Curitiba : Kairós, 2013. 393 p

ENGELMANN, Mara I.; **Análise de impacto da certificação orgânica desde uma perspectiva socioeconômica: caso agricultores familiares da rede ecovida de foz do iguaçu, paraná**. Foz do Iguaçu, 2015.

ISSBERNER, R, L. **Informação e conhecimento para o desenvolvimento sustentado em pequenas comunidades: a certificação de produtos para mercados alternativos**. IX ENANCIB. USP 2008. Disponível em: <http://enancib.ibict.br/index.php/enancib/ixenancib/paper/view/3070/2196>. Acessado em 25 de julho de 2016.

LAMARCHE, H. A agricultura familiar: comparação internacional. Campinas, SP: UNICAMP, 1993.

MEIRELLES, Laércio; **Soberania Alimentar, agroecologia e mercados locais**. Agriculturas - v. 1 - no 0 - setembro de 2004

MATTEDI, Cécile R.; A Construção social do mercado em Durkheim e Weber: análise do papel das instituições na sociologia econômica clássica; **Revista Brasileira de Ciências Sociais** - Vol. 20 Nº 57. fevereiro 2005.

NIEDERLE, A, P. Delimitando as Fronteiras Entre Mercados Convencionais e Alternativos para a Agricultura Familiar. **Revista Extensão Rural**, DEAER/PPGExR – CCR – UFSM, Ano XVI, nº 18, Jul – Dez de 2009; Disponível em: <http://w3.ufsm.br/extensaorural/art1ed18.pdf>. Acesso em 25 de julho de 2016.



PEREZ-CASSARINO, Julian; FERREIRA, Angela Duarte D.; Agroecologia, construção social de mercados e a constituição de sistemas agroalimentares alternativos: uma leitura a partir da rede ecovida de IN: **Agroecologia : práticas, mercados e políticas para uma nova agricultura** / organizadores Paulo André Niederle, Luciano de Almeida, Fabiane Machado Vezzani.— Curitiba : Kairós, 2013. 393 p.

PEREZ-CASSARINO, Julian; **A construção social de mecanismos alternativos de mercados no âmbito da Rede Ecovida de Agroecologia;**– Curitiba, 2012; 450 f. Disponível em: <<http://www.centroecologico.org.br/teses.php>> Acessado em: 04 nov. 2015 às 21:49.

PORTILHO, F. Novos atores no mercado: movimentos sociais econômicos e consumidores politizados. **Revista Política & Sociedade** - Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política da Universidade Federal de Santa Catarina – Vol. 8, nº 15, out. 2009. p.199-224

ROVER, Oscar José; **Agroecologia, mercado e inovação social: o caso da Rede Ecovida de Agroecologia.** Ciências Sociais Unisinos, São Leopoldo, Vol. 47, N. 1, p. 56-63, jan/abr 2011.

SACHS, Ignacy. **Caminhos para o desenvolvimento sustentável.** Rio de Janeiro: Garamond. 2002.

SAQUET, Marcos Aurelio; **Por uma geografia de las territorialidades y las temporalidades: Uma concepción multidimensional orientada a la cooperación y el desarrollo territorial.** La Plata: Universidad Nacional de La Plata. Facultad de Humanidades y Ciencias de la Educación. Biblioteca Humanidades; 36. (2015).

SCHNEIDER, Sérgio; **Tendências e temas dos estudos sobre desenvolvimento rural no Brasil;** 2007; Disponível em: <http://portal.mda.gov.br/o/884942>.

SEPULCRI, Odílio; TRENTO, Edilson J.; **O mercado e a comercialização de produtos agrícolas** - Curitiba: Instituto Emater, 2010

VEIGA, José Eli da; Agricultura e sustentabilidade; **Cadernos de Ciência & Tecnologia,** Brasília, v.13, n.3, p.383-404, 1996.

WILKINSON, John; **Mercados, redes e valores;** Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008.



## APROPIACIÓN TERRITORIAL, CULTURA Y PODER: PROPUESTA CONCEPTUAL PARA EL ESTUDIO DE COMUNIDADES INDÍGENAS Y CAMPELINAS EN EL CONTEXTO MEXICANO

### TERRITORIAL APPROPRIATION, CULTURE AND POWER: CONCEPTUAL PROPOSAL FOR THE STUDY OF IN INDIGENOUS AND PEASANT COMMUNITIES IN THE MEXICAN CONTEXT

Conrado Márquez Rosano<sup>1</sup>  
María del Carmen Legorreta Díaz<sup>2</sup>

#### RESUMEN

En el presente trabajo exponemos el marco contextual referido a la comunidad agraria y el campesinado en México, pues consideramos que juegan un papel muy importante como actores colectivos e individuales en la gestión de los recursos naturales. También presentamos una propuesta de conceptualización de la apropiación territorial, planteando que está constituida por tres dimensiones: subjetiva, concreta, normativa y que éstas a su vez están articuladas entre sí. Concluimos con la aportación de otros autores que abordan el tema de la apropiación de nuevos elementos culturales y su incorporación al sistema de conocimientos y representaciones de las poblaciones indígenas para aplicarlo a su proceso de apropiación territorial. Para ello, nos centraremos en dos procesos de apropiación. Uno referido a los conocimientos y técnicas que se aportan desde otros ámbitos externos, en tanto elementos culturales ajenos a las culturas locales, pero apropiables por su pertinencia para resolver problemas de manejo de los recursos naturales. El otro relacionado con la apropiación territorial, la cual proponemos conceptualizar como un proceso que articula lo natural y geográfico con lo social concebido de forma integral. Al respecto consideramos que el reconocimiento inicial de las modalidades de apropiación territorial existentes en dichas comunidades, debe ser el punto de partida para discutir con ellas modos más sustentables de gestión de sus recursos.

**Palabras clave:** comunidad agraria, ejido, territorio, gestión de recursos naturales.

#### ABSTRACT

In the present work we outline a contextual framework for analyze the agrarian community and the peasantry in Mexico, because we consider that they play a very important role as collective and individual actors in the management of natural resources. We also present a proposal for the conceptualization of territorial appropriation, which is composed of three articulated dimensions: the subjective, concrete and the normative dimension. We finalize with the contribution of other authors that address the subject of the appropriation of peasant and indigenous communities of new cultural elements and their incorporation into the system of knowledge and representations to apply them to their process of territorial appropriation. For this, we will focus on two processes of appropriation. The first refers to the knowledge and techniques that are provided from external spheres such, as cultural elements alien to local cultures, but appropriable for their relevance to solve problems of management of natural resources. The second, related to territorial appropriation, which we propose to conceptualize as a process that articulates nature and geography with society conceived in an integral way. In this regard, we consider that the initial recognition of the modalities of territorial appropriation existing in these communities should be the starting point for discussing with them more sustainable ways of managing their resources.

**Keywords:** agrarian community, ejido, territory, natural resources management

---

<sup>1</sup> Profesor investigador del Instituto de Investigaciones sobre la Agricultura Regional y el Desarrollo Rural de la Universidad Autónoma Chapingo, México; Doctor en Estudios Rurales; e-mail: cmarquezr@taurus.chapingo.mx

<sup>2</sup> Investigadora del Centro de Investigaciones Interdisciplinarias en Ciencias y Humanidades, UNAM, México; Doctora en Estudios Latinoamericanos; e-mail: clegorreta@unam.mx





## 1. INTRODUCCIÓN

En México de acuerdo con el último Censo ejidal de 2007 (INEGI, 2009), alrededor de 106 millones de hectáreas (54% del territorio del país) está en manos de más de 31 mil colectividades agrarias: ejidos y bienes comunales, las cuales en su mayoría son propiedad de campesinos y comunidades indígenas<sup>3</sup>. Esta apropiación social de la tierra es resultado de la Revolución Mexicana, la aplicación de la reforma agraria y la lucha de los campesinos por la tierra a lo largo del siglo XX. De esta superficie el 64% se maneja como tierras de uso común donde hay bosques, pastizales y otros tipos de vegetación que se aprovechan como bienes comunes de usufructo colectivo. Además, México es un país con una gran diversidad biológica y cultural donde se hablan más de 60 lenguas indígenas, por lo que en la actualidad, para quienes abordamos la problemática del desarrollo sustentable en regiones de población indígena y campesina, la dimensión sociocultural de la apropiación de los recursos naturales en el medio rural es un aspecto necesario de considerar. Sin embargo, para quienes no tenemos una formación en antropología, la realización del estudio de esta dimensión en casos concretos, o el problema de su incorporación en programas de desarrollo no es tan clara. Por ello consideramos importante contar con criterios o principios que nos permitan comprender mejor lo que significa o implica un manejo “culturalmente aceptable” de los recursos naturales, más allá de la noción de “la participación informada de los interesados”.

Lo anterior nos lleva a plantear las siguientes preguntas: ¿Culturalmente aceptable para quién? ¿A partir de qué referentes culturales? ¿Lo “culturalmente aceptable” lo pensamos en el sentido de un rescate y preservación de las formas de uso tradicionales de los recursos naturales y de los conocimientos asociados a ellas, o bajo la idea de reorientar las formas de uso, pero de manera “aceptable” para las comunidades indígenas involucradas? ¿Qué aportes podemos hacer los profesionistas y académicos, y de qué manera, al manejo sustentable de los ecosistemas en contextos de comunidades indígenas y campesinas?, Y finalmente ¿Qué políticas públicas de conservación de los recursos y de desarrollo sustentable tienen posibilidades de ser aceptadas y apropiadas en los diversos contextos campesinos (indígenas y no indígenas) de las regiones rurales de México?

---

<sup>3</sup> Para efectos del derecho agrario en México, el ejido es la unidad territorial que se constituye por la superficie de tierras dotadas legalmente por parte del Estado a un grupo de campesinos sin tierra (o incorporadas al régimen ejidal), los cuales adquieren el carácter de “ejidatarios” y son los titulares de los derechos de usufructo de las tierras ejidales que les fueron dotadas. Dichas tierras por su destino pueden ser: 1) Para el asentamiento humano, donde se construyen las viviendas y demás edificios públicos; 2) De uso común, constituidas por áreas forestales y pastizales que se manejan como bienes comunes, así como reservas de tierras no parceladas; y 3) Parceladas, asignadas como dotación individual para la producción agropecuaria. En el caso de los “bienes comunales”, éstos se constituyen como una restitución y reconocimiento por parte del Estado del derecho territorial de los pueblos indígenas de origen prehispánico, y el sujeto de derecho es la comunidad indígena, la cual tiene mayor margen de autonomía que el ejido para asignar a sus miembros, que en este caso se denominan “comuneros”, los derechos de uso y acceso a las tierras de la comunidad (Ley Agraria de 1992, el 27 de marzo de 2017 fueron publicadas las últimas reformas a esta ley).



Al respecto se considera que una perspectiva socio-política de este problema, relacionada con la apropiación social de los territorios y la gobernabilidad de los mismos, nos permitirá abordarlo de una mejor manera. A reserva de desarrollar en mayor medida este planteamiento, comentaremos solamente que el enfoque de la apropiación territorial - para el cual retomamos a GODELIER, (1984) y a WEBER; RÉVERET (2006), la perspectiva territorial de LINCK (2006), el planteamiento de la reapropiación social de la naturaleza de LEFF (2000), y del control cultural de BONFIL, (1991) - nos aportan elementos para la reflexión de este tema. Haremos nuestro análisis en general del contexto agrario mexicano, y en particular del Estado de Chiapas, que se ubica en la frontera sur del país, colindando con Guatemala. Consideramos que esta perspectiva, que hemos retomado en varios de nuestros trabajos (MARQUEZ-ROSANO, 2002, 2006 y 2008, LEGORRETA; MARQUEZ-ROSANO y TRENCH, 2014) pudiera contribuir al estudio de otras regiones de población indígena y campesina de América Latina.

En el presente artículo exponemos el marco conceptual referido a la comunidad agraria y el campesinado en México, pues consideramos que juegan un papel importante como actores individuales y colectivos en la gestión de los recursos naturales. También se expone la definición de los conceptos de territorio y apropiación territorial. Concluimos con la aportación de otros autores que abordan el tema de la apropiación de nuevos elementos culturales y su incorporación al sistema de conocimientos y representaciones de las poblaciones indígenas, el cual puede ser aplicado a los procesos de apropiación territorial.

En este sentido, nos centraremos en dos procesos de apropiación: uno referido a los conocimientos y técnicas que se aportan desde otros ámbitos, en tanto elementos culturales ajenos a las culturas locales, pero apropiables por su pertinencia para resolver problemas de manejo de los recursos naturales; y otro, relacionado con el anterior, referido al proceso social de apropiación del territorio. Al respecto consideramos que el reconocimiento inicial de las modalidades de apropiación territorial existentes en dichas comunidades, debe ser el punto de partida para discutir con ellas modos más sustentables de gestión de sus recursos.

## **2. ELEMENTOS CONCEPTUALES PARA ABORDAR EL PROBLEMA DE LA COMUNIDAD AGRARIA EN MÉXICO Y LA APROPIACIÓN SOCIAL DEL TERRITORIO**

### *2.1. Campesinado, unidad económica familiar y comunidad agraria*

En este apartado nos interesa destacar el papel relevante que juega la comunidad agraria (campesina o indígena) en tanto colectividad territorial, en la regulación del uso y acceso a las tierras y recursos naturales.

La teoría sobre el campesinado que se desarrolló durante los años 70 y 80, para entender las lógicas y estrategias de las unidades de producción campesina como unidades económicas familiares de producción-consumo y para esclarecer los mecanismos de



explotación del trabajo campesino en el marco de la sociedad capitalista y su comportamiento como clase social, ha mostrado limitaciones para abordar los problemas ambientales y de apropiación territorial en el medio rural. Consideramos que dichas limitaciones se deben al énfasis en el análisis de la unidad de producción familiar como entidad autónoma e independiente. Es decir, dicha teoría ha soslayado el estudio del ámbito de la comunidad como un espacio de regulación económica y no sólo de socialización cultural y política. Reflejo de esta percepción, que tuvo mucha importancia en los años 80, es el señalamiento de A. BARTRA (1982) en el sentido de que:

“La mayoría de los agrupamientos campesinos de nuestro país están lejos de cumplir la función de células socioeconómicas que las comunidades han representado en otras épocas o en otros lugares. En las zonas de México donde existió una tradición de propiedad comunal y trabajo colectivo, éste ha desaparecido o se ha debilitado y muchos de los actuales centros de población se han creado ya sin esa tradición. Por otra parte, las formas ejidales y comunales de tenencia de la tierra no son por lo general más que hechos jurídicos que no están acompañados de relaciones comunales significativas en la producción y la apropiación” (BARTRA, A., 1982:21).

En el mismo tenor, CALVA (1988) hizo una crítica dirigida a los estudiosos del campesinado que consideran a la comunidad agraria como uno de sus rasgos fundamentales, en la que señala que el comunalismo agrario formó parte de épocas históricas pasadas y que está en franca extinción con el desarrollo de las relaciones mercantiles capitalistas.

Sin embargo, otros autores han destacado que la comunidad, en muchos casos, es un espacio en el que se definen de manera colectiva, si bien no necesariamente siempre bajo formas democráticas, las modalidades de acceso a los recursos de propiedad común y la gestión de los mismos, así como ciertos condicionamientos al usufructo individual de los terrenos parcelados. En este sentido coincidimos con LINCK (1991) cuando plantea:

“Definir la agricultura campesina enfatizando, más allá de su carácter familiar, la existencia y el papel que desempeña una organización del trabajo coherente en la escala de las comunidades y de su base territorial. A contra corriente de las interpretaciones más comunes, tratamos de ver en esta organización del trabajo a la vez una interfase entre unidades de producción y economía global, entre cambio técnico y relaciones sociales así como una matriz de relaciones sociales específicamente campesinas.” (LINCK, 1991: 70)

Esta perspectiva, considera la realidad persistente y actual de que en México una colectividad campesina (ejidos y bienes comunales) está vinculada con una unidad territorial. Realidad que también se ha observado en otras partes del mundo por otros autores, registrando la persistencia del ámbito comunitario como instancia de regulación y acceso a los recursos del territorio apropiado por una colectividad rural (AGRAWAL, 1995; OSTROM, 1990).



Así mismo, consideramos que en una parte significativa de dichas colectividades territoriales existen importantes recursos naturales y productivos de propiedad común: como es el caso de bosques y selvas, áreas de agostaderos para el ganado, recursos hídricos, entre otros. Es también sobre este tipo de recursos que dichas colectividades toman decisiones en relación con las modalidades de acceso, regulación y transferencia de derechos de uso, así como sobre los dispositivos que regulan estos recursos. Modalidades que adquieren una gran diversidad en función de la trayectoria histórica de las comunidades, las características del territorio y los recursos apropiados, el conocimiento local sobre dichos recursos, así como por la capacidad técnica y organizativa de la comunidad agraria. Al respecto, de acuerdo con el PROCEDE (Programa de Certificación de Derechos Ejidales, derivado de la Ley Agraria de 1992), se estima que dos terceras partes de la superficie ejidal y comunal corresponde a tierras de uso común y la otra tercera parte corresponde a áreas que se han fraccionado en parcelas agrícolas que se explotan de manera individual o familiar (INEGI, 2007); y en relación con la superficie forestal del país se reporta que alrededor del 80% de la misma pertenece a ejidos y comunidades (BRAY; MERINO, 2004). Esta superficie forestal, de acuerdo con la Ley Agraria (1992) y la Ley de Desarrollo Forestal Sustentable vigente (2017), en los ejidos se debe manejar como tierras de uso común bajo la modalidad de usufructo colectivo, señalando expresamente que no es legal su fraccionamiento en parcelas individuales.

Lo anterior no significa negar el efecto disolvente que provocan las relaciones de tipo capitalista sobre el debilitamiento del tejido social y las instituciones de las comunidades agrarias y de las sociedades campesinas en general; el cual da como resultado una gradual pérdida y debilidad del control colectivo sobre el territorio y sus recursos. Sin embargo, nos parece necesario insistir en el hecho de que en los ejidos y comunidades no sólo encontramos, parafraseando a Marx, “una enorme masa de campesinos parcelarios sin estar unidos los unos a los otros”, donde se ubican “la parcela, el campesino y su familia; y a un lado otra parcela, otro campesino y otra familia”; sino que encontramos colectividades territoriales que establecen relaciones sociales complejas al apropiarse de la tierra y los recursos naturales (bosques, fuentes de agua, entre otros), siendo muchos de ellos recursos de propiedad común. Hecho que nos parece muy relevante para el estudio de los problemas ambientales en el medio rural mexicano.

Por otra parte, nos parecen válidas las observaciones críticas hacia la corriente del comunismo agrario, al poner en duda el planteamiento (hasta cierto punto romántico) de que predominan en la mayoría de las comunidades campesinas e indígenas relaciones de equidad y solidaridad entre los miembros de las mismas; y que sus sistemas normativos posibilitan un acceso justo a los recursos de la comunidad. Lo anterior sustentado en la idea de que las comunidades rurales basan sus relaciones en una economía moral que cuenta con mecanismos redistributivos que impiden los procesos de abusos de poder y concentración de recursos. Debido a lo anterior, es que los comunistas se ocupan de destacar principalmente las contradicciones que enfrentan las comunidades rurales con la sociedad global capitalista y el Estado Nacional.



Consideramos que si bien muchas comunidades enfrentar el reto de gestionar de manera colectiva sus recursos naturales de propiedad común, no podemos dejar de reconocer los procesos de abusos de poder e inequidad social que se presentan al interior de la mayoría de los ejidos y comunidades rurales de la región Lacandona que hemos visitado, y que otros autores han observado en otras regiones del país. Hechos estos que inciden directamente en las relaciones de poder al interior de dichas comunidades, así como en las modalidades concretas de apropiación y acceso a la tierra y a los recursos patrimoniales de las comunidades rurales. Lo anterior lo afirmamos sin negar la posibilidad de que dada la diversidad de condiciones sociales e históricas en México pudieran existir comunidades agrarias, indígenas o campesinas, en las que predominan relaciones de equidad y solidaridad entre sus miembros, o que este modelo de comunidad campesina armónica e igualitaria sea asumido como un proyecto político por parte de algunos sectores y organizaciones sociales.

Sin embargo, y a pesar de los procesos de abusos de poder, en la medida en que la colectividad se mantenga realmente como una instancia de decisión sobre los recursos de propiedad común que se encuentran en su territorio, existe la posibilidad de mantener o restablecer un control justo sobre las modalidades de acceso y apropiación de los recursos. Lo anterior como resultado de adecuados arreglos de los conflictos y de las relaciones de poder entre los grupos de interés al interior de la comunidad. Es por eso que quizás sea más conveniente hablar de sociedades campesinas locales en lugar de comunidades agrarias, pues la noción de comunidad puede remitir a la noción de un grupo que comparte intereses y establece relaciones entre iguales. A pesar de plantear esta necesaria precisión y dado el uso corriente del término de comunidad rural o agraria para designar a los ejidos, en el presente texto se utilizan indistintamente colectividad local, sociedad campesina local y comunidad campesina, rural o agraria, para designar al grupo social que habita en una misma localidad rural, mantiene cierta cohesión social y comparte un mismo territorio. Finalmente, y dados los argumentos arriba indicados, queremos enfatizar la limitación de caracterizar a la comunidad rural únicamente como espacios de socialización cultural y política, desconsiderando la existencia en esta escala de una dimensión económica.

En conclusión, consideramos que ni el campesino se sustenta únicamente de su unidad de producción familiar; ni decide sobre la misma de manera totalmente autónoma e independiente de las restricciones que establece la comunidad, pues su economía se complementa con el acceso a recursos de propiedad común y se enmarca en las reglas que regulan la organización del trabajo y la coordinación de las acciones individuales y colectivas para aprovechar los recursos de su territorio. Además, frecuentemente la colectividad local establece regulaciones y restricciones a las actividades familiares, las cuales configuran un marco de normas que inciden en sus estrategias de reproducción. Como lo destaca T. LINCK cuando refiere que en algunas comunidades campesinas del estado de Michoacán que practican el sistema de “año y vez”<sup>4</sup>, existe la norma comunitaria de que después de cierta fecha se abre el acceso del ganado de los miembros de la comunidad a las parcelas agrícolas

---

<sup>4</sup> Manejo del conjunto del área de cultivo que la divide en dos a fin de cultivarlas de manera alterna: un año de cultivo, por un año de descanso.



que fueron cultivadas con maíz para aprovechar el rastrojo (residuos secos de tallos y hojas) de las mismas. Lo cual beneficia más a los productores que cuentan con un mayor número de cabezas de ganado. (LINCK, 1988). En este sentido, la comunidad agraria no sólo cumple la función de ser un espacio de socialización cultural y política, sino que desempeña un papel económico importante en la gestión y apropiación de los recursos de la comunidad y en la articulación económica e intermediación de los campesinos con la sociedad global.

Nos parece que las modalidades de acceso a los recursos de propiedad común y las formas en que se define el acceso a la tierra (parcela familiar y de uso común) al interior de los ejidos y comunidades, constituyen la base de relaciones sociales de apropiación y producción al interior de la comunidad. Dichas relaciones pueden expresar procesos de desigualdad, inequidad y explotación, tanto como procesos de fortalecimiento de relaciones de equidad y solidaridad entre sus miembros. Las dinámicas socioeconómicas locales, la historia concreta compartida de lucha por demandas comunes, la experiencia colectiva en la solución de problemas y los conflictos internos en las comunidades, entre otros factores, influirán en el rumbo que en cada caso tomen las mismas.

## ***2.2. Territorio, apropiación territorial y modos de apropiación***

En esta parte nos interesa exponer la pertinencia del enfoque territorial en el estudio de los ejidos y bienes comunales en México, ya que constituyen colectividades territoriales que, como señalamos más arriba, deciden en conjunto sobre las modalidades del uso y acceso a los recursos existentes en el espacio que ocupan. Si bien la noción de territorio normalmente hace referencia al espacio apropiado y ocupado por una nación o un pueblo, en el presente trabajo retomaremos el concepto de territorio definido por GODELIER (1989):

“Se designa territorio la porción de naturaleza, y por tanto del espacio, sobre el que una sociedad determinada reivindica y garantiza a todos o a parte de sus miembros derechos estables de acceso, de control y de uso que recaen sobre todos o parte de los recursos que allí se encuentran y que dicha sociedad desea y es capaz de explotar” (GODELIER, 1989: 107).

Consideramos que este concepto puede aplicarse a diferentes escalas de organización socio-espacial, utilizándose en este trabajo en el análisis de las sociedades campesinas locales: ejidos y bienes comunales. En el caso de la legislación agraria mexicana es en esta escala donde realmente podemos hablar del establecimiento de un control relativo al acceso y uso de los recursos naturales, como resultado del reconocimiento y dotación legal de tierras a las colectividades que las reivindican. A nivel regional la noción de territorio puede dar cuenta del tipo de sociedad regional que se configura por compartir elementos de identidad y por las modalidades predominantes de apropiación del espacio y los recursos en dicha región.

En esta perspectiva, por **apropiación territorial** se entiende el proceso en el que una sociedad, colectividad o grupo social establece la ocupación y control de una porción del espacio para hacerlo suyo, con el fin de usufructuar y aprovechar sus recursos, definiendo



modalidades de acceso a los mismos y organizando actividades económicas que le permitan satisfacer sus necesidades. La apropiación del territorio hace referencia a un proceso inacabado (salvo en el caso en que se abandona el territorio), gradual y permanente, que para el caso de los ejidos y bienes comunales de la región Lacandona, en el estado de Chiapas, resulta de la colonización de la región a partir de los años 50 del siglo XX.

Por otra parte, los modos o formas que adquiere la apropiación del territorio resultan de la conjugación de tres planos o dimensiones: una dimensión **subjetiva** referida a las representaciones sociales que el grupo tiene del territorio ocupado y sus recursos, así como de las posibles modalidades de utilización, acceso y distribución de dichos recursos (incluida la tierra); las cuales son consideradas legítimas, con base en sus conocimientos, experiencia previa, sistema de valores, y su cultura en general. Un aspecto importante de las representaciones sociales lo constituye el sentido de pertenencia y apego a la comunidad local y al territorio como espacio de identidad, o si se prefiere de identificación, que podríamos considerar de carácter afectivo. El otro aspecto se refiere al sistema de conocimientos técnicos y relacionales que les permite manejar los recursos y vivir en sociedad. Entendiendo por representaciones sociales las ideas, creencias, imágenes mentales, valores y conocimientos que comparte el grupo en relación con un aspecto de su realidad, las cuales guían su práctica social. Por ejemplo: de lo que consideran útil y bueno, de lo inútil y malo (e incluso dañino); de lo que en su perspectiva es correcto, legítimo y permitido, de lo que es incorrecto y sancionable (WEBER; RÉVERET, 2006).

La segunda dimensión de la apropiación es la que denominamos dimensión **concreta**, la cual se establece por medio de los usos que la población local le da a sus recursos, por las prácticas sociales de apropiación y por la organización del trabajo; mediante los cuales se realiza el aprovechamiento material de dichos recursos. Estos usos y prácticas expresan también las técnicas e instrumentos utilizados en la apropiación de los recursos. Podemos decir que es la forma observable de la apropiación del territorio.

Existe también una tercera dimensión **normativa**, que aunque es resultado de cierto proceso de abstracción de las relaciones sociales y de solución de conflictos en la comunidad, no es menos real. Esta dimensión se expresa en las formas de apropiación referida a las normas, reglas e instituciones de regulación que la colectividad local establece para acceder, usar y preservar los recursos del territorio; para la distribución y asignación de los derechos de usufructo de los mismos, así como de los beneficios que se derivan de su explotación; para legitimar el uso y la propiedad entre sus miembros, constituyendo un sistema de derechos de propiedad y uso que también da un marco para la solución de conflictos. Retomamos la idea de instituciones como un conjunto de reglas que se establecen y aplican como sistemas de decisión colectiva, así como las estructuras organizativas que se requieren para su aplicación (OSTROM, 1990; BRAY; MERINO, 2004). Además, existen normas (técnicas y sociales) que regulan la organización del trabajo que posibilita el aprovechamiento de los recursos. Dichas normas estructuran y dan estabilidad a las formas de apropiación, constituyendo una parte



esencial y el marco de las relaciones sociopolíticas que se establecen en el proceso de apropiación (LINCK, 1991; GODELIER, 1989; WEBER; RÉVERET, 2006).

La conjunción en la realidad de estas tres dimensiones (subjetiva, concreta y normativa) conforma lo que hemos denominado el **modo de apropiación social del territorio**, el cual caracteriza el estado que en un momento dado presentan las diferentes modalidades de apropiación. Este concepto de modo de apropiación social puede aplicarse igualmente para caracterizar las modalidades de apropiación de cada uno de los recursos naturales y productivos. Los recursos productivos tienen la característica de constituir un sistema de recursos que puede delimitarse claramente y que en parte constituyen bienes de propiedad común. Además, dicho sistema de recursos, cuando son comunes, requiere de una gestión colectiva para su aprovechamiento y preservación. Como es el caso de los recursos forestales y agostaderos en tierras de usos común, los recursos pesqueros de una laguna, o un sistema de riego, entre otros (WEBER; RÉVERET, 2006; OSTROM, 2000).

En este sentido, la apropiación del territorio es también un proceso de producción social que convierte una porción del espacio en un bien colectivo complejo, el territorio mismo, compuesto por múltiples recursos materiales y no materiales, y que por lo mismo es patrimonio de la colectividad local que se lo apropia (LINCK, 2006).

Estas formas de apropiación territorial se ven influidas por las características del territorio mismo y de los recursos que contiene (distribución, cantidad y calidad de los mismos), y por la dinámica demográfica, que establece la abundancia o escasez relativa de los recursos en relación con la población local y las modalidades de acceso. Por otra parte, y de manera relevante, las modalidades de apropiación también están condicionadas por la forma de integración de la sociedad campesina local a la sociedad global y por el contexto económico en el que están inmersas las comunidades agrarias –en particular del sistema de precios y los mercados–, así como por las políticas públicas: agropecuarias, ambientales y agrarias, y su expresión concreta en la región.

Es en esta perspectiva que consideramos pertinente analizar la forma en que cada ejido y bienes comunales ha definido las formas de apropiación y acceso a la tierra, su parcelamiento y la definición de áreas de uso común; así como las formas de organización del trabajo y las modalidades de acceso a los recursos naturales con que cuentan, más allá de la noción jurídica general del régimen de tenencia de la tierra.

De este marco conceptual se deriva como hipótesis que mayores grados de apropiación territorial implicarán un manejo más sustentable de los recursos del territorio. Entendiendo como mayores grados de apropiación por parte de la población: un mayor conocimiento del territorio y sus recursos, mayor sentido de pertenencia, identidad y apego al territorio, formas de uso y aprovechamiento de los recursos del territorio cada vez más diversificadas y sustentables, modalidades e instituciones de regulación y control del acceso y uso de los recursos definidas con la participación de la población local y respetadas por ella (instituciones locales robustas), además de una transferencia de derechos sobre la tierra y los recursos que posibilite la reproducción social de la comunidad agraria, así como una distribución más equitativa de los beneficios del aprovechamiento de los recursos. En sentido





contrario, el proceso de parcelamiento, fragmentación social y la pérdida del control por parte de la comunidad de las tierras de uso común, y de los recursos que contienen, establecen condiciones que favorecen el deterioro ambiental y la deforestación. Por lo que se podría hablar de “la tragedia de la parcelación (o fraccionamiento) y pérdida del control de los recursos de uso común” como uno de los procesos que en ciertas condiciones favorece el deterioro ambiental.

Por ejemplo, L. PARÉ (1995) señala en sus trabajos sobre la región de la Sierra de Santa Martha, Veracruz, en México, que la pérdida del control social sobre el uso del suelo y la parcelación de sus tierras de uso común constituye uno de los factores –entre otros- de la deforestación y el deterioro ambiental en esa región; planteando la necesidad de reconstruir y reforzar las instituciones locales para una gestión social de los recursos naturales.

### 3. CONTROL CULTURAL Y REAPROPIACIÓN SOCIAL DE LA NATURALEZA

En este apartado retomaremos los aportes de BONFIL (1991) sobre el control cultural y la apropiación de elementos culturales nuevos para relacionarlos con la gestión de los recursos naturales, así como los de LEFF (1998 y 2000) sobre la reapropiación social de la naturaleza.

Respecto de la dimensión cultural de la gestión social del territorio (sus recursos incluidos) y los procesos de cambio técnico en la agricultura, nos interesa retomar dos planteamientos centrales partiendo de reconocer a la tecnología y el aprovechamiento de los recursos naturales como parte de la cultura (HERNÁNDEZ X.; RAMOS, 1977; TOLEDO, 1990):

- 1) La necesidad de estudiar, recuperar y desarrollar el conocimiento de las formas de aprovechamiento de los recursos naturales y la tecnología tradicional, como conocimiento potencialmente válido y útil para las condiciones ambientales en que se desarrolla la producción campesina en nuestro país, dada la gran riqueza cultural de los pueblos mesoamericanos. Conocimientos que, si bien se han reconocido como un patrimonio de los mexicanos de incalculable valor, falta impulsar en la práctica el mejoramiento, enriquecimiento y adecuación de los mismos a los contextos de las comunidades indígenas y campesinas contemporáneas.
- 2) Reflexionar sobre los grados de pertinencia de las formas de aprovechamiento de los recursos naturales y del desarrollo tecnológico occidental-industrial, que puede convertirse en la imitación de un proyecto cultural ajeno para muchos grupos sociales en el medio rural. El cual puede atentar contra su cultura y reproducir condiciones de dependencia y subordinación, así como formas no sustentables de aprovechamiento.

Para abordar esta problemática, nos parece pertinente la propuesta de BONFIL (1991), sobre el concepto de **control cultural**, entendido como *"la capacidad de decisión sobre los*



*elementos culturales*". Como la cultura es un fenómeno social, la capacidad de decisión que define al control cultural es también una capacidad social. Esta última idea nos remite a la noción de sujeto social, en este caso un grupo étnico que se diferencia por compartir elementos de identidad y cultura.

Para este autor, "*el control cultural no sólo implica la capacidad social de usar un determinado elemento cultural, sino -lo que es más importante- la de producirlo y reproducirlo*". Por elementos culturales se entienden "*los recursos de una cultura que resulta necesario poner en juego para formular un propósito social*". Dichos elementos culturales pueden ser materiales, de organización, de conocimiento, simbólicos y emotivos. Si definimos como propósito social el aprovechamiento de los recursos naturales y la producción agrícola para la satisfacción de diversas necesidades humanas, aparecerán las formas de aprovechamiento y la tecnología agrícola como elementos culturales de tipo material (semillas, herramientas, etc.), de organización y de conocimiento.

BONFIL (1991) plantea abordar la relación que se establece entre el grupo social que decide y el origen de los elementos culturales sobre los cuales decide. Un esquema de las posibles relaciones entre estos aspectos se expone a continuación.

En situaciones de dominación colonial o económica, es decir, cuando la relación entre grupos diferentes es una relación asimétrica de dominación/subordinación, será posible distinguir en la cultura del grupo subalterno la presencia de elementos culturales que corresponden a cada uno de cuatro ámbitos o categorías de cultura.

Tabla I – Cuatro ámbitos culturales según BONFIL (1991)

Tipo de Elementos Culturales	TIPO DE DECISIONES	
	PROPIAS	AJENAS
PROPIOS	Cultura AUTONOMA	Cultura ENAJENADA
AJENOS	Cultura APROPIADA	Cultura IMPUESTA

Fonte: los autores

Este marco, establece un interesante referente para analizar los cambios en general en las tres dimensiones de la apropiación territorial o en aspectos específicos como la tecnología agrícola o en las formas de manejo de los recursos naturales como procesos de cambio cultural dinámico, en los cuales se pueden expresar procesos de resistencia, imposición, apropiación y enajenación de elementos culturales. El análisis concreto revelará las tendencias, los ritmos y los mecanismos de cada proceso, así como las fuerzas sociales que los impulsan.

Además, BONFIL (1991) señala que: "Los ámbitos de la cultura autónoma y la cultura apropiada conforman el universo de la cultura propia". Es decir, que este autor considera que existen y pueden existir elementos culturales ajenos a las culturas locales que, en procesos de



decisión propios, pueden ser mantenidos bajo control por parte de los pueblos indígenas y campesinos; y por ello ser pertinentes los procesos de apropiación de estos elementos culturales externos. Resaltamos que la dimensión política implicada en este proceso (expresada en la forma de tomar las decisiones) es decisiva para definir lo que puede considerarse como “culturalmente aceptable”.

Por su parte E. LEFF, en el marco de una crítica a la racionalidad capitalista de apropiación, que provoca una tendencia a la concentración y el deterioro de los recursos naturales, nos señala la necesidad de desarrollar una racionalidad ambiental alternativa que incorpore la dimensión cultural en la gestión de los recursos naturales, y en la que se articulen tres niveles de productividad: cultural social, ecológica y tecnológica. El autor utiliza el concepto de *productividad cultural* para “*dar cuenta de la fuerza productiva de una comunidad a partir de su percepción y de las formas de aprovechamiento productivo de sus recursos, de sus motivaciones para reorganizar sus actividades productivas y de sus capacidades para generar y asimilar nuevos conocimientos a sus prácticas productivas tradicionales*” (LEFF, 1994:248).

En este orden de ideas, se considera necesario articular los procesos directamente productivos y de aprovechamiento de la productividad natural de los ecosistemas para obtener valores de uso para el autoconsumo y el intercambio (incluidos los procesos de innovación y productividad tecnológica), con el conjunto de condiciones culturales de una producción sustentable (las normas culturalmente sancionadas de acceso y uso de los recursos, la preservación de la identidad étnica y los derechos sobre sus territorios). Considerando que tanto los procesos productivos como los culturales constituyen el soporte de la gestión y aprovechamiento de los recursos naturales y productivos. Dicha articulación puede facilitar una gestión sustentable con altos niveles de productividad ecológica y tecnológica.

En este marco el autor plantea definir:

“... un **sistema tecnológico apropiado** como aquella tecnoestructura que, estando caracterizada por su adecuación e integración a las condiciones impuestas por el nivel ecológico de productividad, adquiere la concreción y define su nivel de productividad real a través del proceso de apropiación colectiva y subjetiva de los medios tecnológicos de producción por parte de los productores directos. Este proceso implica **la asimilación cultural de nuevas habilidades, la internalización de nuevos conocimientos** y la posesión de los medios de producción y de los instrumentos de control que hagan posible la autogestión de sus recursos (naturales y) productivos” (LEFF, 1994:251, el subrayado es nuestro).

Desde la perspectiva cultural del desarrollo sustentable, este autor plantea que la productividad tecnológica está asociada a la capacidad de recuperar y mejorar las prácticas tradicionales de uso de los recursos naturales.

Tanto LEFF, como BONFIL, considerando la dimensión cultural, plantean que frente al problema de proponer nuevas prácticas de gestión y manejo de los recursos naturales, que forman parte de los procesos de apropiación territorial, se hace necesario y se debe partir de reconocer y entender las lógicas de las prácticas tradicionales de las comunidades indígenas y



campesinas (las cuales están influenciadas por sus percepciones, valores y motivaciones). Así mismo, ambos coinciden en que la mejora de dicha gestión pasa necesariamente por la apropiación (asimilación) de nuevos conocimientos; y por mantener el control cultural sobre dicho proceso. Lo anterior se expresa en la toma de decisiones informada por parte de los pueblos y comunidades sobre la pertinencia y conveniencia de las innovaciones propuestas, y en un diálogo de saberes.

#### 4. A MANERA DE CONCLUSIONES

En esta perspectiva, consideramos que las acciones de los actores locales y externos que mediante un proceso dialogal contribuyan a un mayor grado de apropiación territorial por parte de las colectividades locales (en el sentido arriba indicado, que incluye el fortalecimiento de las instituciones y capacidades colectivas de gestión de sus recursos naturales), son las que se pueden considerar como “**culturalmente aceptables**”. Lo cual implica promover procesos de comunicación dialogal (diálogo de saberes), aprendizajes colectivos y fortalecimiento de la organización autogestiva (LEFF, 1998).

En la medida que nuestra intervención contribuya a mejorar los niveles de apropiación (subjetiva, concreta y normativa), y que los elementos que se aportan (técnicos, otros conocimientos y métodos) sean realmente apropiados (reinterpretados y reincorporados a su sistema de conocimientos) por la comunidad indígena y campesina, en esa medida es que contribuimos a un manejo culturalmente aceptable para dicha comunidad.

Lo anterior implica: 1) procesos sociopolíticos que fortalezcan las dinámicas de control del territorio y sus recursos; 2) procesos culturales de fortalecimiento de las identidades y valoración de los saberes locales; y 3) procesos pedagógicos para el aprendizaje y la apropiación social de nuevos saberes. Los procesos sociopolíticos implican relaciones de poder entre los diferentes actores, tanto al interior de las comunidades, como entre éstas y los agentes externos (funcionarios de gobierno y miembros de ONG). El grado de asimetría política y las relaciones de poder establecidos entre dichos actores, influyen y a su vez son influidos por el tipo de toma de decisiones y de cultura adoptados por las comunidades campesina e indígena: decisiones propias o ajenas, cultura autónoma, apropiada, enajenada o impuesta. La modalidad de toma de decisiones expresan al mismo tiempo el grado de control cultural y la capacidad política de dichas comunidades. Estos procesos se verán reflejados en la dinámica de fortalecimiento o debilitamiento de las dimensiones que constituyen la apropiación territorial.

Al respecto, los pueblos Inuit de Canadá señalan que el éxito de una relación de cooperación entre pueblos y comunidades indígenas, instituciones de gobierno y ONGs, en el caso de la cogestión de áreas naturales protegidas (ANP), se sustenta sobre cuatro principios, considerando los objetivos de conservación de la biodiversidad y la diversidad cultural, y el desarrollo sustentable (MORIN; SALADIN D'ANGLURE, 2003):

- a) La voluntad de formar una asociación por partes iguales (entre iguales) entre el gobierno y los pueblos indígenas;



- b) El reconocimiento y el respeto de los derechos tradicionales, territoriales y culturales de los pueblos indígenas;
- c) El reconocimiento y el respeto de los saberes locales (conocimiento tradicional y empírico), y su toma en cuenta con el mismo nivel de importancia que los científicos, y su integración en un mismo banco de datos;
- d) El reconocimiento de las instituciones y de las prácticas culturales de los pueblos indígenas y comunidades campesinas, en el establecimiento de estrategias de cogestión y planes para un desarrollo sustentable y conservación de los recursos naturales y culturales.

Planteamientos que de acuerdo con la experiencia Inuit (en Canadá), se hicieron a los pueblos mayas de Belice para la cogestión de las ANP de ese país, referida por MORIN y SALADIN D'ANGLURE (2003) y se han planteado por los autores de este artículo para el caso de las reservas de biosfera de la Región Lacandona en Chiapas, México (LEGORRETA; MARQUEZ-ROSANO y TRENCH, 2014). Como comentábamos anteriormente, la posibilidad de que estos principios se apliquen dependerá en gran medida de la capacidad política de la población indígena (y sus aliados) para hacerlos valer y del tipo de relaciones de poder que se establezca entre los diferentes actores que inciden en su territorio.

### Referencias

- AGRAWAL, A. Pression démographique = Dégradation de la forêt: une équation par trop simpliste?, *Unasylva* 181, vol. 46, pp. 50-58, 1995.
- BARTRA, A. **El comportamiento económico de la producción campesina**. UACH. México. 1982.
- BONFIL, G. **Pensar nuestra cultura**. Cap.2, Lo propio y lo ajeno: una aproximación al problema del control cultural. Alianza Editorial. México. 1991.
- BRAY, D.B.; MERINO, L. **La Experiencia de las Comunidades Forestales en México**. SEMARNAT-INE-CCMSS, 2004
- CALVA, J. L. **Los campesinos y su devenir en las economías de mercado**. Siglo XXI. México. 1988.
- CÁMARA DE DIPUTADOS DEL H. CONGRESO DE LA UNIÓN. **Ley Agraria**. Publicada originalmente en el Diario Oficial de la Federación (DOF) el 26 de febrero de 1992. Últimas reformas publicadas en el DOF del 27 de marzo de 2017, México. Disponible en [http://www.diputados.gob.mx/LeyesBiblio/pdf/13\\_270317.pdf](http://www.diputados.gob.mx/LeyesBiblio/pdf/13_270317.pdf), consultado el 12 de junio de 2017.
- GODELIER, M. **Lo ideal y lo material. Pensamiento, economía, sociedades**. Trad. A.J. Desmond. Taurus Humanidades-Alfaguara. Madrid. 1989.



HERNANDEZ X., E.; RAMOS R., A. Metodología para el estudio de agroecosistemas con persistencia de tecnología agrícola tradicional. En: Hernández X., Efraín (Ed.). **Agroecosistemas de México**. Chapingo, Méx. Colegio de Postgraduados-ENA. pp. 321-333, 1977.

INEGI. Estados Unidos Mexicanos. **Censo Agropecuario 2007, IX Censo Ejidal**. Aguascalientes, Ags. 2009. Consulta de datos tabulados el 20 de enero de 2017 en la página <http://www.beta.inegi.org.mx/proyectos/agro/ejidal/2007/>

INEGI. **Núcleos Agrarios, Tabulados Básicos por Municipio - Concentrado Nacional**. Programa de Certificación de Derechos Ejidales (PROCEDE) e Instituto Nacional de Estadística, Geografía e Informática (INEGI). México. 2007.

LEFF, E. **Ecología y Capital: Racionalidad Ambiental, Democracia Participativa y Desarrollo Sustentable**, Siglo XXI Editores, México, 1994

LEFF, E. **Saber Ambiental: sustentabilidad, racionalidad, complejidad. Poder**. México: Siglo XXI/UNAM/PNUMA, 1998.

LEFF, E. Espacio, lugar y tiempo: la reapropiación social de la naturaleza. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, n. 1, p. 57-69. jan./jun. 2000.

LEGORRETA, M.C.; C. MÁRQUEZ ROSANO; T. TRENCH, **Paradojas de las tierras protegidas en Chiapas**, CRIM-CEIICH-UNAM y DCRU-UACH, 2014.

LINCK, T. **El campesino desposeído**. CEMCA – El Colegio de Michoacán. México. 1988.

LINCK, T. El trabajo campesino. **Argumentos** N° 13, pp. 69-84, 1991.

LINCK, T. La economía y la política de la apropiación de los territorios. En: Riella, Alberto (comp.) **Globalización, desarrollo y territorios menos favorecidos**. Universidad de la República, Montevideo, 2006.

MARQUEZ-ROSANO, C. **Déboisement et conflits d’appropriation territoriale. Les forêts tropicales humides de l’espace Lacandon (Chiapas)**. Tesis de Doctorado en Estudios Rurales. Université de Toulouse le Mirail, Toulouse, 2006.

MÁRQUEZ ROSANO, C. ¿Qué significa un manejo “culturalmente aceptable” de los recursos naturales? Una reflexión desde la experiencia de trabajo en la Selva lacandona. En T. TRENCH Y A. CRUZ LEÓN, **La dimensión cultural en procesos de desarrollo rural regional: casos del campo mexicano**, Universidad Autónoma Chapingo. 2008.

MÁRQUEZ ROSANO, C. Apropiación territorial, gestión de recursos comunes y agricultura campesina en la Selva Lacandona, Chiapas, **Pueblos y fronteras**, n. 3, p. 25-51, 2002.

MORIN, F.; B. SALADIN D’ANGLURE. La Conferencia Inuit Circunpolar, un protagonista transnacional indígena. En: F. MORIN; R. SANTANA (Eds.). **Lo transnacional: instrumento y desafío para los pueblos indígenas**. Ed. Abya-Yala. Quito, pp. 243-268, 2003.



OSTROM, E. **Governing the commons: The Evolution of Institutions for Collective Action**. Cambridge University Press, New York, 1990.

PARÉ, L. La deforestación en la Sierra de Santa Marta, Veracruz o el descenso del Dios Jaguar de la Montaña. Causas, impactos y unas pocas alternativas. En: M.F. PAZ (coord.), **De bosques y gente. Aspectos sociales de la deforestación en América Latina**. CRIM-UNAM. México, pp. 89-128, 1995.

TOLEDO, V.M. La perspectiva etnoecológica: cinco reflexiones acerca de las “ciencias campesinas” sobre la naturaleza. **Rev. Ciencias**, No. especial 4: 22-29. 1990.

WEBER, J.; J. P. RÉVERET. Relaciones Sociedad Naturaleza, modos de apropiación y derechos de propiedad. **Revista de Geografía Agrícola**, núm. 36, pp. 119-124, 2006.



## MEMÓRIA, SABERES POPULARES E PRAXIS: O “PROJETO RESGATANDO SABERES...” NO BAIRRO PADRE ULRICO (FRANCISCO BELTRÃO-PR)

### MEMORY, POPULAR KNOWLEDGE AND PRAXIS: THE "RESGATING KNOWLEDGE PROJECT..." IN THE “BAIRRO PADRE ULRICO” (FRANCISCO BELTRÃO-PR)

Luiz Carlos Flávio\*  
Luiz Carlos da Silva\*\*

#### RESUMO

O presente artigo objetiva apresentar a experiência do projeto “Resgatando Saberes, cultivo e uso de plantas medicinais no Bairro Padre Ulrico em Francisco Beltrão-PR”. Esse Projeto realizado em parceria entre a Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE), através do Programa de Extensão “Universidade sem Fronteiras”, da Secretaria de Estado da Ciência e entidades parceiras como o “Coletivo de mulheres agricultoras de Francisco Beltrão”, Prefeitura Municipal de Francisco Beltrão e moradores do Bairro Padre Ulrico, visa o resgate dos saberes populares que com o passar das gerações acabam se perdendo devido a massificação do conhecimento, favorecendo assim setores econômicos que visam primordialmente o lucro. Diversas ações de valorização da utilização das plantas medicinais na vida cotidiana foram realizadas como a construção da horta, cursos sobre o manejo, o consumo e o cultivo das plantas medicinais, além do trabalho realizado junto aos alunos do Colégio Léo Flach, localizado no Bairro Padre Ulrico, como forma de conscientização e esclarecimentos relacionados ao uso e cultivo das plantas medicinais.

**Palavras-chave:** Plantas Medicinais, políticas públicas, cultura

#### ABSTRACT

This article objective to present the experience of the project "Rescuing Knowledge, Cultivation and Use of Medicinal Plants in the Padre Ulrico Neighborhood in Francisco Beltrão-PR". This Project was carried out in partnership between the State University of the West of Paraná (UNIOESTE), through the Extension Program "University without Frontiers", of the State Department of Science and partner entities such as the "Women's Farmers' Collective of Francisco Beltrão", Francisco Beltrão City Hall and residents of the Padre Ulrico Neighborhood, Aims at the rescue of the popular knowledge that with the passing of the generations end up being lost due to the massification of knowledge, thus favoring economic sectors that aim primarily at the profit. Various actions of valorization of the use of medicinal plants in daily life were carried out as the construction of the garden, courses on the management, consumption and cultivation of medicinal plants, In addition to the work carried out with the students of the Léo Flach College, located in the Bairro Padre Ulrico, as a way of raising awareness and clarifications related to the use and cultivation of medicinal plants.

**Keywords-** Medicinal Plants, public politics, culture

---

\* Professor adjunto em Geografia Licenciatura e Bacharelado da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE), Campus de Francisco Beltrão- PR. E-mail: lucaflavio@gmail.com.

\*\* Acadêmico do 4º ano do curso de Geografia Licenciatura da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE) Campus de Francisco Beltrão- PR. E-mail: luizamanciosilva@outlook.com





## 1. INTRODUÇÃO

No decorrer da história da humanidade, a salvaguarda e utilização dos saberes populares historicamente acumulados e passados de geração em geração tem sido um importante recurso para a sobrevivência e a qualidade de vida das populações. Isso tem ocorrido, por exemplo, no caso dos saberes vinculados ao cultivo e uso de plantas medicinais.

A difusão dos conhecimentos populares acerca das plantas medicinais, no Brasil, tem se apresentado como importantíssima forma de conservação dos patrimônios históricos, culturais e naturais envolvendo o rico acervo de saberes presentes nas culturas locais, regionais e nacionais no que concerne ao uso de plantas em processos de cura de doenças, pelas populações.

Entretanto, os saberes populares têm sido objeto de importantes lutas efetivadas por pessoas/grupos/instituições que buscam manterem mantê-los vivos, fazendo frente à cultura mercantil disseminada pela indústria farmacêutica capitalista. A indústria capitalista em geral tem investido contra os modos de fazer/produzir tradicionais identificados com a cultura popular. Tomando mão de armas de persuasão (ideologias) disseminadas nos *mass media*, a indústria cultural age em toda a sociedade tentando impor às populações modos de se alimentar, se vestir, se divertir, se locomover, bem como formas industriais de produção/consumo de remédios os quais, via de regra, obedecem à lógica capitalista balizada na obtenção de lucros.

Assim, a indústria farmacêutica tem tentado impor às populações seus modos de curar doenças, condicionando o esquecimento, pelas classes populares, das formas tradicionais de buscar a cura de enfermidades com o uso da medicina popular ou alternativa a qual tem em seu favor todo o acervo do patrimônio histórico, cultural e natural relacionado às plantas medicinais.

Todavia, frente a tais processos e interesses, têm surgido formas de resistência dos conhecimentos populares tradicionais. Movimentos envolvendo diversas populações, entidades, instituições têm implementado ações de resgate dos “saberes antigos” ligados ao uso das plantas medicinais para pô-los a serviço das populações, sobretudo as mais pobres. O uso das plantas medicinais se põe, assim, como modo antigo, mas eficiente em termos de fácil acesso às populações, sendo forma barata da cura de doenças, além de muitas vezes ser vantajosa por produzir menos ou nenhum efeito colateral aos seus utilizadores.

O presente artigo objetiva apresentar a experiência do projeto “Resgatando Saberes, cultivo e uso de plantas medicinais no Bairro Padre Ulrico em Francisco Beltrão-PR”. A partir de uma ação da extensão universitária, o projeto se colocou como interlocutor de um movimento de resgate da memória referente aos saberes populares sobre plantas medicinais em um bairro da cidade de Francisco Beltrão. E, à memória dos saberes populares, somou-se um trabalho de pesquisa científica sobre as plantas medicinais com o fito de reunir experiências/saberes capazes de contribuir sobretudo para aprimorar a saúde das populações.

O artigo está assim estruturado:



Num primeiro item, teceremos uma breve discussão acerca da importância da memória, do esquecimento e das resistências e continuidades dos patrimônios culturais no cotidiano das populações.

No segundo item, apresentaremos a experiência ocorrida no Sudoeste do Paraná, em Francisco Beltrão, qual seja, referente ao “Projeto resgatando saberes: o cultivo e uso de plantas medicinais no bairro Padre Ulrico, em Francisco Beltrão-PR”.

No terceiro item, discorreremos o tema: “O livro do ‘Projeto resgatando saberes...’: o resgate das plantas medicinais para um melhor viver”. Nele evidenciamos a importância da publicação do livro efetivado pelo projeto, em termos de contribuição para a divulgação dos saberes popular e também científico.

E, por último, tecemos nossas considerações finais, com algumas palavras sobre a necessidade de uma universidade que abrace umas práxis voltada à resolução dos problemas de nossas populações...

### **A memória, o esquecimento e o resgate dos patrimônios culturais referentes as plantas medicinais.**

Memória destrocada,  
Sociedade debilitada.  
Memória dilacerada,  
Sociedade alienada.  
Memória destruída,  
Sociedade dissolvida, corrompida,  
Precarizada, tornada perdida,  
Com vida subdesenvolvida...  
Memória resgatada,  
Repassada, criticada, arazoada,  
Sociedade reencontrada.  
Memória cultivada,  
Sociedade despertada, alumiada.  
Memória salvaguardada,  
Sociedade identificada,  
Ativada, qualificada, organizada,  
Tornada comprometida  
Com vida desenvolvida!  
(Memória e sociedade, poema inédito de Luiz  
Carlos Flávio)

A memória é elemento socialmente produzido eivado de um poder simbólico de fundamental importância na produção territorial das populações. A partir das experiências vividas e das representações que nos arremetem ao passado, os homens trabalham nos



processos de apropriação da natureza. O saber-fazer-pensar-agir são tributários da memória. Ela conserva conhecimentos pretéritos postos a serviço do presente e do futuro (FLÁVIO, 2011; 2013).

Referindo-se à relação entre território e memória, Raffestin (2009, p. 31) assevera que:

Na produção territorial sempre tem um ponto de partida que nunca é ileso das ações do passado. O processo territorial desenvolve-se no tempo, partindo sempre de uma forma precedente, de outro estado de natureza ou de outro tipo de território. Deus partiu do Caos, isso não pode acontecer com os homens, mesmo se tivessem a sensação que os seus predecessores fossem “caóticos”.

Reencontrar o passado é ponto fundante para pensarmos em aprimorar nossas experiências. Parafraseando a feliz expressão de Ítalo Calvino (1990, p. 29), se não viajarmos para reviver o nosso passado, não (re) encontraremos o futuro! ... O passado avaliza nossas ações, sendo os saberes a partir dele criadas forças produtivas para aprimorarmos nosso presente e futuro enquanto sujeitos que participamos e recriamos a vida coletiva (socialmente produzida).

Sendo elemento simbólico da maior importância nas relações de poder que buscam controlar os territórios e territorialidades humanas, a memória é objeto de disputas entre as classes sociais. Pois passa por ela a construção dos conhecimentos (ideias, costumes, tradições) que servem à apropriação da natureza e do trabalho dos homens, bem como à cristalização de imaginários capazes de mobilizar ações de circulação e consumo das produções, definindo assim as territorialidades humanas.

O debate sobre a importância da memória também evoca a necessidade de contextualização da questão do esquecimento como elemento importante nos processos territoriais. Para Frisby (2007), nas lutas e jogos de poder os poderosos se esforçam por impor sua visão de mundo aos povos a fim de se tornarem vencedores. E, estabelecendo suas verdades como válidas, podem assim impor suas representações (modos de ver, interpretar) e interesses aos grupos vencidos.

Para Ricoeur (2000), nas disputas para dominar a história, o esquecimento se torna arma que interfere nas leituras de mundo dos grupos sociais. À medida que um grupo impõe sua memória a outros grupos, as representações estabelecidas como válidas acolhem formas de entendimento do que o mundo foi, é e poderá vir a ser. E condiciona o surgimento do esquecimento (de fatos, processos, lutas ocorridas etc.) que dificultam os homens a tecerem leituras mais críticas sobre sua própria história.

Ligado a tal questão, o Brasil experimentou nas últimas décadas do século passado um acelerado processo de urbanização acompanhado de um forte êxodo rural que testemunhou a desterritorialização e a migração (campo/cidade) de milhares de camponeses.

Este momento foi acompanhado de um notável avanço das forças produtivas representadas pelas indústrias têxtil, alimentícia, farmacêutica, dentre outras. Conjuntamente com o advento de tais indústrias, processaram-se também severas mudanças nas formas de existência humana, notadamente no que toca à saúde das populações urbanas e rurais.



Com o avanço da indústria farmacêutica, o “negócio do remédio” se colocou como elemento fundamental sobretudo para as populações urbanas. Houve uma aceleração da produção de remédios (comprimidos, vacinas, xaropes, além de cirurgias etc.). E, por outro lado, a indústria farmacêutica investiu pesadamente no convencimento de que as formas mercantis de medicação são mais adequadas à vida nas cidades e até mesmo no campo, se comparadas aos remédios oferecidos pela medicina popular/tradicional.

Considerando os processos de desterritorialização vistos a partir de então, o avanço das formas capitalistas de produção (indústria farmacêutica) contribuiu sobremaneira para provocar a perda dos saberes tradicionais (e da memória) ligados ao cultivo e o uso das plantas medicinais. O sepultamento dos saberes/conhecimentos, da memória dos grupos sociais colocam em questão a,

existência tanto das identidades, como também até mesmo ligada à própria sobrevivência física dos mencionados grupos.

Vale mencionar a lição de Heller (2007, p. 06):

Siempre que la memoria cultural cae en el olvido, un grupo de personas desaparece, con independencia de que la circunstancia quede registrada o no en los libros de história. (...) La presencia o la ausencia, la vida o la decadencia de un pueblo no depende de la supervivencia biológica de un grupo étnico, sino de la supervivencia de la memoria cultural compartida.

O esfacelamento da memória e o esquecimento dos saberes que contribuem para a melhoria da saúde humana passou a colocar em risco todo um conhecimento que remonta a dezenas, centenas de anos da história brasileira; e que nos arremete aos ensinamentos dos antigos indígenas, negros, caipiras, caboclos, descendentes de europeus, asiáticos etc., os quais estão na origem das matrizes de toda a hibridizada população brasileira em sua fantástica miscigenação, para lembrar Darcy Ribeiro (1985).

Todavia, fazendo frente a tal processo de sepultamento da memória, tem se sobressaído nas últimas décadas, no Brasil, um movimento de “patrimonialização da vida”, das vivências, da memória social. Este se caracteriza pelo resgate da memória e dos patrimônios com o fito de conservar/resgatar heranças, identidades, experiências, valores tanto materiais quanto imateriais/simbólicos dos povos. Trata-se de um movimento que mira a democratização do acesso a patrimônios históricos, culturais e naturais capazes de contribuir para a melhoria das condições de vida das populações (MENESES, 2012).

Dentre outras experiências de resgates patrimoniais transcorridos no período recente, apresentaremos neste artigo uma experiência singular ocorrida no Sudoeste do Paraná, em Francisco Beltrão. Trata-se da experiência pertinente ao “Projeto resgatando saberes: o cultivo e uso de plantas medicinais no bairro Padre Ulrico, em Francisco Beltrão-PR”.

É sobre ele que discorreremos no texto a seguir.



## **2. PROJETO “RESGATANDO SABERES O CULTIVO E USO DE PLANTAS MEDICINAIS NO BAIRRO PADRE ULRICO EM FRANCISCO BELTRÃO-PR: uma experiência de resgate do patrimônio cultural**

Retratar as experiências envolvidas com o resgate de patrimônios culturais envolvendo a participação das comunidades na valorização dos saberes populares é uma tarefa importante que deve ser valorizada pelo fazer-pensar-refletir acadêmico. Pois quando enveredamos por umas práxis que nos permita pensar e formular um debate capaz de mobilizar ações/experiências ricas e capazes de provocar intervenções na realidade, assim contribuimos efetivamente para um enriquecimento da substância humana, para parafrasearmos Agnes Heller (1985).

Para Flávio e Santos (2017) o resgate da cultura referente às plantas medicinais envolvendo culturas esquecidas (no campo e na cidade) tem sido suscitado por populações/entidades/instituições/grupos sociais que vêm fomentando nos últimos anos ações de confrontação dos interesses da “indústria dos remédios”. Este foi um dos elementos presentes no contexto do advento do projeto “Resgatando saberes: o cultivo e uso de plantas medicinais no bairro Padre Ulrico, em Francisco Beltrão-PR”.

O referido projeto ganhou existência no bairro Padre Ulrico, localizado na cidade de Francisco Beltrão. O bairro se destaca por ser fruto direto e indireto de um processo acelerado de êxodo rural ocorrido em Francisco Beltrão e região Sudoeste do Paraná a partir dos anos 1970/80, processo este marcado por forte desterritorialização de camponeses pobres/empobrecidos face ao avanço da denominada “Revolução Verde” (FLÁVIO, SANTOS, 2017).

De modo sintético, o bairro se caracterizou desde seus primórdios como receptor de parte das populações desterritorializadas no campo. Estas inicialmente ocupavam espaços variados da cidade em locais habitados por populações de baixa renda. Em geral essas populações eram consideradas “populações-problema”, já que se caracterizavam por ocuparem territórios considerados favelas, morando em casebres/áreas de risco/alagadiças, em locais de ocupação irregular ou situados em beiras de rios e ruas/avenidas/rodovias da cidade, oferecendo “paisagens feias” aos transeuntes da cidade.

Mediante políticas do Estado/Município para extirpar da paisagem urbana tais cenários de habitação precária, houve a construção de casas, em várias temporalidades, que foram sendo paulatinamente edificadas na localidade que se tornaria o atual bairro Padre Ulrico.

Assim, os moradores do bairro em questão são parte dessa estirpe de população cujo histórico remonta a processos tanto de êxodo rural quanto de migrações intra-urbanas em grande medida forçadas pelo poder público.

Ocorre que, no contexto em tela, desde 2014 havia já o interesse de um grupo denominado “Coletivo de mulheres agricultoras de Francisco Beltrão” em resgatar estudos sobre o uso de plantas medicinais. Tal interesse em retomar a valorização de tais saberes populares havia sido desenvolvido, inclusive, anteriormente por um grupo de mulheres agricultoras do Sudoeste do Paraná já nos idos dos anos 1980.



Foi neste contexto que surgiu a ideia, por parte de professores da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (Unioeste) de encaminhar um projeto de extensão universitária com o endereço de realizar atividades voltadas ao resgate dos saberes populares referentes ao cultivo e uso das plantas medicinais, numa proposta de experiência a ser desenvolvida envolvendo a população do bairro Padre Ulrico e a participação de outras entidades parceiras.<sup>1</sup>

### 3. PRINCIPAIS AÇÕES DO PROJETO RESGATANDO SABERES

A realização do “Projeto resgatando saberes...” envolveu, além de professores/estudantes da Unioeste, bolsistas formados em Geografia, Engenharia Ambiental e Agronomia. E teve ainda como parceiros/entidades integrantes do projeto: moradores do bairro Padre Ulrico, igreja Católica e de outras denominações religiosas; Clube de Mães, Grupo de Idosos, Posto de Saúde local; Secretarias Municipais: de Desenvolvimento rural e do meio Ambiente; Sindicato dos Trabalhadores Rurais, Coletivo de Mulheres Agricultoras além de parceiros profissionais liberais entre outros. No fim do projeto, também um professor do curso de Farmácia da Universidade Paranaense (Unipar) se tornou parceiro das atividades em curso.

Após a liberação dos recursos pelo Programa de Extensão Universidade Sem Fronteiras da Fundação Araucária (Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior - SETI), no mês de setembro de 2015, o projeto passou a ser divulgado aos diversos segmentos do Bairro Padre Ulrico: Colégio Léo Flach (professores e alunos); Posto de Saúde (agentes de saúde e médicos); Clube de Mães; lideranças das igrejas (Católica e Protestante); grupos de jovens e idosos.

A ideia era fazer uma publicação bem abrangente para que os o maior número de pessoas possível de moradores pudesse participar e colaborar no andamento dos trabalhos. Para alcançar seus objetivos, o projeto utilizou-se de diversas formas de comunicação tais como: rádios, jornais locais, e-mails, ligações telefônicas, anúncios na página do projeto (facebook). E vários convites foram feitos também por telefone, pedindo-se que fossem replicados de morador a morador, pessoalmente. Ou seja, criamos uma rede de informações e contatos do projeto.

Um dos principais segmentos atingidos pelo projeto foi o Colégio Léo Flach. Ali foram realizadas diversas atividades envolvendo a participação dos alunos do colégio. Em uma destas atividades alguns moradores do bairro foram convidados a dividir com os alunos, em sala de aula, suas experiências/ saberes sobre plantas medicinais, abordando a questão da importância do cultivo e da utilização das plantas em processos de cura de doenças.

---

1

Lembramos com Darcy Ribeiro (1975) que a universidade, como importante espaço de debate sobre as necessidades da sociedade, deve estar de modo contínuo dando sua contribuição em pensar formas de renovação social, buscando a melhoria das condições de existência das populações, especialmente as mais pobres.



Além disso, mediante a participação dos professores do colégio (História, Geografia, Matemática, Ciências) os alunos foram mobilizados a realizar, a partir dos conteúdos das disciplinas, pesquisas com a utilização do livro “Plantas Medicinais” de autoria de Vunivaldo Cirilo Korbes (o popular Irmão Cirilo). E foram envolvidos na realização no plantio de sementes referentes a algumas espécies de plantas medicinais, sendo organizada neste momento uma pequena horta (medicinal) em um espaço da escola. E, posteriormente, os trabalhos/pesquisas concretizados pelos alunos foram apresentados na Feira de Ciências do Colégio, ao final do ano letivo de 2015.

Durante o andamento do projeto diversos cursos foram oferecidos à população do Bairro Padre Ulrico. Uma técnica da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER) foi convidada a oferecer um curso envolvendo técnicas básicas de cultivo de plantas medicinais.

Na sequência, profissionais de diversas áreas como Nutrição, Assistência Social, Agronomia, Assistência Social, Terapia, entre outras, puderam mostrar, em vários outros cursos oferecidos, as vantagens e formas corretas de utilização, plantio, manipulação e uso das plantas medicinais. Dentre os muitos cursos oferecidos estão: identificação e cultivo de plantas medicinais; uso de plantas medicinais na culinária; formas de preparação de chás, pomadas e tinturas; cultivo manejo e uso de repelentes em plantas medicinais, Aroma terapia com plantas medicinais, entre outros.

Para que o projeto pudesse ganhar corpo, foi firmada uma parceria com a Prefeitura Municipal de Francisco Beltrão para utilização de uma área de 800 m<sup>2</sup>, no viveiro municipal situado no Parque Irmão Cirilo. Ali foi construída a horta medicinal do projeto. Para começar a horta, o projeto contactou, solicitou uma doação de plantas existentes no Refúgio Biológico da Itaipu Binacional. E esta disponibilizou ao projeto 55 espécies de plantas medicinais. O objetivo precípua era o de cultivarmos as mudas para, posteriormente, retirarmos dessas matrizes outras mudas que seriam oferecidas à população.

Os trabalhos de limpeza e adequação da área eram realizados através do sistema de mutirões. Nestes, moradores, professores, bolsistas e representantes da prefeitura contribuíam nas tarefas de plantio de mudas e sementes, limpezas periódicas e planejamentos de novos plantios. O ervanário contou, ao final de sua constituição, com um total de 60 espécies de plantas. Ademais, acenava-se também como local destinado à educação ambiental/agroecológica, chegando a receber alunos da escola Leo Flach para conhecer as plantas ali existentes.

Algumas viagens foram organizadas pelo projeto. Estas objetivaram oferecer aos seus participantes um aprimoramento dos conhecimentos acerca do cultivo e uso das plantas medicinais.

A primeira viagem foi realizada no Refúgio Biológico de Plantas Medicinais da Itaipu Binacional, em Foz do Iguaçu, envolvendo ao todo 33 moradores, bolsistas, professores, integrantes do Coletivo de Mulheres Agricultoras, do Clube de Mães e do Grupo de Idosos. Além da recepção calorosa oferecida pelos agentes da Itaipu Binacional ali foram também oferecidos importantes conhecimentos das formas de manejo relacionadas da diversidade de



plantas medicinais brasileiras. E os integrantes do projeto receberam ainda doação de algumas mudas para cultivo doméstico.

Nessa mesma viagem os participantes aproveitaram o itinerário para também visitar as Cataratas do Iguaçu, objetivando conhecer e se conscientizar a respeito da preservação da fauna e da flora brasileiras.

A segunda viagem teve como destino a cidade de Medianeira-PR. Os integrantes do projeto visitaram o Centro Popular de Saúde e o laboratório Yanten. Lá conheceram um pouco sobre a produção de remédios fitoterápicos e também de técnicas voltadas ao plantio de plantas medicinais a serem processadas em laboratório para se tornarem tinturas, xaropes, comprimidos etc. Nessa viagem estiveram presentes representantes do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, Prefeitura Municipal da cidade de Francisco Beltrão, coletivo das Mulheres Agricultoras, um professor do curso de Farmácia da Universidade Paranaense (UNIPAR), além da equipe da Unioeste.

A terceira e última viagem foi realizada no Horto Medicinal da Universidade Paranaense, localizada na cidade de Umuarama-PR. Nesta visita conhecemos grande parte dos trabalhos e técnicas de cultivo das plantas medicinais, bem como de equipamentos utilizados no processamento das plantas em laboratório, o qual é realizado por professores e acadêmicos de agronomia, farmácia e outros cursos da universidade.

Dentre muitos aprendizados, vale mencionar que formos ali apresentados à “chaguinha”, planta cujo nome científico é “*tropaeolum majus L.*”, a qual é comum nas regiões sul, sudeste e centro-oeste do Brasil. Além de sua beleza floral, esta planta apresenta importantes princípios ativos no combate à hipertensão arterial, à diabetes e à osteoporose, entre outras qualidades (LOURENÇO et al, 2011).

Outra ação muito interessante organizada pelo projeto foi a “Feira de troca de mudas” entre moradores do bairro Padre Ulrico. Nesta, os moradores foram convidados e puderam comparecer no evento tanto para ganhar mudas que lhes interessassem quanto para oferecer aos seus vizinhos mudas extraídas de suas próprias plantas domésticas.

Esta experiência de trocas buscou estabelecer entre os moradores laços de solidariedade e cooperação no combate às doenças, ação está de fundamental importância no processo de resgate dos saberes referentes às plantas medicinais.

#### **4. O LIVRO DO “PROJETO RESGATANDO SABERES...”: o resgate das plantas medicinais para um melhor viver**

O uso das plantas medicinais acompanhou sem dúvida toda a história da humanidade. Flávio e Santos (2017) ensinam que nos mais diferentes e imemoriais tempos:

“Os africanos perceberam que consumindo *laranjas* combatiam o escorbuto. Indígenas dos Andes bebiam *casca de quina* no combate a febres. Já os índios brasileiros tiveram prolíficas experiências de cura com uso de plantas: *óleo de copaíba*, como analgésico e cicatrizante; *guaraná*, para aplacar disenterias ou como





energético; *maracujá*, contra febres; farinha de mandioca, em casos de envenenamentos e como vermífugo; o *sumo de caju*, para fortalecer o estômago e higienizar a boca; *tintas de jenipapo* e *óleo de andiroba*, em afecções da pele; *jaborandi*, em feridas na boca; *chambá*, contra tosse ou como bronco dilatador; *cabriúva*, como cicatrizante; *ipecacuanha* para controlar destemperos intestinais causados por beber água malsã; *marapuama*, como afrodisíaca... É imensa a lista de ervas medicinais “descobertas” e utilizadas pelos indígenas brasileiros. E, no processo de identificação das plantas, os aborígenes também iam descobrindo inclusive as substâncias nocivas à saúde humana (...).

Na evolução do uso das plantas medicinais no Brasil, desde os primórdios da ocupação os tratamentos de doenças acorreram à “sabedoria das selvas”:

“Frei Vicente do Salvador, ainda no século XVI, observara: “[...] não há enfermidade contra a qual não haja ervas em esta terra, nem os índios naturais dela têm outra botica ou usam de outras medicinas” (GURGEL, 2010, p. 60). O “Tratado descritivo do Brasil de 1587”, de Gabriel Soares de Souza, é tido como um “verdadeiro manual de terapêutica indígena”. Desde os primórdios era grande a descrição das plantas que os indígenas utilizavam (GURGEL, 2010, p. 62-3). (FLÁVIO, SANTOS, 2017).

Colocando-se como um importante patrimônio histórico e cultural, o uso de plantas medicinais foi um dos elementos de fundamental importância em todo o processo de ocupação do território brasileiro. Para isso contribuíram enormemente os saberes de indígenas, de negros trazidos escravizados da África, bem como de europeus e asiáticos que afluíram à *terra-brasilis* em períodos diversos. Somando-se aos conhecimentos oriundos da “sabedoria da selva” (indígenas):

“Nos navios, além de plantas comestíveis como a *jaqueira* e a *mangueira*, (escravos negros) traziam muitas ervas medicinais: *alcanfor*, utilizada em contusões, torções, reumatismo; *babosa*, contra queimaduras, gastrites, feridas, queda de cabelo; *boldo*, em problemas do fígado e de digestão (estômago); *manjeriço*, para males intestinais e como tônica; *malva*, para enfermidades da boca, da garganta, contra feridas e em males femininos (ovários, útero); *sene*, como laxante e para combate a febres, dentre tantas outras (KOCH, 2000).

E outras plantas medicinais foram introduzidas por europeus e asiáticos (portugueses, italianos, alemães, poloneses, japoneses, indianos etc.) que imigraram para o Brasil em tempos históricos diversos. Para citar apenas algumas delas: *agrião*, utilizada contra tosse, problemas renais e de fígado; *arruda*, para provocar menstruações e em problemas de feridas e piolhos; *alecrim*, para melhorar a circulação sanguínea e contra hemorroidas e úlceras; *camomila*, em cólicas e inflamações de pele/olhos; *capim-cidrô*, nos casos de gripes, baixa pressão, febres e como analgésico; *catinga de mulata*, em males de estômago, fígado, vermes, feridas; *confrei*, para cicatrizar feridas, em cortes e queimaduras; *endro*, para inflamações da boca, garganta, problemas intestinais e estomacais; *funcho*, em males intestinais, tosse e lactação; *gengibre*, para afecções de garganta e intestinais; *hortelã*, em problemas digestivos, como tônico e vermífugo; *losna*, para moléstias estomacais,



hepáticas ou de vermes e falta de apetite; manjerona, contra fraqueza muscular, resfriados e cólicas intestinais; *melissa*, como calmante, problemas do sono e digestivos; *sabugueiro*, para gripes, tosses, sarampo, varíola, caxumba; *salsa*, em dificuldades de digestão, hepatite, anemia, etc. (KOCH, 2000). (FLÁVIO, SANTOS, 2017).

Isso evidencia que uma riqueza incomensurável de saberes foi construída pela população brasileira acerca do uso de plantas medicinais, no decorrer de sua história.

Nesse sentido, uma das ações fundamentais do projeto “Resgatando saberes...” foi efetivar um registro das ações do projeto, às quais se somou uma pesquisa com a finalidade de publicar um livro divulgando as contribuições oriundas dos conhecimentos populares e científicos envolvendo o uso das plantas medicinais.

Desse modo, como uma de suas importantes tarefas concretizadas, editou-se o livro “Resgatando saberes: cultivo e uso de plantas medicinais (uma experiência no bairro Padre Ulrico, Francisco Beltrão-PR)”, sendo dele impressos 1000 (mil) exemplares que foram ofertados à população do bairro Padre Ulrico e muitos outros moradores da cidade. Além de serem enviadas cópias do mesmo a bibliotecas de escolas e universidades locais e de outras cidades/regiões brasileiras.

Quanto ao conteúdo do livro, evidencia os passos da construção e disseminação das ideias do projeto. Busca sistematizar um amplo conjunto de saberes tanto populares quanto científicos envolvendo o vastíssimo leque das plantas medicinais utilizadas em Francisco Beltrão e em inúmeros territórios brasileiros.

De modo sintético, o livro também contempla diversos ensinamentos envolvendo técnicas para trabalhar o solo, cultivar, coletar, secar, armazenar e usar as plantas medicinais.

E, por fim, nele também foram colocadas à disposição dos leitores várias receitas e alternativas de uso das plantas sob a forma de chás, xaropes, tinturas e mesmo como alimento na culinária, com o propósito de auxiliar no combate às enfermidades para, assim, amenizar o sofrimento das populações, sobretudo as mais pobres, que habitam nosso país.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS: a universidade e a práxis...

A experiência efetivada pelo projeto “Resgatando saberes...” se colocou como uma forma inédita de problematizar a importância do resgate desse patrimônio histórico, cultural e natural das plantas medicinais, o qual é bastante rico em todo o território brasileiro, mas que vem correndo o risco de ser esquecido ou abandonado pela população brasileira, face ao avanço do capital representado pelos interesses da indústria farmacêutica.

Os trabalhos efetivados no âmbito do projeto buscaram em sua essência, também, mostrar na prática que a universidade brasileira precisa cada vez mais abraçar formas de envolvimento com os problemas da população, tal qual ensinou o mestre Darcy Ribeiro.

Pois somente a construção de umas práxis ativa e emancipadora, a partir de projetos e ações práticas, pode se colocar como luz para a leitura e transformação do mundo.



Afinal de contas, para além de preencherem livros, as teorias acadêmicas devem servir principalmente para auxiliar na resolução dos problemas territoriais que tanto afetam nossas populações, sobretudo as mais pobres.

### Referências

CALVINO, Ítalo. **As cidades invisíveis**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

FLÁVIO, Luiz Carlos. *A geografia e os “territórios de memória” (as representações de memória do território)*. In: Faz Ciência, Volume 15 – Número 21– Jan/Jun 2013 – pp. 123-142.

\_\_\_\_\_. **Memória (s) e território**: elementos para o entendimento da constituição de Francisco Beltrão-PR. Tese Doutorado em Geografia. Presidente Prudente: Unesp, 2011.

FLÁVIO, Luiz Carlos (coord.) et al. **Resgatando saberes**: cultivo e uso de plantas medicinais (uma experiência no bairro Padre Ulrico, Francisco Beltrão-PR. Francisco Beltrão: Unioeste, 2016.

FLÁVIO, Luiz Carlos; ALVES, Roseli; Movimentos e projetos dos resgates dos saberes sobre as plantas medicinais no campo e na cidade em Francisco Beltrão-PR (BRASIL). In: SAQUET, Marcos; ALVES, Adilson. **Processos de cooperação e solidariedade na América**.

KROPOTKIN, Piotr. **Ajuda Mútua**: um fator de evolução; tradução de Waldyr Azevedo Jr, São Sebastião: A Senhora Editora. 2009

LOURENÇO, Emerson Luís Botelho et al. **ATIVIDADE DE Tropaeolum majus L.** Sobre a mobilização e migração leucocitária em modelo de bolsão inflamatório. Arq. Ciênc. Saúde UNIPAR, Umarama, v. 15, n. 3, p. 247-256, set/dez. 2011.

HELLER, Agnes. **O cotidiano e a História**. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1985. (Série Interpretações da História dos Homens).

\_\_\_\_\_. **Memória cultural, identidad y sociedad civil**. Indaga: Revista Internacional de Ciências Sociales y Humanas, Nº. 1, p. 5-17, 2003.

MENEZES, José Newton Coelho. A patrimonialização da vida: vivências, memória social e interpretação do patrimônio cultural. In: COSTA, E. B.; BRUSADIN, L. B.; PIRES, M. C.



(Orgs.). **Valor patrimonial e turismo**: limiar entre história, território e poder. São Paulo: Outras Expressões, 2012.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.

\_\_\_\_\_. A produção das estruturas territoriais e sua representação. In: SAQUET, Marcos, SPOSITO, Eliseu Savério. **Território e territorialidade**: teoria, processo, conflitos. São Paulo: Expressão Popular/Unesp-Programa de Pós-Graduação em Geografia, PP. 17-36, 2009.

RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro**: a formação e o sentido do Brasil. São Paulo: Cia das Letras, 1995.

\_\_\_\_\_. **A universidade necessária**. 2ª. Ed., Rio de Janeiro: Paz e terra, 1975.

RICOEUR, Paul. **La mémoire, l'histoire, l'oubli**. Paris: Éditions du Seuil, 2000.



## A AGROECOLOGIA FRENTE AO CARÁTER IDEOLÓGICO DO AGRONEGÓCIO

### THE AGROECOLOGY AND THE IDEOLOGICAL CHARACTER OF AGRIBUSINESS

Emerson Ferreira da Silva\*  
Julie Mathilda Semiguem Pavinato\*\*

#### RESUMO

Este estudo pretende discutir o caráter ideológico presente no discurso sobre a superioridade do agronegócio frente à agricultura camponesa. Constatou-se que o discurso de sucesso do agronegócio esconde o fato de que este setor fez parte de um projeto de modernização do campo, sendo beneficiado por legislação favorável além de ser favorecido com financiamentos e apoio de pesquisas científicas voltadas para atender este segmento da agricultura. Concluiu-se que mesmo com todos os benefícios recebidos, o agronegócio tem pela frente uma trajetória finita, dado o esgotamento ambiental provocado por este tipo de agricultura. Neste sentido, a agroecologia pode representar uma alternativa aos limites do agronegócio, sendo uma alternativa para a produção de alimentos de forma ambientalmente correta, socialmente justa e economicamente viável.

**Palavras-chave:** Agricultura camponesa; Agronegócio; Desenvolvimento rural.

#### ABSTRACT

This study refers to the ideological character presents in the discourse on an agribusiness superiority against peasant agriculture. It was verified that the speech of success of the agribusiness conceals the fact that this sector was part of a project of modernization of the countryside, being benefited by favorable legislation besides being favored with financing and support with scientific research aimed to serve this segment of agriculture. It was concluded that even with all the benefits received, agribusiness has a finite trajectory given to environmental depletion caused by this type of agriculture. In this sense, an agroecology can represent an alternative to the limits of agribusiness, being an option for a food production in an environmentally correct, socially just and economically viable way.

**Keywords:** Peasant agriculture; Agribusiness; Rural development.

---

\* Prof. da Educação básica técnica e tecnológica do IFPR. Discente do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural Sustentável – PPGDRS, emerson.ferreira@ifpr.edu.br

\*\*

Discente do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural Sustentável - PPGDRS, julie\_pavinato@hotmail.com



## 1. INTRODUÇÃO

Os grandes produtores rurais brasileiros sempre exploraram suas propriedades nos moldes do capitalismo, com uma produção voltada para o mercado externo. Este fato pode ser observado nos grandes ciclos da cana-de-açúcar, do café e, recentemente, da soja (FURTADO, 1997). O trabalho do camponês, no entanto, sempre foi mais voltado para a própria subsistência e da unidade familiar. Com práticas agrícolas construídas coletivamente e repassadas ao longo de várias gerações, inclusive agregando elementos da cultura indígena, este sujeito, na sua relação com a natureza, forjou não apenas uma forma de produção, mas um sistema cultural (CANDIDO, 2010).

No entanto, as mudanças no cenário agrícola brasileiro, a partir das décadas de 1950-70, ensejaram transformações que alteraram profundamente a paisagem rural nas décadas seguintes. Com a modernização da agricultura, iniciada com a revolução verde, houve uma atenção cada vez maior do governo para o novo segmento da agricultura que se consolidava: o agronegócio. Os agricultores que trabalhavam suas propriedades do modo tradicional, com uma produção diversificada e utilização central da mão de obra familiar, ficaram praticamente excluídos do acesso a políticas públicas para o setor rural (MESQUITA, 2016).

A princípio, esses dois grupos estavam, cada qual ao seu modo, traçando caminhos paralelos quanto ao manejo em suas propriedades. Todavia, o significativo crescimento de um grupo, concomitante ao declínio do outro, nos faz refletir sobre até que ponto esse fato foi obra do acaso.

É relevante refletir sobre o fato de que grande parte dos agricultores que optaram pela mecanização e pela monocultura, tiveram uma significativa ascensão econômica, aumentando cada vez mais o tamanho das suas propriedades e, conseqüentemente, o rendimento obtido com elas:

Na primeira metade dos anos sessenta, que corresponde ao período da crise econômica de 1961/67, há um aumento praticamente generalizado de todos os tamanhos de propriedade. Mas ainda assim podemos notar que o crescimento das grandes propriedades é maior que o das pequenas, segundo os dados disponíveis do INCRA e do IBGE. Já no período seguinte, 1967/72, que corresponde ao período de crescimento e auge do que ficou conhecido como "milagre brasileiro", aumenta apenas o número de grandes propriedades. (SILVA, 2001, p.12-13).

Não foi apenas o uso de novas tecnologias e melhor gestão das propriedades que fez com que o agronegócio lograsse sucesso, mas, principalmente, um conjunto de políticas públicas (MENDONÇA, 2012). Políticas essas, voltadas prioritariamente ao atendimento dos interesses dos grandes produtores, colocando a agricultura capitalista como foco principal das políticas públicas para o setor em detrimento da agricultura camponesa.

Neste cenário, o declínio do número de propriedades familiares foi constante, culminando com êxodo rural e concentração de terras.



Atualmente, com a questão ambiental cada vez mais em pauta, a agricultura camponesa, tem novamente a possibilidade de assumir papel de destaque quanto a produção de alimentos de forma sustentável, como mostra as recentes experiências de manejo agroecológico.

## 2. METODOLOGIA

Este estudo se constitui como uma pesquisa descritiva, tendo como base uma revisão bibliográfica sobre as transformações da agricultura no Brasil. A opção pela revisão bibliográfica representou um desafio para se fazer a amarração das ideias dos diferentes autores, uma vez que, nem todos compartilham o mesmo ponto de vista. Neste sentido, procuramos reunir todas as informações levantadas sob o olhar do materialismo histórico dialético, tendo como objetivo encontrar as contradições no discurso de que existe apenas uma forma se fazer agricultura. Desta forma, optamos por uma pesquisa qualitativa, descrevendo a trajetória da agricultura no Brasil e encontrando as lacunas que os discursos ideológicos sempre tentam esconder.

## 3. A TERRITORIALIZAÇÃO DO AGRONEGÓCIO

O conceito de território envolve uma série de abordagens que se subdividem em diversas correntes de debates envolvendo autores de várias áreas do conhecimento. Dentre estas várias abordagens, o conceito de poder figura como um elemento predominante.

As relações sociais no processo de produção do espaço é que o transformam, por isto, na essência, é impossível compreender o conceito de território sem conceber as relações de poder. Em função disso, compreende-se o território enquanto produto concreto das lutas de classes travadas no espaço (ROOS, 2015, p. 67).

De acordo com Saquet (2014), a existência do processo de territorialização do agronegócio e do campesinato gera constantes conflitos. À primeira vista, somos levados a acreditar que nesta disputa o agronegócio é de fato o modelo que reúne mais condições para o sucesso na produção, sendo a agricultura familiar um modelo atrasado e incapaz de fazer frente às necessidades de aumento da produção de alimentos. No entanto, ao considerarmos que em meados do século XX esses dois modelos disputavam a hegemonia no campo, apresentando caminhos distintos para a agricultura, veremos que havia uma disputa de território, com um modelo de agricultura se sobrepondo ao outro. Concordamos com Raffestin quanto à disputa de poder que envolve a questão do território:



Os homens "vivem", ao mesmo tempo, o processo territorial e o produto territorial por intermédio de um sistema de relações existenciais e/ou produtivistas. Quer se trate de relações existenciais ou produtivistas, todas são relações de poder, visto que há interação entre os atores que procuram modificar tanto as relações com a natureza como as relações sociais. (RAFFESTIN, 1993 p.158-159).

Na relação entre a agricultura camponesa e o agronegócio no Brasil, o poder exercido pelo segundo se faz não apenas através de um conjunto de técnicas de produção, mas sobretudo pela conjugação de elementos políticos e ideológicos que encontram no Estado um dos principais agentes de execução dos interesses dos grandes produtores conforme afirma Raffestin:

Do Estado ao indivíduo, passando por todas as organizações pequenas ou grandes, encontra-se atores sintagmáticos que produzem o território. De fato, o Estado está sempre organizando o território nacional por intermédio de novos recortes, de novas implantações e de novas ligações. (RAFFESTIN, 1993, p.152).

Assim, vemos que no Brasil o Estado sempre atuou em defesa dos interesses dos grandes produtores rurais, sejam eles latifundiários da cana-de-açúcar e do café ou, como a partir da segunda metade do século XX com a produção de soja e outras *commodities*. Diversas ações políticas, em vários governos sempre atuaram no sentido de favorecer apenas um segmento da agricultura: os grandes proprietários. Mesmo assim a agricultura camponesa resistiu, como vem fazendo recentemente com as experiências agroecológicas, que podem ser entendidas como uma reterritorialização camponesa, conforme afirma Saquet:

Assim como há um movimento histórico, também há acontecimentos coexistentes: a reterritorialização é concomitante à desterritorialização, processo condicionado por fatores econômicos, políticos e culturais, gerando e sendo influenciado pelas territorialidades, que estão na base da formação de cada território e do movimento de territorialização, desterritorialização e reterritorialização. (SAQUET, 2014, p.134).

Desta forma, ao levantar a bandeira de uma produção que respeite as diferenças culturais, que seja socialmente justa, economicamente viável e ambientalmente correta (SAQUET, 2014) a agroecologia apresenta a possibilidade de resgatar a autonomia camponesa ao colocar o pequeno produtor em condições de ser um agente que não produz apenas alimentos, mas também um modo de vida.





#### 4. A CULTURA CAMPONESA.

A agricultura é mais que apenas a semente que se joga na terra. É mais do que as técnicas usadas para que esta semente produza cada vez mais. É mais do que cotação de produtos agrícolas. Agricultura é feita principalmente por pessoas. E as pessoas da agricultura não são apenas trabalhadoras, não são apenas sujeitos que vivem fora espaço urbano. As pessoas da agricultura não apenas vivem no espaço rural, mas vivem o rural. E esta vida é permeada de uma série de elementos culturais, construídos e reconstruídos durante muitas gerações, e que fazem com que o homem do campo tenha na terra não apenas um lugar de onde tirar o sustento para sua família, mas um local de reprodução de uma cultura<sup>1</sup> historicamente construída.

De acordo com Candido (2010), a agricultura camponesa no Brasil foi construída por sujeitos que produziram um modo de vida com um grande apelo pela liberdade e pela autonomia. No interior do estado de São Paulo, por exemplo, o tipo social conhecido como “caipira”, descrito em trabalho de Antonio Candido, se constitui de uma miscigenação entre os primeiros exploradores da região e os indígenas. Esse hibridismo produziu um homem rústico, apegado à terra, e apto para extrair dela todos os meios necessários para sua sobrevivência.

A grande igualdade entre os membros, das comunidades, com grande solidariedade entre os mesmos, fez com que a ajuda mútua fosse uma arma muito eficaz para enfrentar tanto as dificuldades do isolamento, quanto o abandono do Estado. A cooperação, como os mutirões para realizar um serviço nas terras onde o chefe da família passa por enfermidades, ou mesmo a prática de distribuir um pedaço de carne para cada vizinho, quando se mata um porco, são exemplos de como a solidariedade era um fato constante entre os camponeses (CANDIDO, 2010).

O camponês, nos sertões do Brasil, vivendo isolado e sem nenhuma assistência do Estado, só podia contar com seus vizinhos para vencer as dificuldades desse isolamento. Os mutirões para fazer a manutenção das estradas, ou para ajudar um vizinho com a colheita, por exemplo, eram formas de parceria que resultavam em vantagens, como a execução mais rápida do trabalho, mas também fortaleciam os laços entre os vizinhos formando comunidades com forte identidade entre seus membros. Era comum essa prática de trabalho estar associada a uma confraternização:

---

1

O conceito de cultura possui muitas definições. Neste trabalho elegemos a conceituação de Geertz: “Acreditando, como Max Weber, que o homem é um animal amarrado a teias de significados que ele mesmo teceu, assumo a cultura como sendo essas teias e a sua análise; portanto, não como uma ciência experimental em busca de leis, mas como uma ciência interpretativa, à procura do significado.” (GEERTZ, 2008, p. 15)



Geralmente os vizinhos são convocados e o beneficiário lhes oferece alimento e uma festa, que encerra o trabalho. Mas não há remuneração direta de espécie alguma, a não ser a obrigação moral em que fica o beneficiário de corresponder aos chamados eventuais dos que o auxiliam. (CANDIDO, 2010, p. 82).

Podemos perceber que as atividades desenvolvidas pelos camponeses, estudados por Antonio Candido, privilegiavam a solidariedade entre os membros das comunidades estreitando as relações e facilitando a vida nos sertões, praticamente isolados, do interior do Brasil. Da mesma forma, as práticas religiosas funcionavam também com um fator de união entre os membros dessas comunidades. Acontecimentos como festas do padroeiro ou novena na casa de algum morador do bairro, eram elementos que atuavam no sentido de fortalecer os laços do grupo.

A vida menos corrida do caipira, com suas atividades laborais voltadas quase que exclusivamente para a subsistência, aliada ao apego às tradições religiosas, respeitando um número de dias santos de guarda (quando não se trabalha por respeito) muito maior que os moradores da cidade, fez com que este trabalhador recebesse o rótulo de preguiçoso. Antonio Candido percebe, no entanto, que o caipira possui na verdade grande apressamento pela liberdade e pela autonomia, não se sentindo confortável quando colocado em posição de submissão. O referido autor atribui tal característica ao espírito aventureiro dos homens que formaram esse tipo social que, mesmo após a estabilização:

(...) deixou no caipira não apenas certa mentalidade de acampamento - provisório e sumário - como o sentimento de igualdade, que, mesmo nos mais humildes e desfavorecidos, faz refugar a submissão e a obediência constantes. Esta, nele, é sempre relativa e muito precária, comparada à do negro, escravo ou ex-escravo, e mesmo à do colono europeu, fruto duma sociedade rural rigidamente hierarquizada sobre os restos do senhorio da servidão. (CANDIDO, 2010, p. 99).

Portanto, na cultura caipira (camponesa) há praticamente uma ausência de hierarquia entre os membros das comunidades, “grande apego à igualdade e refugio à submissão” (CANDIDO, 2010, p.99).

Também no sul do Brasil, os caboclos formavam um tipo social muito parecido com os caipiras de São Paulo “(...) representados por pequenos lavradores e coletores de erva, dispersos pelas zonas florestais” (FRITZ FILHO, 2009 p. 124).

## 5. O PAPEL DO ESTADO

Em meados do século XX, com as várias medidas implantadas desde o governo Vargas, o Brasil passava por diversas transformações, inclusive com uma urbanização



crescente. A paisagem rural também passava por mudanças. O crescimento das cidades, fez com que o progresso chegasse mais próximo dos camponeses apresentando para estes sujeitos, elementos de consumo que não poderiam ser adquiridos com a antiga forma de manejo de suas propriedades.

No curto período de presidencialismo do governo João Goulart, a reforma agrária era um tema que estava em pauta, fazendo parte de discursos tanto de setores da esquerda quanto da direita no Brasil (YAMAUTI, 2005). Mesmo o governo dos Estados Unidos considerava que uma maior democratização quanto ao acesso à terra na América Latina poderia diminuir a força política de grupos que pregavam uma reforma agrária mais radical. No jogo político, a disputa por interesses foi adiando cada vez mais a efetivação de uma política de distribuição de terras que desse conta de fazer frente às desigualdades existentes no meio rural brasileiro, com predominância do latifúndio. O empresariado brasileiro, apesar de conseguir ascensão econômica, não conseguiu se afirmar politicamente, sendo que o poder político ficou mantido nas mãos das velhas oligarquias ligadas ao setor rural (YAMAUTI, 2005). No final de 1963, o governo Goulart anunciou uma reforma agrária de caráter populista com objetivo de salvar o seu governo e impedir a eleição de seus adversários. Essa medida, fortemente contestada pelos setores conservadores da sociedade, foi um dos fatores que fortaleceu, junto aos grupos políticos de direita, a ideia da necessidade de um golpe militar, materializado no ano seguinte.

No início do governo militar a reforma agrária foi um tema com pouquíssima atenção, tendo em poucos anos desaparecido completamente de qualquer debate dentro do governo. Mesmo os Estados Unidos não tinham mais interesse neste programa, pois, além dos setores de esquerda estarem sendo controlados, agora pela força, um novo projeto estava em voga para a agricultura no mundo: o Agronegócio (SILVA, 2001).

Alinhado com esse novo modelo de agricultura, o governo brasileiro passou a atuar no sentido de consolidá-lo, o que gerou uma concentração de terras cada vez maior, ao mesmo tempo em que cada vez mais os pequenos produtores eram expulsos do campo:

Durante as duas décadas em que os governos militares estiveram no poder, garantiram a apropriação [através de compra, dos projetos de colonização ou da grilagem], por grandes grupos empresariais, de imensas áreas de terras e também o aumento do número de latifúndios. Financiaram as mudanças na base técnica de produção, com base nos incentivos criados e do crédito subsidiado pela sua política agrícola. Proporcionaram, assim, a “modernização” da agricultura e a territorialização do capital no campo. Do outro lado, reprimiram toda e qualquer luta de resistência a sua política. Dessa forma, a estrutura fundiária sofreu alterações profundas [...]. [a concentração de terras se intensificou] (FERNANDES, 1994, p. 32).

Dentre as possibilidades de desenvolvimento do campo que tínhamos no Brasil na década de 1960, a influência dos setores patronais, com a ausência dos movimentos sociais,



duramente reprimidos durante a ditadura militar, fez com que o governo voltasse suas atenções para o agronegócio que, com base capitalista, utilizava cada vez mais insumos vindos de fora da propriedade, (sementes, adubos e maquinários, além de produtos químicos para o controle de insetos e doenças). Nesse modelo de agricultura, a produção em larga escala dependia de grande quantidade de terra além de considerável investimento financeiro. Não havia, portanto, lugar para os pequenos e/ou descapitalizados produtores.

Contando com uma significativa representatividade, que remontava ao período colonial, o agronegócio manteve influência política bastante forte. Mesmo com a ascensão de uma burguesia urbana, o poder político continuou sob forte influência dos setores ligados ao latifúndio (YAMAUTI, 2005).

Antes que a agricultura camponesa se organizasse para conseguir atender ao aumento da necessidade de alimentos no país, por conta da urbanização e crescimento demográfico, o agronegócio começou a ganhar força e teve uma ascensão constante. Atualmente o discurso corrente é o de que o agronegócio é mais eficiente e justamente por isso conseguiu assumir o protagonismo. Esse discurso ideológico, no entanto, esconde que esse modelo de produção recebeu e recebe um intenso apoio do Estado ao longo de várias décadas.

No entanto, o discurso da competência do agronegócio parece surgir da sociedade como se não houvesse um agente propulsor dessa ideologia. Os sujeitos sociais, de forma genérica, não exigem mais cidadania, mas privilégios. Assim, agricultores, comerciantes ou prestadores de serviços almejam aquisição de vantagens com o “boom” do produtivismo agrícola em grande escala” (CAVALCANTE; FERNANDES, 2008. p.20).

O papel do Estado foi fundamental para o crescimento do agronegócio, com especial destaque para as pesquisas destinadas a atender as necessidades desse segmento. Com a criação da Embrapa em 1973, inicia-se um novo rumo na pesquisa agropecuária no país. Com fortes investimentos e tendo seus estudos voltados para atender apenas um setor (grandes produtores rurais que aderiram ao agronegócio), a Embrapa assumiu a liderança quanto ao desenvolvimento de tecnologias para o setor agropecuário (MENDONÇA, 2012).

Enquanto foram extintos órgãos de pesquisa que antes tinham trabalhos voltados para atender também as necessidades dos pequenos produtores e da produção de alimentos para o mercado interno, a Embrapa, com forte influência de setores ligados à agroindústria, iniciava suas atividades com atenção prioritariamente voltada aos interesses do agronegócio:

Em seus primeiros anos de funcionamento, a Embrapa privilegiou a geração dos chamados pacotes tecnológicos, que induziam ao uso intensivo de insumos modernos, afinada aos interesses dos grupos



agroindustriais que lutaram por sua fundação. (MENDONÇA, 2012, p.82).

Os pacotes tecnológicos, como afirma Mendonça, foram uma maneira de privilegiar cada vez mais os grandes produtores, e impor as novas regras para a agricultura no Brasil, inclusive com financiamentos condicionados à aquisição desses pacotes. A autora cita ainda, que no período seguinte à implantação dessas políticas houve uma acentuada concentração de capital no campo, fato que pode ser exemplificado com o aumento expressivo do número de tratores, sendo que 52% deles estavam concentrados em 2,6% das propriedades (MENDONÇA, 2012, p.82).

Diante disso, fica evidente que o Estado brasileiro atuou e atua em consonância com interesses externos, sendo que esta parceria seguia na direção dos interesses dos grandes grupos do chamado *agribusiness*. O Estado se coloca, portanto, como um mero executor de tais interesses, voltando sua atuação, para a construção de um novo cenário no meio rural, onde a prioridade do setor público é a agricultura capitalista que tem à disposição todas as condições para a sua expansão. Conforme Marcatto (2016), a atuação estrangeira, legitimada pelo Estado brasileiro foi decisiva para a ascensão do agronegócio:

No Brasil, foram criados os sistemas de assistência técnica e extensão rural e o sistema de pesquisa agrícola, com seus mais de trinta Centros Nacionais de Pesquisa. Os currículos das universidades de agronomia foram completamente reformulados (1960), e os professores universitários foram enviados para treinamento em universidades dos EUA (principalmente). O governo brasileiro também: criou linhas especiais de crédito rural para permitir a compra de máquinas, equipamentos e “insumos modernos”; estabeleceu subsídios especiais para a instalação do emergente setor agro-industrial. Uma parte importante dos recursos financeiros, materiais e equipamentos necessários foram fornecidos por agências doadoras do primeiro mundo e por organismos internacionais (MARCATTO, 2016, n.p.).

Vemos, portanto, que as pesquisas, assim como as políticas públicas, como financiamentos, foram direcionadas para atender essa nova demanda e atuaram no sentido de privilegiar a monocultura extensiva. Sem recursos financeiros para modernizar sua produção e desamparados pelo Estado, os pequenos produtores intensificaram o processo de migração para as cidades, onde foram atender a necessidade de mão de obra das indústrias que também tiveram crescimento expressivo neste período no Brasil, ou ainda para ampliar o exército industrial de reserva (MARCATTO, 2016).

Essas mudanças no mundo do trabalho rural provocaram mudanças também nos trabalhadores, sobretudo nos camponeses que resistiram, uma vez que, antes eram detentores de um conhecimento acumulado e transmitido ao longo de gerações, agora passaram a improvisar novas técnicas, pois não tinham acesso à assistência técnica específica para as necessidades de sua propriedade. Assim, podemos dizer que mesmo os que permaneceram no campo foram, em certa medida, expropriados de seu trabalho na medida em que a antiga



forma de manejo, que fazia parte de todo um conjunto cultural, foi fragmentada em novas técnicas, parcialmente empregadas e estranhas à sua tradição, transformando-os em meros reprodutores de técnicas externas a sua cultura.

A territorialização do campo pelas multinacionais, produtoras de insumos para a agricultura capitalista, subordina a agricultura aos interesses dessas empresas que ditam as regras e controlam a produção, fazendo com que a terra fique cada vez mais concentrada.

Temos então uma disputa territorial entre capital e campesinato. As propriedades camponesas e as capitalistas são territórios distintos, são totalidades diferenciadas, onde se produzem relações sociais diferentes, que promovem modelos divergentes de desenvolvimento. Territórios camponeses e territórios capitalistas como diferentes formas de propriedades privadas disputam o território nacional. (FERNANDES, 20013a, p.198).

O resultado deste processo é a concentração de terras e o aumento da desigualdade no campo, pois o modelo do agronegócio atua no sentido de privilegiar os grandes produtores. De acordo com Cavalcante e Fernandes (2008), a dependência dos pacotes tecnológicos, oferecidos pelas empresas fornecedoras de insumos para o agronegócio, atua no sentido de favorecer a concentração de terras uma vez que, a cada oscilação de mercado, leva a falência os produtores menos capitalizados.

## 6. AGROECOLOGIA: a resistência camponesa.

Mesmo com todo o poder acumulado, a hegemonia do agronegócio começa a ser questionada, principalmente a partir da última década do século XX. Com a questão ambiental cada vez mais em pauta, a agricultura convencional que, apesar da alta produção, não é sustentável a longo prazo, tem que ser repensada. De acordo com Caporal e Costabeber (2001), a agricultura, assim como a sociedade, estão cada vez mais assumindo novos valores que os autores chamam de *ecologização*, sendo que a necessidade de uma produção sustentável é cada vez mais presente. Nesse sentido, a agricultura começa a passar por um novo processo de transição, no qual a agricultura camponesa reúne condições para assumir o protagonismo uma vez que “as práticas (agro)ecológicas são camponesas” (SAQUET, 2014, p.132).

A agroecologia apresenta uma forma de agricultura onde o conhecimento científico é somado ao conhecimento tradicional dos camponeses que trabalham a terra durante muitas gerações. Neste modelo de agricultura, o agricultor não é apenas um mero executor de técnicas produzidas por órgãos de pesquisa e transmitidos por extensionistas a serviço de empresas do agronegócio, mas é um protagonista que também busca na sua experiência as soluções para a construção de uma agricultura sustentável (LEFF, 2002).



Os problemas ambientais, com efeitos mais explícitos no início deste século, mostram claramente que é necessário buscar novos caminhos antes que a sobrevivência da humanidade fique comprometida. Diante dos limites que a agricultura convencional tem pela frente, ao exigir recursos muito maiores que a natureza pode oferecer, a agroecologia surge como saída, ao propor um desenvolvimento que respeite o meio ambiente, ao mesmo tempo que seja socialmente justo.

Acreditamos que a força política em torno do agronegócio constitui um dos maiores obstáculos para a ampliação de práticas agrícolas de base agroecológicas, uma vez que tais práticas esbarram em poderosos interesses econômicos com os quais o Estado sempre está alinhado. De acordo com Altieri (2010), as inovações agroecológicas estão condicionadas à grandes mudanças nas políticas agrárias bem como nas pesquisa e extensão. Dessa forma, é fundamental que haja o despertar de uma autonomia nos agricultores camponeses, para que possam entender o contexto histórico e social no qual estão inseridos de modo que se tornem agentes desta nova forma de produzir alimentos.

A construção da autonomia passa, necessariamente, por um profundo conhecimento da situação de classe e dos conflitos, numa contínua luta contra a expansão e reprodução ampliada do capital. É uma luta constante pela terra e pela permanência nela, pelo território e pelo lugar de vida. (SAQUET, 2014, p.132).

No estado do Paraná as experiências agroecológicas, principalmente nos assentamentos de reforma agrária têm sido um importante foco de resistência camponesa, frente ao agronegócio. Desde o final da década de 1990, o MST (Movimento dos trabalhadores Rurais Sem Terra) vem adotando um discurso de defesa da produção agroecológica como forma de alcançar a sustentabilidade nos assentamentos (BORGES, 2007).

## 7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O agronegócio foi construído ideologicamente como o único modelo de agricultura capaz de produzir alimentos de forma eficiente. O discurso de sucesso desse modo de produção esconde, no entanto, o fato de que o Estado atuou e atua em vários níveis para beneficiar prioritariamente esse segmento, seja com legislação, financiamentos ou mesmo pesquisas.

Assim, o território rural, invadido por práticas externas à cultura dos camponeses que, em consonância com as políticas neoliberais que impuseram sobre os pequenos agricultores apenas uma forma de manejo em suas propriedades, ignorando todo um complexo cultural historicamente construído e impondo novas técnicas, modernas, globalizadas e caras. Os principais agentes desta desterritorialização são os grandes grupos econômicos ligados ao setor do agronegócio. Esses grupos têm como instrumentos de



atuação os grandes produtores assim como o Estado, impondo uma forma de manejo e expulsando do campo os pequenos produtores que não atendem aos seus interesses financeiros. Neste contexto, a produção agroecológica representa, uma forma de resistência frente a esta expropriação, apresentando uma possibilidade de reterritorialização do campo a partir do momento em que os pequenos produtores buscam a reconstrução de uma nova forma de interagir com a natureza e com a sociedade.

## REFERÊNCIAS

ALTIERI, M. A. **Agroecologia, agricultura camponesa e soberania alimentar**. In: Revista NERA – ANO 13, n.º. 16 – JANEIRO/JUNHO DE 2010. Disponível em: <<http://www.ft.unesp.br/nera>>. Acesso em 15 de Maio 2016.

CANDIDO, A. **Os parceiros do Rio Bonito: Estudo sobre o caipira paulista e a transformação de seus meios de vida**. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2010.

CAPORAL, F. R.; COSTABEBER, J. A. . **Agroecologia e sustentabilidade: base conceptual para uma nova Extensão Rural**, In: Encontro Internacional sobre Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável, 2001, Botucatu (SP). Anais do Encontro Internacional sobre Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável. Botucatu,: UNESP/FCA/DGTA e Instituto Giramundo Mutuando, 2001. p. 1-22.

CARIDÁ, A. C. B. B. **“Agricultura Camponesa X Agronegócio: distintos modelos de desenvolvimento rural e seus diferentes projetos socioeducacionais”**. In: Revista IDEAS – Interfaces em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, Rio de Janeiro – RJ, v. 6, n. 1, p. 33-49, 2012.

CAVALCANTE, M. B.; FERNANDES, B. M. . **Territorialização do agronegócio e concentração fundiária**. Revista NERA (UNESP), v. 13, p. 16-25, 2008. Disponível em: <<http://cultivehortaorganica.blogspot.com.br/2015/06/agricultura-sustentavel-conceitos-e.html>> Acesso em: 03 de outubro 2016.

FRITZ FILHO, L. F. **Análise das unidades de produção agrícolas do município de passo fundo/RS**. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural) Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Programa de Pós-Graduação em desenvolvimento Rural. Porto alegre 2009.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das Culturas**. 1º. ed.13º reimpr. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos. 2008.





LEFF, Enrique. **Agroecologia e saber ambiental**. Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável. v. 3, n. 1, p. 36-51, 2002.

MARCATTO, C. Agricultura sustentável: conceitos e princípios. In: **Rede ambiente**, Ago. 2002. Disponível em: <<http://www.redeambiente.org.br>>. Acesso em: 03 de julho 2016.

MENDONÇA, S. R. **Entidades patronais agroindustriais e a política de pesquisa agropecuária no Brasil (1963-2003)**. Raízes, v.32, n.2. Campinas, 2012. Disponível em: <[http://www.ufcg.edu.br/~raizes/artigos/Artigo\\_294.pdf](http://www.ufcg.edu.br/~raizes/artigos/Artigo_294.pdf)> Acesso em: 03 de outubro 2016.

MESQUITA, B. A.. **Contribuição governamental na ascensão do modelo agroexportador do agronegócio e suas consequências sociais e ambientais**. Revista de Políticas Públicas, v. 20, p. 135-143, 2016.

RAFFESTIN, C. **Por uma geografia do poder**. Tradução de Maria Cecília França. São Paulo: Ática, 1993.

FERNANDES, B. M. **Espacialização e territorialização da luta pela terra: a formação do MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-terra no estado de São Paulo**. 1994. 208 f. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.

FURTADO, C. **Formação econômica do Brasil**. São Paulo: Ed. Nacional, 1997.

ROOS, Djoní. **Contradições na construção dos territórios camponeses no Centro-Sul paranaense : territorialidades do agronegócio, subordinação e resistências** -. Tese (doutorado) Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia. Presidente Prudente : [s.n.], 2015

SAQUET, M. A. **Agricultura camponesa e práticas (agro)ecológicas. Abordagem territorial histórico-crítica, relacional e pluridimensional**. Mercator (Fortaleza. Online), v. v.13;n.2, p. 125-143, 2014.

SILVA, José Graziano da. **O que é questão agrária**. São Paulo: Brasiliense, 2001.

YAMAUTI, Nilson Nobuaki . **A questão da reforma agrária no governo João Goulart**. Acta Scientiarum. Human and Social Sciences , Maringá, v. 27, n.1, p. 69-86, 2005.



## TERRITORIALIZAÇÃO CAMPONESA E EDUCAÇÃO DO CAMPO NOS ASSENTAMENTOS RURAIS IRENO ALVES DOS SANTOS E MARCOS FREIRE EM RIO BONITO DO IGUAÇU-PR\*

## TERRITORIALIZACIÓN CAMPONESA Y EDUCACIÓN DEL CAMPO EN LOS ASENTAMIENTOS RURALES IRENO ALVES DE LOS SANTOS Y MARCOS FREIRE EN RIO BONITO DEL IGUAÇU-PR

Jéssica Aparecida de Ávila Follmann\*\*  
Djoni Roos\*\*\*

### RESUMO

A Educação do Campo, enquanto reivindicação camponesa surge em torno dos movimentos sociais, principalmente do MST, a partir de meados da década de 1990. Firmada nas discussões realizadas durante o 1º Encontro Nacional de Educadores da Reforma Agrária (ENERA), tem, como eixo norteador, a reivindicação de uma educação voltada para os camponeses, negando as concepções de educação ruralista ofertada a estes sujeitos, durante décadas no país. Igualmente as reivindicações em torno da Educação do Campo, muitas são suas manifestações de cunho cultural, social, simbólicas, envoltas sobre a territorialização das lutas, engendradas nos movimentos sociais, especialmente junto ao Movimento dos trabalhadores Rurais Sem Terra (MST).

**Palavras-chave:** Educação do Campo; movimentos sociais; assentamentos rurais.

### RESUMEN

La educación del campo, como reivindicación campesina surge en torno a los movimientos sociales, principalmente del MST, a partir de mediados de la década de 1990. Firmada en las discusiones realizadas durante el 1º Encuentro Nacional de Educadores de la Reforma Agraria (ENERA), tiene, como eje, la reivindicación de una educación dirigida a los campesinos, negando las concepciones de educación ruralista ofrecida a estos sujetos, durante décadas en el país. En el caso de la educación del campo, muchas son sus manifestaciones de carácter cultural, social, simbólico, envueltas sobre la territorialización de las luchas, engendradas en los movimientos sociales, especialmente junto al Movimiento de los trabajadores Rurales Sin Tierra (MST).

**Palabras-clave:** Educación del Campo; movimientos sociales; asentamientos.

---

\* O presente trabalho constitui-se no recorte de algumas discussões presentes no Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), intitulado “A Educação do Campo nos assentamentos Ireno Alves dos Santos e Marcos Freire: desafios e contradições”.

\*\* Mestranda em Geografia, área de concentração: Espaço de fronteira: território e ambiente, pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE, campus de Marechal Cândido Rondon. Rua Carlos Barbosa, 2789, Jardim Tocantins, Toledo/PR. E-mail: jessyca\_deavila@hotmail.com.

\*\*\* Professor dos cursos de Graduação e Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Campus de Marechal Cândido Rondon. Coordenador do Laboratório de Geografia das Lutas no Campo e na Cidade (GEOLUTAS). Rua Pernambuco, 1777, Centro, Marechal Cândido Rondon, Paraná. e-mail: djoni\_roos@yahoo.com.br



## 1. INTRODUÇÃO

O presente artigo aborda alguns debates relacionados a Educação do Campo e a territorialização da luta camponesa. Partindo do entendimento de territorialidade e territorialização apresentados por Fernandes (1994).

A Educação do Campo, enquanto reivindicação dos camponeses e trabalhadores do campo, surge no início da década de 1990. Pautada principalmente nas reivindicações de uma educação igualitária, universal, alternativa perante o modelo de educação tido como comum, e que, tivesse em suas bases uma formação humana e social voltada para estes sujeitos. Portanto, parte-se, da necessidade de uma formação humana completa, que abrangesse todos os níveis sociais, visando a formação crítica, política e cultural em plenitude.

Apesar das muitas práticas desenvolvidas em acampamentos e assentamentos conquistados sobre a égide da luta em conjunto com o MST, somente a partir do I Encontro Nacional de Educadores da Reforma Agrária (ENERA), ocorrido em 1997, constitui-se uma “base” para o desenvolvimento da Educação do Campo, e para a discussão da mesma a nível nacional.

Sendo assim, correlacionar toda a carga histórica de luta, em torno da Educação do Campo, com a territorialização das reivindicações camponesas, torna-se essencial para a compreensão dos processos ocorridos em torno de ambas.

O trabalho fora desenvolvido em três etapas distintas. Sendo, a primeira etapa composta pelo levantamento bibliográfico, a segunda etapa correspondente ao planejamento e execução de trabalhos de campo e a última caracterizada pela correlação realizada entre trabalhos de campo e levantamentos bibliográficos. Os trabalhos de campo foram compostos por entrevistas semiestruturadas a camponeses e professores, nos assentamentos que compuseram o estudo.

## 2. A EDUCAÇÃO DO CAMPO E A CONQUISTA DOS ASSENTAMENTOS IRENO ALVES DOS SANTOS E MARCOS FREIRE

A Educação do Campo surge como contestação do modelo educacional ofertado para os camponeses e trabalhadores do campo. Sobre a égide de reivindicações do MST e de outros movimentos presentes no campo brasileiro, surge como “como crítica à realidade da educação brasileira, particularmente à situação educacional do povo brasileiro que trabalha e vive no/do campo” (CALDART, 2009, p. 39). Deveras que, “a Educação do Campo não fica apenas na denúncia do silenciamento; ela destaca o que há de mais perverso nesse esquecimento: o direito à educação que vem sendo negado à população trabalhadora do campo” (ARROYO, et.al., 2004, p. 9). Este silenciamento é correlacionado ao modelo de educação tido como comum nas chamadas escolas rurais, que está presente no campo brasileiro, e que não representa em sua prática, toda diversidade presente nas comunidades camponesas, por exemplo. Neste contexto, Camacho (2013, p. 326) afirma que, “essa escola estava no campo, mas era uma escola ligada a tradição ruralista da dominação, preparou o



camponês para a subordinação ao capital de uma forma domesticadora e alienante”, não sendo, de forma alguma, uma escola voltada para a realidade camponesa.

Esta visão de tradição ruralista e domesticadora como destaca Camacho (2013), está correlacionada com “a visão que prevaleceu na sociedade, [...] que considera o campo como lugar atrasado, do inferior, do arcaico” (ARROYO, et.al., 2004, p. 11), caracterizando a desvalorização tanto do espaço campo, quanto dos sujeitos inseridos neste, e, conseqüentemente, do território camponês.

Os camponeses organizados nos movimentos sociais, principalmente o MST, passaram a contestar tais perspectivas para com a educação que lhes fora imposta durante décadas no Brasil, pensar e colocar em prática um modelo educacional no qual se vincula a realidade campesina tornou-se, na década de 1990, uma realidade em discussão. Fora a partir do I Encontro Nacional de Educadores da Reforma Agrária que muitos desafios com relação a efetivação da Educação do Campo passaram a ser pensados em conjunto. Para Casagrande (2008, p. 773) “a principal conclusão a que chegou o evento foi a necessidade de articular os trabalhos que vinham sendo desenvolvidos, além de ampliar os mesmos, já que os movimentos sociais do campo vinham apresentando uma demanda cada vez maior no que diz respeito à educação no campo”. É a atuação dos movimentos sociais que proporcionaram a reivindicação e conquista (ao menos no que tange o campo teórico) da Educação do Campo, “uma educação construída juntamente com estes sujeitos, que seja uma educação dos sujeitos do campo, e não somente para os sujeitos do campo” (CAMACHO, 2013, p. 319). Que não seja uma educação pensada verticalmente, dos órgãos governamentais para os sujeitos do campo, especialmente os camponeses, mas que esses sejam os atores principais das discussões para com a educação.

#### Em suma a Educação do Campo

“(...) é um fenômeno da sociedade brasileira atual, que nasceu, no final da década de 1990, protagonizado pelos trabalhadores do campo e suas organizações. Tem como objetivo específico, desde o seu surgimento, a luta por uma política educacional que atenda aos interesses sociais dos trabalhadores do campo, em especial, os camponeses, superando a histórica desigualdade de acesso à educação.” (CALDART, 2016, p.90).

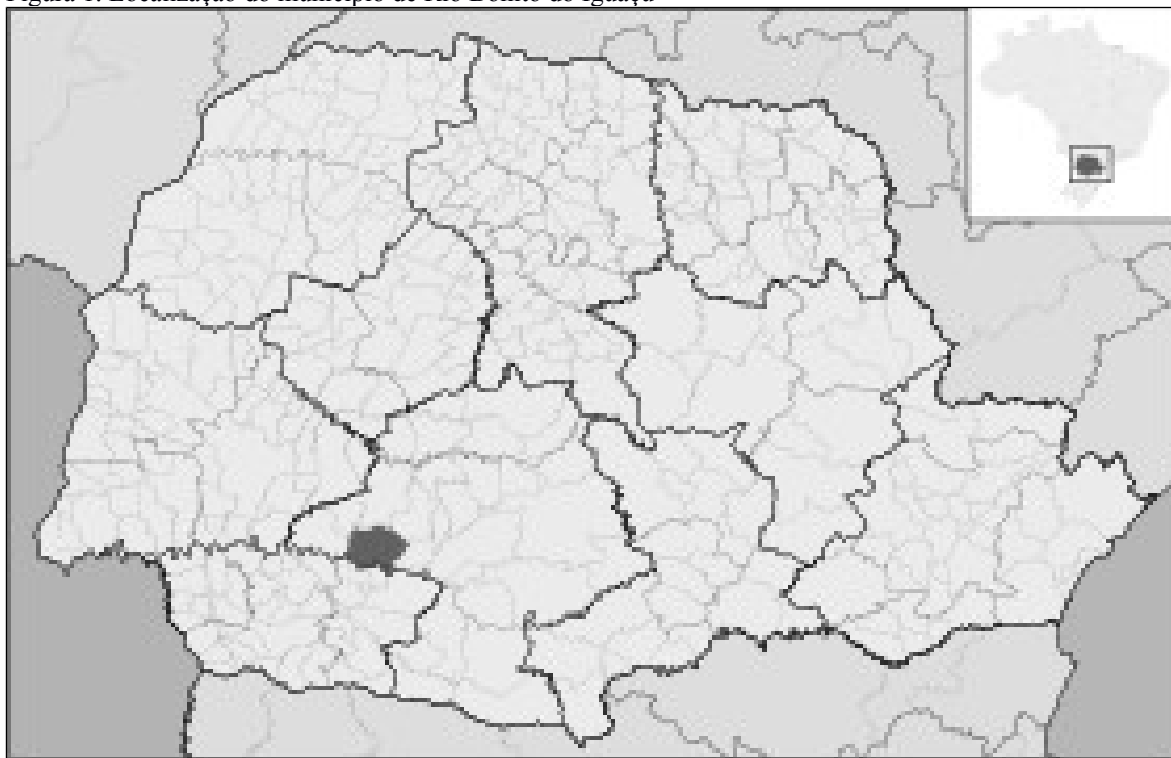
Apesar de vinculada com os mais diversos movimentos sociais e suas representatividades, principalmente com a lógica de acampamentos e assentamentos sobre a organicidade do MST, a Educação do Campo não se desvincula da estrutura escolar atual. Não se desvincilha dos meios ofertados por órgãos oficiais para se fazer presente nas comunidades, e para ser reconhecida como educação. “A Educação do campo tem se centrado na escola e luta para que a concepção de educação que oriente suas práticas se descentre da escola, não fique refém de sua lógica constitutiva, exatamente para poder ir bem além dela enquanto projeto educativo” (CALDART, 2009, p. 38). Estar relacionada à escola, enquanto órgão, também se constitui como tentativa de superação de alguns preceitos presentes nestes espaços.



A Educação do Campo, no município de Rio Bonito do Iguaçu/PR, possui suas primeiras discussões e práticas correlacionadas com o surgimento do acampamento “Buraco” apontado por muitos autores (HAMMEL, 2007; CARVALHO, 2011) como o maior acampamento do Brasil. Neste reuniram-se aproximadamente 12 mil pessoas, ou 3 mil famílias, com o objetivo comum de conquistarem o direito ao acesso e permanência na terra (HAMMEL, *et. al.* 2007).

O município de Rio Bonito do Iguaçu, está localizado na mesorregião Centro-Sul paranaense (conforme figura 1), apresentando uma população aproximada de 13.545 habitantes.

Figura 1. Localização do município de Rio Bonito do Iguaçu



Fonte: MFRURAL. 2017.

O acampamento “Buraco” fora, na realidade, a resposta dada a um dos maiores latifúndios do sul do Brasil, a Giacomet Marodin S/A, pelos inúmeros casos de violência presentes no histórico de existência deste. De acordo com Carvalho (2011), muitas foram as tentativas de ocupação da então Fazenda Pinhal Ralo, sob o domínio do latifúndio Giacomet-Marodin S/A, principalmente durante a década de 1980, no entanto, todas as tentativas anteriores ao acampamento “Buraco” (1996) foram falhas. Devido, principalmente, a



violência exercida pela chamada “guarda” do latifúndio, mas cujas ações se assemelhavam a práticas de “jagunços”. O que refletiu também na constante apreensão das famílias acampadas no período anterior a conquista dos assentamentos, na realidade, “na chegada na BR 158 para acampar, existia bastante medo e receios entre as famílias, pois viam a Fazenda Giacometi-Marondin com difícil acesso, garnida por um forte número de jagunços todos bem armados” (CARVALHO, 2011, p. 37).

O acampamento “Buraco” não fora o único espaço de luta no processo de conquista dos assentamentos Ireno Alves dos Santos e Marcos Freire, no município de Rio Bonito do Iguaçu/PR. O acampamento Buraco perdurou até as condições insalubres – devido a grande aglomeração de pessoas, a necessidade de plantar alimentos e falta de saneamento, [...] – obrigarem o deslocamento das famílias para a sede da então “fazenda”.

Na localidade conhecida atualmente como Sede, antiga sede da Fazenda Pinhal Ralo, ergueu-se o seguimento do acampamento “Buraco”, possibilitando o cultivo de cereais e tubérculos para a alimentação das famílias acampadas e dos animais que começavam a serem criados no entorno do acampamento.

O que apresentava-se como espaço de esperança, para com o acesso à terra, tornou-se um espaço de luto. O histórico de conquista dos assentamentos perpassa, não somente, a luta dos camponeses sem-terra acampados, mas também o luto pelo qual os mesmos enfrentaram após a morte de dois de seus companheiros. Em janeiro do ano de 1997, José Alves dos Santos (34 anos) e Vanderlei das Neves (17 anos) foram assassinados pela “guarda” da então Giacomet-Marodín (hoje Araupel S/A<sup>1</sup>), enquanto trabalhavam na lavoura comunitária do acampamento “Sede”.

Relaciona-se o surgimento dos assentamentos com o luto dos camponeses, porque somente após o assassinato de José e Vanderlei, que o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), decretou a desapropriação parcial do imóvel Pinhal Ralo – destaca-se aqui que o mesmo já havia sido avaliado como pertencente às terras da união – para a criação do assentamento Ireno Alves dos Santos ainda em 1997, e em 1998, para a criação do assentamento Marcos Freire.

Atrrelada a conjuntura de lutas para a conquista dos assentamentos, destaca-se que, apesar de insipiente, desde os primeiros passos do acampamento “Buraco”, com o improvisado de salas de aula e até mesmo professores, até o acampamento “Sede”, com igual realidade, os primeiros debates sobre Educação do Campo já se faziam presentes. Nas práticas cotidianas também se era possível notar, mesmo que involuntariamente, que a realidade camponesa prevalecia sobre a égide de uma Educação igualitária e que valorizasse aqueles sujeitos. O que fica exposto na fala de um camponês que se fez presente no processo de conquista dos assentamentos,

1

Hoje a “empresa” é conhecida como Araupel S/A, não utiliza mais a denominação Giacomet-Marodín. Tal mudança ocorreu no ano de 1997, e um dos motivos foi o assassinato dos camponeses José Alves dos Santos e Vanderlei das Neves, por “funcionários” da então Giacomet-Marodín.



“No acampamento mesmo a gente foi achando “as pessoa” que entendia mais de educação e alguns professores “tamem” que dava apoio. Foi dando a aula, assim, baseado na realidade que a gente tinha na época. Acompanhando e consorciando junto a situação da educação, “vamo dize”, normal. Mas, baseado mais pra que seu aluno, quando iniciava “as aula”, naquele processo, que ele entendesse por que que ele “tava” ali acampado, precisaria um pedaço de terra, pedaço de chão.” (M.S. Arapongas, Assentamento Ireño Alves dos Santos, julho de 2016<sup>2</sup>).

Desta maneira, a convivência, as experiências vividas em função do acampamento desenhavam-se como práticas diferenciadas, visando valorizar o conhecimento científico acumulado, mas de igual maneira, o conhecimento cotidiano, a vivência em coletivo, e principalmente compreender a realidade que estava posta aqueles sujeitos naquele momento. O que demonstra a profunda relação da Educação do Campo com a organização dos camponeses nos movimentos sociais, no caso específico analisado, dos assentados em Rio Bonito do Iguaçú, com o MST.

Para fins exemplares, a figura 2, representa a espacialização da luta no município de Rio Bonito do Iguaçú/PR, quando camponeses sem-terra ocupam o latifúndio Giacomet-Marodin que abrangia cerca de 87 mil hectares de terras contínuas (figura 3):

Figura 2. Camponeses rompendo a cerca da fazenda Pinhal Ralo, saindo do acampamento “Buraco” em direção a “Sede”



Fonte: SALGADO, S. *apud* SHULS, G., 2014.

2

Optou-se por não expor o nome dos entrevistados durante a pesquisa por uma questão de ética acadêmica e, da mesma maneira, não expor os entrevistados a possíveis críticas.



Figura 3: Abrangência do latifúndio da Giacomet-Marodin



Fonte: Boletim FAEP *apud* ROOS, 2015, p. 161.

### 3. A TERRITORIALIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO DO CAMPO COMO CONQUISTA CAMPONESA NOS ASSENTAMENTOS IRENO ALVES DOS SANTOS E MARCOS FREIRE

Quando fala-se em luta camponesa, vinculada ao MST, necessita-se primeiramente compreender o que a prática de resistência através de manifestações e ocupações (acampamentos) representam para a sociedade como um todo. E, da mesma forma, como estas influenciam o local no qual estão inseridos.

Portanto, têm-se dois processos, de certa maneira, distintos ao mesmo tempo em que não se desvinculam um do outro. São eles: a espacialização da luta dos camponeses sem-terra, e a territorialização da conquista desses sujeitos. “O MST, esse sujeito coletivo, se espacializa pela sua práxis, através da (re)produção das suas experiências de luta. Este processo é desenvolvido pelo trabalho, pela ação criativa, reconstruindo o espaço de socialização política” (FERNANDES, 1994, p. 120). Esta espacialização não se resume apenas as práticas coletivas de manifestações, mas também aos resultados destas, e não somente, a conquista dos espaços que é resultado da luta conjunta desses sujeitos. Visto que **“É na espacialização da luta pela terra que os trabalhadores organizados no MST conquistam a fração do território”** (FERNANDES, 1994, p. 120, grifos do autor).

É a partir da conquista do território que se tem a territorialização do Movimento. Assim, “A territorialização da luta pela terra é aqui compreendida como o processo de conquistas de frações do território pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra e por outros movimentos sociais” (FERNANDES, 1994, p. 182). Somente pela espacialização da luta pela terra, que se alcança a territorialização do Movimento, ou seja, a conquista do território camponês.





Espacializar e territorializar, partindo da reflexão anterior, também estão relacionadas com o processo de luta e conquista da Educação do Campo. Primeiramente por que, a luta pelo acesso e permanência na terra está vinculada a luta por educação. Ambas são lutas dos camponeses e trabalhadores do campo, em torno dos movimentos sociais. Segundo, pois, a territorialização da Educação do Campo se dá com a conquista de escolas, reivindicadas pelos camponeses. Tendo em vista que, na conjuntura atual, a Educação do Campo está vinculada com a escola, enquanto estrutura física e meios legais.

A Educação do Campo, em Rio Bonito do Iguaçu/PR, como já exposto, surge a partir das reivindicações em torno do MST e tem sua espacialização nas reivindicações dos camponeses e estudantes.

Partindo do reconhecimento histórico de dois colégios importantes nos assentamentos, Colégio Estadual do Campo Ireno Alves dos Santos, localizado na comunidade Araongas, no assentamento Ireno Alves dos Santos e o Colégio Estadual do Campo Iraci Salete Strozak, localizado na comunidade de Centro Novo, assentamento Marcos Freire, têm-se duas realidades de luta distintas, no entanto, ambas sinalizam a conquista da educação nos assentamentos.

O primeiro colégio fora fundado em 1998, iniciando suas atividades no ano seguinte. Neste o processo de conquista, de territorialização, ocorrera de forma distinta de outros, como no caso do segundo colégio acima citado. Pois, “No caso desta escola, o espaço foi determinado pelo INCRA, e a própria comunidade decidiu o local da construção do Colégio que recebeu o nome de Colégio Estadual Ireno Alves dos Santos, o qual foi fundado no ano de 1999” (COLÉGIO ESTADUAL DO CAMPO IRENO ALVES DOS SANTOS, 2012, p. 09). Mesmo tendo o espaço de construção determinado de maneira muito breve pelo INCRA, o colégio não deixa de se caracterizar como conquista dos camponeses inseridos na comunidade. Visto que, foram estes sujeitos que ousaram lutar por educação, mesmo que atualmente existam dicotomias presentes em torno da Educação do Campo neste espaço educacional e em outros nos assentamentos.

Nesta perspectiva de reivindicações e conquistas, tem-se a realidade do Colégio Estadual Iraci Salete Strozak. Este, por sua vez, é uma conquista direta dos camponeses organizados em comunidade e em conjunto com o MST. Este fora reivindicado após a conquista do assentamento Marcos Freire, e pela necessidade de escolarização de crianças e jovens presentes no mesmo. Todavia, o desejo dos camponeses, era a criação de um colégio nas instalações da antiga vila dos funcionários da usina hidrelétrica de Salto Santiago (Vila Velha), onde alguns espaços foram reaproveitados para algumas poucas salas de aula. Mesmo tendo uma demanda excedente de alunos, o reconhecimento legal por parte do governo estadual da época e da secretaria de educação, só ocorreu após a construção, de novas salas de aula. O que demonstra o descaso do Estado perante a educação de populações campesinas.

O colégio, posteriormente fora conquistado, no entanto, não no espaço que os camponeses almejavam, mas, na sua localidade atual, comunidade de Centro Novo, determinação do local de construção e funcionamento do colégio, fora articulada entre os governos estaduais, municipais, e INCRA, para inviabilizar a utilização da antiga vila.



(MONTEIRO *apud* HAMMEL, *et. al.* 2007). Entretanto, tal fato só se deu após a pressão exercida por parte dos camponeses e do Movimento. Como se destaca na fala de um camponês que se fez presente durante o processo de conquista da terra e do colégio.

“Eu 'memo' por “causo” dessas escolas nossas aqui, do Centro Novo. Eu fui... Tive uma reunião 'co' secretário da educação em Curitiba, e o INCRA, e 'da' que veio a liberação dessa escola do Estado, né. [...] 'Nóis' era em quatro que 'tava' em Curitiba.” (J. B., Comunidade Centro Novo, Assentamento Marcos Freire, março de 2016).

Portanto, tanto a conquista da terra quanto a conquista dos colégios, e da construção da Educação do Campo nos referidos assentamentos, constituem-se como a territorialização das conquistas camponesas em conjunto com o MST, da mesma forma que redesenham sua espacialização.

#### 4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conclui-se, desta forma, que a conquista tanto dos assentamentos quanto da Educação do Campo, no município de Rio Bonito do Iguaçu/PR, só se deu a partir da organização de camponeses em torno do MST. Assim, as reivindicações que se fizeram na década de 1990, em Rio Bonito do Iguaçu, também são retratos da desigualdade presente no campo brasileiro. No entanto, demonstram também que, a organização coletiva em torno de movimentos sociais, é uma das maneiras encontradas para conquistarem seus direitos. Aqui não se destaca apenas o direito de acesso e permanência na terra, mas também o direito de acesso à educação.

Educação esta, que assim como o direito a terra, fora negada aos camponeses e trabalhadores do campo. Em muitos casos, a educação, ofertada a população camponesa caracteriza-se como doutrinadora e excludente, tendo como modelo ideal a urbanização. Esta subordinação imposta aos camponeses e trabalhadores do campo, abriu precedentes para que a luta por educação fosse incorporada na luta pela terra.

A partir do momento em que os Movimentos passaram a lutar também, por educação, reivindicam um projeto de educação diferenciado. Construído no coletivo, interligando comunidade e educação.

#### Referências

- ARROYO, M. G. et al. **Por uma Educação do Campo**. Rio de Janeiro: Vozes, 2004.
- CALDART, R. S. Educação do Campo: notas para uma análise de percurso. **Trabalho**,



**Educação e Saúde**, v.7, n. 1, p. 35–64, 2009

\_\_\_\_\_. Pensando a Educação dos Camponeses. In: WIZNIEWSKY, Carmen R. F.; MOURAD, Leonice A. de F. A. (Org.). **Educação, memória e resistência popular na América Latina**. Porto Alegre: Evangraf, 2016, p. 88-110.

CAMACHO, R. S. **Paradigmas em disputa na educação do campo**, 2013. 809 p. Tese (doutorado em Geografia) Universidade Estadual Paulista “Júlio Mesquita Filho”- UNESP.

CARVALHO, L. **Processos organizativos nos assentamentos de reforma agrária Ireno Alves dos Santos e Marcos Freire em Rio Bonito do Iguaçu – PR**, 2011. 77p. Monografia (graduação em Geografia) Universidade Estadual Paulista “Julio de Mesquita Filho”- UNESP

CASAGRANDE, N. A questão agrária e a formação do educador do campo no século XXI: as contribuições da Pedagogia da Terra. **Diálogo Educacional**, v.8, n.25, p. 765–785, 2008.

COLÉGIO ESTADUAL DO CAMPO IRENO ALVES DOS SANTOS. **Projeto Político Pedagógico**. 2012, 303p.

FERNANDES, B. M. **Espacialização e Territorialização da luta pela terra: a formação do MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra no estado de São Paulo**, 1994, 208 p. Dissertação (mestrado) Departamento de Geografia da F. F. L. C. H. da Universidade de São Paulo.

FOLLMANN, J. A. A. **A Educação do Campo nos assentamentos Ireno Alves dos Santos e Marcos Freire: desafios e contradições**. 2017. 68 p. Monografia (graduação em Geografia). Universidade Estadual do Oeste do Paraná, campus de Marechal Cândido Rondon.

MFRURAL. **Rio Bonito do Iguaçu...** Disponível em: <<http://www.mfrural.com.br/cidade/rio-bonito-do-iguacu-pr.aspx>> Acesso em: 28 de mar. de 2017.

ROOS, Djoni. **Contradições na construção dos territórios camponeses no Centro-Sul paranaense: territorialidades do agronegócio, subordinação e resistências**. Presidente Prudente, 2015. 392 p. Tese (doutorado em Geografia) Universidade Estadual Paulista “Júlio Mesquita Filho”- Faculdade de Ciências e Tecnologia

SHULS, G. **Armazém das ideias**. Disponível em: <<http://www.oarmazemdasideias.wordpress.com/2014/11/25/sebastiao-salgado/>> Acesso em: 1º de ago. de 2016.



## EXPERIENCIAS DE ECONOMIA SOCIAL Y SOLIDARIA EN NECOCHEA Y QUEQUEN. Avances de lo local a lo regional

Dra. Lourdes Poujol\*  
Mg. Jimena Regonat\*\*

### RESUMEN

En el presente trabajo, se difunden datos y resultados generados a partir de un proyecto de extensión desarrollado desde la UNICEN (Universidad Nacional del Centro de la provincia de Buenos Aires) en y con las comunidades; se describen algunas experiencias cooperativas, asociativas y productivas gestadas en clave de Economía Social y Solidaria (ESS) que vienen desarrollándose en la región del centro de la provincia de Buenos Aires (Argentina), específicamente en la zona costera de Necochea y Quequén. El proyecto macro que encuadra estas experiencias fue desarrollado entre 2015-2016 en toda la región sudoeste y se orientó a indagar los marcos normativos y estrategias de gestión, visibilidad y comercialización de las mismas. Específicamente, en esta instancia, se presenta parte del relevamiento y diagnóstico efectuado sobre la economía "realmente existente" (Coraggio 1998) en el cual se relevaron: actores intervinientes, prácticas implementadas, balances y dificultades de los procesos de trabajo. Complementando el diagnóstico, propositivamente, el proyecto busca potenciar, ampliar y expandir las experiencias analizadas y dar cuenta de las tensiones que supone la lógica de construcción de la Economía Social y Solidaria (ESS) atendiendo a las condiciones materiales concretas de los diversos territorios de la región y a los sentidos que para los actores adquieren estas experiencias.

**Palabras clave:** institucionalización- desarrollo territorial- economía social y solidaria

### RESUMO

No presente trabalho, dados e resultados, gerados a partir de um projeto de extensão desenvolvido da UNICEN (Universidad Nacional del Centro de la Provincia de Buenos Aires) em e com as comunidades, são divulgados; bem como se descreve algumas experiências cooperativas, associativas e produtivas geradas com base na Economia Social e Solidária (ESS), que estão sendo desenvolvidas na região do centro da província de Buenos Aires (Argentina), especificamente na zona costeira de Necochea e Quequén. O projeto macro, que encuadra essas experiências, foi desenvolvido entre 2015-2016 em toda a região sudoeste e foi orientado a investigar as estruturas regulatórias e estratégias de gerenciamento, visibilidade e comercialização. Especificamente, neste caso, parte da pesquisa e diagnóstico realizado na economia "realmente existente" (Coraggio 1998) são revelados: atores intervinientes, práticas implementadas, balanços e dificuldades dos processos de trabalho. Complementando o diagnóstico, propositadamente, o projeto busca aprimorar e expandir as experiências analisadas e explicar as tensões envolvidas na lógica de construção da Economia Social e Solidária (ESS), levando em consideração as condições materiais concretas dos diferentes territórios da região e os sentidos que para os atores adquirem essas experiências.

**Palavras-chave:** institucionalização- desenvolvimento territorial- economia social e solidária

\*

Grupo TAG-IDICHS (UNLP) / UNICEN-Sede Quequén. Argentina. E-mail:  
lourdespoujol@yahoo.com.ar

\*\*

UNICEN-Sede Quequén. Argentina. E-mail: jimereg2014@gmail.com



## INTRODUCCIÓN

En el marco del proyecto “Cooperativismo y Economía Social y Solidaria en la región centro de la provincia de Buenos Aires: marcos normativos y estrategias de gestión y comercialización” (Programa ESS y COOP 2015-2016 UNICEN), gestado e impulsado desde la UNICEN, el presente trabajo se enfoca en difundir algunos datos vinculados a experiencias de ESS de los núcleos costeros-urbanos Necochea y Quequén. Si bien la finalidad del Proyecto macro de Investigación Aplicada desarrollado entre 2015 y 2016 fue de identificar, analizar y elaborar propuestas en torno a las principales problemáticas asociadas a la conformación, desarrollo y gestión de las entidades cooperativas y de la economía social y solidaria (ESS) radicadas en la región centro de la provincia de Buenos Aires, nosotros caracterizaremos, desde la integralidad del rol universitario, las dinámicas locales que desde la universidad pudimos conocer.

Este proyecto “de extensión” fue desarrollado desde un marco de IAP (Fals Borda, 2007), tomando como punto de partida los fundamentos de la denominada “economía del trabajo”; “economía popular urbana” (Coraggio, 2004) o “social solidaria” (Defourny, 2003; Coraggio, 2011) asumiendo como objetos /sujetos de estudio las características y funcionamiento de experiencias de emprendimientos sociales, fundamentalmente organizaciones productivas del sector cooperativo y de la ESS, focalizando en las estrategias generadas por las entidades tanto en materia de visibilidad, gestión y comercialización cuanto en la consecución de marcos regulatorios y normativos que los encuadren. (Programa ESS y Coop 2015-2016 UNICEN)<sup>1</sup>. El trabajo se organizó en diferentes fases, de las cuáles en esta instancia referiremos solo a la FASE 1, que implica como objetivos específicos: el relevamiento de la economía realmente existente, con la consecuente identificación de los actores que intervienen; de las prácticas implementadas y la construcción de balances y diagnósticos. Esta tarea, se realizó con la participación y revisión crítica de los actores protagonistas, estrategia que procura contribuir a la “construcción de institucionalidad” (Coraggio, 2011) del sector cooperativo y de ESS, colaborando con su visibilidad social y económica en el entorno productivo local.

## METODOLOGIA DE TRABAJO

El proyecto implicó sucesivas aproximaciones a los fundamentos y expresiones de las experiencias cooperativas y asociativas en clave de ESS desde el trabajo conjunto y

1

El sector cooperativo y de la ESS exhibe un complejo panorama compuesto por más de 26.000 cooperativas en Argentina, abarcando a 9,6 millones de cooperativistas, cifra dentro de la cual se identifican 311 empresas recuperadas por sus trabajadores, 46 de ellas en el interior de la provincia de Buenos Aires, y al menos 7 de ellas en la región de influencia de la UNICEN. Completando la dinámica del sector, aparecen otras formas organizativas: más de 500.000 monotributistas sociales y 250.000 emprendimientos de la economía familiar que involucran productores campesinos, emprendimientos asociativos y autogestivos no formalizados, emprendimientos unipersonales, etc.



articulado con las propias organizaciones que son actualmente parte de estos procesos, para la construcción de propuestas integrales para el sector en la región centro sur de la provincia de Buenos Aires.

La metodología combinó métodos cuantitativos y cualitativos de observación y análisis. En ese sentido, la primera tarea desarrollada, se vinculó al relevamiento de las experiencias en marcha de cooperativismo y ESS en los territorios del núcleo urbano Necochea-Quequén y su mapeo. Luego, se implementaron encuestas, seguidas de entrevistas en profundidad, que permitieron indagar percepciones y sentidos de los actores involucrados en relación a: los ciclos vitales de los emprendimientos (problemas enfrentados, soluciones encontradas y saberes construidos); estrategias de comercialización y construcción de mercados implementadas; saberes y capacidades de gestión. Para estos propósitos, durante el proceso de IAP, se trabajó por medio de la Observación Participante (Tylor y Bogdan, 1989).

## RESULTADOS

En términos generales, pudimos conocer que los actores de la ESS de la región, se involucran en instancias de participación colectiva donde se involucran no solo la Universidad, sino también otras instancias del Estado (Ministerio Desarrollo Social de la Nación, Ministerio de Trabajo, Empleo y Seguridad Social, INTA, INTI, entre otros). Estos espacios, se hallan conformados como “mesas sectoriales” que han generado mayor nucleamiento y visibilidad, las mismas vienen funcionando desde 2012 en Tandil y Olavarría, pero para el resto de la región y en el caso de Necochea y Quequén, si bien se han dado algunas reuniones y convocatorias en 2015 y 2016, no pudo consolidarse la iniciativa. Sin embargo, los encuentros colectivos realizados, han revelado cierta recurrencia en las problemáticas que los emprendedores enfrentan cotidianamente, lo que se expresa en diversos saberes y aprendizajes en la búsqueda de soluciones y resultados que potencien sus emprendimientos.<sup>2</sup>

---

2

Esto saberes, si bien constituyen un acervo cultural para los actores, tienen limitada su potencialidad de enseñanza al permanecer al interior de las organizaciones. En este marco, debe trabajarse sobre la producción de conocimientos que colaboren en la planificación, proyección y evaluación de los emprendimientos cooperativos y de la ESS, caracterizando los principales problemas de las experiencias así como los saberes y estrategias puestos en juego por los propios actores en su resolución.



### *Actores de la ESS en Necochea y Quequén*

Con el objetivo de relevar las características principales de los actores de la ESS de la región centro de la provincia de Bs As, se relevaron datos de base –edad, género, estudios realizados- que permiten construir un perfil socio-demográfico de los integrantes del sector a nivel local. Asimismo, se identificaron las actividades productivas-económicas que los consultados realizaban antes de constituir y/o integrar un emprendimiento de la ESS. Esto permitió a formar un panorama previo respecto de las pertenencias y procedencias que, entre otros tópicos, fue profundizado en entrevistas en profundidad.

#### *a) Caracterización de los Actores de la EES en la región y a nivel local*

- Los emprendimientos de ESS identificados en Necochea-Quequén fueron 42, que representan el 8% de las experiencias halladas en la región SO, siendo la zona costera la que menos experiencias presenta (Tandil presenta el 40% y el resto se distribuyen entre las distintas localidades).

-Si observamos los actores de la ESS según género, se evidencia una marcada presencia del género femenino (69 %) en toda la región centro de la provincia de Buenos Aires y para el caso de Necochea- Quequén, este dato supera el 77%.

- Al indagar en la edad de los actores de la ESS, en la región SO la franja etaria que prevalece entre los consultados está comprendida entre los 20 y 49 años (64%). Así, registramos una población marcadamente joven involucrada en la ESS. Para el caso de Quequén/Necochea, prevalecen dos franjas de edad: entre 30 y 39 años y entre 50 y 59 años.

- Si describimos a los actores de la ESS por los estudios realizados, vemos que, en materia de educación, los consultados en este relevamiento presentan un alto registro de los estudios alcanzados en todas las ciudades de la región, por lo que se observa un alto nivel de educación. Los mayores índices (19 %) se presentan asociados al secundario completo y terciario completo. Casi en la mitad de los encuestados (49 %) se registra una trayectoria educativa que comprende los estudios superiores. Sumado a esto, un 21% presentan estudios universitarios, de los cuales casi el 9% han completado. Situación similar presentan los consultados que dicen tener estudios terciarios (28 %) de los cuales 19 % presentan estos estudios completos. Como una particularidad, vemos que a nivel local (Necochea-Quequén) se presenta el mayor registro (27%) de estudios secundarios incompletos.

#### *b) Experiencias previas a las iniciativas de ESS*

Un aspecto que el estudio supone relevante radica en suministrar información acerca del momento previo a la conformación de un emprendimiento de ESS. Así, la situación socio-laboral que revisten los consultados ofrece un punto de partida del análisis. En este sentido, para Necochea/Quequén, el 50% de los actores encuestados estaba desocupado al momento de iniciar su proyecto de ESS y la otra mitad estaba trabajando: un 33% era empleado en relación de dependencia, un 9 % desarrollaba su profesión, y también se presentan estudiantes, amas de casa, empleados en negro y cuentapropistas. Profundizando la descripción de estos



contextos, y tal como se describe en el informe final del Proyecto de ESS y COOP<sup>3</sup>, las entrevistas permitieron distinguir dos situaciones de acuerdo a la edad de los actores de la ESS:

-Por un lado, los grupos de mayor edad (entre 50 y 65 años aproximadamente), con estudios secundarios y diversas experiencias de trabajo ligadas tanto al cuentapropismo como al trabajo asalariado, acercan relatos en los que los tiempos de inicio de las experiencias propiamente de “economía social” quedan difusos al unirse con otras trayectos laborales. No obstante esto, en general encuentran sus raíces en la crisis del 2001-2002 y se consolidan años después, convirtiéndose en la principal fuente de ingresos. De este modo, la necesidad económica –más allá de las diferentes situaciones de vida- marca el acercamiento a la ESS, que luego es fortalecido con diferentes grados de involucramiento en proyectos colectivos, como la Mesa de Economía Social o la Feria de Productores Naturales y Artesanales.

-Por otra parte, los actores de entre 25 a 35 años, presentan trayectorias educativas que registran el paso por la educación superior, tanto universitaria como terciaria (algunos estudios continúan y otros fueron abandonados). En la mayoría de los relatos, se registra una mirada más política (o politizada) de la “economía social” y la apuesta a un modo de vida y trabajo alternativo; lo que, en varios casos, puede vincularse a experiencias de militancia (previas y presentes). Los emprendimientos de estos jóvenes cuentan con distintos grados de consolidación, surgidos del 2012 en adelante.

Sobre esta breve caracterización de actores de la ESS, desde el proyecto se contemplan tres interrogantes ejes a resolver e indagar en fases futuras:

a) ¿Cuáles son los principales aspectos normativos que el sector debe trabajar para avanzar hacia su *institucionalización* en la región?

Para avanzar en este punto, se plantea la necesidad de abordar los principales logros producidos en la región acerca de: ordenanzas, reglamentaciones, políticas de apoyo y fomento a las iniciativas cooperativas y asociativas en clave de ESS, así como aquellos que se hayan dado en otros territorios latinoamericanos y que propongan alternativas de análisis y reflexión. La generación de propuestas en este sentido estará dada en gran medida, por el relevamiento y la sistematización de los impactos económicos, políticos, sociales y culturales que este sector genera a escala local.

b) ¿Cuáles son las principales propuestas que se vienen dando para fortalecer los procesos de gestión, comercialización, visibilización y promoción de los valores diferenciales de los productos de experiencias en clave de cooperativismo y ESS?

En ese sentido, interesa abordar las distintas estrategias que propone el sector para comunicar los sentidos que acompañan sus productos y servicios, los cuales se ven

---

3

Ver: <http://boletin.webcindario.com/Boletin.PIACoopESS/Primera.Edicion/Boletin.htm>





representados en los *valores del cooperativismo*<sup>4</sup>. Además, resulta de interés analizar la creación de mercados alternativos y espacios de comercialización en los que se pueda dar visibilidad a las propuestas, y transmitir directamente al consumidor los valores que son parte intangible del producto o servicio.

c) ¿Cómo repensar el rol de la universidad en el fortalecimiento del cooperativismo y la ESS? Este eje supone planificar y proyectar acciones en las universidades que sean tributarias del proceso de trabajo desarrollado. Se advierten en este sentido dos dimensiones de trabajo: una dimensión intrauniversidad que busca apropiarse de los resultados obtenidos y generar un plan de actividades que contribuya a visibilizar el sector cooperativo y de la ESS al interior de las unidades académicas participantes en el ámbito de la docencia, de la investigación y la extensión. Y otro a nivel interuniversidad, en Redes, como la RUESS, convenios, y otras redes latinoamericanas que nos nutran de saberes y experiencias de desarrollo territorial en general y de la ESS en particular, siempre, con el propósito de construir colectivamente el Bien Vivir (Quijano, 2011).

## REFERENCIAS

CORAGGIO, J. (2004) “Economía del Trabajo: una alternativa racional a la incertidumbre”, en J. L. Coraggio, **De la Emergencia a la Estrategia**. Más allá del “alivio a la pobreza”, Espacio Editorial, Buenos Aires, 2004.

\_\_\_\_\_. (2008) “**Economía social, acción pública y política** (Hay vida después del neoliberalismo)”. Ediciones CICCUS, Buenos Aires.

\_\_\_\_\_. (2011) “**Economía Social y Solidaria. El trabajo antes que el capital**”. Ed. Abya – Yala. Ecuador

DEFOURNY, J (2003) “La larga marcha del concepto de Economía Social”. En: **Economía social: precisiones conceptuales y algunas experiencias históricas**, *Altamira, Buenos Aires, 2003*.

FALS BORDA, O (2007) “**Hacia el socialismo raizal y otros escritos**”. Bogotá: ediciones desde abajo.

QUIJANO, A (2011) “**Bien Vivir: entre el “Desarrollo” y la descolonialidad del Poder**”. Ecuador

SEN, A (2000) “**Desarrollo y libertad**”, Ed. Planeta, Buenos Aires, 2000.

---

4

Estos valores (el respeto por el trabajador, el medio ambiente, de un precio justo sin intermediaciones, etc) muchas veces representan un desvalor en el mercado tradicional (Coraggio, 2011).

Artigo Selecionado dos Trabalhos Apresentados no IX Seminário Estadual de Estudos Territoriais (IX SEET) e no I Seminário Internacional de Estudos Territoriais (I SIET) realizados, no período de 27 a 29 de julho de 2017, na UNIOESTE – Foz do Iguaçu, organizado pelo Grupo de Estudos Territoriais (GETER) da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE), com apoio do PPGDRS/UNIOESTE e PPGPPD/UNILA. Esse artigo é uma versão revisada do texto publicado originalmente nos anais do evento.



REVISTA ORBIS LATINA  
ISSN: 2237 6976



104

TYLOR , S y BOGDAN, R (1989) “**Introducción a los métodos cualitativos**”. Paidós. Bs. As.



## O RETORNO DOS KAINGANG À TERRA INDÍGENA INHACORÁ APÓS A DESAPROPRIAÇÃO: desafios e possibilidades

## EL RETORNO DE LOS KAINGANG A LA TIERRA INDÍGENA INHACORÁ DESPUÉS DE LA DESAPROPIACIÓN: desafíos y posibilidades

Alice do Carmo Jahn\*

Elaine Marisa Andriolli\*\*

Gabriela Manfio Pohia\*\*\*

Jéssica Manzzoneo\*\*\*\*

Maria da Graça Porciúncula Soler\*\*\*\*

### RESUMO

No presente artigo faz-se uma reflexão teórica acerca das implicações que o processo de expropriação da Terra Indígena Inhacorá acarretou à vida dos Kaingang ao retornarem ao seu Território, com destaque à saúde. O estudo faz parte da inserção acadêmica no Programa de Extensão em Desenvolvimento Regional Sustentável desenvolvido nessa TI, localizada no município de São Valério do Sul, Rio Grande do Sul, (RS) – Brasil. Nessa TI habitam cerca de mil e trezentos indígenas que, após terem sofrido a violação de seus direitos territoriais e culturais e a imposição de uma política integracionista, procuram resgatar e manter viva sua tradição, seus saberes e práticas em defesa de uma atenção diferenciada nos diversos aspectos em seu coletivo, visando a sustentabilidade indígena e o respeito ao seu pensamento cultural. Os Kaingang buscam parcerias para refletir sobre a construção de propostas e caminhos voltados às suas prioridades, como vem acontecendo com a inserção da Universidade Federal de Santa Maria – UFSM. Mediante a aproximação dos saberes interculturais e a convivência entre os interlocutores, a temática saúde é um dos desafios na perspectiva de uma atenção diferenciada que respeite os saberes e práticas culturais, além da importância de os profissionais de saúde da aldeia aliarem aos seus os saberes culturais do Kuiã, parteras e dos Kofã Kaingang. Este estudo, potencialmente, propicia a realização de outros que envolvam os indígenas e seus projetos de vida coletiva, respeitando seus saberes tradicionais, sua organização social e o protagonismo Kaingang. Também poderá nortear estudantes e profissionais de diferentes áreas do conhecimento, em especial na condição de um novo campo de estudos e saberes interculturais, gerando produções contributivas para a promoção do desenvolvimento sustentável, revitalização e resgate da cultura indígena.

**Palavras-chave:** Índio, Kaingang, Cultura, Diversidade, Território, Saúde.

### RESUMEN

El presente artículo introduce una reflexión teórica acerca de las implicaciones que el proceso de expropiación de la Tierra Indígena Inhacorá (T) ocasionó a la vida de los Kaingang al retornar a su Territorio, con destaque para la salud. El estudio hace parte de la inserción académica en el Programa de Extensión en Desarrollo Regional Sostenible desarrollado en esa TI, ubicada en la municipalidad de São Valério do Sul, Rio Grande do Sul, Brasil. En esa TI habitan cerca de mil trecientos indígenas que, tras haber sufrido la violación de sus derechos territoriales y culturales y la imposición de una política integracionista, buscan rescatar y mantener viva su tradición, sus saberes y prácticas en defensa de una atención diferenciada en su colectivo, con vistas a la sostenibilidad indígena y el respeto a su pensamiento cultural. Los Kaingang buscan alianzas para reflexionar sobre la construcción de propuestas y caminos dirigidos a sus prioridades así como ha ocurrido con la inserción de la Universidad Federal de Santa Maria – UFSM. Por medio de la aproximación de los saberes interculturales y la convivencia entre los interlocutores, el tema salud es uno de los desafíos en la perspectiva de una atención diferenciada que respeta los saberes y prácticas culturales, además de la importancia de que los profesionales de salud de la aldea sumen a los suyos los saberes culturales de Kuiã, parteras y de los Kofã Kaingang. Este estudio potencialmente incentiva la realización de otros que involucren a los indígenas y sus proyectos de vida colectiva, respetando sus saberes tradicionales, su organización social y el protagonismo Kaingang. Además podrá orientar a los estudiantes y profesionales de distintas áreas del conocimiento, en especial en la condición de un nuevo campo de estudios y saberes interculturales, generando producciones que contribuyen para la promoción del desarrollo sostenible, revitalización y rescate de la cultura indígena.

**Palabras clave:** Índio, Kaingang, Cultura, Diversidad, Territorio, Salud.

\* Doutora em Ciências (UNIFESP), Docente adjunta da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) Campus de Palmeira das Missões – RS. jahnalice@gmail.com

\*\* Acadêmica do Curso de Enfermagem Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) Campus de Palmeira das Missões – RS. gabimanfio@gmail.com

\*\*\* Mestranda em Desenvolvimento Rural - PGDR - Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

\*\*\*\* Mestranda em Desenvolvimento Rural - PGDR - Universidade Federal do Rio Grande do Sul. jee.mazzonetto@gmail.com

\*\*\*\*\* Docente da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) Campus de Palmeira das Missões – RS. gracasr@hotmail.com



## Introdução

A participação da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), através de seu Campus em Palmeira das Missões, localizado na região Norte do estado do Rio Grande do Sul, representa importante oportunidade para a inserção acadêmica em programas, projetos de cunho de extensão e pesquisa, em especial, pelas características e potencial que a região agrega, devido à diversidade sociocultural: a presença significativa de indígenas, em especial os da etnia Kaingang, no sentido quantitativo.

A etnia Kaingang encontra-se presente no território adjacente da UFSM – Campus Palmeira das Missões, RS. Os Kaingang são falantes da língua Jê, pertencente ao grande tronco Macro-Jê, dividido, no Brasil, em três grupos: Jê Setentrionais, Jê Centrais e Jê Meridionais, que incluem os Xokleng e o Kaingang (D'ANGELIS, 2012). Dentre os idiomas, os Kaingang mantêm o maior número de falantes entre as línguas Jê (PORTAL KAINGANG, 2017).

Os Kaingang constituem um dos cinco povos indígenas mais numerosos do Brasil Meridional, com uma população em torno de 45.620 pessoas (ISA, 2017). Ocupam espaços em centros urbanos e no rural, Terras Indígenas demarcadas e distribuídas em seus antigos territórios, localizados nos estados de São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. No Rio Grande do Sul são em torno de 18.000 índios, sendo a maior concentração nas regiões Norte e Noroeste gaúcho (IBGE, 2010).

Em sua trajetória histórica, o povo Kaingang sobreviveu a diferentes estilos de vida impostos pelo processo de colonização, sofreu todos os tipos de violência — física, moral, cultural — e a expropriação de seus territórios que, na atualidade, é uma de suas maiores lutas para que o Estado proceda a (re)demarcação das Terras Indígenas (TI) conforme preconizado na Constituição Federal de 1988. Os índios expulsos de suas terras e aldeados buscaram manter, de todas as formas, suas bases culturais, saberes e práticas de sua medicina, organização social e cosmovisão dual Kaingang, Kamé e Kanhru.

Na organização social do Kaingang uma das características presentes está relacionada ao dualismo simbólico, em que os indígenas se referem às metades ou marcas a que pertencem, ou seja, Kamé ou Kanhru, as quais estabelecem a base da organização de sua cultura e influenciam as concepções de mundo e as relações de vida que estabelecem na coletividade. As metades ou marcas possuem características assimétricas que se complementam enquanto unidade social. Uma depende da outra para dar continuidade à metade oposta.

A dualidade não está presente só nas pessoas; ela permeia toda a natureza, as plantas, animais, o sol, a lua, pois, de acordo com a cultura do povo Kaingang, na natureza tudo se relaciona com as metades. Para Borba (1908), Kamé e Kanhru são heróis que teriam sobrevivido ao dilúvio no início dos tempos e que deram origem aos Kaingang na atualidade.

Quando houve a reintegração e retorno à sua terra Indígena, os Kaingang encontraram um cenário modificado e descaracterizado do seu estilo de vida e cultura. Das paisagens com



densas florestas e rica biodiversidade se depararam com o desmatamento e espaços com uma realidade diversa que impôs aos indígenas desafios e necessidades de outros saberes, experiências, adaptações, revitalização e o resgate dos saberes culturais. Para os indígenas, a terra, não significa somente um meio de subsistência, mas é o suporte da vida social vinculada diretamente ao sistema de crença e conhecimento (JAHN, 2015; RAMOS, 2001).

A relação no contato interétnico forçou os Kaingang a ocupar e a usufruir de pequenos espaços de sobrevivência, acompanhado do aumento da população que passou a conviver em espaço delimitado, influenciando a dinâmica de vida dos indígenas. Uma realidade diferenciada da tradicional característica de vida desse grupo étnico impulsionou-os a outras formas de arranjos e práticas de sobrevivência. Com isso, modificou a forma de utilização dos espaços de circulação e também da disponibilidade de recursos naturais renováveis, impactando no estilo de vida e cultura do Kaingang. Essa nova conformação incide e pode ser observado na escassez de ervas e plantas para diferentes usos, carência de certos alimentos, matéria-prima para confecção do artesanato, entre outros elementos que fazem parte da cultura desse povo.

A exemplo da história dos povos indígenas no Brasil, os Kaingang da Terra Indígena Inhacorá-RS vivenciaram a violação de seu território, mas “continuam lutando e vivendo diante de muitos desafios, entre a certeza e incertezas de continuidade na vivência cultural” (CIPRIANO, 2014, p. 37). Os reflexos do contato interétnico acarretaram profundas consequências na vida dos Kaingang, somados aos sucessivos conflitos que ocorreram entre índios e colonos, ainda verificados na contemporaneidade.

O processo de expropriação das terras indígenas ocorrido ao longo dos anos e a drástica redução dos seus territórios acabaram impondo aos índios outros aprendizados e a busca para a conservação da cultura. Os reflexos da nova configuração dos territórios indígenas também repercutem no quadro Sanitário. Os índios passaram a contrair agravos que não faziam parte de suas vidas que desafiam o sistema de saúde Brasileiro, na implementação de políticas públicas contundentes com a diversidade sociocultural (JAHN, 2015). Observa-se que uma das maiores lutas do povo Kaingang acontece pela demarcação de seus territórios e propriedades, e também buscam melhorias na atenção à saúde de forma equânime e diferenciada do tradicional saber da biomedicina.

Para o Kaingang, a obtenção de seus espaços e territórios indígenas é entendida como a terra dos filhos de seus filhos (ARESI, 2008). Na evolução das políticas de saúde, a VIII Conferência Nacional de Saúde de 1986, atrela a saúde aos determinantes sociais, dentre eles o direito do cidadão à conquista a sua propriedade e território. Nesse sentido, o que se coloca não é a lógica da produtividade, mas o entendimento no meio sociocultural do Kaingang sobre os saberes e práticas terapêuticas que podem ser compartilhados e adotados na saúde-doença (JAHN, 2015).

Assim, questiona-se: Que implicações o processo de expropriação gerou na vida dos Kaingang ao retornarem a Terra Indígena Inhacorá – RS? Na tentativa de trazer elementos culturais sobre a temática, o objetivo do presente estudo consiste em: refletir acerca das implicações que o processo de expropriação da Terra Indígena Inhacorá acarretou na vida dos



Kaingang ao retornarem ao seu Território, com destaque à saúde, um dos eixos de prioridade nos debates e preocupações dos indígenas. O assunto expressa o pensamento Kaingang na defesa da cultura que carece ser abordada e introduzida no fazer dos profissionais da saúde, visando uma atenção diferenciada e equânime.

### **Sobre o povo Kaingang: breves informações**

Estudos sócio-históricos indicam que o povo Kaingang é habitante milenar do Brasil Meridional. Povoaram uma vasta região que se estendia nos estados de São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Também possuíam aldeias na Província de Misiones, na Argentina, onde eram chamados de Tupis (AMBROSSETI, 2006; BECKER, 1995). Eram regiões cobertas por densas florestas de araucária, de modo que o pinhão foi a base de sua alimentação durante o inverno, entressafras e estiagens. Praticavam a caça, a pesca e a agricultura com roças de milho, feijão, mel, abóbora, entre outros. Os Kaingang foram descritos como coletores e agricultores (VEIGA, 1994). Na atualidade a sua principal fonte de economia provém da venda do artesanato.

No sistema econômico do Kaingang, Tommasino (1995) diz que o estabelecimento do grupo nessas áreas geográficas correspondia aos padrões culturais apresentados pelos grupos Jê. Para a autora, “[...] os Kaingáng sempre se fixaram em terras de planalto e isso nos remete para o mito da origem Kaingang, onde há a referência a Serra de Krinjijimbé que nos permite formular a hipótese de uma idealização específica de território” (TOMMASINO, 1995, p.61). O mito da origem Kaingang trata da divisão cósmica dos gêmeos Kamé e Kanhru, os ancestrais de seu povo que teriam sobrevivido a um dilúvio (BORBA, 1908).

Os Kaingang, na atualidade, povoam centros urbanos, acampamentos e periferias às margens de rodovias, TI reconhecidas oficialmente pelo Estado e administradas pela Fundação Nacional do Índio (FUNAI) em quatro estados: São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. No Estado do Rio Grande do Sul o Kaingang está distribuído nas regiões ao Norte e Noroeste gaúcho, no Planalto Médio e Alto Uruguai e região Central (BECKER, 1995; CRÉPEAU, 2002; IBGE, 2010; VEIGA, 2006).

Na organização social do Kaingang, uma das principais formas de visualização do sistema dualista pode ser observada nas trocas matrimoniais, as quais são regradas pela exogamia patrilinear. As patrimetades Kaingang representam um aspecto da organização e concepção dual do universo. De acordo com os mitos de origem os irmãos gêmeos, Kamé e Kanhru, atribuíram nomações a todos os seres do universo. As metades para o Kaingang são percebidas como cosmológicas ligadas aos heróis ancestrais que emprestam os nomes a elas (CRÉPEAU, 2002; FERNANDES, 1998; 2003; NACKE, 2007; SILVA, 2001; VEIGA, 2006).

No dualismo que classifica os membros pertencentes ao povo Kaingang, Kamé está relacionado ao ponto cardeal Oeste, as pinturas corporal os desenhos são riscos compridos (râ téi). Os Kanhru correspondem ao ponto cardeal Leste, e as pinturas do corpo são em forma de pontos arredondados, círculos (râ rôr) (NACKE, 2007; VEIGA, 2000, 2006; ROSA, 2005). O



povo Kaingang tem procurado manter os traços e as características estruturais de seu modo de ser, sua organização social, cosmovisão, preservando aspectos distintivos a formação das metades ou clãs, a religiosidade (Kiki), o uso da medicina tradicional e de seu curador nas práticas de saúde-doença (PEREIRA, 2005; RAMOS, 2008).

Na sequência do texto citam-se algumas informações do caminho adotado nas aproximações interculturais com os Kaingang da TI Inhacóra – RS, e o cenário do estudo.

### **O itinerário adotado na aproximação cultural**

As aproximações acadêmicas com os indígenas Kaingang da Terra Indígena Inhacorá vem acontecendo há aproximadamente um ano e meio, período em que está sendo desenvolvido um projeto de pesquisa-ação. O presente estudo faz parte da inserção da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM/RS), com o Programa de Extensão em Desenvolvimento Regional Sustentável, aprovado mediante edital do Fundo de Incentivo à Extensão (FIEEX), desenvolvido na referida TI.

Destaca-se que as aproximações acadêmicas com os Kaingang da TI Inhacorá foram motivadas após o contato com indígenas desse território, quando docentes da UFSM participavam na formação do Comitê Territorial Indígena na TI Guarita, município de Redentora - RS, em novembro de 2015. Na ocasião, soube-se que a UFSM-RS desenvolvia um projeto de extensão junto à comunidade indígena adjacente ao município citado. Os participantes da TI Inhacorá manifestaram interesse e solicitaram que o projeto também fosse estendido à sua comunidade, argumentando que a presença da Universidade entre eles, constituiria um canal importante para ajudá-los em suas demandas, por exemplo na saúde.

Outros elementos que corroboraram a aproximação intercultural são: a receptividade da liderança e comunidade às iniciativas acadêmicas, o baixo Índice de Desenvolvimento Humano-IDH 0,642, e também pelo fato de o território ser pouco contemplado em projetos governamentais de diferentes instâncias. Para refletir sobre as implicações que a expropriação da Terra Indígena Inhacorá acarretou à vida dos Kaingang ao retornarem para o seu Território, a metodologia adotada consistiu no uso de diversos instrumentos e técnicas, privilegiando as modalidades participativas, dentre as quais: rodas de conversa, oficinas de aprendizagem, dinâmicas de grupo, seminários, mutirões e feiras com mostras de produtos da cultura.

As informações da observação participante são registradas em diário de campo e fazem parte de um banco de informações que vão gerar outras produções com proposições que venham ao encontro das prioridades do grupo social Kaingang. Inicialmente, os encontros na TI Inhacorá ocorreram com as lideranças indígenas, profissionais e gestores de diferentes entidades que atuam no território, e, paulatinamente, com a comunidade. As frequências dos encontros foram quinzenais, período da manhã e tarde, ou de acordo com a solicitação e demandas da liderança da TI. A seguir expõem-se alguns elementos que situam o cenário da pesquisa.



## Situando o cenário da pesquisa: contextualização da terra Indígena Inhacorá

A TI Inhacorá está organizada em uma só aldeia, possui 2.843,38 hectares e se localiza à margem direita do Rio Inhacorá, a 14 quilômetros da sede do município de São Valério do Sul – RS, distante 443 quilômetros da capital do Estado. Uma característica importante é a aldeia ser habitada exclusivamente por cerca de 1.300 indígenas Kaingang, o que revela uma característica diferente se comparada aos demais territórios habitados por índios desse grupo. Na TI Inhacorá não há a presença de pessoas brancas residindo nela. Constituem uma das terras de posse mais antigas, demarcada em 1921 pelo governo Estadual. Destaca-se que em 1962 o governo do Estado destinou 3.049 hectares para agricultores, e 1.750 hectares para uma Estação Experimental da Secretaria de Agricultura.

As informações acima vêm ao encontro da usurpação das terras indígenas pelo Estado Brasileiro. Após manifestações dos índios e acirrados embates e enfrentamentos, em 1990 os índios recuperaram a Estação Experimental, com Título registrado no Cartório de Imóveis de Santo Augusto, em maio de 1991 (PORTAL KAINGANG, 2017).

A comunidade indígena Inhacorá é originária do município de Nonoai, RS, e se estabeleceu naquele território desde 1920, cultivando a cultura Kaingang, seu modo de viver e de se organizar, apesar das inúmeras adversidades que sofreram na manutenção enquanto grupo étnico. Isto pode ser verificado no sistema de casamento que se fundamenta na relação de metades étnicas Kaingang, Kamẽ e o Kanhru, que continua preservado na aldeia, sendo o principal modelo cultural, ou seja, para que o casamento se efetive, as marcas ou metades clânicas devem ser opostas. O casamento de um indígena com pessoas não indígenas não é permitido, embora seja consentido o casamento com outras etnias daquelas proximidades.

Entre os Kaingang, o compromisso e a responsabilidade no casamento são de grande valia e entendem que o mesmo é para sempre. Todo o casamento na TI é realizado conforme as leis internas sob a coordenação do cacique local, os conselheiros e alguns funcionários da Fundação Nacional do Índio – FUNAI (CIPRIANO, 2014).

Em relação à liderança é de conhecimento que o povo Kaingang possui uma hierarquia disciplinar. A autoridade superior na aldeia é a do cacique que é responsável pela manutenção e ordem na comunidade indígena, e um de seus papéis é o de realizar tratativas e articulações políticas de interesse do grupo em diferentes instâncias, entre outras responsabilidades, com auxílio de demais autoridades. Em casos de infrações ou intrigas entre os moradores a liderança estabelece punições internas.

O povo Kaingang de Inhacorá, em sua totalidade, é falante da língua materna, ou seja, a Kaingang. As crianças aprendem primeiro o idioma Kaingang com seus pais que, geralmente, só falam o idioma, especialmente quando estão reunidos em uma roda de chimarrão, recebem visitas ou quando se deslocam para o serviço do dia a dia. A criança começa a aprender a língua portuguesa, na escola, a partir do segundo ano do processo de alfabetização. No quinto ano, a língua Kaingang passa a compor uma disciplina.





Conforme o relato do Cacique da TI, a Escola Estadual Indígena de Ensino Fundamental Marechal Candido Rondon possui em torno de 475 alunos matriculados, tendo como diretor um professor Kaingang. A escola instituiu um calendário escolar diferenciado, aprovado pelo Conselho Estadual de Educação do Estado Rio Grande do Sul. Nele consta que as atividades dos funcionários e professores começam em março de cada ano, e os alunos as iniciam em abril, sem intervalo no mês de julho. O término do ano letivo é no final do mês de novembro de cada ano, tendo cinco horas de aula por dia, o que corresponde a 160 dias letivos, totalizando 800 horas exigidas pelo Conselho Estadual de Educação.

É importante destacar que, na escola, se constata a presença de professores indígenas que estão buscando qualificações em Universidades a fim de contribuir para o processo ensino- aprendizagem dos indígenas, e também na defesa de uma educação que corresponda aos anseios culturais deles de forma diferenciada em relação à sua cultura. Uma característica importante da escola, além do ensino, é a preocupação que se observa com a saúde e o bem-estar das crianças e famílias na forma como são acolhidas. Para as crianças são oferecidos café da manhã, lanche no recreio e almoço ao meio-dia. Os estudantes que frequentam o período da tarde se deslocam para almoçar com os alunos do turno da manhã. Além da referida escola, na aldeia existe o Instituto Estadual de Educação Ângelo Manhã Miguel – IEEAMM, que oferece formação no Ensino Médio e magistério, no sistema de alternância.

Os espaços disponíveis para a socialização na TI Inhacorá são: ginásio esportivo, salão comunitário e igrejas católica e evangélica. A autorização para instalação das igrejas na terra indígena é de responsabilidade do Cacique, ele é quem determina as regras internas, sendo que cada família tem liberdade para frequentar uma ou outra igreja, sem pressão por parte das lideranças.

O lazer da comunidade indígena também é realizado por meio de jogos esportivos promovidos pelos órgãos municipais com a participação da comunidade. São organizados torneios de futebol internos e fora da aldeia, quando os times de jogadores Kaingang disputam com times não indígenas, proporcionando uma aproximação cultural entre eles. Outro meio de socialização dos indígenas da aldeia Inhacorá é os bailes, conhecidos por bailões, que acontecem tanto na aldeia quanto fora dela, proporcionando aos jovens uma forma positiva de diversão, embora também represente uma vulnerabilidade, com envolvimento de jovens no consumo de bebidas alcoólicas, violência ou prostituição.

Em relação à economia na TI Inhacorá, na atualidade existem iniciativas de cultivos praticados pelos índios como meio de subsistência: mandioca, milho, batata doce, trigo, moranga, além da criação de aves e suínos. Alguns indígenas trabalham em órgãos públicos, desempenham as funções de professores; outros são beneficiários de programas governamentais, e a renda também provém de aposentadoria. Porém, a maior fonte de renda das famílias provém da venda de artesanatos. Em relação às moradias, estas se assemelham às estruturas físicas dos não índios, possuem água encanada, energia elétrica, ausência de rede de esgoto e de sistema de coleta de resíduos sólidos.

Em relação à política partidária externa, há a participação dos Kaingang na gestão do município de São Valério do Sul. Na atualidade, existem três indígenas vereadores na Câmara



Municipal. Essa condição se tornou viável devido ao número suficiente de eleitores Kaingang que viabiliza a eleição de três vereadores, com um número estimado de 600 eleitores. Embora haja essa representação política na Câmara de Vereadores, esse fato não assegura uma atenção privilegiada que contemple os interesses da comunidade indígena, porque isso não depende só da boa vontade dos vereadores Kaingang, mas também da base aliada do prefeito em exercício.

No convívio e interação com os atores sociais, eles problematizaram acerca das implicações que a expropriação da TI acarretou na vida dos Kaingang ao retornarem ao seu Território. Destacaram a importância de elementos primordiais na sustentação e permanência cultural, norteadas pela existência dos sábios como protagonistas: o Kuiã, as parteiras e os velhos (Kofá). Sobre os sábios Kaingang seguem algumas informações.

### **Os sábios Kaingang como protagonistas da cultura indígena**

Para atender a comunidade indígena na saúde-doença existe uma equipe de saúde constituída por: enfermeiro, médico, dentista, agentes indígenas de saúde (AIS), agentes indígenas de saneamento (AISAN) e um motorista. Somados a esses profissionais os atores sociais destacaram a existência de pessoas que desempenham papel primordial na comunidade, que, além de preservar os elementos da cultura Kaingang, buscam resgatar e revitalizar a aplicabilidade de seus saberes e práticas de cuidado que emanam das parteiras, do Kuiã e Kofá. Para os Kaingang, esses sábios são referências na permanência da cultura, o que possibilitou o enfrentamento dos desafios gerados quando retornaram ao seu território.

No Brasil, a atenção à saúde aos povos indígenas teve como marco as missões religiosas unidas às políticas de governo. A Constituição Federal de 1988 é um divisor de águas na legislação indigenista brasileira porque eliminou o preceito da tutela e da integração, ao assegurar à diversidade cultural dos povos indígenas.

Na Constituição Federal observa-se uma mudança no paradigma da Política Indigenista existente até então, assegurando aos índios “seus costumes, valores e tradições, bem como as terras que tradicionalmente ocupam...” (Art. 231). Na Carta cidadã e na legislação subsequente está garantido, aos indígenas, o direito a uma atenção integral à saúde e esta deve ser em conformidade com sua especificidade étnica. A abordagem integral e diferenciada à saúde indígena, segundo Langdon (1998), se justifica pela vulnerabilidade dos índios no quadro sanitário e da sua especificidade étnica.

Na TI Inhacorá, as parteiras, o Kuiã (Xamã) e os velhos (Kofá) são elementos centrais entre os Kaingang, por desempenharem um papel importante nos sistemas tradicionais de saúde-doença. Destaca-se que esse território é um dos poucos no estado do Rio Grande do Sul que conta com a presença do Kuiã, referência primeira acionada pelos índios nas práticas de saúde. A ele são atribuídos poderes de cura e de visão, com possibilidades de acessar planos sobrenaturais e do cosmos e de prever eventos futuros. O poder do Xamã (Kuiã) provém da capacidade de interlocução com os espíritos, atuando como mediador entre o domínio dos



seres vivos e dos mortos, animais e vegetais, humanos e não humanos (ROSA, 2005; SILVA, 2002; VEIGA, 2000).

O Kuiã é uma figura do contexto e da tradição cultural Kaingang, considerada por eles o chefe espiritual, que realiza seu trabalho voluntariamente na comunidade, prestando serviços espirituais, inclusive para as pessoas de religião católica. Os serviços prestados pelo Kuiã são relacionados a benzeduras e preparo de remédios para os membros da comunidade, tanto para crianças quanto para adultos. Também tem o poder de acessar planos sobrenaturais e de prever eventos futuros. É um dos atores sociais mais importantes e quem detém o poder de cura e de se comunicar com os espíritos dos mortos.

Os Kuiã possuem um espírito companheiro, geralmente um guia animal, um Jangrê, orientado pelo complexo xamânico do Kaingang, com quem dialogam e sonham com a finalidade de prever, proteger e curar doenças. Dos ensinamentos do Jangrê transmitidos ao Kuiã provêm os remédios e o tratamento adequado para cada uma das doenças (JAHN, 2015; SILVA, 2002; VEIGA, 1994; CRÉPEAU, 1997).

Assim como o Kuiã, os Kofá também são respeitados na comunidade indígena por serem um esteio de força e vitalidade, possuindo o domínio das práticas e conhecimentos tradicionais da cultura, repassados pela tradição oral. Na cultura Kaingang, os índios valorizam os velhos, não considerando a cronologia e, sim, a sabedoria, o vasto conhecimento que é repassado de geração em geração.

O ser Kófa, para os Kaingang, não está atrelado aos anos de vida e nem à fisionomia que aparenta; esses aspectos não definem quem é, ou quem não é um Kófa. Tornam-se Kófa pelas relações que estabelecem dentro do grupo e ensinamentos que repassam, levando em consideração as construções do tempo sedimentado na existência das crianças. Entendem e afirmam que ser um Kófa envolve os índios e as índias que possuem crianças: filhos, netos ou bisnetos (JAHN, 2015).

Outra referência na comunidade são as parteiras, valorizadas e respeitadas na cultura Kaingang pelo vasto conhecimento que possuem sobre plantas e ervas medicinais que podem ser utilizadas no período gestacional e no momento do parto e em outros problemas de saúde específicos das mulheres. Preparam chás com ervas para o fortalecimento das mães; para facilitar a passagem da criança; para limpar depois do parto; e outros são feitos para a mulher ter mais leite, e assim por diante, além de realizarem massagem para facilitar o nascimento do bebê (SACCHI, 1999; HAVERROTH, 1997).

Na TI Inhacorá existem parteiras que são referenciadas na comunidade, no entanto, destaca-se a medicalização das condutas terapêuticas, como a que acontece no pré-natal, no parto e em relação ao atendimento às índias para os partos cesáreos, os quais são referenciados pelo sistema oficial de saúde. Esse encaminhamento se processa independente das condições de saúde das mulheres e do desejo por esse tipo de parto. O fato de as indígenas utilizarem o sistema oficial de saúde, ganhar os filhos no hospital não significa que a medicina tradicional tenha sido esquecida.

O papel dos detentores do saber, parteiras, Kuiã e Kofá, mostra a importância de trabalhar a socialização dos saberes e troca de experiências como uma das formas de



revitalizar as práticas tradicionais dos seus ancestrais. Percebe-se a necessidade de um diálogo entre os saberes da cultura indígena e o fazer dos profissionais da saúde, valorizando as práticas culturais Kaingang como parte de uma atenção diferenciada.

As práticas de cuidado que o Kaingang adota no processo saúde-doença tem como alicerce a cosmovisão e a cultura tradicional que mobiliza o coletivo. Dentre as práticas, os sábios da TI Inhacorá fazem uso de recursos terapêuticos com ervas, plantas e remédios do mato. Esses são elementos importantes na cultura Kaingang, os quais, por sua vez, também seguem a classificação dual: plantas escuras estão associadas à metade Kanhru, e as de cor clara ou brancas à metade Kamé. São empregadas com as mais variadas finalidades.

Haverroth (1997) realizou um estudo etnobotânico com Kaingang na TI de Chapecó, e identificou em torno de duzentas plantas usadas pelos indígenas. Para o pesquisador, a maioria das plantas está atrelada a três sistemas de classificação: simbólico, morfoecológico e utilitário. O uso das plantas dependia do contexto em que o Kaingang se encontrava, e modificava-se de acordo com a pessoa beneficiada, se homem, crianças, idosos, mulheres, animais, além das intenções e das interpretações das causas das doenças.

Observa-se, nos espaços intelectuais, que na cosmovisão Kaingang os saberes na saúde-doença transcendem a visão biológica do indivíduo, da unicausalidade traduzida em intervenções hegemônicas e curativas ancoradas na visão mecanicista. O paradigma clínico não constitui o princípio norteador do saber e das práticas de cuidados vivenciadas em determinado contexto sociocultural. A abordagem centrada no dualismo corpo-mente, visto como entidade fragmentada no paradigma biomédico dificulta a concepção de saúde doença como fenômeno multidimensional (JAHN, 2015; UCHÔA & VIDAL, 1994).

Para Longdon (2009), na década de 1970 houve avanços nas pesquisas utilizando a perspectiva cultural para entender as práticas de saúde. O desenvolvimento de correntes interpretativas trouxe novos elementos teóricos e metodológicos de análise entre indivíduo e cultura para abordar saúde-doença e cura (UCHÔA & VIDAL, 1994). Saúde-doença passou a ser refletida e debatida de acordo com as diversas formas de existir das sociedades, expressas nas diferentes culturas e formas de organização.

### Algumas considerações

A trajetória dos índios Kaingang foi marcada pela violência nas relações com os colonizadores, sofrendo a violação de sua cultura. Com a pacificação, muitos povos indígenas foram reduzidos drasticamente e sofreram com doenças contraídas do homem branco, contribuindo para colocá-los em situações de vulnerabilidade social. No Rio Grande do Sul, tentativas têm sido realizadas na construção de ações em saúde para as comunidades indígenas, porém, com poucos avanços, porque reproduzem o sistema da biomedicina sem olhar para a diversidade cultural e singularidades Kaingang.

Assim como outras etnias indígenas no Brasil, os Kaingang continuam vivendo diante de muitos desafios, vivem entre incertezas de continuidade na vivência cultural. Se os



Kaingang defendem que são os proprietários das terras, tradição e história de seu povo, os colonos defendem também que as localidades em que vivem trazem uma história de permanência de seus ancestrais.

No trabalho reflexivo é possível dizer que os indígenas Kaingang continuam buscando uma readaptação ao seu território, enfrentando desafios e lutando permanentemente por seus direitos, tanto os sociais quanto a questão frente a terra e suas demarcações, buscando manter vivas suas crenças e cultura, tentando conviver com traços tão fortes de um assombroso passado, adaptando-se ao um território que lhes pertencia, mas que agora apresenta várias modificações. Embora modificado, existem, nesse território, potencialidades a serem exploradas mantendo viva a cultura dos Kaingang e revitalizando os elementos culturais evidenciados no ser e fazer dos sábios na perspectiva de uma atenção equânime e diferenciada no processo saúde doença.

Este estudo, potencialmente, possibilita futuros estudos e reflexões que envolvam os indígenas e seus projetos de vida coletiva, respeitando os saberes tradicionais, sua organização social e o protagonismo Kaingang. Também poderá ser um norteador para os estudantes e profissionais de diferentes áreas do conhecimento, em especial na condição de um novo campo de estudos e saberes interculturais, gerando produções que contribuam para a promoção do desenvolvimento sustentável, revitalização e resgate da cultura indígena na construção compartilhada de conhecimentos visando à equidade na diversidade cultural.

## Referências

- AMBROSETTI, J.B. **Os índios Kaingang de San Pedro (Misiones)**. Tradução Thiago Bolivar. Campinas, SP: Curt Nimuendajú, 2006.
- ARESI, C. **Transformações culturais e território: o Kaingang da reserva de serrinha-RS**. 2008. 169f. Dissertação [Mestrado]- Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008.
- BECKER, I.I.B. **O índio Kaingang do Rio Grande do Sul**. São Leopoldo: UNISINOS, 1995, 334p.
- BORBA, T. M. **Actualidade indígena**. Curitiba: Imprensa Paranaense, 1908.
- BRASIL, Constituição Federal de 1988: Acompanhando as mudanças nas perspectivas sobre povos indígenas impulsionadas pelo movimento da sociedade civil organizada, a Convenção nº 169 substituiu o preceito legal da integração, que constava na Convenção OIT nº 107, (OIT, 1989, art. 6º).
- CIPRIANO, P. **Terras habitadas por Kaingang, Terras habitadas por colonos: a história da divisão da Terra Indígena Inhacorá**, 2014.



CRÉPEAU, R.R. **A Prática do Xamanismo entre os Kaingang do Brasil meridional: uma breve comparação com o xamanismo bororo.** Porto Alegre: Horizontes Antropológicos, a.8, n.18, p.113-9, 2002.

D'ANGELIS, W.R. **A língua Kaingang. Portal Kaingang 2012.** Disponível em: <<http://www.portalkaingang.org>>. Acesso em: 15 jul. 2012.

FERNANDES, R.C. **Autoridade Política Kaingang: um estudo sobre a construção da legitimidade política entre os kaingang de Palmas/Paraná.** 1998. 239f. Dissertação (Mestrado)- Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1998.

FERNANDES, R.C. **Política e parentesco entre Kaingang: uma análise etnológica.** 2003. 288p. Tese (Doutorado)- Universidade de São Paulo, 2003.

HAVERROTH, M. 1997 *Kaingang um Estudo Etnobotânico: O Uso e a Classificação das Plantas na Área Indígena Xaçecó (oeste de S.C.).* Dissertação (Mestrado em Antropologia Social). Florianópolis, Universidade Federal de Santa Catarina.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Índios Zona Urbana e Rural 2010.** Rio Grande do Sul, 2010. Disponível em: <[http://www.funai.gov.br/etnias/etnias/etn\\_rs.htm](http://www.funai.gov.br/etnias/etnias/etn_rs.htm)>. Acesso em: 20 set. 2017.

JAHN, A. C. et al, Programa de Extensão em Desenvolvimento Regional Sustentável: o fazer universitário e as interfaces com o território indígena Kaingang por meio de ações multidisciplinares. Universidade Federal de Santa Maria – UFSM, 2017.

JAHN, A.C. O Kófa: uma etnografia sobre velhice Kaingang. 2015. 143 f. Tese (Doutorado) – Universidade Federal de São Paulo. Escola Paulista de Enfermagem. Programa de Pós-Graduação em Enfermagem, 2015.

LANGDON, E.J. Comentários. In: CECIL, G.; HELMAN, C. Doença versus Enfermidade na Clínica Geral. **Antropologia Social**, v.10, n.1, p.113-7, 2009.

LANGDON, E.J. Saberes biomédicos e saberes indígenas: um desafio para a política de saúde indígena. **Rev Divulgação Cultural**, n.64, Janeiro/Abril, 1998.

NACKE, A. Os Kaingang: passado e presente. In: NACKE, A.; RENK, A.; PIOVEZANA, L.; BLOEMER, N.M.S. (Orgs). **Os Kaingang no Oeste Catarinense: Tradição e atualidade.** Chapecó: Argos, 2007.

PEREIRA, W.S. A configuração do subsistema de atenção à saúde dos povos indígenas no Brasil e a consecução de políticas públicas diferenciadas para os Guarani e Kaingang no Rio Grande do Sul p. 36-54. In: SILVEIRA, W.S.; OLIVEIRA, L.D. (Orgs). **Etnoconhecimento e saúde dos povos indígenas do Rio Grande do Sul.** Canoas: EdULBRA, 2005. p.156.



RAMOS AR. **Sociedades indígenas**. São Paulo: Ática, 2001. 96 p.

RAMOS, L.M.M. **Vénh Jykré e Ke Ha Han Ke**: permanência e mudança no sistema jurídico dos Kaingang no Tibagi. 2008. 255f. Tese (Doutorado em Antropologia)- Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social. Instituto de Ciências Sociais, Departamento de Antropologia, Universidade de Brasília, Brasília, 2008.

ROSA, R.R.G. A dinâmica do Xamanismo Kaingang. **Numem, Revista de Estudos e Pesquisa da religião**. Juiz de Fora, v.8, n.2, p.79-103, 2005.

SACCHI, A. C. Antropologia de Gênero e Etnologia Kaingang: uma introdução ao estudo de gênero na Área Indígena Mangueirinha/PR. (Dissertação em Antropologia Social). UFSC, Florianópolis, 1999.

SILVA, S.B. Dualismo e Cosmologia Kaingang: o Xamã e o domínio da floresta. **Rev Horizontes Antropológicos**, Porto alegre, v.8, n.18, p.189-209, 2002.

SILVA, S.B. **Etnoarqueologia dos Grafismos Kaingang**: um modelo para a compreensão das sociedades Proto-Jê meridionais. 2001. 366f. Tese (Doutorado em Antropologia)- Programa de Pós Graduação em Antropologia Social. Universidade de São Paulo, 2001.

TOMMASINO, K. **A história dos Kaingang da Bacia do Tibagi**: uma sociedade Jê meridional em movimento. 1995. 383f. Tese. (Doutorado em Antropologia)- Programa de Pós Graduação em Antropologia Social. Universidade de São Paulo, São Paulo, 1995.

UCHÔA, E.; VIDAL, J.M. Antropologia Médica: Elementos Conceituais e Metodológicos para uma Abordagem da Saúde e da Doença. **Cad Saúde Públ**, Rio de Janeiro, v.10, n.4, p.497-504, 1994.

VEIGA, J. **Aspectos fundamentais da Cultura Kaingang**. Campinas, SP: Curt Nimuendajú, 2006. 256 p.

VEIGA, J. **Cosmologia e Práticas Rituais Kaingang**. 2000. 301f. Tese (Doutorado)- Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2000.

VEIGA, J. **Organização Social e Cosmovisão Kaingang**: uma introdução ao parentesco, casamento e nominação em uma sociedade Jê meridional. 1994. 219f. Dissertação (Mestrado)- Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1994.

#### Sites:

Artigo Selecionado dos Trabalhos Apresentados no IX Seminário Estadual de Estudos Territoriais (IX SEET) e no I Seminário Internacional de Estudos Territoriais (I SIET) realizados, no período de 27 a 29 de julho de 2017, na UNIOESTE – Foz do Iguaçu, organizado pelo Grupo de Estudos Territoriais (GETER) da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE), com apoio do PPGDRS/UNIOESTE e PPGPPD/UNILA. Esse artigo é uma versão revisada do texto publicado originalmente nos anais do evento.



REVISTA ORBIS LATINA  
ISSN: 2237 6976



118

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL. **Povos Indígenas no Brasil.** , 2014. Disponível em: <http://https://pib.socioambiental.org/pt/povo/kaingang/286> . Acesso em: 20 de setembro 2017.

PORTAL KAINGANG [www.portalkaingang.org](http://www.portalkaingang.org) Acesso em 20 de setembro de 2017.





## TERRITÓRIO, IDENTIDADE CULTURAL E REDES

## TERRITORY, CULTURAL IDENTITY AND NETWORKS

Julie Mathilda Semiguem Pavinato\*  
Emerson Ferreira da Silva\*\*  
Irene Carniatto de Oliveira\*\*\*

### Resumo

Este estudo pretende abordar a relação existente entre o território se estendendo para formação de identidade e o papel das redes nessas construções. Esses assuntos serão conduzidos de modo a exprimir suas contribuições para o desenvolvimento rural que embora seja deveras explorado ainda carece de pesquisas e debates capazes de promover novas formas para melhorar a qualidade de vida das pessoas no campo. Para ilustrar essa pesquisa foi realizado um estudo de caso em agroindústrias no Município de Ubitatã-PR através de entrevista com os produtores e visita aos locais de produção o que permitiu o conhecimento da realidade de vida de cada produtor seu trabalho e sua forma de viver em comunidade, donde se pôde inferir que a forma como cada sujeito percebe seu território determina sua maneira de cultivar e desenvolver seu lugar seu local .

**Palavras-chave:** relações, poder, parceria, cooperação

### Abstract

This study intends to address the relationship between territory extending to identity formation and the role of networks in these constructions. These issues will be driven in order to express their contributions to rural development which, although it is still being exploited, still lacks research and debate capable of promoting new ways of improving the quality of life of people in the countryside. To illustrate this research was carried out a case study in agroindustries in the Municipality of Ubitatã -PR through an interview with the producers and visit to the production sites which allowed the knowledge of the reality of life of each producer his work and his way of living in Community, where it was possible to infer that the way each subject perceives their territory determines their way of cultivating and developing their place in their place.

**Keywords:** Relations, power, partnership, cooperation.

---

\* Mestranda Programa Desenvolvimento Rural Sustentável , UNIOESTE. [juliepavinato@gmail.com](mailto:juliepavinato@gmail.com)

\*\* Mestrando Programa Desenvolvimento Rural Sustentável. UNIOESTE. [emerson.ferreira@ifpr.edu.br](mailto:emerson.ferreira@ifpr.edu.br)

\*\*\* Doutora, Pesquisadora e Docente do Doutorado e Mestrado em Desenvolvimento Rural Sustentável e Curso de Ciências Biológicas da Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE. [irenearniatto@gmail.com](mailto:irenearniatto@gmail.com)



## 1. Introdução

O desenvolvimento rural está sendo foco de muitas discussões, porém não é um assunto exaurido, pois cada nova abordagem que com ele se relaciona tem a propriedade de produzir importantes contribuições sob a forma de alternativas e oportunidades para o meio rural. Dentre essas temáticas está o território apresentado sob novo enfoque em que a preocupação volta-se mais para *como* do que para *o que é* o território as representações e símbolos que compõe esse cenário são fundamentais para a compreensão das relações e dos relacionamentos que são estabelecidos e de como eles são importantes para o processo de evolução e/ou involução desses espaços.

De modo a ilustrar tais questões é que se apresenta uma investigação sobre a relação existente entre o território, a identidade cultural e as redes numa reflexão sobre desenvolvimento rural, ou seja, sobre como a integração desses elementos conduz ou não ao desenvolvimento do meio rural.

O território será explorado a cerca de conceitos e concepções compreendendo a forma como os sujeitos territorializam cada ambiente e sobre o seu significado para eles, a maneira como os indivíduos se veem e são vistos nesses espaços. De modo que se faz necessário uma análise a respeito dos usos e costumes desses indivíduos para estabelecer e compreender a formação da identidade cultural quais atividades realizam e como as realizam. As redes serão abordadas em termos da eficiência de seus arranjos e construções e principalmente de sua importância no processo de desenvolvimento rural valendo-se para isso dos indivíduos e entidades que se unem para satisfazer suas necessidades e encontram nessa situação projetos em comum que permite a troca de saberes e experiências.

Para evidenciar a relevância desses temas foi realizado um estudo de caso em agroindústrias de temperos no município de Ubitatã – PR que servirá de base e alicerce na exposição dos conceitos e construção dessas abordagens, em que se pretende explicitar a relação do indivíduo com a terra e seus laços com o espaço, que hábitos preservam e como eles influenciam em sua vida e em seu trabalho.

## 2. Território

São diversas as interpretações e redesenho do conceito de território, de forma que a compreensão de seus “sentidos” torna possível identificar a abordagem que se utiliza num dado contexto. Tão importante quanto entender as perspectivas dos conceitos, é acompanhar a dinâmica de cada definição proposta. Cada olhar sobre o território carrega em si, uma porção de indicativos e soluções para que a ocupação concreta e abstrata, *do* e *no* território permita a territorialização de maneira relevante.

Ao longo do tempo pode-se perceber que embora seja um conceito estabelecido também é mutável permitindo releituras que ampliam e enriquecem as noções do conceito e de sua importância para a prática do desenvolvimento.



Para Raffestin (1993, p.144) território [...] “é um espaço onde se projetou um trabalho, seja energia e informação e que por consequência, revela relações marcadas pelo poder”. O poder mencionado por Raffestin (1993) tem por orientação a obra de Foucault (1979), na qual se aponta desde o poder exercido pelo Estado como também, aquele que ocorre por meio das relações sociais em que o homem estabelece formas de controle e dominação entre ele mesmo e seus entornos. O território está marcado por relações sociais e a forma como se constituem essas relações por vezes vai além do poder estatal.

Foucault (1979) trata da análise do poder como um elemento que não pertence a ninguém e não se encontra num lugar determinado, para ele o poder funciona e é exercido por meio de redes, onde os indivíduos circulam sendo ativos e passivos no exercício do poder agindo ou recebendo sua ação, são agentes de transmissão.

O poder também representa uma forma de identificação já que tem capacidade para separar em grupos ou classes o que permite identificar cada indivíduo e grupo social. Portanto, apresenta caráter político em ações conciliatórias e iniciativas de fortalecimento desses mesmos grupos e classes. (HAESBAERT, 2004). Trata-se do poder constituído pela racionalidade legal e ou parâmetros de distinção como, por exemplo, latifundiários e agricultores familiares, ambos desenvolvem atividades no campo, porém, o primeiro com mais representatividade que o segundo devido principalmente a influência do modelo capitalista.

Saquet (2007 p.24) afirma: “Para as pessoas e suas organizações, o território que habitam e atuam tem o significado de provedor de recursos para subsistência e de proteção para a existência”. De modo que as relações sejam elas sociais, econômicas, políticas e culturais todas, são marcadas pelo poder. Assim, é preciso reconhecer que esses recursos são esgotáveis e precisam ser cuidados para a garantia de existência, os indivíduos devem atuar e proteger seu espaço de vida e de trabalho.

Por isso, conforme Andrade (1995, p. 20) “A formação de um território dá às pessoas que nele habitam a consciência de sua participação, provocando o sentido da territorialidade”. De forma que o papel desempenhado pelos atores no processo de territorialização na ação e no desenvolvimento é o que efetiva sua territorialidade, o sentimento de pertencimento e que leva cada indivíduo a investir e lutar por seu lugar seu território.

De acordo com Saquet (2007) o território é o local onde pessoas se encontram, trabalham, vivem e constroem sua identidade e, por conseguinte a identidade do local, a territorialidade. A relação de cada indivíduo com sua comunidade se fortalece à medida que o sentimento de pertencimento também é fortalecido e alimentado, com políticas públicas e ações extencionistas por exemplo, donde nascem projetos e iniciativas para o desenvolvimento local que por sua vez criam elementos caracterizadores que repercuti diretamente na formação da identidade desses territórios.

Gottman, (1973) introduz ao conceito de território além das relações sociais a dimensão de que neles coexistem fatores materiais e *psicológicos* permitindo compreender como acontece a territorialidade, envolve o solo o perímetro o espaço definido, mais também as relações entre as pessoas, a cultura, valores, os afetos e tensões que vive em comunidade.



Então para Gottman, (1973) o território representa também um espaço subjetivo onde sentimentos e valores estão representados e caracterizam a construção da identidade onde o espaço e território se complementam. Diferente de Santos (1979) que apresenta ao longo de sua trajetória uma evolução crescente nas noções de espaço e território onde o espaço é o local de construção de vida e laços do homem e esse mesmo espaço se molda conforme as necessidades e interesses dos grupos que nele vivem; já o território é um lugar anterior ao espaço onde se travam as disputas de poder e acontecem as relações com o mercado mais propriamente com o capitalismo numa abordagem econômica e política. Aspectos sociais e ambientais foram sendo incorporados em suas releituras ao longo dos estudos e experiências por volta das décadas de 80 e 90. Para ele o espaço deve ser interpretado considerando espaço e tempo, que as alterações e mudanças ocorrem num lapso de tempo e espaço que possibilitam a análise de determinados contextos.

Como se pode perceber a maneira como os indivíduos adotam o conceito de território determina sua relação com ele. Se essa interpretação conduz a um sentido de propriedade e recurso capital, o uso se dará de maneira extrativista e pouco preocupada com demais indivíduos ou entes dos entornos. Por sua vez se o entendimento se der como aponta Saquet (2007), como sendo o território o lugar onde se vive e trabalha, o olhar e a forma de conduzir a territorialização será integrando-se as vocações e possibilidades de desenvolvimento econômico, político, cultural e social do território de modo que vínculos e laços fortes sejam construídos e com eles teias capazes de auxiliar e conduzir um processo de desenvolvimento tanto dos atores como de seus territórios.

### 3. Identidade Cultural

A identidade nos remete a raízes a características marcantes que nos tornam distintos uns dos outros, aspectos intrínsecos que apontam para elementos definidos em nossas origens e descendências, saberes e hábitos que passam de geração em geração preferências costumes que nos identificam nos define. Assim também ocorre com o território, o conjunto de valores, afetos estabelecidos em cada relação social é que fornece a identidade do território.

Rafael Echeverri (2009), trata da identidade como sendo o conjunto de traços que distingue e diferencia as pessoas de determinado espaço configurando assim o território, de modo que este apresente as características próprias de um local que lhe confere o reconhecimento em função das variáveis naturais, sociais e econômicas que o constitui.

A identidade de um território específico onde se nasce ou se vive caracteriza-se pelas relações estabelecidas entre as pessoas no dia a dia, isso porque a verdadeira identidade é marcada pela herança cultural que se perpetua ao longo do tempo. A identidade por vezes é reconhecida como territorialidade ou seja a construção de um espaço por meio de relações sociais que se legitimam pela sensação de pertencimento.

Urrutia (2009, p. 9),



“o território é a base primeira de qualquer identidade cultural. A partir dele constroem-se referentes simbólicos e relatos históricos que permitem a um grupo humano compartilhar as mesmas tradições e expressões culturais”.

Sendo assim, o território representa o conjunto de elementos referenciais e simbólicos que ajudam a construir a identidade de um povo e portanto de um local, efetivando por meio de tradições e costumes o saber e o modo de vida das pessoas.

Para Castells (2005), a identidade é definida segundo um método que se baseia em referências e elementos culturais que se relacionam entre si e que tem mais força que outros basilares referenciais. Cada indivíduo carrega em si vários símbolos e significados de suas origens e aprendizados, assim, cada ser e comunidade pode apresentar diversas identidades. Esta diversidade pode representar um dilema uma vez que ao se identificar com um símbolo pode haver conflito com outros símbolos que também representam aquele indivíduo.

De acordo com Saquet (2009), ao estudarmos o território é adequado considerar os agentes envolvidos e suas relações, os tipos de relações e redes que se estabelecem e de que maneira se dá esses arranjos; a relação dos indivíduos com o espaço, sua forma de trabalho: natureza/tecnologia/produção. Seus objetivos com a atividade que desempenha; o processo de territorialização e desterritorialização as temporalidades. Todas essas variáveis analisadas em conjunto, permite estabelecer um panorama realístico da abordagem territorial estabelecida e da relação de cada indivíduo e comunidade com seus entornos ilustrando sua identidade.

Como para Haesbaert (1999) onde a identidade se caracteriza principalmente pela sentimento de pertencimento pela apropriação do espaço concreta e abstrata onde sua estruturação depende fundamentalmente dessa construção *no* território e *com* o território. Bossé (2004), apresenta sua análise de identidade territorial com base em aspectos subjetivos e objetivos quando ressalta que o território é o lugar onde se vive e pratica a identidade. De modo que o fato de se viver determinado espaço pode construir a identidade, esse conjunto de elementos e sentimentos que estabelece um vínculo especial de indivíduos com seus territórios levando a comportamentos e investimentos para a construção desses lugares.

#### 4.Redes

As redes representam mecanismos de trabalho em regime de parcerias e colaboração que se estabelece desde a compra de matérias primas até o processo de comercialização. Redes para Olivieri (2003) representa um conjunto de elementos sendo eles: organizações, instituições e indivíduos que se unem em favor de um objetivo comum, sendo esse objetivo o elemento motivador na maioria das redes, porém não em todos como é o caso das organizações nos grandes complexos agroindustriais. A rede representa então, um dispositivo integrador para fortalecer produtores e as comunidades onde se deseja estar inseridos quando motivadas por ideais partilhados.

Haesbaert (2002), chama atenção para a identificação das redes ao mencionar a importância de identificar as redes locais e regionais como possuidoras de valor tão



substancial quanto as redes globais. Também chamadas de redes sociais numa menção as relações que estabelece e dos vínculos que acabam de acontecer em virtude do contado mais estreito dos indivíduos e de interesses comuns que a rede local possibilita.

Dias (2005), ao tratar das redes sociais, aponta para as diferentes formas e intensidades das relações sociais como as de parentesco, amizade, e vizinhança. Para ela, esse tipo de rede é capaz de ser mais forte do que as estruturas das organizações interligando-as assim como os indivíduos que dela fazem parte lhes ofertando conectividade e certa solidariedade e assim, num processo dialógico vão se construído suas identidades.

As redes para Santos (1996), são capazes de transformar o território quando permite a melhora da qualidade de vida dos atores, por meio da valorização do seu trabalho e de sua forma de vida; já que onde estão inseridas ora integram e ora desintegram espaços e da mesma forma que desconstroem espaços também criam outros . Essas construções e desconstruções também podem ser compreendidas como formas de poder, não o poder do Estado mais os das relações sociais que se estabelecem e que também podem exercer controle e dominação.

As redes representam possibilidades de atuação de maneira coordenada e organizada para que processos produtivos, de comercialização e de distribuição possam ocorrer respeitando o saber local, a cultura e as necessidades de políticas públicas. A identidade de cada território está representada nos produtos e nas relações sociais desenvolvidas por intermédio das redes.

## 5. Metodologia

A fim de apresentar a relação existente entre o território-identidade cultural e redes, bem como a forma com que estes elementos conduzem ao Desenvolvimento Rural primeiramente foi realizado o embasamento teórico seguido de um estudo de caso em Agroindústrias de Temperos do Município de Ubitatã-Pr. As informações foram coletadas através de entrevista com os produtores no local de produção o que oportunizou conhecer o processo produtivo, infraestrutura e aspectos da higiene. Existem ao todo três agroindústrias destinadas a fabricação de temperos no município sendo todas envolvidas nesse estudo. Os dados foram tratados em sua maioria de maneira qualitativa ao que se referem ao perfil do produtor, características da vida no campo, motivação, comercialização e produção e quantitativamente em relação aos custos, quantidades produzidas e preços praticados; Análise dos dados por correlação.

## 6. Análises dos dados e resultados

O município de Ubitatã – PR possui de acordo como ultimo censo demográfico 21.558 habitantes (IBGE, 2010) dos quais segundo a mesma fonte, 18.397 reside em área urbana e 3.161 em área rural (IBGE - Censo Agropecuário, 2012) . Com relação à Agroindustrialização Familiar estão cadastradas na Emater (2016) 12 agroindústrias e na Prefeitura/Vigilância



sanitária 22 sendo que as mesmas agroindústrias assistidas pela Emater também estão no cadastro da Secretaria da Agricultura e Pecuária / Vigilância Sanitária do Município.

Para objeto de análise desse estudo três foram pesquisadas, sendo elas as agroindústrias de temperos a base de alho: Temperos Carajás; Tempero Dona Lili e Temperos Mendonça.

A Fabrica de Temperos Carajás, fica na comunidade São Francisco a 12,5 km da cidade nela trabalham 6 famílias que dividem instalações e equipamentos num sistema de rodízio para agroindustrialização dos temperos todos comercializados com o mesmo nome. Esse conjunto familiar em especial apresenta características interessantes já não vistas nos dias de hoje em termos de cooperação e ajuda mútua, já que todos trabalham em conjunto do plantio a colheita dividindo o trabalho e as conquistas desse processo. Normalmente todos cooperam no manejo embora na hora de industrializar cada família fica responsável por seu produto, existe há confiança no trabalho e na qualidade pois todos embalam com a mesma marca. É uma forma de organização em rede já descrita anteriormente por Dias (2005) que aponta para a importância das relações sociais considerando-as capazes de ser mais envolventes do que outros tipos de rede, pois criam laços e cooperação muito estreitos caracterizando as relações com essa forma de trabalho.

Retratando o aprendizado da vida no campo uma das esposas informou que sempre viveu na cidade mais que foi a sogra que com grande generosidade lhe conduziu nos ensinamentos sobre a produção de alimentação em maiores quantidades, no trato com os animais o no cultivo de flores e hortaliças que conserva consigo até hoje, as cunhadas também apoiaram e auxiliaram nos primeiros anos.

Esse relato evidencia a construção da territorialização e identidade cultural com o território. Como diz Urrutia (2009) é por meio do território que se controle a identidade cultural, pela forma de vida e referenciais que fazem com que as pessoas venham a compartilhar a mesma forma de vida.

Embora o campo seja visto pelos mais velhos como lugar para viver e trabalhar em razão da fartura e segurança corroborando com Saquet (2007), a juventude prefere a cidade. Nessa propriedade cada casa tem sua horta, ervas medicinais e flores, granja de aves para consumo. Características do homem do campo, de sua identidade. O produtor apontou as dificuldades do plantio e colheita como fortes elementos para a descontinuidade da atividade já que os pais estão ficando velhos entre 55 e 74 anos e os filhos consideram demasiado penosos o trabalho com o alho, pois o cultivo é todo manual assim como a colheita, as pessoas para desenvolver o trabalho passam a maior parte do tempo encurvada.

A fabrica de Temperos Dona Lili foi adquirida pela atual produtora que desejava incrementar a sua renda em uma atividade que lhe proporcionasse também satisfação, a atividade na agroindústria lhe tranquiliza é algo que gosta de fazer é mais que um trabalho; também informou que já desejou ir para cidade e trabalhou lá por dois anos mais sem sair da zona rural por influencia do marido, hoje acredita ter sido acertada a decisão em função da qualidade de vida que o sítio lhes proporciona. Também possui horta para consumo próprio e aves criadas de modo tradicional, somente a produtora trabalha na agroindústria o marido e o



filho dedica-se a agricultura cultivo de soja, milho e trigo. Aponta como principal dificuldade a falta de conhecimento para lidar com o solo e com outros cultivos que tem interesse de implementar mais não o faz por falta de apoio técnico especializado.

A Temperos Mendonça agroindustrializa temperos secos aos contrario dos outros produtores citados que são em pasta. Este produtor fez o caminho inverso saiu do campo para cidade onde viveu por 19 anos trabalhando no setor supermercadista retornando ao campo onde há 8 anos reside. Grande importância possui o seu relato para a agricultura familiar, pois esse produtor deixou de ser assalariado na cidade para se tornar um empreendedor no campo, fala com orgulho das dificuldades e das conquistas que a agroindústria lhe proporcionou, pois, foi através dela que conseguiu adquirir carro para família pago a vista, moto, e está construindo um novo barracão encontra-se com a documentação junto aos órgãos de fiscalização todos em dia, e recebe a visita da vigilância sanitária a cada seis meses além de gozar de um conforto e segurança que não possuía na cidade diz o produtor. A assistência é prestada pela Emater, pela Prefeitura municipal e pelo Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais, o produtor diz estar satisfeito com o serviço prestado pelas entidades que oferecem cursos e novidades para os produtores.

Para identificar e classificar as relações dos produtores com o processo de agroindustrialização e desenvolvimento foram realizados questionamentos também a respeito de seu perfil, da propriedade, da produção, do cultivo, dos custos e das rendas com a atividade que serão apresentadas em quadros de modo a facilitar a apropriação das informações e sua compreensão.

Quadro 1 – Perfil dos Produtores

PERFIL DO PRODUTOR					
Agroindústrias	Idade	Escolaridade	Nº pessoas da Família	Nº pessoas ocupadas com a atividade	Motivação para entrar na Atividade
Temperos Carajás	53 á 72 anos	4º série ensino fundamental – 9º ano ensino fundamental	6 famílias Com média de 4 membros;	2 por família 12 pessoas	Incrementar a renda; montar uma fabrica comunitária;
Temperos Lili	42 anos	9º ensino Fundamental	1 família; 3 pessoas;	1 na família	Incrementar a renda;/ adquiriu em funcionamento;
Temperos Mendonça	50 anos	Ensino médio completo	1 família; 5 membros;	1 na família	Mudar de vida; Saiu da cidade e foi para o sitio.

Fonte: Dados da Pesquisa

A maioria dos produtores está em fase adulta e idade avançada o implica diretamente na capacidade de dar continuidade ao trabalho principalmente no plantio e cultivo desse tipo de produto que necessita de muita tenacidade e vigor físico, já que o processo se dá manualmente sem ajuda de equipamentos tanto no plantio como na colheita. A escolaridade repercute por sua vez na autonomia do produtor em abastecer-se de informações e conhecimentos para cuidar de maneira apropriada da produção, a ausência ou o minimizado





conhecimento em cálculos, por exemplo, impede que o levantamento de custos e preços sejam praticados de maneira correta de modo que é possível que o produtor precifique seu produto sem levar em conta todas as despesas de produção, durante as entrevistas esse aspecto ficou latente. A questão da sucessão familiar pode ser caracterizada ao se considerar o número de membros da família e aqueles que realmente se ocupam da atividade. Uma observação quanto a fábrica de temperos Carajás que exploram a atividade em várias famílias, mais que comercializam em quantidades similares com a mesma marca de modo que para efeito de análise os resultados apresentados em quantidades de terra, produção e renda são referente ao total de todo grupo familiar.

Quanto à motivação é perceptível o compromisso com o lugar e com as pessoas, pois esses projetos podem ser conduzidos por toda a família e por vizinhos depende da necessidade e da vontade para tal envolvimento, é fruto de herança não apenas a terra mais os costumes com determina cultivo e estilo de vida, como as moradias próximas umas das outras, as hortas e animais para consumo, o dividir a produção com os vizinhos são exemplos.

Ambas as famílias de cada fábrica possuem identidades semelhantes pois representam a típica vida no campo, produzindo e revendendo o excedente e extraindo de seu território seu sustento e ali construindo suas vidas como aponta Dias (2005) e Saquet (2007).

Quadro 2 – A Propriedade

CARACTERIZAÇÃO DA PROPRIEDADE						
Agroindústrias	Tamanho Propriedade ha	Propriedade da terra	Categoria	Gestão e exploração	Atividades exercidas na propriedade	Atividades exercidas fora da Propriedade
<b>Temperos Carajás</b>	67,8	Própria	Pequena propriedade	Proprietário administra; Explorada por núcleos familiares (irmãos/famílias)	Agroindustrialização Alho – tempero; e agricultura (soja/milho/trigo)	Gestão sindicato Rural; Bancaria; Estoquista.
<b>Temperos Lili</b>	14,52	Arrendada/uso fruto	Pequena propriedade	Dirigida pela Esposa; Explorada somente pela família.	Agroindustrialização Alho – tempero; e agricultura (soja/milho/trigo)	-
<b>Temperos Mendonça</b>	12,10	Própria	Pequena propriedade	Dirigida pelo Proprietário; explorado somente pela família.	Agroindustrialização Alho – tempero; Leite;	Assistência social

Fonte: Dados da Pesquisa

Considerando o número de pessoas que exploram a terra tratam-se de pequenas propriedades sendo apenas uma arrendada em uso fruto ao pai do produtor as demais são próprias.

O que configura o vínculo com o campo são sujeitos que não estão de passagem mais que constroem suas histórias nesses cenários onde nasceram e de certa forma mantem-se ligados a ele. São propriedades que estão na segunda geração sendo uma na terceira na ocupação do território.



Quem coordena as atividades na agroindústria são também os proprietários da terra sendo apenas uma conduzida pela esposa que embora tenha certa autonomia para condução do empreendimento tem dificuldades com a comercialização para concilia-la as atividades com o lar. As decisões são tomadas em família cabendo ao individuo encarregado da produção as decisões operacionais que envolve a quantidade a ser adquirida de suprimentos e o tamanho da produção, já a comercialização fica a cargo de todos;

A agroindústria não é a atividade única em nenhuma das propriedades mais é a atividade principal do produtor da Temperos Mendonça segundo esse, está é a atividade que lhe oferece a maior renda como será apresentado posteriormente.

Quadro 3 - Cultivo

SISTEMA DE CULTIVO					
Agroindústrias	Área ha	Sementes	Solo (preparo)	Fertilização	CIDI
Temperos Carajás	3,6 (36000 m <sup>2</sup> )	Próprias	Convencional	Química	Fungicidas
Temperos Lili	0,6 (6000 m <sup>2</sup> )	60% Própria 40 % Comprada	Convencional	Química/ orgânica	Fungicidas
Temperos Mendonça	0,6 (6000 m <sup>2</sup> )	55 % Própria 45% Comprada	Convencional	Química/ orgânica	Caldas orgânicas

Fonte: Dados da Pesquisa

O cultivo do alho se dá em pequenas áreas de modo convencional com a presença de fertilização e correção do solo de maneira química e orgânica na maioria das vezes, somente um produtor não faz uso de agrotóxicos para prefinir doenças, pragas e insetos.

Durante a entrevista quando questionados a respeito de um manejo sustentável demonstraram pouco conhecimento sobre o assunto e mencionaram ser esse o manejo recomendado pelos extensionistas em função das características do solo, vale ressaltar que a terra no Município de Ubitatã é de predominância roxa um tipo de solo conhecido por sua qualidade e produtividade para qualquer cultivo.

Apenas um produtor planta sua própria semente e a usa integralmente os demais além do plantio tem de recorrer à compra do produto para industrialização, quando questionados apontaram o solo e as questões ambientais como empecilhos para a produção e uso de seus próprios produtos. Um dos produtores mencionou também o manejo como algo que desfavorece a intenção de planta.

Seria oportuno que unidades de pesquisa e agentes extensionistas explorassem essas temáticas e levassem aos produtores alternativas para essas questões de modo que a atividade não seja prejudicada, uma vez que a compra de matéria prima incide diretamente nos custos de produção influenciando no aumento do preço de venda e, portanto na perda da competitividade do produtor como pode ser observado no quadro abaixo.



Quadro 4 – Agroindustrialização x Agricultura e Pecuária

AGROINDUSTRIALIZAÇÃO							AGRICULTURA
Agroindústrias	Produção (kg) mês	% vendida da produção mês	Formas de comercialização	Crédito	Custos Produção unt. (R\$)	Renda (R\$) mês	Renda Agricultura Pecuária (R\$) mês
Temperos Carajás	2000	70%	Supermercados; açougues; Feira do Produtor; Cooperativa Campar; Programas PAA/ PNAE – Ubiratã; Juranda/PR – consumidor final	-	5,50	30.000,00	32.500,00
Temperos Lili	171	100%	Supermercados; açougues; Cooperativa Campar; Programas PAA/ PNAE	-	8,40	1.128,60	2.500,00
Temperos Mendonça	250	100%	Supermercados; açougues; Cooperativa Campar; Programas PAA/ PNAE	-	6,5	3.500,00	880,00

Fonte: Dados da Pesquisa  
Programa de Aquisição de Alimentos-PAA  
Programa Nacional de Alimentação Escolar-PNAE

Observando as características da produção e comercialização é possível identificar a importância das redes, são redes locais utilizadas para o escoamento da produção e para uma renda mais significativa do produtor, aliado aos fatores de produção a comercialização é uma atividade de suma importância no processo de agroindustrialização pois é ela, que direciona o ritmo e a dimensão do que será produzido e também proporciona a cobertura dos custos. O produtor com e contatos maiores tem mais chance de escoar sua produção, pois logicamente dispõe de mais canais para venda. Todos os produtores relataram que para o sucesso da agroindústria é necessário um grande empenho para conquistar espaço e posição no mercado onde já existe grandes marcas; apontaram a extrema relevância os programas de governo PAA e PNAE para o fortalecimento e desenvolvimento da agricultura familiar, também mencionaram a cooperativa recém-implantada Campar destinada à agricultura familiar que inicia agora um trabalho para compras de matérias primas e embalagens coletivas para baratear os preços e reduzir os custos de produção e com isso permitir maior competitividade das agroindústrias também estão na expectativa de novos mercados que serão pesquisados e ativos por essa cooperativa. Mencionaram também que todos têm condições de produzir muito mais só que não o fazem por não ter para quem vender, portanto a iniciativa da cooperativa vai ao encontro dessa demanda dos produtores.

Como é possível verificar no quadro 4 os custos de produção estão diretamente relacionados à quantidade produzida e a renda adquirida. Ao observar o quadro é válido ressaltar que todos os produtores pesquisados embora tenham tido dificuldades para apontar seus custos possuem uma renda superior ao salário mínimo, que depende é claro de muito trabalho além do que é realizado pelos parceiros como a cooperativa e empresas do ramo de alimentos que absorvem a produção, e dos próprios produtores que em diferentes quantidades



fazem a venda direta ao consumidor final, sendo que um a faz de porta em porta 3 vezes na semana o que segundo ele aliado a qualidade de seu produto garantem uma boa renda e melhor qualidade de vida para sua família.

O que fica evidenciado nessa pesquisa é a natureza de trabalho solidário e em parceria que normalmente emoldura as atividades da agricultura familiar são pequenas concentrações de terras mais com fortes vínculos e relacionamentos que se constroem dentro e fora das propriedades e que consolidam a sua vitalidade.

## 7. Conclusões

O desenvolvimento local é uma alternativa que envolve a relação do homem com o campo. O território para cada sujeito tem vida própria, pois é a representação de seus anseios de suas expectativas se pertence ao local onde se tem acolhida não seria então esse lugar aquele espaço onde escolhemos para viver, trabalhar e construir família como fala Saquet (2007) e tantos outros autores. O que determina ou influencia essa caracterização são os relacionamentos e posicionamentos dos sujeitos com seu ambiente.

Ao longo desse estudo foi possível identificar que o território e a territorialidade acontecem de maneira distintas para as velhas e novas gerações enquanto os mais velhos veem o campo como espaço de trabalho e vida os mais jovens o vê apenas como espaço de lazer, os tempos mais longos a tranquilidade não exercem tanto fascínio para os jovens que desejam a velocidade o que representa um embate para a agricultura familiar que é uma atividade em desenvolvimento e que ocorre num tempo e processos mais lentos.

A identidade cultural se fortalece com a valorização das atividades locais o que produzir como produzir o fazer e o como fazer com os aprendizados e costumes que mantêm-se fortes ao longo do tempo e das gerações que transitam entre um saber e outro entre uma família e outra e constroem uma comunidade, são viabilizadas pelas atividades em redes, pelas parcerias que são elementos de integração como demonstrado na pesquisa nas ligações entre: produtores – cooperativas – entidades assistências – comunidade, é o retrato de um grande trabalho colaborativo desde o auxílio no manejo e produção até a preparação e comercialização onde um depende do outro para realizar com sucesso seu trabalho. Trata-se então de um processo sistêmico onde a contribuição de cada participante é definitiva para o resultado positivo do grupo.

## Referências

ANDRADE, Manoel Correia. *A questão do território no Brasil*. São Paulo; Recife: Hucitec; IPESPE. 1995.



BOSSÉ, Mathias Le. (2004). **As Questões de Identidade em Geografia Cultural – algumas concepções contemporâneas**. In: CORRÊA, Roberto Lobato e ROSENDAHL, Zeny (Orgs.). *Manifestações da Cultura no Espaço*. Rio de Janeiro: UERJ.

ROSENDAHL, Zeny (orgs.) **Paisagens, Textos e Identidade**. Rio de Janeiro: UERJ.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. Tradução Roneide Venacio Majer. 6. ed. Celta, 2005.

DIAS, L. C. **Redes: emergência e organização**. In: Castro, I. E. de; Costa Gomes, P.C. da e Corrêa, R. L. (orgs) *Geografia: conceitos e temas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995. p. 141-162.

ECHEVERRI, Rafael. **Identidade e território no Brasil**. Brasília: IICA, 2009.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. Tradução de Roberto Machado. 9. ed.

HAESBAERT, Rogério. (2004b). **O Mito da Desterritorialização**: do “fim dos territórios” a multiterritorialidade. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil.

HAESBAERT, Rogério. (2007). **Identidades Territoriais**: entre a multiterritorialidade e a reclusão territorial (ou: do hibridismo cultural à essencialização das identidades). In: \_\_\_\_\_ & ARAÚJO, Frederico Guilherme de. *Identidades e Territórios: questões e olhares contemporâneos*. Rio de Janeiro, Access.

GOTTMAN, Jean. **A evolução do Conceito de Território**. Tradução: Isabela Forjado e Luciano Duarte. *Boletim Campineiro de Geografia*. V2; N. 3 2012.

OLIVIERI, Laura. (2003). **A importância histórico-social das Redes. Rede de Informações para o Terceiro Setor**. Paulo: Ática, 1993. 269 p. Título Original: *Pour une Géographie Du Pouvoir*.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. Tradução de Maria Cecília. São Paulo: Ática, 1993. 269 p. Título Original: *Pour une Géographie Du Pouvoir*.

SANTOS, M. **Espaço e Sociedade**. Petrópolis: Vozes, 1979.

SANTOS, Milton. **Território e Dinheiro**, In: Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFF. *Território, Territórios*. Niterói: PPGeo-UFF/AGB-Niterói, RJ. P.17-38. São Paulo: Paz e Terra, 1999.



SAQUET, M. A. **Os tempos e os territórios da colonização italiana:** O desenvolvimento econômico na Colônia Silveira Martins (RS). Porto Alegre: Edições EST, 2003.

SAQUET, Marcos; SPOSITO, Eliseu; RIBAS, Alexandre. **Território e desenvolvimento:** diferentes abordagens. Francisco Beltrão/PR: UNIOESTE, 2004.

SAQUET, Marco Aurélio. **Abordagens e concepções de território.** São Paulo: Expressão Popular, 2007.

URRUTIA, Jaime. Território, identidade e mercado. *In:* RANABOLDO, C; SCHEJTMAN, A. **El valor del patrimonio cultural:** territorios rurales, experiencias y proyecciones latinoamericanas. Lima: IPE; RIMISP, 2009



## PROBLEMAS Y APRENDIZAJES EN PROCESOS DE CONSTRUCCION PARTICIPATIVA DE PRODUCTOS LOCALES: estudio de caso en el territorio de Tandil, Argentina

### PROBLEMS AND LEARNING IN PARTICIPATORY CONSTRUCTION PROCESSES OF LOCAL PRODUCTS: case study in the territory of Tandil, Argentina

Irene Velarde\*  
Patricia Vimo\*\*

#### RESUMEN

La tensión entre producciones globales desterritorializadas y producciones locales debe interpretarse a la luz de los nuevos grandes desafíos en los cuales se inscribe la producción agropecuaria y de alimentos: (i) el desafío medioambiental en sus diversas dimensiones: cambio climático, contaminación de los recursos renovables, consumo energético; (ii) la salud, es decir el consumo de alimentos no contaminados en cantidad y calidad de acuerdo a las normas de nutrición y seguridad alimentaria; (iii) el desafío socio-cultural en todas sus dimensiones, es decir, la vida del hombre en comunidad en los territorios que habita. Un alimento con larga trayectoria en un lugar puede ser entonces pensado y re-inventado como un recurso para la promoción del desarrollo. Este ha sido el supuesto central de algunas iniciativas de extensión rural, y es a partir de esta idea que se generaron acciones para reactivar la producción y el consumo de las hortalizas típicas platenses (Ahumada, Otero y Garat, 2011) el vino de la costa en Berisso (Velarde 2010), o el salame de Colonia Caroya (Champredonde et al, 2012), los quesos y salames en Tandil (Vimo y Velarde, 2015), entre otros. Esta perspectiva, en términos generales, se encuentra vinculada a la idea de desarrollo territorial, donde son los recursos locales los que adquieren relevancia en la lógica de los discursos y las acciones de los agentes de desarrollo. Se trata de la búsqueda de alternativas para zonas sometidas al impacto de los procesos de reestructuración de la agricultura, donde la diversificación y puesta en valor de los productos locales se presenta como posibilidad para el rescate de los vínculos con el territorio y el fortalecimiento de la identidad. Por otro lado, se refleja también desde esta perspectiva, la existencia de un mundo rural que ya no es visto solamente como un proveedor de bienes de consumo materiales, sino también como fuente de bienes inmateriales y de valores simbólicos, necesarios para el desarrollo no sólo de los agricultores sino del conjunto de la sociedad. El caso de estudio del que parte este análisis, se refiere a la construcción participativa de los quesos de Tandil. En este marco, el objetivo de este trabajo ha sido identificar las principales tensiones y aprendizajes que emergieron en una experiencia de extensión, ya que entendemos que a partir del reconocimiento de ambas dimensiones, se podrán identificar las principales cuestiones en juego, aquellas disputadas y/o transformadas, o también en vías de transformación.

**Palabras clave:** desarrollo territorial, extensión, identidad, productos locales.

#### ABSTRACT

The tension between global productions deterritorialised and local productions to be interpreted in the light of the new challenges which includes agricultural production and food: (i) the environmental challenge in their different dimensions: climate change, pollution, renewable resources, energy consumption; (ii) health, i.e. the consumption of non-contaminated food in quantity and quality according to standards of nutrition and food security; (iii) the socio-cultural challenge in all its dimensions, i.e., the man's life in the community where he lives. A meal with long history of a place can be then thought and re-invented as a resource for the promotion of development. This has been the central assumption of some initiatives of rural extension, and is based on this idea that actions were generated to reactivate the production and consumption of the La Plata typical vegetables (Ahumada, Otero and Garat, 2011) the coast wine in Berisso (Velarde 2010), or salami of Colonia Caroya (Champredonde et al, 2012), cheeses and salami in Tandil (Vimo and Velarde, 2015), among others. This perspective, in general terms, is linked to the idea of territorial development, which are local resources that acquire significance in the logic of the speeches and the actions of the agents of development. It's the search for alternatives for areas under the impact of restructuring uses of the soil with extensive agriculture, where diversification and enhancement of local products is presented as a possibility for the rescue of the links with the territory and strengthening of their identity. On the other hand, is also reflected in this perspective, the existence of a rural world that is no longer seen only as a supplier of goods of consumption materials, but also as a source of intangible and symbolic values needed for the development not only farmers but the whole of society. The case studies this analysis, part of which refers to the participatory construction of the cheeses in Tandil. In this context, the objective of this work has been to identify the major tensions and learnings that emerged in extension experience, since we understand that starting from the recognition of both dimensions, can identify the main issues at stake, those disputed or transformed, or also in the process of transformation.

**Key Words:** Territorial development, extension, identity, local products.

\* Agriterris- FCyF- UNLP. E-mail: velarde@agro.unlp.edu.ar

\*\* Maestrando de Desarrollo Rural- FAUBA/ Ministerio de Agricultura, Ganadería y Pesca de la Nación. E-mail: patriciavimo@yahoo.com.ar



## 1. Introdução

La tensión entre producciones globales desterritorializadas y producciones locales debe interpretarse a la luz de los nuevos grandes desafíos en los cuales se inscribe la producción agropecuaria y de alimentos: (i) el desafío medioambiental en sus diversas dimensiones: cambio climático, contaminación de los recursos renovables, consumo energético; (ii) la salud, es decir el consumo de alimentos no contaminados en cantidad y calidad de acuerdo a las normas de nutrición y seguridad alimentaria; (iii) el desafío socio-cultural en todas sus dimensiones, es decir, la vida del hombre en comunidad en los territorios que habita

Un alimento con larga trayectoria en un lugar puede ser entonces pensado y re-inventado como un recurso para la promoción del desarrollo. Este ha sido el supuesto central de algunas iniciativas de extensión rural, y es a partir de esta idea que se generaron acciones para reactivar la producción y el consumo de las hortalizas típicas platenses (Ahumada, Otero y Garat, 2011) el vino de la costa en Berisso (Velarde 2010), o el salame de Colonia Caroya (Champredonde et al, 2012), los quesos y salames en Tandil (Vimo y Velarde, 2015), entre otros. Esta perspectiva, en términos generales, se encuentra vinculada a la idea de desarrollo territorial, donde son los recursos locales los que adquieren relevancia en la lógica de los discursos y las acciones de los agentes de desarrollo.

Se trata de la búsqueda de alternativas para zonas sometidas al impacto de los procesos de reestructuración de la agricultura, donde la diversificación y puesta en valor de los productos locales se presenta como posibilidad para el rescate de los vínculos con el territorio y el fortalecimiento de la identidad. Por otro lado, se refleja también desde esta perspectiva, la existencia de un mundo rural que ya no es visto solamente como un proveedor de bienes de consumo materiales, sino también como fuente de bienes inmateriales y de valores simbólicos, necesarios para el desarrollo no sólo de los agricultores sino del conjunto de la sociedad.

En el marco de propuestas de desarrollo territorial la tendencia de apoyarse en los recursos locales se entronca directamente con el cambio en las pautas de consumo de la sociedad postindustrial, con un discurso donde se entrecruzan inquietudes ecológicas, con preocupaciones por la seguridad alimentaria y por la salud, valores, en suma, que aparecen indisolublemente unidos a los productos locales (Sacco dos Anjos et al, 2011).

En Argentina estas ideas empiezan a materializarse a fines de la década de los '90, período en que se revelaba la dificultad de establecer lógicas de articulación entre pasado y futuro, en un contexto marcado por los *commodities* y los alimentos *estandar*. Surgen entonces innovaciones discutidas colectivamente, como formas de volver a la tradición de sus antepasados, que sin dejar de estar asentadas en el esfuerzo individual, se intenta construir grupalmente, incluyendo en esa definición a actores institucionales locales y extralocales (Velarde et al, 2013).





El caso de estudio del que parte este análisis, se refiere a la construcción participativa de los quesos de Tandil. En este marco, el objetivo de este trabajo ha sido identificar las principales tensiones y aprendizajes que emergieron en una experiencia de extensión, ya que entendemos que a partir del reconocimiento de ambas dimensiones, se podrán identificar las principales cuestiones en juego, aquellas disputadas y/o transformadas, o también en vías de transformación.

## 2. Referencias teóricas consideradas

Nos apoyaremos en nuestro análisis en la noción de *territorio*; la *construcción social de la calidad* y cómo la misma es instrumentada a través de procesos de *extensión rural*.

La producción de quesos en Tandil es de larga data, forma parte de la estrategia de productores familiares de origen inmigrante asentados en la cuenca Mar y Sierras. En la actualidad asistimos a una incipiente reactivación de la quesería de Tandil, debido a dos fenómenos que confluyen: la consolidación del turismo interno, donde Tandil se ha posicionado en las últimas dos décadas como destino alternativo lo que incrementó el consumo, y la recuperación del Estado y las políticas públicas, lo que implicó resignificar un producto identitario con apoyos de diversas agencias estatales.

Estos movimientos de superación sin eliminar lo viejo, implicaron necesariamente adaptaciones e innovaciones en la producción, consumo y en las organizaciones, que marcaron una nueva etapa en la producción de quesos tradicionales. Los productores de quesos de Tandil fueron planteando objetivos individuales y colectivos que facilitaron la apropiación concreta y simbólica de ese espacio geográfico transformándolo en territorio, un territorio que permitió prácticas productivas como síntesis de las relaciones entre naturaleza y sociedad local.

Esto pudo suceder por las dinámicas históricas y relacionales, que operaron como fuerzas en la formación de este territorio y en el movimiento más amplio de desterritorialización y reterritorialización (Raffestin, 1984).

La realidad de un territorio está concentrada en sus contradicciones y en sus unidades dialógicas. El territorio se funda en relaciones sociales, naturales, en conflictos, conteniendo heterogeneidad, cambios, permanencias, desigualdades, diferencias e identidades. Para comprender y analizar cada territorio será necesario -en alguna medida- indagar, conocer y entender actores públicos, privados y ciudadanos que influyen en él, el medio geográfico, lo natural y lo artificial hibridado en técnicas, sus sistemas de objetos y sus sistemas de acciones más significativos, sus principales acontecimientos en tiempo y espacio y la articulación entre lo local, lo meso y lo global (Bozzano, 2009).

Así el proceso de producción del territorio (Magnaghi, 1976), puede ser considerado lento y veloz, según cual sea el actor protagónico al que nos refiramos. En nuestro caso incorporamos la idea de aprendizajes en la acción, tanto para productores como para técnicos participantes en esta construcción territorial.



Otra noción fundamental es la construcción social de la calidad, para ello es pertinente tener en cuenta la perspectiva teórica desde las que abordaremos el tema de la “calidad”.

La construcción social de un determinado gusto legítimo incluye una visión que restituye la dimensión cultural y simbólica del consumo alimenticio; ya que éste implica una movilización de significados y capital simbólico que son cambiantes. La alimentación es una práctica socialmente construida (marcas de status y definición ideológica y de clase de los actores), e implica por lo tanto, procesos de identificación y diferenciación social, constituyendo distintos estilos de vida. El mercado así aparece constituido por factores que dependen de percepciones socioculturales de los consumidores, entre los cuales se encuentra la noción de calidad. Los nichos de mercado que posibilitan la economía de la calidad se constituyen, en este caso, gracias a la existencia de estas percepciones socioculturales que determinan el consumo de determinados alimentos. Es a partir de la dimensión simbólica desde donde se aborda la valorización de ciertos productos y la posibilidad de obtener una renta diferencial para determinados productores agropecuarios.

En este caso, las estrategias económicas estarían supeditadas a las posibilidades que abre la dimensión sociocultural del consumo. La estrategia que subyace a la calidad tiene que ver, desde este punto de vista, con una carga de significación social a determinadas propiedades de los productos a la vez que se agrega valor a través de la incorporación de servicios y trabajo especializado que muchas veces no son no mercantiles y pueden implementarse en la escala de una red o un territorio. De esta manera, un alimento, incorpora una gran carga simbólica movilizada en los procesos de construcción identitaria, pudiendo a través de una marca local generar un proceso virtuoso de diferenciación (Goldfarb, 1999).

Todo proceso de construcción de productos locales implica una intencionalidad y por ello consideramos importante introducir algunas premisas acerca de cómo es gestado el proceso de extensión rural entendido como herramienta de política agropecuaria.

Es destacable que los enfoques en los que se han basado la mayoría de las intervenciones son transferencistas o top-down, generando aún mayores distancias con agricultores que no obedecen las recetas pensadas en los Centros de Investigación y Transferencia de Tecnología.

El trabajo de extensión alrededor de la valorización y activación de los recursos agroalimentarios locales se inscribe en los que podrían ser llamados “nuevos modelos de intervención en el medio rural”. Apartados de los enfoques tradicionales basados casi exclusivamente en propuestas productivistas y de capital intensivo, los nuevos enfoques buscan valorizar los recursos locales y potenciar la dinámica particular del territorio para resignificar los productos. Las acciones en torno a la recuperación de productos locales como los “quesos de Tandil”, entre otros, conforman prácticas de intervención no-hegemónicas.

Tradicionalmente, en la literatura especializada en Extensión Rural, las dificultades para las innovaciones técnicas han sido pensadas en términos de resistencia al cambio (Rogers, 1976). Esta idea forma parte de una visión transferencista de la extensión rural, basada en la comunicación unidireccional de conocimientos del profesional al productor, contra la cual en los años ‘60 y ‘70 surgió una propuesta alternativa que comenzó a pensar



este proceso como un diálogo de saberes y no como la imposición de la perspectiva de un actor a otro (Freire, 1973; Fals Borda, 1981).

Una de las características de los proyectos protagonizados por los equipos técnicos involucrados en la construcción de los quesos de Tandil es que se sostuvieron por la construcción participativa. Este tipo de construcción fue intencionada e impulsada por los técnicos universitarios, con un enfoque de extensión basado en la problematización (Freire, 1973) y en la comunicación con énfasis en los procesos culturales (Huergo, 2004). Esta manera de intervenir, desde 2008 en este caso, fue hilvanando espacios de aprendizaje gestados en reuniones, hasta ir conformando un Nosotros que se fue expresando de manera creciente en diversas iniciativas.

Es importante destacar que los extensionistas que participan o participaron de estas experiencias se formaron en una matriz de aprendizaje que se apoya en los dominios de conocimientos universalistas, característica dominante del curriculum de formación en las ciencias agrarias, veterinarias, exactas y naturales. Los productores en cambio, que buscan en el resurgimiento de un producto típico, tradicional o identitario, el mejoramiento de sus condiciones de vida en sentido amplio, afirman estos procesos cognitivos en sus saberes locales pero no exclusivamente.

Para caracterizar cómo se producen estos procesos educativos es necesario considerar dos dimensiones en cruce constante: lo político y lo cultural. En la dimensión política del campo de la extensión rural se identifican múltiples manifestaciones de poder, sobre todo no circunscribe las experiencias sólo a sus dimensiones instrumentales, y se las concibe situadas en tiempo y espacio.

Las prácticas productivas son prácticas culturales, caracterizadas por un uso continuado y durable por parte de los productores, cargan una historia incorporada y naturalizada, que pueden ser consideradas por los extensionistas para la comprensión de la adhesión o rechazo de las interpelaciones en juego en los procesos de extensión dialógicos.

Repensar el espacio de comunicación / educación desde una perspectiva política supone una apertura a las múltiples articulaciones que se generaron en el desarrollo de los proyectos.

### 3. Estudio de caso: valorización de quesos tradicionales de Tandil

Tandil es uno de los principales productores de la cuenca lechera Mar y Sierras -situada en el Sudeste de la provincia de Buenos Aires-, y posee una larga trayectoria en la producción de leche y subproductos. La producción láctea y la elaboración de manteca, crema y quesos, tiene una larga tradición en Tandil. En 1876, entre otros, inmigrantes vasco-franceses adaptaron recetas familiares de quesos de oveja y cabra a la producción artesanal de quesos con leche de vaca, tradición que mantienen hasta hoy, luego de varias generaciones (Nogar y Torres, 2008).

Entre 1988 y el 2002, el número de tambos disminuyó un 50%, y la escala promedio de las explotaciones, medida en tamaño del rodeo lechero, se duplicó (Mateos, 2006).



A fines de los años noventa, se produce al mismo tiempo un nuevo impulso de la quesería. Las agroindustrias lácteas reciben un impulso significativo debido al crecimiento de la demanda de productos artesanales, provenientes del desarrollo del turismo interno. Se asocian a este cambio, dos procesos encontrados: el aumento de la demanda de productos artesanales locales y la pérdida de muchas unidades de producción (Nogar y Torres, 2008).

Tabla 1. Producción de leche y quesos (Fuente elaboración propia en base a datos del Proyecto de Cluster Quesero de Tandil, 2013)

	Cuenca Mar y Sierras	Tandil	Total Argentina
Millones de litros de leche de vaca anuales (2010)	328	146	10.307
Toneladas de quesos de leche de vaca anuales (2013)	S/D	3.360 TN	520.225 TN

En los últimos cinco años, se ha incrementado el volumen de litros de leche destinados a la producción de quesos. En el año 2009 era de alrededor de los 70.000 l/día y actualmente es de 100.000 l/día, lo que implica un crecimiento en la elaboración de quesos del 42.85%, porcentaje que es muy importante pero lejos del crecimiento de la soja. Esto tiene que ver con un aumento de la demanda tal como lo señalamos precedentemente.

Es un dato significativo que la quesería tandilense sigue creciendo muy por encima de otras actividades agropecuarias intensivas. Esto marca la fortaleza de un territorio que ha sabido consolidar su patrimonio cultural, su saber hacer y sus tradiciones.

En el 2012 las instituciones involucradas que venían apoyando a los productores de queso, vieron la oportunidad de continuar el proceso a través de la asistencia del Programa de Servicios Agrícolas Provinciales (PROSAP) que, a través del componente Iniciativas de Desarrollo de Clusters (IDC) y mediante una metodología participativa pre-fijada, guió a los actores del Cluster Quesero de Tandil (involucra a los partidos de Tandil, Ayacucho, Rauch y Benito Juárez) para realizar un análisis de su situación que derivó en una estrategia consensuada de desarrollo. Se formuló un Plan de Mejora Competitiva (PMC), requisito formal para acceder al financiamiento de las actividades, en el que surgieron los proyectos que los productores consideraron como prioritarios para el desarrollo de la quesería regional.

Uno de los subproyectos generados denominado Identificación Regional, se diseñó para concretar una estrategia de valorización de la quesería local a través de diferentes dispositivos consensuados con los productores participantes, basados en la reputación de calidad, el origen y la diferenciación de los quesos del territorio que pueda comunicar atributos tradicionales a los consumidores y mejore la competitividad. Entre los objetivos



específicos de dicho proyecto se encuentran: 1) Acordar con el grupo de queseros habilitados en la normativa obligatoria criterios de calidad que permitan avanzar en la marca territorial del Municipio de Tandil: Producto Tradicional Tandil, para aplicarla a los quesos típicos de Tandil en base a la triangulación entre productores, consumidores locales y expertos; 2) Construir pliegos de condición para cada tipo de queso seleccionado de forma participativa que se quiera integrar dicha marca territorial, en conjunto con el Municipio de Tandil (Vimo y otro, 2015).

El Proyecto de Identificación Regional se constituye así en una herramienta de intervención participativa que continúa en la actualidad. El grupo operativo quedó conformado desde el 2014 por seis queserías de Tandil de un total de 23 convocadas, el Secretario de Desarrollo Local del Municipio de Tandil, un técnico del proyecto de Calidad Higiénico Sanitaria, una técnica de laboratorio de calidad y dos coordinadoras del propio proyecto.

La decisión de calificar la quesería a través de la Marca de Origen y Calidad registrada por el Municipio de Tandil como “Producto Tradicional Tandil”, permitió al conjunto de actores descriptos avanzar en el desafío colectivo. Inicialmente se optó por avanzar en la definición de dos productos locales tradicionales a través de generar protocolos de calidad, uno para un queso semiduro (Queso Tandil), y otro para un queso de pasta dura (Reggianito), a fin de distinguir estos dos productos con la Marca que una vez aplicada garantizaría al consumidor, un producto diferenciado desde la leche con la que se elaborarían esos quesos, el proceso de elaboración, y el tiempo de maduración, según acuerdos previos establecidos en dicho protocolos o pliegos de condición.

En los inicios del proyecto, se realizó un trabajo de sensibilización que permitió definir un análisis a través de una matriz FODA, para luego avanzar en la elección de la herramienta a utilizar para valorizar los quesos de Tandil. En la determinación por parte de los productores de la Marca de Origen y calidad Producto Tradicional Tandil, se detectaron expectativas de los actores relacionadas con la idea de que esta distinción fuera inclusiva, que lograra mejorar la calidad de los quesos del territorio en su conjunto, concretar la protección de la tradición y el origen de un alimento emblemático de este territorio, y la oportunidad inédita de compartir el saber hacer entre los productores involucrados.

En ambos objetivos específicos, se ha trabajado de manera participativa con los productores y expertos locales (queda pendiente la triangulación con los consumidores locales). Justamente, la gran riqueza de un proceso de valorización vinculada al origen, está en relación con el aumento en la intensidad y la cantidad de las redes de relaciones que favorece.

#### 4. Metodologia:

Se utilizó una metodología cualitativa: las técnicas empleadas fueron entrevistas a los actores involucrados y la observación participante en las reuniones de construcción de la calidad de los quesos distintivos del territorio en el período 2014-2016. Ambas permitieron



indagar en los saberes sobre esas propiedades distintivas y se analizaron los conflictos y aprendizajes surgidos entre los responsables de alcanzar los acuerdos necesarios para la definición de los atributos específicos que debería ostentar un producto portador de la marca de origen y calidad denominada Producto Tradicional Tandil registrada por el Municipio de Tandil.

## 5. Resultados

En este artículo nos referiremos a los problemas y aprendizajes de técnicos y productores involucrados en el proyecto en base dos dimensiones aunque dilemáticas resultan ejemplificadores de la densidad del proceso de intervención: *la calidad específica en base a aspectos tradicionales vs la calidad como sinónimo de inocuidad*, y *la construcción de redes de innovación vs los objetivos individuales de productores*.

**a.- La calidad específica en base a aspectos tradicionales vs la calidad como sinónimo de inocuidad**

Otro de los conflictos que han aparecido en la construcción de la Marca Producto Tradicional Tandil con significativa importancia está asociado a la cuestión normativa vinculada a la producción y comercialización de alimentos. En este asunto se ponen en juego al menos dos discursos opuestos: el de la *inocuidad* y el de la *calidad específica*.

El primero se fundamenta en la necesidad de cumplir con las normas establecidas para asegurar la *inocuidad* de los alimentos, atentando esto, la posibilidad de incluir como partícipes de los proyectos de extensión rural, a aquellos productores y establecimientos que están “fuera de las normas”. La *calidad específica* contribuye a la construcción territorial que permitiría aceptar un valor positivo a partir de conseguir este logro, al que más tarde puedan sumarse más productores al proceso de calificación. La calidad específica se construye entre los productores involucrados, los técnicos y los consumidores, por ello el gusto local de qué es considerado “calidad” o “no calidad” tiene una importancia vital en la construcción de productos locales.

En las primeras reuniones el tema de la inclusión de más productores de Tandil fue una de las tensiones que dificultaba avances concretos en el Proyecto Identificación Regional en el que sólo participaban 6 productores que voluntariamente pensaban en este dispositivo para mejorar la calidad de los quesos.

*P1: “los que están ordenados que empiecen, nos puede servir para mejorar la calidad de nuestros quesos”*

*P6: “para llegar a los productores marginales siempre se piensa desde la sanción y luego abren otra quesería en otro lado y venden sus quesos en la ruta. Lamentablemente se vende todo el queso. Nosotros podemos realizar acciones indirectas desde la positiva, creando una Marca y elevando el piso de calidad para que se valore la quesería desde el consumidor. La sanción sería entonces dar un paso adelante”*



La decisión de calificar la quesería a través de la Marca de Origen y Calidad registrada por el Municipio de Tandil como “Producto Tradicional Tandil”, como dijimos precedentemente se basó en la definición de dos protocolos, uno de un queso semiduro (Queso Tandil), y otro de un queso de pasta dura (Reggianito), según acuerdos previos establecidos en los protocolos participativos.

Este proceso de construcción de la calidad generó múltiples tensiones entre los participantes derivadas de la escasa experiencia en acciones colectivas y del apego a sus propias percepciones acerca de la concepción de calidad. No es sino en el propio proceso que se puede lograr el aumentar las capacidades y capitalizar las fortalezas de los recursos locales. El diálogo técnico es un medio y al mismo tiempo un resultado de la construcción participativa de protocolos de calidad.

(Técnico 1): “lo que se pueda avanzar a partir de la marca Producto Tradicional Tandil claramente deberá superar la calidad obligatoria, los protocolos o pliegos de condición para cada producto tendrán otros standards que la normativa obligatoria, y eso lo deberemos acordar”

(P3): “los fermentos naturales que se han usado históricamente podría ser el elemento diferenciador”

(P3): si pensamos en un queso “tradicional” tenemos que encontrar atributos que podamos comunicar a los consumidores y que hagan una diferencia: los quesos de Tandil duros, semiduros, con un gusto diferente a los otros quesos”

Una innovación que ha permitido la continuidad y la articulación de los productores ha sido la definición de los aspectos técnicos que sustentan los atributos llamados por los productores de Tandil “tradicionales”: así surgen los fermentos naturales o la leche termizada (no pasteurizada) como elementos distintivos para calificar a los quesos con la Marca, lo que ha permitido la cohesión de la mayoría de los productores participantes y sobre todo de aquellos de menor escala de producción que son escuchados y valorizados en el propio proceso de intervención. Sin embargo en la propia trayectoria del proceso de calificación los mismos productores suelen construir argumentos que se oponen a los acuerdos establecidos, lo que va modelando el cambio de las prácticas hacia “lo posible”. Un ejemplo de ello es la utilización de los fermentos naturales en el queso Reggianito. Sólo dos queserías lo están utilizando actualmente y los otros integrantes evocan dificultades de logística para concretar dicho compromiso de uso del fermento en las pruebas piloto. El uso de la leche termizada para aquellos productores de escala industrial implica un cambio en los protocolos de utilización de la leche pasteurizada y no quieren arriesgar. Estos desvíos a lo establecido son parte de las negociaciones de sentido entre lo “deseable” y lo “posible”, lo que introduce la necesidad de técnicos formados en estilos de extensión dialógicos que puedan flexibilizar las normas concertadas.

Al establecerse parámetros medibles en la calidad de la leche, agua y quesos, por encima de la normativa obligatoria, aspecto indispensable para producir el desarrollo



cuantitativo de los quesos a los que se le aplique la marca, se genera la dificultad de llegar a ese estándar lo que genera permanentemente una tensión hacia la flexibilización de los parámetros acordados. Por ello, los propios productores que participan en este grupo, proponen como innovación que los quesos sean juzgados por paneles de análisis sensorial.

P1: “lo importante es que el queso sea rico...”

En base a esta necesidad los extensionistas incorporan la idea de entrenar un panel de cata local, pero con una variante: los expertos deberán juzgar a los quesos de acuerdo a un perfil sensorial debatido por los propios productores y expertos.

La relación con los consumidores se plantea entonces al incorporar la evaluación sensorial con paneles no entrenados, donde se busca obtener por un lado aquellas características que los consumidores aprecian o rechazan de los quesos, y por otro, generar también la educación del gusto de quesos de calidad. Esta información permite incorporar al proceso de construcción de la calidad la visión del consumidor y orientar la producción de quesos calificados con la Marca Producto Tradicional Tandil más allá de pensar la calidad como sinónimo de identidad. No podemos perder de vista que el gusto de los consumidores ha sido moldeado por las queserías de mayor escala, cuyos quesos generalmente no responden a los plazos de maduración establecidos en el Código Agroalimentario Argentino, aspecto a considerar cuando se testean quesos con mayor maduración.

Los aprendizajes significativos en relación a la inocuidad y calidad específica en base a atributos “tradicionales” de los quesos están marcados, por un lado por la normativa obligatoria: leche con parámetros de calidad que no siempre se cumplen, esto genera que las prácticas en la obtención de quesos inocuos, se pasteurice siempre la leche. Por otro lado el discurso de la inocuidad ejercitado desde los profesionales y productores de mayor escala, sumado al avance de la comercialización de los insumos: fermentos, colorantes, conservantes, aditivos, genera una mayor adhesión a lo conocido: un queso industrial con “poco gusto”.

Así lo fundamenta el siguiente diálogo entre un productor y un técnico

P4: “Se llegó al tema del fermento porque se dijo que muchos quesos no tienen gusto, sin sabor. Como que la gente rescata que en Tandil hay quesos con gusto a queso. Entonces pensamos que eso era efecto de las cepas y pensamos en revalorizar eso. A qué nos referimos cuando uno va a poner tradicional. Si es todo tradicional. O tal vez proponerlo como algo a futuro pero no para hoy, como para no frenar en eso, como para seguir avanzando”

T3: “¿Uds creen que en general, el sabor entre uno y otro tiene bastante diferencia o no?”

P4: “el queso hecho con fermento liofilizado tarda mucho más tiempo en tomar sabor”

La diferenciación basada en la calidad específica y en los atributos de origen, constituye un nuevo discurso que permanentemente interpela a técnicos y productores y genera identificación, rechazo total o parcial. Por ello, un aprendizaje notable es la permanencia del proceso de calificación y la búsqueda de sentidos que incorporen viejas “nuevas” prácticas adaptadas al actual contexto.





### **b.- La construcción de redes de innovación vs los proyectos individuales de productores**

En el diagnóstico inicial, el 70 % de los queseros no han tenido participación asociativa, aspecto que a priori condicionaría la formación de redes productivas, sociales, políticas. Otro aspecto es el estilo de extensión propuesto en la construcción social de la Marca Producto Tradicional Tandil, que se expresa en las concepciones de desarrollo que abandonan la transferencia de conocimientos de parte de los ‘agentes de desarrollo’ a los agricultores como su eje principal y se centran en reconocer y valorizar “la diversidad de realidades (...) de los actores locales y de (...) los productos ofrecidos” (Champredonde y Casabianca, 2005) de manera de proponer un “desarrollo original que revaloriza los recursos (naturales y humanos) específicos de los territorios” (Fournier y Muchnik, 2012).

Schjetman y Berdegué (2006), opinan que el desarrollo institucional es determinante del desarrollo territorial, en cuanto a la relación directa con la existencia y funcionamiento de redes de relaciones sociales de reciprocidad basadas en la confianza, elementos culturales e identidad territorial y redes con actores externos al territorio. Las instituciones son el elemento que liga los proyectos colectivos de desarrollo rural y resultan absolutamente indispensables para que los procesos de desarrollo tiendan a superar, y no a reproducir, las relaciones de poder que marginan a los actores pobres de las oportunidades y beneficios de dichos procesos.

Los actores participantes del proceso interinstitucional de construcción de la marca Producto Tradicional Tandil, por definición tienen objetivos e intereses diversos. En el inicio del trabajo participativo los productores queseros ofrecieron sus argumentos para la elección de esta alternativa:

“mejorar la calidad de los quesos del territorio”; “esta marca va a permitir entrar a más productores que una Identificación Geográfica o Denominación de Origen...”; “empujar a los más chicos por la positiva”, “proteger el nombre Tandil de futuras usurpaciones” “Subir el piso de calidad como manera indirecta de empujar a los más chicos haciendo mejoras en los que están en la Marca”; “Aprender de pares que están en el tema”

La primera tensión estuvo centrada en quiénes estaban habilitados de acuerdo a la Ordenanza municipal a ingresar en la marca y quiénes no. El requisito de tener el establecimiento habilitado con un mínimo de 3 años no ofrecía inconvenientes, en cambio la inscripción de cada queso con una antigüedad de 3 años significaba en la práctica que de los 6 productores que participan de este proceso, la mayoría no podía incluirse como sujeto que use la marca.

Este tema originó interesantes debates en las reuniones donde por momentos se ampliaban los requisitos para que más productores pudieran integrarse, como por ejemplo cuando existían cambios societarios se tomaría la primera inscripción del producto o en el caso de la planta recuperada El Amanecer se contemplaría la situación legal irregular como



coyuntural, y en otros momentos, cuando se lograba establecer una mayor inclusión, los mismos queseros pedían volver a una interpretación de la ordenanza que no permitiera a “cualquiera” ingresar a la Marca Producto Tradicional Tandil.

“...tenemos que avanzar en aspectos para los que están en orden en serio, no es mi caso pues yo todavía no produzco en establecimiento habilitado, pero hay que apostar al futuro en mecanismos que mejoren la quesería de Tandil” (Productor integrante Cluster quesero, reunión 14/4/15)

Una intervención de otros dos productores cuando se hablaba de los requisitos formales de ingreso a la marca dialogaron:

P2: “¿por qué nosotros vamos a aplicar la marca PTT?” otro

P5: “para proteger a los productores de Tandil” (Productores integrantes Cluster quesero, reunión 17/3/15)

El debate entre inclusión y exclusión no es nuevo en Tandil, tanto la informalidad elevada y la gran heterogeneidad han contribuido a una casi total falta de tradición de cooperación, asociación, unión- y que condiciona la formación de redes, son la antesala de una tensión más que evidenciamos en el territorio: la desconfianza como obstáculo para la concreción de actividades conjuntas.

La ausencia de acciones colectivas parece ser explicada por una falta de *historia de cooperación* por los propios productores, apoyándose en relatos que dan cuenta de las dificultades para establecer vínculos:

“porque cada uno tira para su lado, lamentablemente” y de fracasos previos en ese terreno (“algunas veces, viste, me he querido asociar con alguien y eso y siempre me fue mal, desgraciadamente. Así que estoy solo” (Raimundi, 2015).

Sin embargo, lejos de creer que la desconfianza pueda ser un mero atributo, en realidad, se correspondería con una construcción colectiva que se verifica frecuentemente en los sistemas agroalimentarios. En este sentido es que Landini (2007) nos advierte sobre la posible inversión de los términos: la falta de una tradición en la cooperación “sería consecuencia -y no causa- de *percibir* que, de hecho, se hace muy difícil cooperar” la inversión de tiempo en esta actividad productiva dificulta el sostenimiento de las acciones necesarias.

Las reuniones donde estos y otros aspectos se ponen en juego, como por ejemplo lo fue también generar procesos de negociación para compartir aspectos del proyecto con otros actores institucionales no comprometidos desde el inicio y que ampliaban la base de



sustentación para la calificación de los quesos, nos permiten afirmar que el entramado institucional solo es posible en el propio proceso de construcción de la acción colectiva.

El compartir valores, origen, una misma historia, van forjando una identidad que puede permitir mejorar la confianza entre los queseros participantes, reducir los costos por las alianzas logradas y favorecer las innovaciones, así la movilización alrededor de un proyecto común permite avanzar y retroceder, con lo que seguramente se ampliaron las capacidades locales para la concreción de los propios proyectos colectivos e individuales. Sostener esta forma de construcción conjunta no ha sido caprichosa pues tanto el Municipio de Tandil como los técnicos que participan del proyecto de Identificación Regional, fundamentan su trabajo desde una concepción estratégica de mediano y largo plazo.

Avanzar en el logro de la valorización de los productos a través de procesos de innovación basados en acciones concertadas entre todos los actores que involucraron actividades de promoción, nuevas tecnologías de elaboración, difusión cultural, entre otras, son indispensables para colaborar en el proceso de desarrollo local. La interacción con otros actores que han pasado por la experiencia del proceso de la obtención de la Denominación de Origen del salame de Tandil (DOT), ha permitido a los productores queseros, identificar y dar relevancia a aspectos como la confianza, la cooperación y la necesidad de invertir tiempo en todo el proceso. El factor tiempo ha sido siempre limitante en esta actividad, especialmente para aquellos productores que abarcan desde la producción de la leche hasta la comercialización de sus quesos. Sin embargo, a lo largo del proceso de intervención, el tiempo dedicado a reuniones, elaboraciones con participación de agentes externos a la quesería y su consiguiente atención, evaluaciones sensoriales y otras actividades, no ha sido poco, considerando la escasísima experiencia previa de participación en acciones compartidas. El debate como herramienta de ir despejando lo posible dentro de lo deseado, ha sido enriquecedor para productores, técnicos e instituciones participantes.

Un productor refiere su percepción respecto a una charla con el técnico coordinador de la DOT:

(P5): La última reunión vino Sergio Fernández de Cagnoli, para contar cómo había sido lo de la DOT de ellos. De ahí contó sobre las dificultades, los tiempos que les había llevado, qué cosas habían cambiado en la marcha. Por ejemplo, contó que las cosas del control habían resultado excesivas y entonces a la hora de llevarlo a la práctica encontraban cosas que habían modificado, aumentado o disminuido en algún punto. También nos contó que todos habían visitado las fábricas de los otros para aliviar cosas, como que nadie tenía nada que esconder al otro, ya que estaban todos para lo mismo en ese caso. Que había gente que se había querido sumar después pero como los requisitos de estacionamiento eran muchos días y entonces muchos quedaban afuera por eso(...) tenían a alguien al que todos conocían y tenían confianza, en quien hizo de veedor, que fue quien fue mirando que en todas las fábricas se fueran cumpliendo los pasos que ellos mismos habían definido antes. Ellos creen que fallaron en dar a conocer el producto previo a que salga, principalmente para los comerciantes, que fallaron en la estrategia. Que el comerciante que es el que al final lo va a vender y que no diga es lo mismo, sino



explicarle que es algo hecho con más tiempo, más dedicación, más control de toda la materia prima y el proceso, que hay toda una trazabilidad detrás de cada producto. No es un producto que hacen gran cantidad, son unos 500 kg/mes, sino que lo que eso potenciaba todos los otros productos que hacían. Otra cosa que era muy importante es que eran los dueños de las fábricas los que asumían el compromiso de llevar adelante todo y eso comprometía al personal. El precio de los salames DOT es idéntico cualquiera sea la empresa que lo fabrique.

Los aprendizajes no pueden restringirse únicamente a la experiencia vivencial, por ello, la experiencia de los elaboradores de salame de Tandil y la obtención de la Denominación de Origen, es un antecedente que le imprime un sello territorial a este proceso con los productores queseros. Se instaló que en Tandil es posible construir redes de innovación para la calidad de sus productos identitarios: quesos y salames, y que ello permite ofrecer aspectos intangibles pero que simbólicamente representan mucho: territorio organizado, productos con gusto, tradición.

Sin embargo en estas experiencias donde la calidad se construye en red también los conflictos forman parte del proceso de aprendizaje. La génesis de esta red es a partir de los técnicos e instituciones que salen a convocar productores queseros para conformar un grupo. En tal sentido, la construcción y ampliación de la red es bastante más ardua, así para lograr convergencia alrededor de un problema exige un rol muy activo de los técnicos en las operaciones de traducción, hacia adentro y afuera de la red primaria (Ghezán, Mateos, Acuña, 2005).

En efecto, la permanencia de esta red está ligada a una serie de condicionantes, entre los que se pueden mencionar: el grado de participación de los productores y la obtención de resultados concretos; el compromiso de los técnicos en el acompañamiento del grupo y su papel clave, movilizándolo tanto a los productores como a las instituciones que participan del proyecto.

## 6. A modo de conclusión

Los aprendizajes en este proyecto específico puede arrojar pistas a futuros extensionistas en los ejes que han articulado el documento.

### - *Territorio*

Considerar la construcción territorial basados en la historia de los productos locales, los oficios técnicos, las redes de actores, los flujos y fijos que condicionan o promueven las innovaciones, la identidad y las dinámicas históricas y relacionales; nos permitieron comprender la complejidad de las fuerzas en la formación de este territorio y en el movimiento más amplio de desterritorialización y reterritorialización para el caso de los quesos de Tandil en plena región pampeana Argentina. No se trata sólo de proponer cambios, sino que la construcción de un producto local está condicionada a otras fuerzas que operan de



manera situacional activando o retardando los resultados a obtener en un período histórico determinado.

- *Construcción social de la calidad*

Acordamos con Champredonde y Muchnik (2010) que plantean que un elemento que aparece como central en todos los enfoques referidos a la calidad, es que la calidad de un producto emerge como la resultante de un proceso, definido en términos de calificación. Al igual que la identidad, la calidad de un producto no puede ser entendida como algo intrínseco. La calidad siempre es definida “en relación a”, es la calificación la que revela la calidad del producto a través de las interacciones entre el producto y el criterio por el cual es juzgado (Muchnik; Biénabe y Cerdan, 2005).

La fuerte imagen y reputación territorial que tienen los quesos de Tandil, es un elemento que atenta contra la calidad específica del producto, ya que son igualmente *vendibles* productos muy heterogéneos con amplias diferencias respecto a sus atributos más sensibles, por el sólo hecho de pertenecer a una categoría: “*quesos de Tandil*”. Esta condición se ve acentuada en el hecho de ser turistas los principales consumidores, poco conocedores del producto.

La tensión o conflicto se da entre la necesidad de construir y definir una calidad específica que garantice un producto genuino, y la posibilidad actual y real de vender un producto que sólo cumpla con el requisito de ser un “*queso de Tandil*”. Las preocupaciones de los actores locales están centradas en el cuidado de una reputación histórica y una imagen territorial sobre productos de calidad que se ve amenazada al ampliarse los productos con *no calidad* (debido a la flexibilización en los tiempos de maduración establecidos por el CAA -Código Alimentario Argentino- y problemas derivados de prácticas inadecuadas en los procesos productivos); y la usurpación que realizan empresas externas al territorio del nombre Tandil al llamar a sus quesos “*tipo Tandil*”.

En este proceso de aplicación de la Marca Producto Tradicional de Tandil, se está intentando superar la mirada sólo mercantil y por ello los actores involucrados invierten tiempo y recursos en la construcción de una calidad diferenciada sumando a los consumidores locales, los cuales son vistos como guardianes de dicha reputación de calidad de los quesos de Tandil.

- *Proceso de Extensión Rural*

La posibilidad de reinención de tradiciones en alimentos que poseen una historia, permanencia y una relación constitutiva con el espacio geográfico, genera sinergias para fortalecer la cooperación entre los actores al interior de sistemas agroalimentarios localizados.

Las prácticas propias de un enfoque dialógico de extensión rural nos ha permitido apreciar:



a) el desarrollo de dispositivos (técnicos, institucionales, administrativos...), susceptibles de estimular los procesos de construcción/reinvención de los recursos locales con métodos de abajo hacia arriba (pero no exclusivamente);

b) la identificación de vías de fortalecimiento de los procesos de acción colectiva, que a su vez van a permitir a los productores ser menos dependientes de definiciones externas al territorio.

c) el reconocimiento por parte de los productores de una forma diferente de situar al técnico como agente de colaboración en el proceso de participación y no como el que brinda la “receta” para la solución de los problemas.

En el proceso de construcción de la calidad de los quesos elegidos por los productores, se produjo también una fuerte tensión inicial donde algunos productores querían una definición rápida por parte de los técnicos, respecto a la definición de los protocolos, casi como un mero trámite, como una acción netamente transferencista. Esto tenía su lógica en un contexto donde la transferencia tecnológica era la única forma conocida de intervención. Finalmente, ante el planteo técnico de buscar una construcción participativa, se logró un desarrollo incipiente de una nueva forma de concebir el desarrollo de un proyecto común.

Por último el esfuerzo para lograr la especificidad de productos localizados, puede reforzar la capacidad de negociación; o, más aún, desarrollar canales comerciales o circuitos alternativos, se trate de una producción de diferentes escalas.

Es significativo señalar que a lo largo del proceso de extensión, tanto para productores como para técnicos, se empieza a cuestionar la noción de calidad asociada a un producto estandarizado, homogéneo y/o a la capacidad de ofrecer al consumidor un producto “siempre igual” y se genera un discurso acerca de la valorización de productos “tradicionales” con las contradicciones que ello representa.

En la misma línea argumental están los modos en que los técnicos intervenimos en los territorios, este enfoque convive con estilos difusionistas que se afirman en la necesidad de celeridad de resultados, en contraste con otros modos de construir el oficio de extensión para el desarrollo rural, que parten del aquí y ahora del productor, los tiempos del productor no son los tiempos de los proyectos de intervención, en consecuencia es difícil la prescripción de tiempos para la obtención de resultados que irán, o no, emergiendo, pero no pueden determinarse a priori sino en el curso del proceso de intervención.

## Bibliografía

AHUMADA, J.; OTERO, J.; GARAT, J.J. **Las Hortalizas Típicas del Cinturón Verde de La Plata. La Plata: Facultad de Ciencias Agrarias y Forestales – UNLP**, 2011. 71 p. ISBN: 978-987-33-0047-9

BOZZANO, Horacio. 2009. **Territorios Posibles**. Procesos, lugares y actores, Lumiere, Buenos Aires.



CHAMPREDONDE M y MUCHNIK J. **¿Se hace humo el territorio del asado?** : un enfoque constructivista de la calidad de los alimentos. Experiencias argentinas. Trabajo presentado en: 116º Seminario EAAE Dinámicas espaciales sistemas agroalimentarios: implicancias para la sustentabilidad y bienestar del consumidor. Parma, Italia, 2010.

CHAMPREDONDE, M. y E. SCHIAVONE, 2012. **Informe Caso piloto Argentina:** Salame de Colonia Caroya. FAO.

FALS BORDA, Orlando. 1981. **La ciencia y el pueblo.** En: Investigación participativa y praxis rural: nuevos conceptos en educación y desarrollo comunal. Editores: Vio Grossi, F.; Gianotten, V. & T. de Wit. Mosca azul editores, Lima. Pp. 19-47.

CHAMPREDONDE, Marcelo y CASABIANCA, François. 2005. **La Certificación de Productos Agroalimentarios en un Proceso de Desarrollo Local.** El caso de los terneros producidos en Córcega. En: Intranet del INTA, EEA Bordenave.

FOURNIER, Stéphane y MUCHNIK, José. 2012. **“El enfoque «SIAL» (Sistemas Agroalimentarios Localizados) y la activación de recursos territoriales”.** En: Revista Agroalimentaria, Vol. 18, N° 34: 23-35.

FREIRE, Paulo. 1973. **¿Extensión o comunicación? La concientización en el medio rural.** Ed. Siglo XXI, México.

GARAT, J.J. y OTERO, J. **¿Desde dónde intervenimos cuando intervenimos?** El caso del proyecto “Tomate Platense”. Mundo Agrario. Revista de estudios rurales, primer semestre, Vol. 12, n° 24, 2013. ISSN: 1515-5994

GHEZÁN, G.; MATEOS, M.; ACUÑA, A. 2005. **Alianzas públicas privadas para la Innovación del Sistema Agroalimentario Argentino.** Ediciones INTA, Balcarce, Argentina.

GOLDFARB Lucía (1999) **“La construcción social del gusto. La noción de calidad y la reestructuración de la vitivinicultura mendocina”** Primeras Jornadas de Estudios Agrarios y Agroindustriales. Buenos Aires, Facultad de Cs. Económicas, UBA.

HUERGO, Jorge. 2004. **Desafíos a la extensión desde la perspectiva cultural.** Revista Dialoguemos INTA – N° 14.

LANDINI, F. 2007. **Cooperación y Desconfianza en Campesinos Formoseños. Aportes de la psicología a la formulación de estrategias y metodologías de Desarrollo Rural.** En: Revista del Instituto de Investigaciones de la Facultad de Psicología - UBA - Año 12 - N° 3 - 2007.

MAGNAGHI, Alberto. 1976. **Il territorio nella crisi, Quaderni del territorio – ristrutturazione produttiva e nuova geografia della forzalavoro,** anno I, n.1. Milano: CELUC Libri, p. 15-29.



MATEOS, M. **La industria láctea**: heterogeneidad estructural y comportamiento tecnológico, En: Ghezan G., Acuña A. y Mateos, M., Estrategia y Dinámica de la innovación en la industria alimentaria argentina. Argentina: Astralib, 2006.

MUCHNIK, J.; BIÉNABE, E. y CERDAN, C. **Food identity/food quality**: insights from the "coalho" cheese in the Northeast of Brazil. En Revista Anthropology of Food, 2005.

NOGAR, A.G. y TORRES, J. **Sistemas Agroalimentarios Localizados**: la producción de quesos de Tandil. En: Sistemas Agroalimentarios Localizados en Argentina. comp. VELARDE I., MAGGIO A. y OTERO J. INTA - Facultad de Ciencias Agrarias y Forestales UNLP – INRA, 2008.

RAFFESTIN, Claude. 1984. **Territorializzazione, deterritorializzazione, riterritorializzazione e informazione**. In: TURCO, A. (Org.). Regione e regionalizzazione. Milano: Angeli. p. 69-82.

RAIMUNDI, G. (2015) “**Análisis de procesos de valorización de productos patrimoniales**. Estudio de un caso: los quesos del territorio de Tandil” Trabajo final para la titulación de Ingeniero Agrónomo. La Plata. Mimeo (p.p. 123)

ROGERS, E.M.; EVELAND, J.D. & A.S. BEAN. 1976. **Extending the Agricultural Extension Model**. Stanford. School of Communication, Stanford University.

SACCO DOS ANJOS, F. S.; AGUILAR CRIADO, E.; VELLEDA CALDAS, N. **Estrategias de valorización de productos locales en España y Brasil**. Revista de Economía Agrícola Vol. 58 No. 1 pp. 23-39, 2011.

VELARDE, I. **Valorización de los recursos agroalimentarios locales como estrategia de desarrollo rural**: estudio de caso del vino de la costa de Berisso, Argentina. Tesis para optar al grado de Magíster en Estudios Sociales Agrarios - Flacso, Argentina, 2010.

VELARDE, I.; ABRAHAM A.G.; ZAVALA L.; IRAPORDA C.; PIERMARÍA J.; GARROTE G. L.; VOGET C. **Procesos de intervención para la innovación de alimentos con identidad territorial**: el caso de la "salsa puchero" en Berisso, Argentina. En CD de VI Congreso Internacional Sistemas Agroalimentarios Localizados, SIAL, 2013.

VIMO, Patricia y VELARDE, Irene (2015) “**Identidad territorial alimentaria: puesta en valor de símbolos y referencias identitarias de la quesería en Tandil como factor de desarrollo rural**.” En CD: IX Jornadas Interdisciplinarias de Estudios Agrarios y Agroindustriales. Buenos Aires 3, 4, 5 y 6 de noviembre de 2015. UBA.





## TERRITÓRIO, TERRITORIALIDADES E SUAS MULTIPLICIDADES: um ensaio sobre a transição

### TERRITORY, TERRITORIALITIES AND THEIR MULTIPLICATIONS: an essay on the transition

Lucas Labigalini FUINI\*

#### Resumo

Este trabalho<sup>1</sup>, através de pesquisa bibliográfica e estudo descritivo/analítico, pretende caracterizar os novos conteúdos e sentidos que o conceito de Território (e as territorialidades) vem apresentando na ciência geográfica e algumas de suas áreas de interface desde os anos de 1980, quando se torna mais nítido que o conceito deixa de estar atrelado apenas a uma abordagem moderna, vinculada à geopolítica clássica e ao Estado-nação, e passa a apresentar um sentido mais relacional, multidimensional, (i)material, multiescalar e vinculado à diversos grupos e movimentos sociais e culturais e seu movimento de apropriação espacial. Reconhecido por sua associação com o poder que se exerce sobre o espaço (com uma conotação fortemente política), o território é marcado por um momento de transição epistemológica que o confronta com os paradigmas da modernidade e da pós-modernidade.

**Palavras-chave:** território; pós-modernidade; apropriação; rural-urbano; desenvolvimento; ativismos sociais.

#### Abstract

This work, through a bibliographic research and descriptive-analytical study, aims to characterize the new contents and meanings that the concept of Territory (and territorialities) has been presenting in geographic science and some of its interface areas since the 1980s, when makes it clearer that the concept is no longer linked to a modern approach, linked to classical geopolitics and the nation-state, but to a more relational, multidimensional (i)material, multiscale and linked to various social groups and movements and cultural activities and its movement of spatial appropriation. Recognized for its association with the power exercised over space (with a strongly political connotation), the territory is market for a moment of epistemological transition that confronts it with the paradigms of modernity and postmodernity.

**Keywords:** territory; Appropriation; Postmodernity; Rural-urban; Development; Social activism.

---

\* Professor Doutor do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo (IFSP), campus de São João da Boa Vista. Mestre, Doutor e Pós-Doutor em Geografia. Email [lucasfuini@yahoo.com.br](mailto:lucasfuini@yahoo.com.br).

<sup>1</sup> Este trabalho foi apresentado e debatido no Grupo de Trabalho (GT) 9 – “Epistemologia sobre o Território e relações de poder no período contemporâneo” proposto para o evento IX SEET/I SIET (Seminário Estadual de Estudos Territoriais e I Seminário Internacional de Estudos Territoriais) pelos pesquisadores Lucas Fuini, Marcos Saquet, Eliseu Sposito, Elson Pires e Márcia Mello, e apresentado pelo primeiro. Este GT foi realizado no ano de 2017 em Foz do Iguaçu, no período de 27 a 29 de junho, com outros três artigos que aqui foram incorporados ao estudo: “O território produzido, terra e territorialidades”, de Ronaldo Barros Sodré e Cláudio Eduardo de Castro (UFMA, São Luís-MA); “Marco interpretativo para el estudio de la apropiación territorial en comunidades indígenas y campesinas en el contexto mexicano”, de Conrado Márquez Rosano e Maria del Carmén L. Díaz (Universidad Autónoma Chapingo e Universidad Nacional Autónoma de México, México); “Ordenamento do território na Amazônia paraense: projetos hidrelétricos no rio Tapajós”, de Marcos M. B. Rodrigues; Darlene Costa da Silva (UNIFESSPA-Marabá/PA; UNIR-Rondônia). Não obstante, este trabalho é um dos resultados provenientes do projeto regular de pesquisa FAPESP (Processo 2015/17945-3) “Território e Geografia no Brasil: uma contribuição à epistemologia e história do pensamento geográfico”.



## 1. Introdução

O território é mais que o solo, é a nação. Assim pensava Ratzel (1982, 1990, 2011; apud CASTRO 2005), geógrafo e geopolítico alemão, a propor uma primeira sistematização sobre o conceito no final do século XIX, em estreita vinculação com a formação dos Estados-nação e seu ímpeto imperialista e expansionista (espaço vital). A partir dos anos de 1970 foi Gottmann (1973, 2012), outro autor a retomar a centralidade do Território e tratá-lo como a conexão ideal entre espaço e política, indo além da premissa da jurisdição espacial de governo e propondo valorizar os usos do território e considerar sua dupla (*por vezes conflituosa e dialética*) condição material e imaterial (psicossomática), como abrigo e recurso e iconografia e circulação.

Nos fins de 1970 e anos de 1980 o conceito já ressurgia ampliado com um conteúdo vinculado às diversas formas de divisão territorial do trabalho (GOLDSTEIN; SEABRA, 1982), sociedades territorializadas (formações socioespaciais) e movimentos sociais (SANTOS, 1978; BECKER, 1982), propondo um olhar multidimensional mais voltado ao social e econômico (em diálogo com o político-jurídico), sendo possível tratar da territorialização e territorialidades na escala subnacional. Outras contribuições dos anos 1980, como a de Moraes (1988), com as ideologias geográfico-territoriais, e a de Santos (1985, 1988), com a configuração territorial e a multi/pluriescalaridade no/do território ampliam o debate e o alcance explicativo do conceito, perfazendo um resgate ou retomada com clara filiação ao pensamento crítico-marxista, preocupado, nesse momento, com a epistemologia da ciência.

Já nos anos de 1990 do século XX caberá a um não geógrafo, Badie (1996), proclamar o fim dos territórios, afirmando que a ideia de territorialidade delimitada por uma ordem federadora chamada Estado-nação se encontrava em crise devido à implosão de movimentos nacionalistas, rivalidades étnicas e ação de entidades e grupos, inclusive ONGs (*Organização Não-Governamental*), em um espaço dito supranacional. A lógica relacional da globalização que articula redes do local ao global, o globalismo, decretava a dita morte dos territórios típicos da modernidade.

Segundo Escolar (1995), o território serviu como narrativa importante na emergência de uma Geografia clássica que difunde um discurso de pertencimento a um certo substrato territorial (*nos projetos de unificação política e econômica do Estado-nação que, por sua vez, define o corpo social*). Se, em Gomes (1995) afirma-se que a Geografia foi a imagem científica construída no projeto de modernidade, assim pode-se admitir que o conceito de Território constituiu-se na imagem geográfica da modernidade.

Alçado a certo esquecimento na produção geográfica de meados do século XX, apoiada mais no positivismo e historicismo do meio e região, e posteriormente no materialismo dialético do espaço e das formações socioeconômicas, o território não teve centralidade na epistemologia produzida no entremeio do século XX (CAMPOS, 2011), sobretudo a brasileira. No entanto, esse *ethos* passa a ser mais profundamente questionado nos



anos de 1980, com a emergência de uma filosofia marxista pós-estruturalista, ou neomarxista, que questiona a construção dos poderes e saberes exclusivos no e sobre o Estado (FOUCAULT, 2008).

Essa mudança está também vinculada às propostas de análise sobre o território que se tornaram paradigmáticas: a de Raffestin (1993 [1980]), que propõe a lógica do território associada à apropriação do espaço por relações de poder em dimensões não somente políticas, na perspectiva relacional das redes e das territorialidades como vivido territorial e sentimento de pertencimento e; a de Robert Sack (1983, 1986), que trata da territorialidade humana como algo diferente da lógica biológica, entendida como uma "estratégia espacial para afetar, influenciar e controlar recursos e pessoas" (p. 3), através do controle de áreas e, como estratégia, pode ser ligada e desligada.

Lyotard (1978) define a ideia de pós-moderno, ou tempos pós-modernos, como o questionamento daquilo que se traz como verdade intelectual desde Newton, passando pelo estruturalismo e a lógica sistêmica. Seria o discurso vinculado à sociedade pós-industrial, como reforça Jameson (1985). Nesse sentido, a obra de Raffestin (1993 [1980]), ainda que não negando a força do Estado como agente sintagmático, propõe uma análise da relação sociedade, espaço e poder que supere a ótica geopolítica clássica e que considere outros atores territoriais em diversas escalas. Becker (1982) segue essa linha e propõe pensar na ação territorial do capital (das empresas) e na luta dos povos e grupos subalternos por seus territórios, luta em relação à soberania estatal (das macro-fronteiras territoriais).

Desse momento em diante, descortina-se (*ou inaugura-se*) uma nova matriz de análise sobre o Território no Brasil, com continuidades e descontinuidades em relação à matriz original clássica, aflorando interpretações variadas, como a linha historiográfica de compreensão das formações territoriais; a pós-colonialista vinculada à luta dos povos por territórios; a autonomista que pensa sobre as territorialidades dos ativismos sociais; a integradora que trata da des-re-territorialização e das lógicas relacional e multi-interescalar (*multiterritorialidades*), a das microterritorialidades desviantes e heterotopias de grupos urbanos; a da governança e desenvolvimento na ótica local/regional do território e suas possibilidade, entre outros.

Nem sempre são discursos de crítica aberta à autoridade Estado-territorial, mas são linhas interpretativas que buscam difundir uma abordagem territorial investigando a lógica plural do poder no/do espaço, com especial atenção à construção dos espaços territorializados e das apropriações/territorialidades materiais e imateriais. Participando dessa transição paradigmática, seriam estas linhas abertamente pós-modernas?

Posto isso, esse artigo, baseado em rico debate ocorrido no 1º. *Seminário Internacional de Estudos Territoriais (SIET)* e o 9º. *Seminário Estadual de Estudos Territoriais (SEET)*, vai de encontro a estas perguntas e outras, pensando nesse momento de transição paradigmática sobre como a busca pelo saber sobre as relações de poder no/do território através do conhecimento geográfico tratou das perspectivas da terra-território; rural-urbano, da luta dos povos e ativismos na apropriação do espaço e sobre os projetos de desenvolvimento, ordenamento e gestão. Para onde vamos pelo e com o Território?



## 2. As origens: Terra e território e apropriação

Etimologicamente o território aparece com dupla conotação: *terra-territorium* e *térreo-terror* (temor, aterrorizar). Essas acepções têm a ver com dominação (jurídico-política) da terra e também com a inspiração do terror, do medo. Principalmente para aqueles aliados da terra ou impedidos de entrar no território (HAESBAERT, 2005, p.6774). Os sentidos expostos por estas definições, por hora, tão próximos, precisam ficar evidentes que não são sinônimos. Toda terra é um território, mas, indiscutivelmente o contrário não se valida.

Nessa mesma linha, Godelier (1989 apud ROSANO; DÍAZ, 2017) define território seria definido como a porção da natureza e do espaço sobre a qual uma sociedade reivindica e assegura a todos ou parte de seus membros direitos estáveis de acesso, controle e uso que recaem sobre todos ou parte dos recursos que se encontram e que dita sociedade deseja e é capaz de explorar. Rosano; Díaz (2017) propõe que essa concepção de território pode ser aplicada a diferentes formatos de organização socioespacial de sociedades e comunidades camponesas e agrárias locais e regionais que compartilham uma identidade e modos predominantes de apropriação espacial e de recursos, considerando o contexto nacional mexicano<sup>2</sup>.

Nesse sentido, a concepção de apropriação territorial, ou modo de apropriação territorial, é definida como um processo em que uma sociedade, coletividade ou grupo social estabelece uma ocupação e controle de uma porção do espaço para fazê-lo seu, definindo modalidades de acesso e usufruto de seus recursos e organizando atividades econômicas para satisfazer suas necessidades. Essa apropriação se baseia em três dimensões: uma *subjetiva*, baseada na representação social que um grupo tem do território ocupado, seus recursos, modalidades de utilização (conhecimentos técnicos e recursos do viver), acesso e distribuição; *concreta*, considerando as práticas sociais de apropriação e organização do trabalho e as técnicas e instrumentos utilizadas na apropriação; e a *abstrata* que se refere às normas, regras e instituições que são mobilizadas pela coletividade para acessar, usar, distribuir e preservar os recursos do território, dando estabilidade ao processo de apropriação (GODELIER, 1989; WEBER; RÉVERET, 2006; OSTROM, 1990; BRAY; MERINO, 2004; LINCK, 1991).

Neste diálogo, segundo Sodré; Castro (2017) existe no campo brasileiro uma correlação de forças resultante do entrelaçamento de classes, que pode ser concebida com

---

<sup>2</sup> Na organização agrária do México destacam-se os ejidos que são definidos como propriedades rurais de uso coletivo ou porções de terra não cultivadas e de uso público, propriedades do Estado ou das municipalidades. Em sistema existente desde o Império Asteca, a ideia era transformar propriedades particulares da terra em terras comuns tuteladas pelo Estado. Esse sistema foi abolido durante o período colonial e parcialmente reinserido com as *encomendas*. Foi reintroduzido com o plano de Reforma agrária de Lázaro Cárdenas de 1934 a 1940.



suporte nas conotações do conceito de território. Enquanto o agronegócio se caracteriza por uso de técnicas altamente modernizadas, advinda de uma articulação que envolve o capital agroindustrial, sistemas de crédito público e propriedade fundiária, do outro lado, os camponeses empregam pouca tecnologia no uso da terra, não possuem alianças com o capital, recebem o mínimo de incentivo do Estado, senão por meio de precárias políticas públicas e vivem em reduzidas áreas. Analisando os territórios camponeses das comunidades extrativistas de babaçu no Maranhão (AMARAL FILHO, 1990).

O território para o agronegócio é a terra, portanto, impregna-se de uma carga simbólica já, para os camponeses, a terra é território, mas não somente, o sentido de território vai além das delimitações da terra. Ainda, segundo Sodré e Castro (2017), o território do babaçu é marcadamente simbólico e funcional para os extrativistas (quando se precisa cruzar uma cerca para extrair os frutos que se encontram em um território capitalista, no qual se travam relações litigiosas). Já, para o capitalista, dono da propriedade na qual a vegetação dos cocais se faz presente, a terra é funcional e o babaçu tem outro valor simbólico no momento em que outras pessoas passam a frequentar suas terras (terra vista como propriedade).

Desse modo, as diferentes formas de apropriação social do espaço tanto no nas comunidades extrativistas de babaçu do Maranhão brasileiro quanto nas comunidades camponesas dos *ejidos* do Sul do México, evidenciam uma perspectiva de território e territorialidade pautada no cotidiano compartilhado de forma subjetiva e concreta com os recursos e formas de organização espaciais, contendo um significado ao mesmo tempo simbólico e funcional que faz com que o território seja também alvo de reivindicação e luta dos povos e grupos por soberania e emancipação no interior das territorialidades jurisdicionais dos Estados nacionais.

## 2. O Território na transição

O conceito de Território, segundo Claval (1999 [1993]) adquire novos significados devido às mudanças oriundas da crise das metanarrativas e grandes discursos tradicionais da ciência moderna (LYOTARD 1978), como o positivismo e o marxismo, com a reivindicação de identidades territoriais mais fluidas, individuais e de base cultural (*que não necessariamente explicitam seu caráter político*). No mundo anglófono (*sobretudo a Europa ocidental inglesa e francesa*), o que se afirma como pós-modernismo é uma ruptura que leva, dentro das ciências humanas, ao questionamento da ideia de progresso e evolução regular e ilimitada do conhecimento científico (*sobretudo aquele pautado nos parâmetros das ciências exatas e da natureza*).

Desse modo, Claval (2014) aponta para uma dupla virada para a pós-modernidade: uma nova perspectiva espacial (*spatial turn*) proposta por Jameson (1985), superando o espaço morto, fixo e inerte da modernidade por um espaço mais dinâmica e fluido. Aparece também a virada linguística e cultural iniciada em Rorty (1967), que discute os limites da razão e do progresso do projeto renascentista/iluminista, propondo reconhecer os jogos de



poder e interesses presentes nestes discursos (*subjetividade*), surgindo daí os discursos de superação, como o das geografias pós-coloniais. Sobressai-se, neste último, uma crítica à *episteme* produzida na geografia imperialista (século XVIII e XIX), cujas teorias e conceitos visavam dar um caráter disciplinador às sociedades.

Na leitura geográfica da transição, encontra-se uma primeira bifurcação daqueles que consideram razoável pensar em uma pós-modernidade face às mudanças do capitalismo para uma economia mais globalizada. Harvey (1989) relata a *condição pós-moderna* como transição, iniciada nas artes e arquitetura e prolongada pela economia política com a crise do fordismo e a reestruturação do capitalismo nos anos de 1970. O autor apoia essa análise na ideia da virada espacial lefbreviana (*espaço não é só produto produzido, mas é também concebido e vivido*) e na perspectiva de que o progresso tecnológico, apoiado nos desenvolvimentos geográficos desiguais (*imobilizações geográficas são seletivas*), leva à compressão espaço-tempo e um aparente encurtamento de distâncias. Já, Soja (1993) assume que as *geografias pós-modernas* são típicas da quarta fase de modernização industrial (tecnocientífica, robótica e biotecnológica), momento histórico do advento das reestruturações econômicas e espaciais que levaram a um novo ordenamento espacial, sobretudo nas cidades. Alerta o autor que a geografia pós-moderna deve retomar a teoria social crítica, um marxismo renovado, sob pena de se aprofundar a lógica neoliberal, conservadora e individualista iniciada nas gestões Reagan e Thatcher, aprofundando as desigualdades socioespaciais.

Há aqueles que negam a validade do rótulo pós-moderno, como Moraes (2011), afirmam categoricamente que as produções que estão encampadas sob o rótulo “geografias pós-modernas” evocam, em um projeto desconstrutivista (*lembrar aí de Derrida*), uma geografia despolitizada, localista e cosmopolita, com uma antropologização excessiva, sendo o território uma experiência subjetiva, pessoal e sentimental que fica preso ao presente histórico e a um individualismo autocentrado no mundo global.

O que parece unificar muitas das abordagens territoriais ditas pós-modernas, ou contemporâneas é uma crítica à ideia do poder hegemônico do Estado-capital como constructo da modernidade, entendendo que os sujeitos sociais em diferentes níveis também constroem, negociam e lutam por seus territórios e que essa luta não se dá somente no campo jurídico-político ou econômico-monetário, mas também no cultural, com os discursos, representações, identidades e simbolismos em projetos variados de desenvolvimento que mobilizam, em ações coletivas, os espaços subnacionais (*ou partes desse subespaço*).

Foucault (2008, 2014) é reconhecido por sua filosofia crítica aos cânones da modernidade, o Estado absolutista e seus mecanismos disciplinares (*presídios, asilos e hospícios e suas disciplinas sobre corpos, como o panóptico*) e a ciência como discurso neutro (*racionalidade pura*). Foucault distingue na história três tipos de territórios, ou formas de controle sobre o espaço (sua população e suas coisas): o da soberania, que se exerce nos limites do território (*fronteira*) em termos jurídicos e políticos; o disciplinar, que é exercido através da disciplina (*punições e castigos*) que se dá sobre o corpo dos indivíduos, com a individualização das multiplicidades de controle territorial (*uma repartição do espaço*); e o da



segurança, dos mecanismos de controle social que se aplicam à totalidade da população e visam modificar o destino biológico da espécie (*biopoder e biopolítica*).

Esses esquemas territoriais se sobrepõem na atualidade, ainda que sua emergência na história tenha sido pensada em uma experiência de eficácia crescente dos mecanismos de controle. Nisso, o que está em jogo é o poder, relações que se tornam cada vez mais complexas e que devem considerar os elementos periféricos do poder. Em suma, o poder deve ser analisado não como algo que se possui, mas que circula e funciona em cadeia (FOUCAULT, 2014).

Deleuze; Guattari (2008) destacam o papel das subjetividades e das filosofias do desejo no viver em sociedade na atualidade e afirmam que os corpos, assim como as máquinas, são cada vez mais desterritorializados. A lógica dos controles sociais e políticos tem que lidar agora com a crescente mobilidade de ir e vir dos territórios. Esse movimento de construir e reconstruir territórios, muito explorado na geografia de Haesbaert (2004), pode ocorrer no âmbito imaterial das identidades cada vez fluidas e reticulares pela cartografia rizomática da experiência socioespacial atual.

Nos textos da geografia brasileira esse debate aparece, mesmo que não diretamente reivindicando o rótulo de superação de um período/processo. Santos (1994) expressa esse ponto de vista ao tratar do “retorno do território” inspirado na concepção de território usado e que superasse a concepção moderna de Estado territorial. Um convite a trabalhar um território que aglutine mais de uma dimensão, pelo (i)material (normas/controles, sistemas de engenharia e atividades e os movimentos/circulação) e pelas escalas articuladas pelas verticalidades e horizontalidades.

Haesbaert (2004, 2014) reconhece essa vertente pós-moderna do território na construção contemporânea das multiterritorialidades e territórios múltiplos, pelas possibilidades tecnológicas dos meios de comunicação e informação de conferir uma experiência de domínio e apropriação espacial em territórios-rede e territórios em rede, com a vivência em vários territórios e territorialidades (*grandes empresas, homens de negócios e grupos terroristas*) e da sobreposição de territorialidades no mesmo espaço físico.

Segundo Fuini (2015), essa premissa do território pós-moderno é um contexto ainda em construção, de impasses e conflitos, poucas convicções e muitas dúvidas. Dos postulados pós-modernos, é possível identificar uma convergência para uma abordagem territorial: a) humanística, culturalista e imaterial, que dá ênfase aos significados e representação da vivência no/do espaço, aproximando territorialidade de lugar; b) pós ou neomarxista, que concebe as relações de poder como um exercício que ocorre em diferentes escalas e dimensões; c) a perspectiva da mutação e reestruturação do Estados-territoriais, diluindo com outros atores a prerrogativa do poder e da apropriação política do espaço levando à crise da noção clássica de soberania territorial; d) a contestação e busca de superação da visão hegemônica e colonialista de Estado-territorial como continente de poder, propondo a construção da soberania, autonomia e emancipação política, econômica e cultural dos povos oprimidos e movimentos sociais.



A seguir, o texto disporá uma reflexão sobre alguns dos principais eixos de análise do conceito de território na produção geográfica contemporânea.

### 3. A abordagem do território no urbano e no rural

Na abordagem territorial urdida desde os anos de 1980, inicialmente mais identificada com a Geografia crítica, radical e marxista, e posteriormente diluída em uma Geografia mais eclética (marxista, fenomenológica ou heterodoxa), destacam-se autores que dão ênfase aos processos em macroescala e no tempo de longa duração, como Moraes (1988, 1998, 2002) e Andrade (1994, 1995, 2002), e aqueles que investigam as reivindicações, lutas e identidades territoriais em âmbito meso e micro, onde se condensam as formas e se encontram os atores.

Essa última linha se alicerça na busca de compreender as formas de dominação e apropriação do espaço, as territorialidades, tanto no âmbito do urbano quanto do rural, com estudos geográficos que buscam reconhecer essas realidades socioespaciais mais pelas atividades que são ali desenvolvidas do que como esferas e escalas rígidas de separação de um mundo e outro, já que a lógica hoje é de um *continuum* rurbano em constante interdependência.

No macro, Moraes (2002) busca entender a formação do território brasileiro como parte de um processo de valorização do espaço que cunhou a existência de territórios coloniais e periféricos como enclaves do projeto de modernização capitalista das potências ibéricas no continente americano. O processo de produção do território, como comenta Andrade (1995, 2002), está vinculado ao domínio e gestão de uma determinada área, ora por um poder público-estatal ou por grandes empresas.

O autor, ao analisar a ocupação do território brasileiro, a transformação do espaço brasileiro em território, busca transitar entre a perspectiva moderna do controle territorial do Estado e a perspectiva de dominação e ocupação do espaço pelas relações de classes. A ocupação do território brasileiro (ANDRADE, 2002) se dá na conjunção de seu povoamento, divisão do território em estados e a federação de estados que se colocam entre os propósitos da centralização e a descentralização, desigualdades e o desenvolvimento.

#### 3.1. Territórios e territorialidades urbanas

Souza (1989, 1995, 2014), desde a análise do bairro como esfera de ação política, passando pelos estudo das territorialidades múltiplas na cidade do Rio de Janeiro (*da prostituição, tráfico de drogas, dos imigrantes*), até a consideração dos movimentos de luta pela moradia e por um planejamento urbano menos tecnocrático e mais participativo (RODRIGUES, SOUZA, 2004), coloca em tela a questão da construção de coletividades autônomas (CASTORIADIS, 1982) nas *urbes*, autonomia no sentido de ter suas





representações culturais e econômicas subalternas reconhecidas politicamente, da população ter o controle sobre os meios de seu próprio devir histórico.

Pinós da Costa (2007, 2012, 2013), por sua vez, estuda as microterritorializações homoafetivas como relações sociais territorializadas por micropoderes e microfísicas do poder que podem ocorrer em escalas variáveis, serem efêmeras no tempo e espacialmente flexíveis, representando a existência territorial cotidiana de grupos e tribos sociais como controle dos desviantes em relação às normas e padrões vigentes, construindo força identitária em um espaço de autenticidade, refúgio relacional por entre as perspectivas do mundo social.

Na perspectiva de territorialidades híbridas, Turra Neto (2004, 2012) desenvolve pesquisas no âmbito das (micro) territorialidades urbanas, enfatizando os grupos juvenis. Ao estudar os movimentos punk e hip-hop em cidades paranaenses (*Londrina e Guarapuava*), o autor se engaja na concepção antropológica de socia[bi]lidade como agregação em torno de um espaço. Dialogando com Maffesoli (1987) e Carrano (2003), afirma-se que o ‘cimento’ que liga o grupo é uma inscrição espacial que define o poder de se desenvolver, uma sociabilidade proxêmica (de agrupamento) que deixa rastros, o território. Essa sociabilidade contextualizada no espaço-tempo da cidade liga jovens de diferentes pontos para se encontrarem pelo acesso aos bens culturais, e estes se identificam com referências globais e se articulam conforme as possibilidades do lugar, ocorrendo uma territorialização em rede ou multiterritorialidades.

Ribeiro e Mattos (1996), como antecedentes, e Ornat; Silva (2014), mais atual, analisam as territorialidades descontínuas da prostituição no Rio de Janeiro e no Sul do Brasil. Trata-se de um território definido pela forma com que o grupo exerce seu controle sobre o espaço e a circulação dos indivíduos, definindo a fronteira entre *insiders* (que partilham do cotidiano) e os *outsiders* (os usuários dos serviços). Segundo Ribeiro e Mattos (1996), a delimitação dessa fronteira nos espaços públicos é simbólica pois resulta das disputas pela legitimação da posse e exclusividade de uma área, a territorialidade. Para os travestis essa delimitação é ainda mais difícil, segundo Ornat; Silva (2014), pois a hetero-normatividade como regra de uso dos espaços urbanos implica uma condição de clandestinidade na relação usuário-profissional que marca a condição de territorialidade cíclica e descontínua, a busca de reconhecimento social também da condição do indivíduo-coletivo desviante e sua territorialidade heterotópica.

### 3.2. Territórios e territorialidades rurais

Porto-Gonçalves (1997, 2003) aborda o grafar a terra dos povos tradicionais, no caso os seringueiros, povos da floresta e indígenas, e sua luta pelo direito à uma terra, um território da sobrevivência e da existência (*re-existir*). Sua análise busca elementos de comparação com a experiência latino-americana dos povos originários que historicamente foram explorados e dizimados. Por isso propõe um olhar de ruptura com a colonialidade do poder e saber (QUIJANO, 2000), que se pauta na ordem vestfaliana do sistema-mundo moderno colonial



eurocêntrica pautado na figura do Estado-nação e sua ordem colonial/imperial de dominação e difusão de um poder e saber hegemônico.

Saquet (2003, 2005, 2007, 2012), por sua vez, muda de enfoque e trata das identidades territoriais coletivas de pequenos produtores rurais no Rio Grande do Sul e no Paraná. Com base em autores como Claude Raffestin e Giuseppe Dematteis, diferencia o espaço do território, porém, sem dissociá-los no pensamento e na realidade. Saquet identifica na prática de agricultura familiar agroecológica uma alternativa de desenvolvimento vinculada à autonomia pois requer pensar em novas relações dos homens entre si e com a natureza, de manejo do solo, plantas e águas, relações de cooperação e solidárias, de valorização dos produtos primários e do patrimônio identitário, uma forma específica de produzir e viver (*uma territorialidade, rede de relações interligando indivíduos, o poder sendo exercido*) em contraponto à racionalização do grande capital que impõe o movimento (*por vezes violento*) de des-re-territorialização do produtor.

Para tanto, Marcos Saquet incorpora a noção de *territorialidade ativa*, como faz Dematteis (2006), como uma *práxis* dialógica, participativa e cooperada que valorize as identidades e iniciativas políticas populares em contextos de diferenças e conflitualidades. São construções territoriais de indivíduos, grupos, classes e redes que permitem a valorização das condições e recursos potenciais de contextos territoriais em processo de desenvolvimento de base local. Saquet (2013) afirma também que as iniciativas populares para o desenvolvimento são marcadas, normalmente, por formas de auto-organização e autogestão vinculadas a temporalidades e territorialidades que coexistem no mesmo lugar e incorporam as materialidades e imaterialidades (poder político, simbolismos dos grupos sociais), continuidades e descontinuidades que estão envolvidas nos conflitos e lutas pelo poder. Estes movimentos acontecem, muitas vezes, a partir da identidade construída ao longo dos anos, sobretudo a partir de características comuns, políticas, culturais e econômicas. A identidade, portanto, é um processo que pode ser potencializado para conquistar autonomia decisória, defender o território e produzir alimentos agroecológicos, como ocorre em alguns municípios do Sudoeste do Paraná.

Fernandes (2009), por sua vez, considera o território como uma necessidade humana para a liberdade, onde se contrapõe estratégias de controle (*das transnacionais sobre as comunidades rurais*) e de busca por soberania (*instituições que disputam o poder no Estado e no território*) reconhece a constituição de 3 territórios: o primeiro, de governança da nação, onde se colocam as políticas hegemônicas e as formas de desterritorialização; o segundo, da propriedade como espaço de vida particular ou comunitário; e o terceiro, espaço relacional integrador das várias dimensões e campo de conflitualidades.

Há também uma linha a analisar o território como fator de desenvolvimento das atividades agrícolas no âmbito local através de projetos de parceria público-privados que mobilizam as vocações e identidades territoriais em torno de uma certa atividade e/ou produto. É o caso dos sistemas agroalimentares localizados (Sial) e dos sistemas locais territorializados (Slots).



Os sistemas locais territorializados,, Slots, são mais abertos à diferentes segmentos de atividade, seja industrial, serviços ou agrícola, sendo definidos por Dematteis (2008) e Saquet (2008) através dos seguintes elementos: uma rede local de sujeitos (individuais ou coletivos, públicos ou privados); um *millieu* local, como as condições e recursos materiais e imateriais necessários ao desenvolvimento; a relação de interação da rede local com o *millieu* e o ecossistema local e; uma interação da rede local com as redes globais (longas). Já, os Sistemas Agroalimentares Localizados (Sial) referem-se a concentrações locais de pequenas empresas de transformação agroalimentar orientadas para a fabricação de produtos cuja qualidade está ligada ao território, seus ativos e recursos específicos (AMBROSINI et. al, 2008 apud FUINI, 2013). Ambos os sistemas têm como pilares as estruturas de governança ou de coordenação e estabilização coletiva de ações dentro do aglomerado, caracterizando um tipo de identidade coletiva que associa a comunidade à uma atividade-produto, um saber fazer e o meio territorial onde esse sistema se reproduz e se diferencia do entorno.

#### 4. Desenvolvimento no/do Território: Governança e ordenamento territorial

Na análise territorial do desenvolvimento, na perspectiva dos recortes locais e regionais, aparecem diferentes horizontes teóricos de análise, nem sempre concordantes.

A perspectiva regulacionista e neoinstitucionalista, inspirada em contribuições de Storper (1993), Benko (1996), Benko; Pecqueur (2001), Pecqueur (2005), está presente em trabalhos de Pires (2007), Pires; Verdi; Muller (2005); Pires, Fuini et al (2011) e Fuini (2013), a tratar o território como um ator e um recurso ativo para o desenvolvimento, em um visão que vai além da mercantil e que considera as proximidades geográficas e organizacionais, sinergias e saberes culturais e históricos e instituições e formas de organização e governança locais/regionais que interagem nos projetos de desenvolvimento em sistemas e arranjos produtivos.

Uma outra linha é de base neogramsciana e neomarxista, inspirada em contribuições de Gramsci (2002), Raffestin (1993, 2008), Dematteis (2003), Bagnasco (2002), Magnaghi (2000), a influenciar autores como Saquet (2007, 2011, 2012), Dallabrida; Becker (2003) e Dallabrida et. al (2004), que consideram o desenvolvimento no/do território (ou a *territorialização do desenvolvimento*) como um processo de natureza dialética, contraditória e conflitual (em torno de blocos hegemônicos), multidimensional e transescalar. O desenvolvimento, consoante mencionamos anteriormente, precisar ser pautado na participação, cooperação, concertação social, na preservação e conservação do patrimônio e nas territorialidades de identidade, conquista de autonomia e na resistência de pequenos produtores, camponeses e camadas populares.

Uma terceira, sob forte influência de Santos (1994, 1996, 2000), a tratar, em análises críticas, das especializações territoriais produtivas (SILVEIRA, 2002) e dos circuitos espaciais de produção e círculos de cooperação que, em muitos casos, são apresentados como formas de alienação e fragmentação do território (nacional). São assim tratados por conta da especialização do trabalho nos lugares que acarreta, quando do enfraquecimento do Estado,



em uma lógica de competitividade territorial que estimula a guerra dos lugares (CATAIA, 2011).

Uma última, em perspectiva também neomarxista e pós-colonialista (CASTORIADIS 1978; QUIJANO 2000), mas com uma verve radical e libertária, a criticar o desenvolvimento alinhado à uma visão normativa, conservadora e economicista vinculado à macroprogramas e políticas estatais (visão burocrática), busca ressaltar as territorialidades dos povos e movimento sociais em seus ativismos e formas de mobilização e resistência em busca de autonomia e soberania (SOUZA, 1995; PORTO-GONÇALVES, 2006).

A governança acaba sendo um conceito que interliga ‘território’ e ‘desenvolvimento’ pois busca explicar como é gerido o processo de concertação social para o desenvolvimento, como as forças e atores sociais pilotam o desenvolvimento em um misto de cooperação e conflitos, desterritorialização e reterritorialização (PIRES, FUINI et. al 2011; FUINI, 2014).

Há modelos de governança que se colocam como mais ou menos favoráveis para o desenvolvimento de territórios, podendo ser no formato tripartite, como é o caso do Comitês de Bacias Hidrográficas (PIRES, 2015) e Circuitos turísticos (FUINI, 2013a, 2013 b); no formato de Conselhos regionais de desenvolvimento ou outras pactuações em cooperativas e associações (DALLABRIDA, 2003; DALLABRIDA BECKER, 2005); através da iniciativa dos produtores rurais familiares e das redes que constituem em nível local e regional (SAQUET, SPOSITO, 2008, SAQUET, GAIOVICZ et. al, 2012); c) através de círculos de cooperação que definem o aspecto normativo e as ordens nos circuitos espaciais de produção (SANTOS, SILVEIRA, 2001; SILVEIRA 2011; CASTILLO, FREDERICO, 2010) e; d) por meio de iniciativas populares de movimentos sociais, sindicatos, associações, grupos e coletivos culturais, reivindicando uma maior participação na gestão urbana e lutando pela conquista de suas territorialidades (SOUZA, 1989, 1995, RODRIGUES, SOUZA 2008).

Outro eixo possível da discussão sobre Desenvolvimento no/do Território é a questão do ordenamento territorial. Segundo Moraes (2005, apud RODRIGUES; SILVA, 2017), o ordenamento territorial visa estabelecer um diagnóstico geográfico e geoeconômico do território, indicando e aferindo demandas, tendências e potencialidades, compondo um quadro onde opera as políticas públicas setoriais visando objetivos estratégicos do governo. Desse modo, o ordenamento territorial é função precípua do Estado já que está associado às macroestratégias para o território nacional e envolve a gestão (e possível transferências para terceiros) dos fundos territoriais e recursos naturais (como os de mineração e recursos hídricos). Além disso, segundo Rodrigues, Silva (2017), trata-se do ente jurídico, técnica e financeiramente preparado para instalação de equipamentos e infraestruturas e para pensar e planejar políticas e programas (RUCKERT, 2005). O ordenamento estatal define um tipo de uso do território, associando os objetos técnicos, sistemas de engenharia, apropriação e modificação dos objetos naturais, às ações e normas do território que configuram um tipo específico de uso.

Ao tratar do Ordenamento do Território consubstanciando em uma ‘nova’ funcionalidade para a região Amazônica, sobretudo os projetos hidrelétricos (vinculados aos operadores do sistema e empreiteiras) para o Rio Tapajós voltados ao atendimento da



demanda de energia elétrica para os centros urbanos-industriais de outras regiões do Brasil, bem como atender grandes projetos minerais em horizontes futuros a instalar aqui. Corrobora-se, assim, com uma nova divisão territorial do trabalho, pautada nos interesses do Agrohidronegócio, que tende a acirrar as desigualdades regionais e deixar para o segundo plano os problemas sociais e ambientais<sup>3</sup>. Desse modo, os autores concluem:

[...] Considerando o peso, as interferências e dinâmica imposta à região amazônica pelas políticas territoriais voltadas para o ordenamento territorial nacional, em particular as que hoje atendem as demandas de infraestrutura para satisfazer: i - A demanda da economia nacional, exportação de commodities via estradas, portos e hidrovias; ii – demanda por energia dos grandes centros urbanos via construção de hidrelétricas. Levando-nos a desenvolver duas questões: - Qual é a lógica que hoje preside a construção desses empreendimentos de larga escala – hidrelétricas na bacia amazônica, circunscrita ao Estado do Pará? E por que concentradamente no Sudoeste paraense? E quais suas interferências/desarticulação/impactos na para região nos locais onde se instalam? (RODRIGUES; SILVA, 2017, p. 2/3).

## 6. Território e ativismos sociais

Um dos marcos da mudança do enfoque sobre o território e a relação poder no/do espaço na abordagem geográfica é a aproximação que Souza (1989, 1995) faz entre territorialidades e ativismos sociais, na compreensão de ser a territorialidade definida por “relações de poder espacialmente delimitadas e operando sobre um substrato referencial” (SOUZA, 1995, 99), significando também os tipos gerais em que podem ser classificados os territórios conforme suas propriedades e sua dinâmica.

No cerne dessa definição de território/territorialidade mais aberta e multiescalar, se manifesta a ideia de autonomia, como o processo de auto-instituição de uma sociedade mais livre e menos desigual, o advento de uma sociedade autônoma que defende e gere livremente seu território, catalisador da identidade cultural e continente de recursos acessíveis igualmente a todos, e de uma coletividade autônoma radicalmente democrática em que o exercício do poder não existe sem uma territorialidade, como limite, fronteira, elemento diferenciador e o “fundamento do sustento econômico (*suporte material*) e da identificação cultural (*simbólico*)” (Souza 1995: 108).

Na crítica de Souza; Rodrigues (2004) ao planejamento urbano tecnocrático (*como monopólio do Estado*), segregador e antidemocrático em sua essência, manifesta-se uma compreensão de que as diversas formas de ativismos sociais atuantes nas grandes cidades devem ter o poder de oferecer soluções e serem “ouvidos” na gestão dos espaços urbanos, se

---

3

Rodrigues e Silva (2017) complementam que ordena-se o território paraense sob os interesses e materializações das empreiteiras, espoliam-se recursos, agrava-se a condição regional, ao acirrar as desigualdades pela extração de renda.



apresentando em termos de autonomias territoriais que confrontam a ordem vigente, o *status quo*, demandando ações de participação popular diretas. Os autores definem como ativismo as “diversas formas de organização, mobilização e ação dos habitantes das cidades (não necessariamente pobres)” (p. 83) e os ativismos sociais abarcam um universo amplo que vai desde as ações de reivindicação (paroquiais), as ações feitas diante de carências ou problemas específicos, até lutas mais ambiciosas e complexas, “que questionam grande parte das fundações da sociedade (econômicas, políticas e culturais)” (p. 83).

Dentre os ativismos especificamente urbanos, destacam-se o de bairro e de favelas, que estando vinculados a movimentos sociais, como o MTST (Movimento dos Trabalhadores Sem Teto), adquirem um grau mais elevado de organização e contestação da ordem vigente (bem como do horizonte de lutas) e, além disso, não estão “imunes”, como nos casos de ativismos de bairros, aos problemas inerentes à reprodução política da sociedade brasileira, como o populismo demogógico e autoritarismo administrativo; cooptação de líderes e manipulação partidária; caciquismo e personalismo; clientelismo, influência das dificuldades econômicas e do tráfico de drogas (caso do Rio de Janeiro).

Os sindicatos também são atores fundamentais na definição das territorialidades dos ativismos sociais e suas lutas. Paula (2011) analisa a ação territorial, as territorialidades, dos sindicatos ditos revolucionários no início do século XX, primeiro sob a égide de um Estado dito liberal, depois, com a assunção de Getúlio Vargas (1930-1945), de um Estado dito corporativo. A mudança de governo levou à mudança da territorialidade sindical de uma ação mais combativa e universalista para uma ação mais restritiva e atomizada às áreas municipais. Conclui o autor que essa estratégia de tutela do Estado após da lei sindical de 1930 levou ao enfraquecimento desse modelo de ativismo e ao tratamento da territorialidade sindical como algo dado e não como construção histórica e social.

Carvalho (2004), por sua vez, analisa a lógica de territorialização do ativismo social sindical pela ótica da qualificação profissional do trabalhador, com destaque para o cenário dos anos de 1990. O autor conclui que a dimensão territorializante da participação sindical nos programas de qualificação (no caso o PLANFOR de 1995-2002) possui um aspecto contraditório, podendo-se aceitar passivamente as prerrogativas de formação profissional do capital que condicionam a mão de obra ao novo caráter da formação profissional e ampliam as possibilidades da mobilidade do capital. Pode-se atuar também através das resistências e alternativas ao modelo adotado no PLANFOR (*Plano Nacional de Formação Profissional*), incorporando práticas que tenham como objetivo a emancipação do trabalhador com opções que não reduzem a educação à preparação mecânica para a execução do trabalho.

## 9. Território e geografia escolar

As discussões anteriormente expostas nem sempre estão refletidas na abordagem escolar, ainda que exista um metadiscurso de que o ensino de Geografia, conforme a revalorização no âmbito escolar do trabalho com conceitos, deve acompanhar um movimento



científico renovador de se colocar o território além de sua visão tradicional que o naturalizava como continente de poder estatal.

Arroyo (2013), de forma pioneira, trabalha com a perspectiva dos territórios imateriais pós-modernos para tratar de um dito território do currículo, campo de tensões e conflitos entre saberes dos docentes, os saberes do trabalho, para implantar um currículo na prática, em relação às políticas, diretrizes e projetos de orientação curricular, o currículo formal (*documento*). Cria-se, então, um currículo como território-fronteira de trabalho e avanços na formação de autonomias, culturas e identidades profissionais.

Os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) de Ensino Fundamental (2000), uma modalidade de currículo formal, pontuam os conceitos como eixos norteadores do trabalho com os conteúdos da disciplina e, através do diálogo com outros conceitos, define o território pela apropriação do Estado nação, pelas formações econômico-sociais, mais vai além e se apresenta como espaço construído por múltiplas forças, representações e identidades de povos e etnias.

Cavalcanti (1998), nessa mesma perspectiva, foi uma das primeiras a ressaltar a importância de se construir um raciocínio geográfico no ensino, uma consciência espacial que envolva o aprendizado de conceitos geográficos como eixos norteadores. Em seu estudo a autora constata que os alunos trazem uma dificuldade em definir esse conceito para além de ser apenas um recorte/pedacinho do espaço ou um substrato material legalmente constituída, ficando presos “a uma determinada concepção de território fundamentada na Geografia política clássica” (p. 109). Há uma dificuldade de se colocar a perspectiva das diferentes escalas (inter ou transescalaridade), da pluridimensionalidade e a lógica relacional que mostra que se trata de um conceito dinâmico em termos sociais e históricos.

Paralelamente, Boligian; Almeida (2003), estudando o processo de transposição didática do conceito e sua presença nos livros didáticos e PCNS, apontam que há um descolamento do uso do conceito com relação ao seu horizonte teórico, sendo ainda mais comum a associação do território com a perspectiva político-econômica do Estado nacional, e uma presença maior do espaço geográfico, paisagem e regionalização dentre os conceitos norteadores.

Já Saquet (2012), ao analisar a forma com que o conceito de território é apresentado em livros didáticos de 1<sup>a</sup>. a 4<sup>a</sup>. série, revela um contexto desafiador se o educador quiser trabalhar com base numa “uma abordagem crítica, múltipla, histórica, relacional e reticular como orientação teórico-metodológica para a pesquisa e para o processo ensino-aprendizagem de Geografia” (p. 702), que trabalhe o singular e o universal e a relação sociedade e natureza através do território, começando com o próprio território da escola (nível local). Desafiador, pois, o conceito de território é “concebido e trabalhado de forma incompleta e superficial, restrito à formação do Brasil, como área com características humanas e fisiográficas específicas” (p. 705), não recebendo a influência dos debates, pesquisas e produções acadêmicas renovadas.



## 7. Considerações finais

O presente artigo buscou realizar uma análise panorâmica do conceito de Território e seu resgate paradigmático nos estudos da Geografia brasileira, em diálogo constante com outras áreas de conhecimento e considerando os principais autores de referência na discussão e alguns eixos ou linhas de pesquisa sobre as dinâmicas territoriais. Trata-se de um esforço de elaboração intelectual e síntese de um grupo de pesquisadores vinculados ao projeto de pesquisa Fapesp/SP/Brasil intitulado “*Território e Geografia no Brasil: uma contribuição à epistemologia e história do pensamento geográfico*” (Processo 2015/17945-3). Esse material de estudo foi enriquecidos pelos profícuos debates ocorridos no âmbito do 1º. SIET/9º. SEET.

Analisou-se a perspectiva de transição modernidade/pós-modernidade que se desdobra da filosofia para o campo das ciências humanas e sociais (aplicadas ou não) e recai sobre a semântica e inclinações teóricas que o conceito adquire desde os anos de 1980, conquanto a realidade material e imaterial também se encontrava em constante transformação. Posteriormente foram realizados aprofundamentos analíticos através dos eixos de investigação: território e territorialidades no rural e urbano; território e territorialização do desenvolvimento e a governança; território e ativismos sociais/sindicais; território na geografia escolar.

Assim, foi possível perceber em produções que manifestam a centralidade do Território (*das territorialidades e des-re-territorializações*), uma primeira fase, pautada na construção territorial através do Estado-nação e abordagens que gravitam em torno da geopolítica e do olhar geohistórico. Em uma segunda fase (que se estende aos dias atuais), com abordagens pautadas em escalas diversas e nas apropriações espaciais em diferentes dimensões (multiterritorialidades), colocando o viés crítico que propõe ver o território como projeto e direito de obter autonomia e soberania aos povos, em linhas críticas, radicais ou pós-coloniais. Nessa linha aparecem estudos, sobretudo de comunidades camponesas e povos tradicionais, a buscar um sentido seminal de produção e apropriação do território como estratégia de sobrevivência e (re) existência dos grupos em suas formas de organização socioespaciais. Uma terceira fase, pronunciada e mais densa desde anos 2000, busca compreender as formas de apropriação e identidades espaciais urbanas como microterritorialidades de resistência e diferenciação de alguns grupos e tribos sociais.

Caracterizou-se também, *pari passu*, o horizonte de análise do desenvolvimento territorial e suas abordagens múltiplas (sobre as governanças e ordenamentos), percebendo-se aí uma linha mais aplicada de estudos em torno de atividades econômicas diversas e formas de regulação e coordenação entre agentes locais/regionais (*em contato com o nacional e global*) tanto verticais quanto horizontais, mistas e conflitantes entre o público e privado.

A Geografia escolar, como análise transversal que converge para a transposição didática dos conteúdos acadêmicos, manifesta ainda certo descompasso das formas de entendimento entre alunos/professores, manuais e livros sobre o território e a relação espaço-poder quanto às perspectivas pluri e transescalares, multidimensionais e relacionais que já aparecem em obras e estudos da geografia brasileira desde os anos de 1990.





Desse modo, vivemos ainda uma transição entre vertentes territoriais modernas, pós-modernas e algumas que nem se encaixam nesse plano de referência. Essa transição demonstra que temos hoje, à luz da produção bibliográfica, um território mais descentrado do Estado e da escala nacional, mais vinculado a processo micro e meso (locais/regionais), pensado não somente no plano material e político/jurídico e econômico-financeiro e, também, como uma lógica prática e aplicada de ser pensado no plano de estratégias de desenvolvimento que visam tanto pequenos negócios e produtores quanto grupos vinculados por identidades diversas.

### Referências

- AMARAL FILHO, Jair do. **A economia política do babaçu**: um estudo da organização da extrato-indústria do babaçu no Maranhão e suas tendências. São Luís: SIOGE, 1990.
- ARROYO, Miguel. 2013. **Currículo**: território em disputa. 5ª. Ed. Petrópolis, Vozes, 2013.
- ARROYO, Mônica. Território, mercado e Estado: uma convergência histórica. **Geographia**, v. 6, n. 12, p. 49-66, 2004.
- ANDRADE, MANUEL C. **A QUESTÃO DO TERRITÓRIO NO BRASIL**. SÃO PAULO: HUCITEC, 1995.
- \_\_\_\_\_. TERRITORIALIDADES, DESTERRITORIALIDADES, NOVAS TERRITORIALIDADES: OS LIMITES DO PODER NACIONAL E DO PODER LOCAL. IN: SANTOS, MILTON, SOUZA, SILVEIRA, MARIA A. A. **TERRITÓRIO: GLOBALIZAÇÃO E FRAGMENTAÇÃO**. 5 ED., SÃO PAULO: HUCITEC/ANPUR, P. 213-220, 1994.
- \_\_\_\_\_. ANDRADE, Sandra M. C. **A federação brasileira**: uma análise geopolítica e geosocial. São Paulo: Contexto, Série *Pensando a Geografia*, 2002.
- BAGNASCO, Arnaldo. Desenvolvimento regional, sociedade local e economia difusa. In: COCCO, G., et. al. **Empresários e empregos nos novos territórios produtivos**: o caso da Terceira Itália. RJ: Coleções Sebrae/DP&M, p. 32-67, 2002.
- BADIE, Bertrand. **O fim dos territórios**: ensaio sobre a desordem internacional e sobre a utilidade social do respeito. Lisboa: Instituto Piaget, 1995.
- BECKER, Bertha K. Novas territorialidades na Amazônia: desafio às políticas públicas. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi**, Cienc. Hum., Belém, v. 5, n. 1, p. 17-23, jan.-abr, 2010.
- \_\_\_\_\_. Tendências de transformação do território no Brasil: vetores e circuitos. **Território**, v. 1, n. 2, p. 5-17, 1997.



\_\_\_\_\_. A Geografia e o resgate da Geopolítica. **Revista Brasileira de Geografia**, v. 50, n. 2, p. 99-125, número especial, 1988.

\_\_\_\_\_. A GEOPOLÍTICA NA VIRADA DO MILÊNIO: LOGÍSTICA E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL. IN: CASTRO, I. E., ET AL., **GEOGRAFIA: CONCEITOS E TEMAS**. RIO DE JANEIRO: BERTRAND BRASIL, P. 271-308, 1995.

\_\_\_\_\_. El uso político del territorio: consideraciones a partir de una visión del tercer mundo. **Revista Geográfica de América Central**, n. 17/18, p. 13-26, 1982.

BENKO, Georges. **Economia, espaço e globalização: na aurora do século XXI**. SP: Hucitec, 1996.

BENKO, Georges; Pecqueur, Bernard. Os recursos de territórios e os territórios de recursos. **Geosul**, Florianópolis, UFSC, v. 16, n. 32, 31-50, 2001.

BOLIGIAN, Levon; ALMEIDA, Rosângela D. 2003. A transposição didática do conceito de território no ensino de Geografia. In: GERARDI, Lúcia H. **Ambientes: Estudos de Geografia**. Rio Claro: Programa de Pós-graduação em Geografia – UNESP; Associação de Geografia teórica – AGETEO, 2003, p. 235-248.

BONNEMAISON, Joel. Viagem em torno do território. In: CORRÊA, Roberto L., ROSENDAHL, Zeny. **Geografia cultural: Um século (3)**. Rio de Janeiro: Eduerj, 1999, p. 83-132.

BRAY, D.B.; MERINO, L. **La Experiencia de las Comunidades Forestales en México**. SEMARNAT-INE-CCMSS, 2004

CALDERON, Philippe. **Foucault per lui même**. Videodocumentário, TV Estatal Francesa, 2003.

CAMPOS, Rui R. **Breve histórico do pensamento geográfico brasileiro nos séculos XIX e XX**. Jundiaí, Paco editorial, 2011.

CATAIA, Márcio. Território político: fundamento e fundação do Estado-nação. **Sociedade & Natureza**, Uberlândia, UFU, v. 23, n. 1, p. 115-125, abr. 2011.

CARRANO, Paulo C. R. **Os jovens e a cidade: identidades e práticas culturais em Angra de tantos reis e rainhas**. Rio de Janeiro: Relume/Dumará/Faperj, 2002.

CASTORIADIS, Cornelius. **A instituição imaginária da sociedade**. São Paulo, Paz e Terra, 1982.

CASTRO, Iná E. **Geografia e política: território, escalas de ação e instituições**. Rio de Janeiro: Bertrand, 2005.

CARVALHAL, Marcelo D. **A dimensão territorializante da qualificação profissional em São Paulo: a ação dos sindicatos**. Tese de Doutorado em Geografia, Universidade Estadual Paulista (UNESP), Presidente Prudente, 2004.



- CAVALCANTI, Lana. S. **Geografia: conceitos e temas**. Campinas: Papyrus, 1998.
- CLAVAL, Paul. **Epistemologia da Geografia**. Tradução: Margareth C. A. Pimenta e Joana A. Pimenta. 2ª. Ed. Florianópolis, EdUFSC, 2014.
- CLAVAL, Paul. O território na transição da pós-modernidade. **Geographia**, Niterói, UFF, ano 1, n. 2, 1999.
- DALLABRIDA, Valdir R., BECKER, Dinizar F.. Dinâmica territorial do desenvolvimento. In: BECKER, Dinizar. F., WITTMAN, Milton L. (org.) **Desenvolvimento regional: abordagens interdisciplinares**. 2. Ed., Sta. Cruz do Sul: Edunisc, 2010, P. 175-216.
- \_\_\_\_\_, SIEDENBERG, Dieter R., FERNANDEZ, Victor R. 2004. Desenvolvimento territorial: uma revisão teórica na perspectiva da territorialização do desenvolvimento. In: WITTMANN, Milton; RAMOS, Marília P. (org.) **Desenvolvimento regional: capital social, redes e planejamento**. Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2004, p. 101-133.
- \_\_\_\_\_, BECKER, Dinizar F. Governança Territorial: Um primeiro passo na construção de uma proposta teórico-metodológica. **Desenvolvimento em Questão**, Unijuí, v. 1, n. 2, p. 73-98, 2003.
- DEMATTEIS, Giuseppe. Em la encrucijada de la territorialidad urbana. **Bitacora-Urbano/Territorial**, v. 10, n. 1, p. 53-63, 2006.
- \_\_\_\_\_; Francesca Governa. Territorio y territorialidad en el desarrollo local. la contribución del modelo SLOT. **Boletín de la A.G.E.**, n. 39, p. 31-58, 2005.
- DIMÉO, Guy. **La Géographie en fêtes**. Paris: Editora Ophrys, 2001.
- DIMÉO, Guy. Les territoires de la localité: origine et actualité. **Espace géographique**, v. 22, n. 22-24, p. 306-317, 1993.
- DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **O anti-édipo: capitalismo e esquizofrenia**. Vol. 1. Lisboa: Assírio e Alvim, 2004.
- ESCOLAR, Marcelo. **Crítica do discurso geográfico**. SP: Hucitec, 1996.
- FERNANDES, Bernardo M. Sobre a tipologia de territórios. In: SAQUET, Marcos A.; SPOSITO, Eliseu S. (orgs.). **Território e territorialidades: teorias, processos e conflitos**. SP: Expressão popular, 2009, p. 197-216.
- \_\_\_\_\_. Entrando nos territórios do território. In: FERNANDES, Bernardo M. (org.). **Campesinato e territórios em disputa**. SP: Expressão Popular, 2008, p. 273-302.
- \_\_\_\_\_. MOVIMENTOS SOCIOTERRITORIAIS E MOVIMENTOS SOCIOESPACIAIS: CONTRIBUIÇÕES TEÓRICAS PARA UMA LEITURA GEOGRÁFICA DOS MOVIMENTOS SOCIAIS. **REVISTA NERA, PRESIDENTE PRUDENTE, UNESP**, V. 8, N. 6, JAN./JUN 2005.
- FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. 28. ed., Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2014.



\_\_\_\_\_. **Nascimento da Biopolítica**. SP: Martins Fontes, 2008.

\_\_\_\_\_. **Sécurité, territoire, population**. Cours au Collège de France (1977-1978). Paris: Gallimard/Seuil, 2004.

FUINI, Lucas L. Um estudo comparativo sobre modelos de desenvolvimento territorial local e regional: os Arranjos Produtivos Locais (APLs) e os Sistemas Agroalimentares Localizados (Sial). **Cadernos do Desenvolvimento**, Centro Internacional Celso Furtado, v. 8, n. 13, p. 69-88, jul./dez. 2013.

\_\_\_\_\_. A governança e o território: Reflexões sobre uma abordagem de pesquisa. **RDE - Revista de Desenvolvimento Econômico**, n. 15, p. 86-99, 2013.

\_\_\_\_\_. PAULA, Amir. E. H.; SPOSITO, Eliseu S.; PIRES, Elson L. S.; MELLO, Márcia C. O. ; SAQUET, Marcos A. O conceito de território e suas múltiplas interpretações: geografia brasileira e (pós)modernidade. In: **Anais do I Seminário Internacional de Estudos Territoriais (SIET) e IX Seminário Estadual de Estudos Territoriais (SEET)**. Foz do Iguaçu/PR: UNIOESTE, v. IX, 2017, ISBN: 1984-929X.

\_\_\_\_\_. O território e suas variantes: uma incursão pela Geografia na pós-modernidade. **Memórias do XV Encontro de Geógrafos da América Latina (EGAL)**. Havana-Cuba: Universidad de la Habana, v. 1, p. 1-20, 2015.

GODELIER, Maurice. **Lo ideal y lo material**: Pensamiento, economía, sociedades. Trad. A.J. Desmont. Taurus Humanidades-Alfaguara. Madrid. 1989.

GOLDENSTEIN, Lea; SEABRA, Manuel. Divisão Territorial do Trabalho e nova Regionalização. **Revista do Departamento de Geografia**, São Paulo, USP: FFLCH, n. 1, p. 21-47, 1982.

GOMES, Paulo C. C. **Geografia e modernidade**. Rio de Janeiro: Bertrand, 1996.

GOTTMANN, Jean. **The significance of territory**. Charlottesville: University Press of Virginia, 1973.

\_\_\_\_\_. A evolução do conceito de território. **Boletim Campineiro de Geografia**, AGB-Campinas, v. 2, n. 3, p. 523-545, 2012.

HABERMAS, Jurgen. **O discurso filosófico da modernidade**: doze lições. Trad. Luis Repa e Rodnei Nascimento SP: Martins Fontes, 2000.

HAESBAERT, Rogério. **Viver no limite**: território e multi/transterritorialidade em tempos de in-segurança e contenção. RJ: Bertrand, 2014.

\_\_\_\_\_. **O mito da desterritorialização**: Do “fim dos territórios” à multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.



1 \_\_\_\_\_ . A DESTERRITORIALIZAÇÃO: ENTRE AS REDES E OS AGLOMERADOS DE EXCLUSÃO. IN: CASTRO, INÁ E., ET. AL (ORGS.) **GEOGRAFIA: CONCEITOS E TEMAS**. 5ª. ED., RIO DE JANEIRO: BERTRAND BRASIL, 1995, P. 165-206.

\_\_\_\_\_. Território e multiterritorialidade: um debate. **Geographia**, Niterói, UFF, v. 9, n. 17, p. 19-46, 2007.

\_\_\_\_\_; RODRIGUES, Glauco B. A desterritorialização na obra de Deleuze e Guattari. **Geographia**, Niterói, UFF, 2009.

\_\_\_\_\_. Da desterritorialização a multiterritorialidade. In: **X Encontro de Geógrafos da América Latina**, Anais. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2005. p.6774-6792.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna**: Uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. SP: Loyola, 1989.

JAMESON, Friedrich. Pós-modernidade e Sociedade de consumo. **Novos Estudos**, São Paulo, Cebrap, n. 12, p. 16-26, 1985.

LEFÉBVRE, Henri. **A produção do espaço**. Trad. Doralice Barros Pereira e Sérgio Martins (do original: La production de l'espace. 4e éd. Paris: Éditions Anthropos, 2000), 2006.

LINCK, T. El trabajo campesino. **Argumentos** n. 13, p. 69-84, 1991.

LINS HOYEDO, N. Sistemas agroalimentares localizados: possível “chave de leitura” sobre a maricultura de Santa Catarina. **Revista de Sociologia e Economia Rural**, Brasília/DF, Sociedade Brasileira de Sociologia e Economia rural, v. 44, n. 2, p. 310-313, abr./jun. 2006.

LYOTARD, Jean-François. **O pós-moderno**. Trad. Ricardo Corrêa Barbosa, 3ª. Ed. Rio de Janeiro, José Olímpio, 1988.

MACHADO, Lia. O. Origens do pensamento geográfico no Brasil: meio tropical, espaços vazios e a ideia de ordem. In: CASTRO, Iná. E., et al., **Geografia: conceitos e temas**. RJ: Bertrand, 1995, p. 309-352.

MAFFESOLI, Michel. **O tempo das tribos**: o declínio do individualismo nas sociedades de massa. Rio de Janeiro: Forense, 1987.

MAGNAGHI, Alberto. **Il progetto locale**. Torino: Bollati Boringhieri, 2000.

MALAFAIA, G. C., Barcelos, J. O. Sistemas agroalimentares locais e a visão baseada em recursos: construindo vantagens competitivas para a carne bovina gaúcha. **Revista de Economia e Agronegócio**, Viçosa/MG, UFV/Departamento de Economia Rural, v. 5, n. 1, abr. 2009.

MORAES, Antônio C. R. **Geografia histórica do Brasil**: capitalismo, território e periferia. SP: Anna Blume, 2011.



- \_\_\_\_\_. **Território e história no Brasil.** SP: Hucitec/Anna Blume, 2002.
- \_\_\_\_\_. **BASES DA FORMAÇÃO TERRITORIAL DO BRASIL: O TERRITÓRIO COLONIAL BRASILEIRO NO “LONGO” SÉCULO XVI.** SÃO PAULO: HUCITEC, 2000.
- \_\_\_\_\_. **Ideologias geográficas.** SP: Hucitec, 1988.
- \_\_\_\_\_. Ordenamento territorial: uma Conceituação para o Planejamento Estratégico. In: **Para Pensar Uma Política Nacional de Ordenamento Territorial: Anais da Oficina sobre a Política Nacional de Ordenamento Territorial.** Ministério da Integração Nacional, Secretaria de Políticas de Desenvolvimento Regional (SDR). – Brasília: MI, 2005.
- \_\_\_\_\_. COSTA, WANDERLEY M. **GEOGRAFIA CRÍTICA: A VALORIZAÇÃO DO ESPAÇO.** SP: HUCITEC, 1984.
- ORNAT, Márcio J., SILVA, Joseli M. Território descontínuo paradoxal, movimento LGBT, prostituição e cafetinagem no Sul do Brasil. **Geosp-Espaço e tempo**, São Paulo, v. 18, n. 1, p. 113-128, 2014.
- OSTROM, E. **Governing the commons: The Evolution of Institutions for Collective Action.** Cambridge University Press, New York, 1990.
- PAULA, Amir E. H. **A relação entre os Estados e os sindicatos sob uma perspectiva territorial.** Tese (Doutorado) em Geografia humana, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.
- PINÓS DA COSTA, Benhur. **Por uma geografia do cotidiano: território, cultura e homoerotismo na cidade.** Tese (Doutorado) em Geografia, Porto Alegre, UFRGS, Programa de Pós-graduação em Geografia, 2007.
- \_\_\_\_\_. AS MICROTERRITORIALIDADES NAS CIDADES: REFLEXÕES SOBRE AS CONVIVÊNCIAS HOMOAFETIVAS E/OU HOMOERÓTICAS. **TERRA PLURAL**, PONTA GROSSA, UEPG, MESTRADO EM GEOGRAFIA, V. 6 (2): 257-271, JUL/DEZ. 2012
- \_\_\_\_\_. Microterritorialidades: uma relação entre objetividade do espaço, cultura e ação intuitiva do sujeito. In: HEIDRICH, Álvaro L., et al., **Maneiras de ler: geografia e cultura**, Porto Alegre, Imprensa Livre-Compasso/Lugar/Cultura, p. 47-68, 2013.
- PIRES, ELSON L. S. AS LÓGICAS TERRITORIAIS DO DESENVOLVIMENTO: DIVERSIDADES E REGULAÇÃO. **INTERAÇÕES-REVISTA INTERNACIONAL DE DESENVOLVIMENTO LOCAL**, CAMPO GRANDE, UCDB, V. 8, N. 2, P. 155-163, SET 2007.
- \_\_\_\_\_. FUINI, LUCAS L. ET AL. **GOVERNANÇA TERRITORIAL: CONCEITO, FATOS E MODALIDADES.** RIO CLARO: PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA/SEBRAE, 2011.



PORTO-GONÇALVES, C. W. Geografia política e desenvolvimento sustentável. **Terra Livre**, São Paulo, AGB, 11-12, p. 9-76, 1992/1993.

\_\_\_\_\_. A reinvenção dos territórios: a experiência latino-americana e caribenha. In Ceceña, Ana E., **Los desafíos de las emancipaciones en un contexto militarizado**. Buenos Aires, Clacso, 2006, p. 151-197.

\_\_\_\_\_.; QUENTAL, Pedro A. Colonialidade do poder e os desafios da integração regional na América Latina. **Pólis-Revista Latino-Americana**, n. 31, p. 2-28, 2012.

QUIJANO, Anibal. Colonialidad del Poder, Eurocentrismo y América Latina. In: LANDER, Edgardo (org.), **La Colonialidad del Saber – eurocentrismo y ciencias sociales: perspectivas latino-americanas**. Buenos Aires: CLACSO/UNESCO, 2000.

PCN- Parâmetros Curriculares Nacionais-Ensino Médio. **Geografia/Ciências Humanas e suas Tecnologias**. Brasília: MEC, 2000.

RAFFESTIN, CLAUDE. **POR UMA GEOGRAFIA DO PODER**. SP: ÁTICA, 1993 [1980, 1ª. ED.EM FRANCÊS].

RAFFESTIN, Claude. A produção das estruturas territoriais e sua representação. In: SAQUET, Marcos A.; SPOSITO, Eliseu S. (eds.). **Território e territorialidades: teorias, processos e conflitos**. SP: Expressão popular, 2009, p. 17-36.

RATZEL, Friedrich. Geografia do homem (Antropogeografia). In: MORAES, Antonio C. R. (org.), *Ratzel*. SP: Ática, 1990, p. 32-107.

\_\_\_\_\_. A relação entre o solo e o Estado (Cap. I). Texto traduzido (Matheus Prifmer). **Geosp**, n. 29, p. 51-59, 2011.

\_\_\_\_\_. O solo, a sociedade e o Estado. Texto traduzido (Mario A. Eufrásio). **L'Anée Sociologique**, n. 3, p. 1-14, 1982 [1898-1899].

RIBAS, Alexandre Domingues; SPOSITO, Eliseu Savério; SAQUET, Marcos Aurélio (org.). **Território e desenvolvimento: diferentes abordagens**. Francisco Beltrão: Unioeste, v. 1, 2004, 175p.

RIBEIRO, Miguel A. C., MATTOS, Rogério B. Territórios da prostituição nos espaços públicos da área central do Rio de Janeiro. **Território**, v. 1, n. 1, p. 59-76, 1996.

RODRIGUES, M. M. B.; SILVA, D. C. Ordenamento do território na Amazônia paraense: projetos hidrelétricos no rio Tapajós. In: **Anais do I Seminário Internacional de Estudos Territoriais (SIET) e IX Seminário Estadual de Estudos Territoriais (SEET)**. Foz do Iguaçu/PR: UNIOESTE, v. IX, 2017, ISBN: 1984-929X.

RORTY, Richard (org.). **The linguistic turn: essays in philosophical method**. Chicago/EUA, The University of Chicago Press Book, 1967.



ROSANO, C. M.; DIÁZ, M. C. Marco interpretativo para el estudio de la apropiación territorial en comunidades indígenas y campesinas en el contexto mexicano. In: **Anais do I Seminário Internacional de Estudos Territoriais (SIET) e IX Seminário Estadual de Estudos Territoriais (SEET)**. Foz do Iguaçu/PR: UNIOESTE, v. IX, 2017, ISBN: 1984-929X.

RUCKERT, Aldomar. **Metamorfoses do território: a agricultura de trigo/soja no Planalto**. Porto Alegre: EdUFRGS, 2003.

\_\_\_\_\_. O Processo de Reforma do Estado e a Política Nacional de Ordenamento Territorial. In: **Para Pensar Uma Política Nacional de Ordenamento Territorial**. Ministério da Integração Nacional, Secretaria de Políticas de Desenvolvimento Regional (SDR) – Brasília: MI, 2005.

SACK, ROBERT. **HUMAN TERRITORIALITY: ITS THEORY AND HISTORY**. CAMBRIDGE: CAMBRIDGE UNIVERSITY PRESS, 1985.

\_\_\_\_\_. HUMAN TERRITORIALITY: A THEORY. **ANNALS OF THE AMERICAN GEOGRAPHERS**, V. 73, N. 1, P. 55-74, 1983.

SANTOS, MILTON. **A NATUREZA DO ESPAÇO: TÉCNICA E TEMPO, RAZÃO E EMOÇÃO**. SÃO PAULO: HUCITEC, 1996.

\_\_\_\_\_. **POR UMA OUTRA GLOBALIZAÇÃO: DO PENSAMENTO ÚNICO À CONSCIÊNCIA UNIVERSAL**. SP/RJ: RECORD, 2000.

\_\_\_\_\_. O RETORNO DO TERRITÓRIO. IN: SANTOS, MILTON; SOUZA, MARIA A. A.; SILVEIRA, MARIA L. **TERRITÓRIO: GLOBALIZAÇÃO E FRAGMENTAÇÃO**. SÃO PAULO: HUCITEC/ANPUR, 1994, P. 15-20.

\_\_\_\_\_. **Metamorfoses do espaço habitado**. SP: Hucitec, 1988.

\_\_\_\_\_. **Espaço e Método**. SP: Nobel, 1985.

\_\_\_\_\_. **POR UMA GEOGRAFIA NOVA: DA CRÍTICA DA GEOGRAFIA A UMA GEOGRAFIA CRÍTICA**. SP: EDUSP, 1978.

\_\_\_\_\_. SILVEIRA, M. L. SILVEIRA. **O BRASIL: TERRITÓRIO E SOCIEDADE NO INÍCIO DO SÉCULO XXI**. SÃO PAULO/RIO DE JANEIRO: RECORD, 2001.

SAQUET, MARCOS A. **ABORDAGENS E CONCEPÇÕES DE TERRITÓRIO**. SÃO PAULO: EXPRESSÃO POPULAR, 2007A.

\_\_\_\_\_. **Os tempos e os territórios da colonização italiana**. Porto Alegre/RS: EST Edições, 2003.

\_\_\_\_\_. Por uma abordagem territorial: continuando a reflexão. In: SAQUET, M. A. **Estudos Territoriais na ciência geográfica**. SP: Outras expressões, 2013, p. 47-74.





\_\_\_\_\_. Entender a produção do espaço geográfico para compreender o território. In: SPOSITO, E. S. (org.). **Produção do espaço e redefinições regionais: a construção de uma temática**. Presidente Prudente/SP: FCT/UNESP/GAsPERR, 2005, p.35-51.

\_\_\_\_\_. Proposições para estudos territoriais. **Geographia**, Niterói, UFF, ano 8, v. 15, 2006.

\_\_\_\_\_. As diferentes abordagens do território e a apreensão do movimento e da (i)materialidade. **Geosul**, Florianópolis, UFSC, v. 22, n. 43, p. 55-76, jan./jun. 2007b.

\_\_\_\_\_.; CICHOSKI, Pâmela. Considerações sobre a concepção de Geografia, espaço e território na obra de Bertha Becker. **Anais do 21º. Encontro Nacional de Reforma Agrária**, Uberlândia, UFU, 15 a 19 de outubro, 2012.

\_\_\_\_\_. GAIOVICZ, Eliane F., et. al. Agricultura familiar agroecológico como alternativa de inclusão social e desenvolvimento territorial em Itapejara D’oeste, Salto do Lontra e Verê-Sudoeste do Paraná. In: SAQUET, Marcos A., DANSERO, Egidio; CANDIOTTO, Luciano Z. P. (org.). **Geografia da e para a cooperação ao desenvolvimento territorial: experiências brasileiras e italianas**. São Paulo: Outras Expressões, 2012.

SILVEIRA, Maria L. Território usado: dinâmicas de especialização, dinâmicas de diversidade. **Ciência Geográfica**, Bauru, AGB, v. 15, n. 1, p. 4-12, jan./dez. 2011.

SOUZA, Marcelo L. **Os conceitos fundamentais da pesquisa socioespacial**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013.

\_\_\_\_\_. O TERRITÓRIO: SOBRE ESPAÇO E PODER, AUTONOMIA E DESENVOLVIMENTO. IN: CASTRO, I. E., ET AL., **GEOGRAFIA: CONCEITOS E TEMAS**. RIO DE JANEIRO: BERTRAND BRASIL, 1995, P. 77-116.

\_\_\_\_\_. O BAIRRO CONTEMPORÂNEO: ENSAIO DE ABORDAGEM POLÍTICA. **REVISTA BRASILEIRA DE GEOGRAFIA**, AGB, V. 51, N. 2, P. 139-172, 1989.

\_\_\_\_\_. RODRIGUES, Glauco B. 2. **Planejamento urbano e ativismos sociais**. São Paulo, Unesp, Coleção Paradidáticos, 2004.

SODRÉ, R. de B.; CASTRO, C. E. de. O território produzido, terra e territorialidades. In: **Anais do I Seminário Internacional de Estudos Territoriais (SIET) e IX Seminário Estadual de Estudos Territoriais (SEET)**. Foz do Iguaçu/PR: UNIOESTE, v. IX, 2017, ISBN: 1984-929X.

SOJA, Edward. **Geografias pós-modernas: a reafirmação do espaço na teoria social crítica**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar editora, 1993.

SPOSITO, Eliseu S. **Geografia e filosofia: contribuição para o ensino do pensamento geográfico**. SP: Edunesp, 2004.



\_\_\_\_\_.; DUNDES, A. C. A metamorfose do território em região: o devir e o atraso como referências do discurso. In: PEREIRA, Silvia Regina; COSTA, Benhur Pinós da; SOUZA, Edson Belo Clemente (org.). **Teorias e práticas territoriais: análises espaço-temporais**. 1ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010, v. 1, p. 117-145

TURRA NETO, Nécio. **Múltiplas trajetórias juvenis: territórios e rede de sociabilidade**. Jundiaí/SP: Paco, 2012.

\_\_\_\_\_. **Enterrado vivo: identidade punk e território em Londrina**. SP: Edunesp, 2004.

VERDI, Adriana R.; PIRES, Elson L.; MULLER, Geraldo. Instituições, territórios e desenvolvimento local: delineamento preliminar dos aspectos teóricos e metodológicos. **Geografia**, Unesp, Rio Claro, v. 31, n. 3, p. 437-454, set./dez. 2006.

WEBER, J.; RÉVERET, J. P. **Relaciones sociedad naturaleza, modos de apropiación y derechos de propiedad**. Revista de Geografía Agrícola, n.º 36, pp.119-124, 2006.



## LA POLÍTICA DE ESTADO EN EL SECTOR AGRÍCOLA: El caso de la producción de trigo en México

Joaquín Zagoya Martínez\*

Andrés María Ramírez\*\*

Rafael de Jesús López Zamora\*\*\*

María de Lourdes Hernández Rodríguez\*\*\*\*

### Resumen

La economía tradicional continúa orientada a tomar decisiones sin considerar los deterioros ecológicos e impactos sociales negativos que puede causar, omitiendo la búsqueda de soluciones reales a las disparidades territoriales; un claro ejemplo es la política de Estado implementada por el gobierno de México en la agricultura, con el supuesto propósito de revertir el déficit en la producción de granos básicos de una forma sustentable, pero sin contar con los factores necesarios para el cumplimiento de dicho propósito. Con base en lo anterior, es evidente la necesidad de analizar desde la teoría, los principios y fundamentos de las políticas implementadas en un sector tan vulnerable como es el agrícola. El objetivo del presente trabajo es analizar, a partir de la economía ecológica, la congruencia de la política de Estado en el sector agrícola, a través del estudio de caso del programa de Modernización Sustentable de la Agricultura Tradicional (MasAgro), el cual tiene como supuesto la búsqueda de la sustentabilidad en la producción de granos básicos. Se partió de la revisión y análisis de la información secundaria existente relacionada con MasAgro y el cultivo de trigo durante el periodo comprendido entre 2003-2014 en el estado de Tlaxcala. Los resultados del análisis mostraron que la política de Estado a pesar de autopostularse como una política orientada hacia la sustentabilidad, presenta incongruencias e inconsistencias, entre sus postulados discursivos y su práctica de campo, resultando ser un instrumento más de la política impulsada por el modelo económico tradicional, que fomenta una dependencia excesiva de insumos externos y prácticas de producción inadecuadas, con propósitos productivistas que no consideran los impactos ecológicos y sociales.

**Palabras clave:** México; política; agricultura.

---

\* El Colegio de Tlaxcala A. C. Avenida Melchor Ocampo n° 28, Apetatitlán de Antonio Carvajal, Tlaxcala. C. P. 90600. Tel. (246)464 5874. E-mail: joaquin.zagoya@coltlax.edu.mx

\*\* El Colegio de Tlaxcala A. C. Avenida Melchor Ocampo n° 28, Apetatitlán de Antonio Carvajal, Tlaxcala. C. P. 90600. Tel. (246)464 5874. E-mail: mariaramirez.andres@coltlax.edu.mx

\*\*\* El Colegio de Tlaxcala A. C. Avenida Melchor Ocampo n° 28, Apetatitlán de Antonio Carvajal, Tlaxcala. C. P. 90600. Tel. (246)464 5874. E-mail: rlopez@coltlax.edu.mx

\*\*\*\* El Colegio de Tlaxcala A. C. Avenida Melchor Ocampo n° 28, Apetatitlán de Antonio Carvajal, Tlaxcala. C. P. 90600. Tel. (246)464 5874. E-mail: ma\_lourdes@coltlax.edu.mx



## 1. Introdução

La Constitución Política de 1917 ha sido considerada pionera del constitucionalismo social, a raíz de abordar temas como la educación, el reparto agrario y los derechos de los trabajadores. Sin embargo con la crisis del Estado benefactor en la década de los años 70, se inició el impulso al modelo neoliberal, el cual requirió de una estrategia política fundamentada en cinco ejes: i) retiro de la protección de la fuerza de trabajo y su sometimiento a la ley de la oferta y la demanda para contener su costo; ii) retiro del Estado de las actividades económicas y la privatización de aquellas que puedan otorgar beneficios a particulares; iii) apertura comercial al mercado internacional acompañado de la liberalización financiera; iv) desentendimiento del Estado de los problemas de la desigualdad social mediante la eliminación de subsidios y de las instituciones de seguridad social; y v) la reorientación de las funciones del banco central hacia el control de la inflación, otorgándole autonomía y limitando el uso de recursos para el desarrollo social (Carrillo, 2010; Hernández *et al.*, 2010).

En este sentido, a principios de los años 80 se publicó el decreto constitucional que modificó la economía estatal; y durante los primeros años de la década de los 90 se publicaron cuatro decretos más de reforma constitucional que modificaron la estructura y configuración posrevolucionaria, terminando con los contenidos sociales de la Constitución Política. Con estas reformas se otorgaron mayor seguridad jurídica a la propiedad, se terminó con la reforma agraria, se individualizó la educación, se otorgó autonomía al banco central y se permitió privatizar los ferrocarriles consolidando con ello la entrada del modelo neoliberal en México (Carrillo, 2010).

En lo que respecta al sector agrícola la reforma constitucional al artículo 27 en 1992 significó eliminar la reforma agraria, someter la tierra a la ley de la oferta y la demanda permitiendo nuevamente la acumulación de tierra y el latifundio, con ello, a pesar de que en el discurso se continúa protegiendo al campo, la realidad es otra, se continúa trasladando las dinámicas del libre mercado a las relaciones sociales que se producen dentro de él (Carrillo, 2010; Hernández *et al.*, 2010). Por lo tanto las *políticas públicas*<sup>1</sup> formuladas e implementadas por el neoliberalismo en México, han desestimulado al sector agrícola, de

---

1

En este sentido, y a partir de aquella necesidad se acuña el concepto de “políticas públicas”, que en el marco del modelo neoliberal y aplicado a los sectores económicos, sugiere dar por supuesto que la política económica real es que no debe existir una como tal, en este caso una política agrícola; esto es, no más intervención del Estado en la economía. En años recientes ya no se habla de una política agrícola, virtud por la cual, más que favorecer a los productores o sectores más desprotegidos, las medidas aplicadas por el Estado actualmente están orientadas al productivismo, estimulan la producción de más alta eficiencia y rentabilidad económica (Martínez y Roca, 2003) y esto tiene que ver con la visión de que es más factible importar alimentos para compensar los déficits; lo que genera condiciones desfavorables y coloca en condiciones de desventaja a los productores de bajos ingresos.



manera que se plantea más factible importar alimentos para compensar su déficit. Ejemplo de ello, ha sido PROCAMPO, el cual fue diseñado para hacer frente a la entrada del Tratado de Libre Comercio de América del Norte (TLCAN), sin embargo, no logró los objetivos propuestos, ya que con éste, México reafirmaba su carácter de país importador de alimentos (Trujillo *et al.*, 2007). En este sentido, Toledo y Ortiz (2014) consideran que existen cuatro tipos de sociedades: a) las estatistas, en las cuales el poder político somete a los poderes económico y social; b) las neoliberales, donde el poder económico minimiza a los poderes social y económico; c) las socialdemocracias, quienes persiguen un equilibrio entre los poderes político y económico, pero omiten el social; y d) sociedades sustentables, donde el poder social controla los poderes económico y político. Con base en lo anterior, es evidente que México se encuentra más cercano a una sociedad neoliberal y muy lejos de una sustentable. Por lo cual es necesario analizar desde la teoría los principios y fundamentos de las políticas implementadas en un sector tan vulnerable como es el agrícola.

## 2. Justificación

La economía tradicional continúa orientada a tomar decisiones sin considerar los deterioros ecológicos e impactos sociales negativos que puede causar, develando de esta forma que el discurso económico predominante se fundamenta en una racionalidad productivista cuya lógica es la ganancia capitalista y la consolidación de un modelo de expansión industrial, haciendo a un lado la búsqueda de soluciones reales de las disparidades territoriales. En México durante el periodo 2009-2011 el consumo aparente de maíz blanco registró 18 millones 843 mil toneladas, del maíz amarillo 9 millones 61 mil toneladas y en trigo ascendió a 6 millones 431 mil toneladas; con un promedio de ingesta *per cápita* de 80.60 kg de maíz blanco –consumo humano directo–, 167.80 kg de maíz amarillo –grano básico para el sector avícola y porcícola– y 52.70 kg de trigo (FAO, 2013). Sin embargo, existe un déficit de producción a nivel nacional<sup>2</sup> en maíz y trigo, lo que “motivó” al Gobierno Federal a implementar el denominado Programa de Modernización Sustentable de la Agricultura Tradicional (MasAgro), con la finalidad de mejorar la autosuficiencia de estos granos básicos. Sin embargo todo apunta a que esta política de Estado se fundamenta en un modelo de producción agrícola capitalista, es decir, éste tiene como principal objetivo que la producción obtenida genere ganancias y no la satisfacción de necesidades, aunado a daños ecológicos y sociales (Oregón, 1985).

---

<sup>2</sup> Entre 2009-2011 se registró déficit en huevo (0.4%), maíz blanco (3.7%), café oro (4.6%) azúcar (9.5%), leche (13.2%), frijol (13.5%), carne de aves (18.3%), sorgo (26.1%), carne de bovino (34.5%), carne de porcino (40.2%), trigo (51%), maíz amarillo (80.1%), arroz (89%) y soya (95%) (FAO, 2013).



### 3. Objetivos

Analizar, a partir de la economía ecológica crítica<sup>3</sup>, la congruencia de los objetivos de la política de Estado actual a través del estudio de MasAgro como programa enfocado a la búsqueda de la sustentabilidad agrícola en el estado de Tlaxcala, en su segmento trigo, para que de esta forma se establezcan las bases que podrían ser consideradas en futuras políticas, de manera que el beneficio derivado, es decir, no sólo el monetario sino el social y el ecológico, sea el idóneo en el presente y en el futuro, es decir sustentable.

### 4. Referente teórico

La economía exige un suministro adecuado de: i) energía y materiales; ii) funcionamiento de la capacidad de la biosfera para absorber desechos; y iii) mantenimiento de la biodiversidad. Resultando dos tipos de residuos: i) calor disipado (según la segunda ley de la termodinámica); y ii) residuos materiales, que mediante reciclaje pueden volver a ser parcialmente utilizados. En el caso de la economía convencional o neoclásica considera: i) un flujo circular de dinero; ii) un circuito continuo entre la producción y el consumo en un sistema completamente cerrado; iii) un sistema mecánico autosostenido, que ignora totalmente los aspectos físicos de la actividad económica; y iv) un sistema aislado que no tiene ambiente. Por otra parte la visión de la economía ecológica toma en cuenta los siguientes aspectos: i) la economía como un subsistema abierto dentro de la biosfera; ii) una descripción física de la economía; iii) un sistema de energía y materiales, dependiente del funcionamiento de la biosfera; y iv) un sistema que produce residuos (calor disipado y residuos materiales) (Martínez y Roca, 2003).

En este sentido, se puede considerar a la economía ecológica como una crítica ecológica de la economía convencional, al fundamentarse en un nuevo enfoque sobre las interrelaciones dinámicas entre los sistemas económicos y el conjunto total de los sistemas físico y social. Asimismo, hace de la discusión de la equidad, la distribución, la ética y los procesos culturales, un elemento central para la comprensión del problema de la sustentabilidad. Es por lo tanto una visión sistemática y transdisciplinaria que trasciende el actual paradigma económico, por lo tanto entiende a la actividad económica no sólo como una actividad que únicamente utilice bienes ambientales o recursos naturales de manera aislada, sino que es una actividad económica que está precisamente centrada en la utilización de los ecosistemas (Martínez, 2007; Martínez, 2006; Martínez y Roca, 2003).

---

3

La economía ecológica es una crítica a la economía convencional, al fundamentarse en un nuevo enfoque sobre las interrelaciones dinámicas entre los sistemas económicos y el conjunto total de los sistemas físico y social (Martínez y Roca, 2003).



El contexto actual demanda un cambio del paradigma neoliberal, por lo que es fundamental trascender lo económico para incorporar el ambiente, así Capra (2003) señala que las organizaciones requieren cambios estructurales, para adaptarse al contexto global para llegar a ser ecológicamente sostenibles. Por lo que es importante entender los principios de organización que los ecosistemas han desarrollado para sostener la trama de la vida; ese mismo autor considera que estos conocimientos son vitales para la población en general pero más aún para políticos, empresarios y profesionales en todas las esferas, ya que en buena parte dependerá de esto la supervivencia de la humanidad.

## 5. Metodología

Para lograr el objetivo, se partió de la revisión y análisis de la información secundaria existente relacionada con MasAgro y el cultivo de trigo durante el periodo comprendido entre los años 2003-2014 en el estado de Tlaxcala. Asimismo, de la información relacionada con las importaciones y exportaciones realizadas por México en su total y en el rubro de cereales. De igual modo, se efectuó un análisis de las partidas presupuestales referentes al sector agrícola y las instituciones responsables de la investigación. El estudio de datos se efectuó a través del software estadístico SPSS versión 23.0 utilizando estadística descriptiva, así como inferencial empleando la prueba de t de Student ( $P < 0.05$ ), lo que permitió corroborar los efectos de MasAgro sobre el rendimiento y la producción de trigo entre los años en estudio.

## 6. Resultados

MasAgro<sup>4</sup> se proclama como un programa que impulsa la agricultura de pequeña escala –el programa no especifica si incluye a campesinos– con la finalidad de incrementar entre cinco y nueve millones de toneladas la producción anual de maíz de temporal y en 350 mil toneladas la cosecha de trigo en todo el territorio nacional. Sus propósitos son ampliar las capacidades productivas de los pequeños agricultores de maíz y trigo, asegurar mejores rendimientos que contribuyan a la suficiencia alimentaria en ambos cultivos y hacer frente a los efectos del cambio climático y el deterioro del medio ambiente, a través de prácticas agronómicas sustentables (agricultura de conservación y precisión), además de tener impacto en el ingreso, el empleo y el arraigo en el medio rural<sup>5</sup>. Sin embargo Rosset (1998) señala que el enfoque principal de la agricultura sustentable ha sido la sustitución por insumos menos

4

La vigencia del programa es de octubre de 2010 hasta diciembre de 2020, con una inversión del gobierno federal de 138 millones de dólares americanos (SAGARPA, 2012a), así como, 25 millones más aportados por La Fundación Bill y Melisa Gates y La Fundación Carlos Slim (SAGARPA, 2013).

5

El porcentaje de la población rural ha disminuido drásticamente pasando de casi 41% en 1970 a 21.3% en el año 2013, lo que significa un decremento de 48%, evidenciando el despoblamiento de las zonas rurales (BM, 2014).



nocivos de aquellos productos agroquímicos que han resultado responsables de muchos de los problemas asociados con la agricultura convencional, es decir, el impulso es básicamente tecnológico, y se caracteriza por conservar la misma mentalidad del factor limitante que ha dirigido la investigación agrícola convencional en el pasado y el presente –la teoría sobre la fertilización de las plantas más aceptada por la agricultura industrial fue resultado de estudios realizados en Europa preindustrial (González *et al.*, 2014) – fundamentándose en la lógica de que en un momento determinado existe un sólo factor que limita el incremento del rendimiento, pudiéndose superar por medio de un insumo externo apropiado. Con ello se perpetúa un procedimiento que alivia síntomas en lugar de atender las causas reales del desbalance ecológico.

Dentro del Programa Sectorial de Desarrollo Agropecuario, Pesquero y Alimentario 2013-2018<sup>6</sup> en la estrategia *Impulsar prácticas sustentables en las actividades agrícola, pecuaria, pesquera y acuícola* se menciona que MasAgro impulsa la adopción de técnicas de labranza de conservación y el manejo agroecológico (PSDAPA, 2013). Asimismo, MasAgro se plantea como una estrategia con visión integral de aprovechamiento de la diversidad de maíz y trigo, acompañado de tecnologías acordes a cada región y tipo de productor, permitiendo la transferencia de conocimientos, acceso a la información, capacitación y aplicación de mejores prácticas agronómicas; además de permitir el acceso al uso de semillas mejoradas de alto rendimiento. Desde su visión, protege y conserva los recursos naturales (suelo y agua) y, como un factor principal, aumenta el ingreso del agricultor porque reduce los costos de producción (SAGARPA-CIMMYT, 2013; SAGARPA, 2012a). Sin embargo MasAgro en sus paquetes tecnológicos propuestos incorpora: 320 marcas de herbicidas, 408 de insecticidas, 167 de fungicidas, 51 fertilizantes sólidos y 149 fertilizantes foliares (SAGARPA-CIMMYT, s.f). Con ello es evidente la dificultad para lograr la sustentabilidad.

A partir de lo anterior, se podría considerar que esta política de Estado se fundamenta en la ciencia agrícola generada por Estados Unidos de América la cual está orientada para maximizar la productividad del factor que más limitaciones agregaba al crecimiento de su economía: la mano de obra. Con ello, la mecanización de las prácticas agrícolas se dirigió al monocultivo; y luego en los fertilizantes químicos reemplazando así prácticas más laboriosas por un simple compuesto químico (Rosset, 1998). En este contexto, la sustitución de insumos aparenta un avance en pro del ambiente, sin embargo las fuerzas que operan en la crisis agrícola permanecen –monocultivo extensivo, control de insumos por la industria transnacional, dependencia de combustibles fósiles, y una muy fuerte necesidad de capital–. Además este enfoque no considera el endeudamiento de los agricultores, a raíz de los altos costos de producción, ni las bases ecológicas de la disminución de rendimientos. Con lo anterior, Rosset (1998) cuestiona “¿A qué se debe esto? A que los planificadores corporativos se han dado cuenta de que se puede hacer negocios más interesantes con las prácticas

---

6

En México los niveles de planeación parten de Plan Nacional de Desarrollo como primer nivel, seguido por los Programas Sectoriales.





*alternativas que con la agricultura convencional, manteniendo a los agricultores dependientes de tecnologías externas”.*

El sector paraestatal de la Secretaría de Agricultura, Ganadería, Desarrollo Rural, Pesca y Alimentación (SAGARPA) está constituido por diez instituciones y organismos orientados a desarrollar acciones de impulso a las actividades de desarrollo del medio rural. Esta misma secretaria señala que la Universidad Autónoma Chapingo (UACH) y el Colegio de Postgraduados (COLPOS) son instituciones que planifican, organizan, generan y transmiten conocimientos científicos, son los generadores de profesionales, docentes, investigadores y técnicos que orientan el aprovechamiento racional, económico y social de los recursos agropecuarios; el Instituto Nacional de Investigaciones Forestales, Agrícolas y Pecuarias (INIFAP) genera conocimientos e innovación tecnológica agroalimentaria (SAGARPA, 2016). Sin embargo, actualmente la SAGARPA se ha visto afectada por una disminución presupuestal superior a 67.5% con respecto al 2015, lo que equivale a casi 30 mil millones de pesos menos (CMDRS, 2017).

La producción de trigo a nivel mundial supera los 728 millones de toneladas (FAO, 2015a). Los mayores productores en el periodo 2004-2013 fueron la Unión Europea (18.72%), China (15.03%), India (10.85%), Estados Unidos de América (7.91%) y Rusia (6.78%); en el caso de México únicamente representó 0.5% del total de la producción mundial (FAO, 2015b). En este sentido, se estima que en el año 2024 la superficie sembrada con trigo a nivel mundial alcanzará los 226 millones de hectáreas, con una producción cercana a los 787 millones de toneladas y un rendimiento de 3.48 t ha<sup>-1</sup>, respecto al consumo aparente será de 784 millones de toneladas, con un precio de casi 272 dólares americanos por tonelada (OCDE-FAO, 2015) (Cuadro 1). Lo que refleja que presión a los ecosistemas continuará, ya que la superficie sembrada no se incrementará, pero el rendimiento sí. Asimismo se observa el enfoque productivista al no proyectarse un incremento significativo en el precio del grano. A pesar de estos “logros” en la producción Borlaug y Dowswell (1994) citados en Turrent y Moreno (1998) señalan que para el año 2025 la cosecha de trigo debería alcanzar los 1200 millones de toneladas para satisfacer la demanda mundial.



Cuadro 1. Tendencia en la producción de trigo a nivel mundial periodo 2014-2024.

Año/concepto	Producción Millones t	Superficie Millones ha	Rendimiento t/ha	Consumo aparente Millones t	Precio USD/t
2014	700.40	221.60	3.16	694.4	302
2015	723.80	224.60	3.22	711.1	246.6
2016	723.80	222.80	3.25	720.9	249
2017	731.60	223.50	3.27	727.1	248.2
2018	740.30	224.20	3.30	737.4	249.5
2019	745.90	223.90	3.33	744.1	256.7
2020	756.40	224.70	3.37	752.7	258.5
2021	763.20	225.00	3.39	760.2	262.2
2022	771.60	225.40	3.42	768.4	266.3
2023	779.20	225.80	3.45	776.9	270.2
2024	786.70	226.10	3.48	784.3	271.8
Mínimo	700.40	221.60	3.16	694.40	246.60
Máximo	786.70	226.10	3.48	784.30	302.00
Rango	86.30	4.50	0.32	89.90	55.40
Mediana	745.90	224.60	3.33	744.10	258.50
Promedio	747.54	224.33	3.33	743.41	261.91
D. E.	26.64	1.33	0.10	28.36	16.05
C. V.	3.56	0.59	3.03	3.81	6.13

D.E: desviación estándar; C.V: coeficiente de variación.

Fuente: Elaboración propia con datos de la OCDE y FAO (2015).

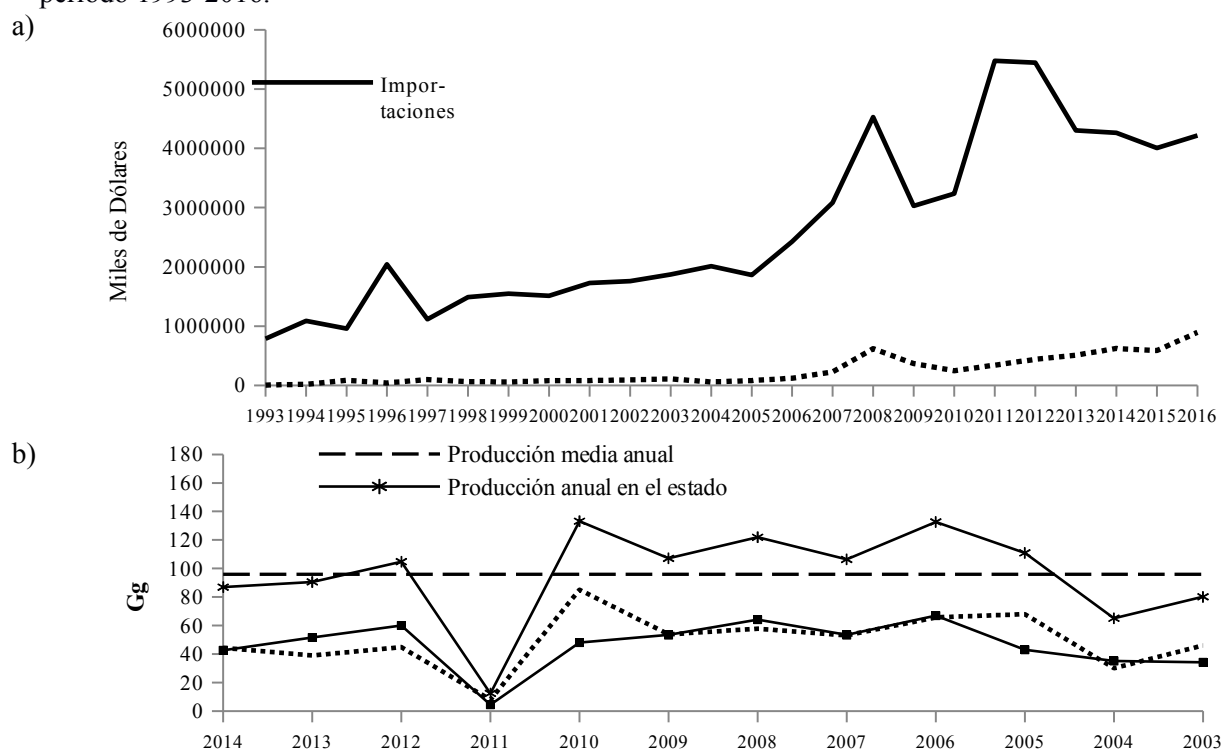
En la Figura 1 se muestran las importaciones y exportaciones totales, así como las de cereales (miles de dólares) en México durante el periodo 1993-2016 (BANXICO, 2016). Se observa una tendencia creciente en términos absolutos en las importaciones y exportaciones totales. En el caso de las importaciones de cereales, existió diferencia significativa ( $P=0.000$ ) encontrándose los mayores valores posterior a la implementación de MasAgro. Respecto a las exportaciones de cereales es notorio su incremento en términos absolutos, sin embargo existe un déficit en la balanza comercial, lo que evidencia la dependencia constante a la importación de granos básicos –principalmente de Estados Unidos de América–. Es conveniente destacar que durante los años 2008 y 2009 se presentó una reducción en las importaciones de cereales, a raíz del incremento en la producción de trigo (FND, 2014). La tendencia del PIB agrícola en México ha sido a decrecer de manera pronunciada en el periodo comprendido de 1970 hasta principios del siglo XXI, registrando una disminución de casi 73%, para después contar con cierta estabilidad hasta el año 2014, donde presentó valores cercanos a 3.5% (BM, 2015). Con base en lo anterior, se podría decir, que el incremento casi constante de las importaciones de cereales refleja un alejamiento de la posibilidad de alcanzar una seguridad y soberanía alimentaria en México (Rubio, 2011).

La implementación específica de MasAgro en el estado de Tlaxcala se realizó el 27 de enero de 2012. Sin embargo, en la entidad predominan prácticas agrícolas tendientes al modelo convencional –en similitud con el planteado por MasAgro– como es el uso



indiscriminado de agroquímicos, que da como resultado una degradación paulatina de los recursos.

Figura 1. Importaciones y exportaciones totales (a), así como de cereales (b) en México durante el periodo 1993-2016.

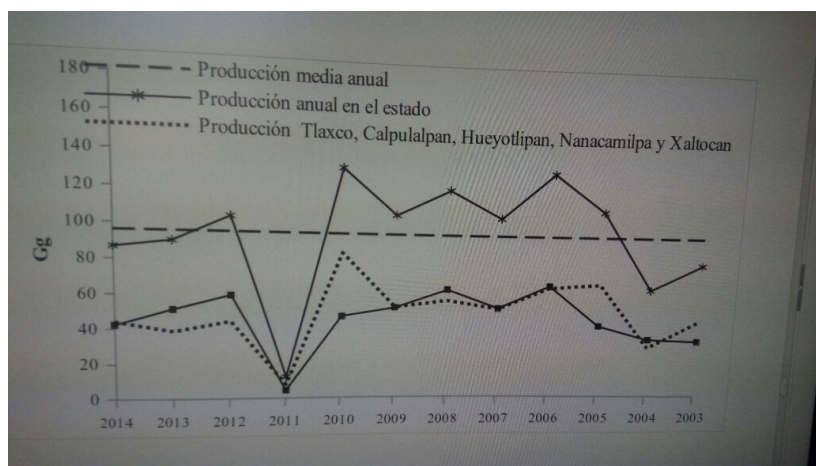


Fuente: Elaboración propia con datos de BANXICO 2016.

En la Figura 2 se muestra el comportamiento de la producción de trigo en el estado de Tlaxcala, en donde se observa una disminución en la producción a partir de la implementación, en 2012, de MasAgro (Zagoia *et al.*, 2016).



Figura 2. Producción de trigo (Gigagramos) en el estado de Tlaxcala durante el periodo 2003-2014.



Fuente: Zagoya *et al.*, 2016

## 7. Conclusiones

Los resultados del análisis mostraron que la política de Estado a través de MasAgro, a pesar de autopostularse como una política orientada hacia la sustentabilidad, presenta incongruencias e inconsistencias, entre sus postulados discursivos y su práctica de campo, resultando ser un instrumento más de la política impulsada por el modelo económico tradicional, que fomenta una dependencia excesiva de insumos y prácticas de producción inadecuadas, con propósitos productivistas que no consideran los impactos ecológicos y sociales. Con ello, podría resultar en un obstáculo para el cumplimiento de sus objetivos productivos y por consiguiente de los sociales, económicos y ambientales, a raíz de la baja vinculación de sus componentes con la cultura e iniciativas de desarrollo local. Asimismo, se plantea que las consecuencias generadas por la implementación de este tipo de políticas aminoran la participación y relevancia de las instituciones de investigación agrícola en México, otorgando un mayor espacio e importancia a las empresas transnacionales, de esta manera se vislumbra un camino aún más desafiante para alcanzar la sustentabilidad, así como la seguridad y soberanía alimentaria nacional. Con base en lo anterior, es notoria la importancia de retomar políticas que impulse nuevamente la intervención del Estado y el papel prioritario de los pequeños agricultores y campesinos en la producción de alimentos, haciendo a un lado los postulados de la economía tradicional.



## Referencias

- Banco de México. **Importaciones totales e importaciones de cereales 1993-2016**. 2016. En línea: <http://www.banxico.org.mx/SieInternet/consultarDirectorioInternetAction.do?accion=consultarCuadro&idCuadro=CE49&sector=1> Consultado: Febrero de 2017.
- Banco Mundial (BM). **Agricultura valor agregado, (% del PIB)**. 2015. En línea: <http://datos.bancomundial.org/indicador/NV.AGR.TOTL.ZS>. Consultado: Septiembre 2015.
- Banco Mundial (BM). **Población rural**. 2014. En línea: <http://datos.bancomundial.org/indicador/SPRUR.TOTL.ZS>. Consultado: Septiembre 2015.
- Carrillo N, J. J. **La transformación del proyecto constitucional mexicano en el neoliberalismo**. Política y cultura. 33:107-132 pp. 2010.
- Capra, F. **Las conexiones ocultas: Implicaciones sociales, medioambientales, económicas y biológicas de una nueva visión del mundo**. Anagrama. 2003.
- Consejo Mexicano para el Desarrollo Rural Sustentable (CMDRS). **Proyecto de Presupuesto del Programa Especial Concurrente para el Desarrollo Rural Sustentable (PEC) 2017**. 2017. En línea: [http://www.cmdrs.gob.mx/comisiones/COPSP/Documents/2016/18a\\_extraordinaria/Analisis%20GCMA%20PPEC%202017%20Presentado%20.pdf](http://www.cmdrs.gob.mx/comisiones/COPSP/Documents/2016/18a_extraordinaria/Analisis%20GCMA%20PPEC%202017%20Presentado%20.pdf) Consultado: Febrero 2017.
- Financiera Nacional de Desarrollo Agropecuario, Rural, Forestal y Pesquero. **Panorama del Trigo**. 2014. En línea: <http://www.financierarural.gob.mx/informacionsectorrural/Panoramas/Ficha%20Trigo.pdf> Consultado: Febrero 2017.
- González R, C., Martínez L, C. y García B, S. **El modelo de nutrición vegetal a través de la historia y su importancia para la enseñanza**. Revista Eureka sobre Enseñanza y Divulgación de las Ciencias. 11(1):2-12 pp. 2014.
- Hernández, A. O., Andrade, M. L. y Valverde, B. R. **Agricultura y crisis en México: treinta años de políticas económicas neoliberales**. Ra Ximhai, 6(3):323-337 pp. 2010.
- Martínez A, J. **El ecologismo popular**. Ecosistemas. 16(3):145-148 pp. 2007.
- Martínez A, J. **Los conflictos ecológico-distributivos y los indicadores de sustentabilidad**. Polis, Revista de la Universidad Bolivariana. 5(13):0 p. 2006.
- Martínez A, J. y Roca J, J. **Economía ecológica y política ambiental**. México: Fondo de Cultura Económica. 2003.



Oregón, L. C. **Transición capitalista y formas de producción agrícola**. Revista mexicana de sociología. 47(3):21-40 pp. 1985.

Organización de las Naciones Unidas para la Agricultura y la Alimentación (FAO). **Situación Alimentaria Mundial**. 2015a. En línea: <http://www.fao.org/worldfoodsituation/csdb/es/> Consultado: Septiembre 2015.

Organización de las Naciones Unidas para la Agricultura y la Alimentación (FAO). **Dirección de Estadística**. 2015b. [http://faostat3.fao.org/browse/Q/\\*/S](http://faostat3.fao.org/browse/Q/*/S) Consultado: Septiembre 2015.

Organización de las Naciones Unidas para la Agricultura y la Alimentación (FAO). **Panorama de la seguridad alimentaria y nutricional en México 2012**. 2013. En línea: [http://www.colpos.mx/wb\\_pdf/Panorama\\_Seguridad\\_Alimentaria.pdf](http://www.colpos.mx/wb_pdf/Panorama_Seguridad_Alimentaria.pdf). Consultado: Febrero 2014.

Organización para la Cooperación y el Desarrollo Económicos (OCDE) y la Organización de las Naciones Unidas para la Alimentación y la Agricultura (FAO). **Perspectivas agrícolas 2015-2024**. 2015. En línea: <http://www.fao.org/3/a-i4738s.pdf> Consultado: Julio 2016.

**Programa Sectorial de Desarrollo Agropecuario, Pesquero y Alimentario (PSDAPA) 2013-2018**. 2013. En línea: [http://www.sagarpa.gob.mx/ganaderia/Documents/2015/MANUALES%20Y%20PLANES/Programa\\_Sectorial\\_SAGARPA\\_2013-2018%20\(1\).pdf](http://www.sagarpa.gob.mx/ganaderia/Documents/2015/MANUALES%20Y%20PLANES/Programa_Sectorial_SAGARPA_2013-2018%20(1).pdf) Consultado: Diciembre 2016.

Rosset, P. M. **La crisis de la agricultura convencional, la sustitución de insumos y el enfoque agroecológico**. 1998. Food First. Institute for Food and Development Policy. En línea: <https://www.socla.co/wp-content/uploads/2014/La-crisis-de-la-agriculturaconvencionalRosset.pdf> Consultado: Octubre 2016.

Rubio, B. **Soberanía alimentaria versus dependencia: las políticas frente a la crisis alimentaria en América Latina**. Mundo Siglo XXI. 26(7):105-118 pp. 2011.

Secretaría de Agricultura, Ganadería, Desarrollo Rural, Pesca y Alimentación (SAGARPA). **4to informe de labores 2015-2016**. 2016. En línea: <http://www.gob.mx/cms/uploads/docs/CuartoInformeDeLabores.pdf> Consultado: Enero 2017.

Secretaría de Agricultura, Ganadería, Desarrollo Rural, Pesca y Alimentación (SAGARPA). **Boletín de prensa conjunto y palabras del titular de la SAGARPA, Enrique Martínez y Martínez**. 2013. En línea: <http://www.sagarpa.gob.mx/saladeprensa/2012/Paginas/2013B075.aspx> Consultado: Noviembre 2015.

Secretaría de Agricultura, Ganadería, Desarrollo Rural, Pesca y Alimentación (SAGARPA). **Memoria documental del programa Modernización Sustentable de la Agricultura Tradicional (MasAgro) 2010-2012**. 2012a. En línea:



<http://www.sagarpa.gob.mx/Transparencia/PNRCTCC/PNRCTCC%202012/Memoria%20MasAgro%202010-2012%20PDF.pdf>. Consultado: Febrero 2014.

Secretaría de Agricultura, Ganadería, Desarrollo Rural, Pesca y Alimentación (SAGARPA) y Centro Internacional de Mejoramiento de Maíz y Trigo (CIMMYT). **Informe de actividades 2011-2012 “Modernización Sustentable de la Agricultura Tradicional (MasAgro)”**. 2013. En línea: [http://masagro.mx/dmdocuments/Reporte-MasAgro-11\\_12.pdf](http://masagro.mx/dmdocuments/Reporte-MasAgro-11_12.pdf). Consultado: Febrero 2014.

Secretaría de Agricultura, Ganadería, Desarrollo Rural, Pesca y Alimentación (SAGARPA) y Centro Internacional de Mejoramiento de Maíz y Trigo (CIMMYT). **Catálogo de productos y nomenclaturas**. s.f. En línea: [http://conservacion.cimmyt.org/index.php/es/component/docman/doc\\_download/838-catalogo-de-nomenclaturas](http://conservacion.cimmyt.org/index.php/es/component/docman/doc_download/838-catalogo-de-nomenclaturas). Consultado: Noviembre 2015.

Toledo, V. M. y Ortiz E, B. **México, regiones que caminan hacia la sustentabilidad: una geopolítica de las resistencias bioculturales**. 2014. En línea: <http://www.iberopuebla.mx/i3ma/ebook/regiones/files/assets/common/downloads/publication.pdf> Consultado: Octubre 2016.

Trujillo F, J. D., Schwentesius R, R. y Gómez C, M. Á. **Las políticas agrícolas de EUA, la Unión Europea y México: resultados de las reformas**. *Análisis Económico*. 22(50):35-56 pp. 2007.

Turrent F, A. y R. Moreno D. **Producción sostenible de alimentos de origen vegetal en el mundo**. *TERRA Latinoamericana*. 16:93-111 pp. 1998.

Zagoya M., J.; Hernández R., M. L.; María R., A.; López Z., R. J. **Gases efecto invernadero y la producción de trigo en Tlaxcala: Un análisis intrarregional**. *La bioeconomía: Un enfoque emergente ante el reto del cambio climático*. 133-135 pp. 2016.



## POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A AGRICULTURA FAMILIAR EM ENTRE RIOS DO OESTE - PARANÁ

### PUBLIC POLICIES FOR FAMILY AGRICULTURE IN ENTRE RIOS DO WEST - PARANÁ

Fabiola Graciele Besen\*  
Adilson Francelino Alves\*\*  
Tércio Vieira de Araújo\*\*\*  
Valdir Serafim Junior\*\*\*\*

#### RESUMO

As alterações demográficas ocorridas e em curso no Brasil tanto no seu crescimento como na mobilidade da população passando da rural para urbana despertou a atenção dos gestores públicos somente a partir da década de 1990. As políticas públicas voltadas para a agricultura ainda estão em fase de entendimento e incorporação, seja dos poderes públicos seja por parte dos produtores por não terem acesso ou conhecimento pelas mesmas. Diante desse cenário, o objetivo geral deste trabalho está em analisar as políticas públicas disponibilizadas para o agricultor familiar. Para tal, fez-se o estudo no município de Entre Rios do Oeste durante o período de 2013/2016 e uma apreciação das políticas públicas ofertadas pelo município para essa categoria. A pesquisa se classifica como bibliográfica e descritiva quanto aos objetivos, com abordagem quantitativa e qualitativa e análise documental. Este trabalho, com os procedimentos adotados, aponta as ações desenvolvidas pelo poder público para atender as unidades de agricultura familiar, por meio de suas políticas públicas, com interação dos atores envolvidos e critérios técnicos. Através da pesquisa realizada, pode-se concluir que os produtores foram contemplados pelas diferentes políticas públicas atendendo alguns dos objetivos, interesses e expectativas dos mesmos.

**Palavras chave:** políticas públicas, agricultura familiar, orçamento.

#### ABSTRACT

The demographic changes that have taken place in Brazil, both in its growth and in the mobility of the population, from rural to urban, have attracted the attention of public managers only since the 1990s. Public policies for agriculture are still in phase of understanding and incorporation, either by the public authorities or by the producers because they do not have access to or knowledge of them. Given this scenario, the general objective of this work is to analyze the public policies made available to the family farmer. To do so, the study was conducted in the municipality of Entre Rios do Oeste during the period 2013/2016 and an appreciation of the public policies offered by the municipality for this category. The research is classified as bibliographic and descriptive regarding the objectives, with quantitative and qualitative approach and documentary analysis. This work, with the adopted procedures, indicates the actions developed by the public power to attend the units of family agriculture, through its public policies, with the interaction of the involved actors and technical criteria. Through the research, it can be concluded that the producers were contemplated by the different public policies, meeting some of their objectives, interests and expectations.

**Key words:** public policies, family agriculture, budget.

---

\*UNIOESTE - Foz do Iguaçu, Mestre em Desenvolvimento Rural Sustentável -  
fabiolagracielebesen@gmail.com

\*\* UNIOESTE - Foz do Iguaçu, Doutor em Ciências Humanas – adilsonfalves@gmail.com

\*\*\*UNIOESTE - Foz do Iguaçu, Mestre em Desenvolvimento Rural Sustentável –  
professortercio@hotmail.com

\*\*\*\*UNIOESTE - Foz do Iguaçu, Mestre em Desenvolvimento Rural Sustentável –  
professortercio@hotmail.com





## 1. INTRODUÇÃO

Do ponto de vista econômico, conforme o último Censo Agropecuário (IBGE, 2006) 85% do total das propriedades rurais do país pertencem a grupos familiares enquadrados como agricultores familiares. Estes ocupam 24,3 % da área total, representam 74,4% das pessoas ocupadas e respondem por 38% do Valor Bruto da Produção. Do ponto de vista histórico, a Agricultura Familiar até a década de 1990 sempre esteve à margem das políticas públicas, embora seja uma forma de vida de milhares de homens e mulheres que sobreviveu ao longo do tempo.

A agricultura familiar teve destaque em um importante documento internacional, o Informe sobre o Desenvolvimento Mundial 2008 (BANCO MUNDIAL, 2008) cuja edição foi especialmente dedicada ao meio rural. O documento Agricultura para o Desenvolvimento em sua mensagem central reconhece que a agricultura é fundamental para o desenvolvimento, conectando-se a uma das principais metas do milênio que é a redução de 50% da pobreza extrema (FAUTH, 2008). A partir disso, já se delineia a importância que a agricultura familiar desempenha para o desenvolvimento mundial.

Segundo o PNAD 2013 (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios), a população brasileira é composta por 201 milhões de habitantes, sendo 170 milhões residentes na área urbana e 30 milhões na área rural (IBGE, 2013). Isso reflete que o Brasil tem uma considerável população rural que precisa ter atenção dos governantes, o que vem ocorrendo com maior participação das ações do Governo Federal, principalmente a partir de 2002 com a ampliação de políticas públicas especialmente desenhadas para os pequenos agricultores.

Fauth (2008) entende que a forma como a agricultura familiar no Brasil está se apresentando, mostrando processos produtivos multivariados de cultura, são essenciais para a transição à uma economia sustentável. Fauth (2008) acrescenta que, além da agricultura familiar se mostrar uma das melhores formas de ocupação do espaço rural, desempenha a função de conservação da biodiversidade.

Segundo Guilhoto *et al* (2007, p.13), "o setor agropecuário familiar é sempre lembrado por sua importância na absorção de empregos e na produção de alimentos, voltada especialmente para o autoconsumo". Porém devido a sua baixa capacidade produtiva de trabalho e menores condições de aquisição tecnológica, ela é focada mais no caráter social do que o econômico.

Assim, a agricultura familiar encontra dificuldades para competir com a agricultura patronal, e por essa razão, torna-se necessária a criação de políticas públicas adequadas a esse público.

O reconhecimento da agricultura familiar perante o Estado começa a ocorrer a partir dos anos 1990, principalmente após a publicação dos dados da FAO/INCRA (1996), elaborados a partir do Censo Agropecuário de 1995/96. Esses dados demonstravam que, no Brasil, 85,2% dos estabelecimentos eram agricultores familiares, ocupando 24,3% da área, responsáveis por 38% do Valor Bruto da Produção (VBP) e que recebiam somente 25,3% dos financiamentos. Frente a este cenário, os agricultores familiares que respondiam por 85,2%



dos estabelecimentos rurais, passaram a reivindicar, de forma mais atuante, sua participação nas políticas públicas. Mobilizações sociais expressivas como o “Grito da Terra Brasil”, exemplo de encontro que teve sua primeira edição realizada em 1994 foram determinantes para a construção do documento “Propostas e recomendações de política agrícola diferenciada para o pequeno produtor rural”, que foi elaborado pela Comissão Técnica do Pequeno Produtor, no Ministério da Agricultura, do Abastecimento e da Reforma Agrária (GRISA E SCHNEIDER, 2015).

Diante dessa realidade, em 1996, criou-se o PRONAF (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar). Esse programa foi emblemático, foi o pioneiro a destinar recursos públicos específicos do sistema de crédito para a categoria de agricultores familiares. Foi a partir da década de 1990, com o Censo e a criação do PRONAF, que a Agricultura Familiar passou a ser conceituada e estudada, e embora, ela sempre tenha existido, contudo foi apenas a partir desse período, que se criou uma identidade para a mesma, o que possibilitou a construção de políticas públicas específicas para atender esse grupo social em suas especificidades (GRISA E SCHNEIDER, 2015).

Nesse contexto, percebe-se a importância de políticas públicas que sejam adequadas à agricultura na região da Costa Oeste do Paraná. As metas definidas pelo governo no planejamento devem ter uma diretriz para as demandas da sociedade e é o orçamento – Federal, estadual ou Municipal, por conter as receitas e despesas, que passa a ser o instrumento para o cumprimento dessas metas.

Embora nas duas últimas décadas tenha havido uma evolução das políticas públicas para a agricultura familiar, e que as mesmas sofreram várias reformulações, no sentido de atender melhor aos interesses do Estado e dos agricultores, deve-se verificar se essas políticas atendem as necessidades dos agricultores. A percepção das políticas públicas recebida pelos agricultores familiares pode divergir das políticas públicas disponibilizadas pelos governos por meio da aplicação dos recursos, atividades ou ações promovidas por conterem hiatos entre as intenções dos governantes e os interesses dos agricultores. As formas de incentivo para a permanência do homem no campo, e o atendimento para agricultura familiar, por meio das políticas públicas, com investimentos, financiamentos, custeios, nem sempre atende as demandas, interesses e necessidades dos agricultores, principalmente aos agricultores voltados para a agricultura familiar nos municípios. Assim, optou-se por analisar essas políticas públicas e em que medida elas estão beneficiando os agricultores familiares. A pesquisa ocorreu no município de Entre Rios do Oeste - Paraná. O município tem uma população de 4.306 habitantes e uma taxa de urbanização de 67%, caracterizando que 33% (555 unidades de agricultura familiar) vivem no meio rural (IBGE, IPARDES, 2016).



O presente estudo tem por objetivo principal responder a seguinte pergunta de pesquisa: O município de Entre Rios do Oeste possui políticas públicas voltadas à agricultura familiar que contribuam para o desenvolvimento da categoria?

Considerando a problemática de pesquisa, definiu-se como objetivo geral analisar as políticas públicas disponibilizadas para os agricultores familiares neste município e compreender se as mesmas estão contribuindo no sentido da sua permanência e sustentabilidade no campo.

O estudo se justifica pela importância social e econômica que possui a agricultura familiar no Brasil e esse (re) nascimento da temática agricultura familiar no âmbito dos estudos rurais brasileiros que remete a questionamentos sobre o futuro dessa forma social de produção e trabalho. Conforme Schneider (2005), a agricultura familiar produz e fornece alimentos básicos de preço acessível e de boa qualidade para a população. Dessa forma, também se justifica pelo papel que a agricultura familiar vem assumindo em relação à segurança alimentar e nutricional da população.

Este artigo está estruturado em quatro seções. Na primeira seção, definiu-se o problema de pesquisa, objetivo geral e específicos, justificativa e estrutura da pesquisa. A seção dois traz a metodologia utilizada para o desenvolvimento da pesquisa. Na seção 3, fez-se a contextualização no município de Entre Rios do Oeste - PR. O contexto dessa seção aponta a própria história do município, sua organização administrativa, o relacionamento e organização das associações de produtores rurais, e as condições de habitabilidade, estrutura familiar, aspectos econômicos entre outros e contemplou as políticas públicas e as ações voltadas para o atendimento aos produtores rurais. Abarca também os aspectos econômicos relacionados ao percentual do orçamento total do município repassado para a Secretaria da Agricultura para atender as ações das políticas públicas para os produtores. A quantificação dos agricultores familiares no município com aspectos referentes a sua localização, linhas, no município, área das propriedades e descrição de uso das políticas públicas entre outros aspectos também fazem parte desta seção. A seção quatro traz a conclusão da pesquisa e recomendações para trabalhos futuros.

### 3 MATERIAIS E MÉTODOS

Quanto aos objetivos, a pesquisa classifica-se como bibliográfica e descritiva. Para Oliveira (2007, p. 69), o mais importante para quem faz uma pesquisa bibliográfica “[...] é ter a certeza de que as fontes a serem pesquisadas já são reconhecidas do domínio científico”, e por essa razão foi utilizada inicialmente a pesquisa bibliográfica para a fundamentação da pesquisa e construção do referencial teórico.

A pesquisa descritiva, segundo Gil (2008) serve para descrever as variáveis e fenômenos que ocorreram no campo de observação, além de apresentar as características do universo e objeto estudado. Santo (1992) afirma que, ao analisar um determinado modelo, a análise descritiva representa a realidade do objeto. Assim, a pesquisa também é descritiva,



pois buscou descrever o município em estudo, as políticas públicas e os atores envolvidos no processo.

E por fim, se caracteriza como pesquisa exploratória, que segundo Beuren (2008, p.80), é desenvolvida no sentido de proporcionar uma visão geral acerca de determinado fato", e "busca-se conhecer com maior profundidade o assunto, de modo a torná-lo mais claro. Dessa forma, a pesquisa é exploratória, pois pesquisou e explicou as políticas públicas do município, suas ações e como elas são acessadas pelos atores beneficiários.

A abordagem se deu pelo enfoque quantitativo. Segundo Oliveira (2007, p. 39), "[...] o método quantitativo “caracteriza-se pelo emprego da quantificação tanto nas modalidades de coleta de informações quanto no tratamento delas”. Esta pesquisa se caracteriza como quantitativa decorrente da análise dos dados do orçamento público, políticas públicas e dados dos agricultores familiares inseridos em software de gerenciamento estatístico.

Conforme Marconi e Lakatos (2010, pág. 157) “Técnica é um conjunto de preceitos ou processos contidos que se serve uma ciência ou arte; é a habilidade para usar esses preceitos ou normas, a parte prática”.

A análise documental consiste em uma série de operações que visam estudar e analisar um ou vários documentos para descobrir as circunstâncias sociais e econômicas com as quais podem estar relacionados (RICHARDSON, 2009, p. 230). No primeiro momento esta pesquisa utilizou a técnica de pesquisa documental, baseada em documentos (dados secundários) como fonte de coleta de dados.

Os dados secundários são os relatórios - Quadros de detalhamento de despesas, (Portal de Transparência do município), que foram coletados e analisados, e por essa razão, utilizou-se a técnica da pesquisa documental, pois conforme Beuren (2008) são as fontes que ainda não receberam tratamento analítico. Os dados coletados, políticas e valores do orçamento destinados as políticas públicas foram tabulados em uma planilha eletrônica. Os dados referentes as unidades familiares, localização e políticas públicas acessadas por cada unidade familiar foram tabuladas em um software de gerenciamento estatístico próprio.

Quanto à população ou universo de pesquisa, segundo Beuren (2008, p.118) " [...] é a totalidade de elementos distintos que possuem certa paridade nas características definidas para determinado estudo [...] ". O universo de pesquisa foram as unidades de agricultura familiar que existem no município de Entre Rios do Oeste, utilizadas para a análise dos dados secundários levantados na pesquisa.

## 4 - RESULTADOS E DISCUSSÃO

### 4.1 Conhecendo a realidade de Entre Rios do Oeste e as políticas públicas para a agricultura familiar desenvolvidas pelo poder municipal.

A empresa Colonizadora Industrial Madeireira Rio Paraná - MARIPÁ, em 1.956, adquiriu uma região territorial onde atualmente está instalado o Município de Entre Rios do Oeste. Entretanto, o início da colonização, com famílias desenvolvendo atividades e



explorando a agricultura e a criação de suínos, ocorreu principalmente a partir de 1959 (IBGE, 2016).

O distrito de Entre Rios, criado pela lei municipal nº 31, de 31-07-1962, pertencia ao município de Marechal Cândido Rondon e, foi desmembrado e elevado à categoria de município, pela Lei Estadual nº 9301, de 18-06-1990, passando a ser denominado Entre Rios do Oeste (IBGE, 2016). O atual prefeito Jones Heiden é natural de Palotina, PR, tem 49 anos, exerceu o mandato de 2013/2016 pelo PSD (Partido Social Democrático) e foi reeleito na última eleição em outubro de 2016 para o mandato 2017/2020.

Entre Rios do Oeste tem uma área territorial de 120,327 km<sup>2</sup>. Deste espaço territorial, 3.462 hectares (ha) são ocupados com cultivo de lavoura temporária, 3.644 ha destinados as atividades pecuárias e criação de outros animais, 19 ha estão alocados para a horticultura e floricultura e a pesca ocupa uma área de 14 ha. O município margeia o Lago de Itaipu, e como existem inúmeros rios, os quais e, seus afluentes deságuam no Lago da Itaipu, por força legal, são apropriadas áreas de terras que os margeiam como sendo de preservação permanente (IPARDES, 2016).

O desenvolvimento da região Oeste onde faz parte o Município de Entre Rios do Oeste se enquadra, em muitos dos aspectos, considerados na discussão de Frank Ellis e Stephen Biggs (2001), com períodos bem distintos e vivenciados pelos agricultores, moradores desta região.

A população estimada do município de Entre Rios do Oeste é de 4.357 habitantes. A distribuição desta população quanto à sua localização, embasado em dados de 2010 (IBGE, 2010) está na seguinte ordem: 2.642 residentes na área urbana e 1.284 domiciliados em área rural, em um percentual de proporcionalidade que se mantém numa taxa de urbanização de 67%. (IBGE, 2016).

A população da área rural está distribuída em linhas comunitárias, que em alguns municípios são denominados de localidades e/ou distritos, formalizados em termos de lei, é o espaço onde a população rural está localizada ou reside. As linhas (povoados expressivos em população, mas distantes da área urbana principal) existentes pelo município e apontadas neste trabalho correspondem: Entorno (compreendem as propriedades próximas, ao entorno da sede municipal, da cidade), Linha Barra Grande, Linha Boa Esperança, Linha Divisa, Linha Dois Irmãos, Linha Fátima, Linha Felicidade, Linha Feliz, Linha Golondrina, Linha São Paulo, Linha Vista Alegre, Linha Vista Alta e a Linha Volta Gaúcha.

A Prefeitura Municipal por meio da Lei nº 2.016, de 13 de maio de 2014, declarou de utilidade pública as entidades municipais, existentes em algumas das linhas como centros comunitários e agregam os moradores das linhas como pertencentes a estas associações denominadas como:

- Associação de Produtores Rurais da Linha Feliz de Entre Rios do Oeste,
- Associação de Moradores e Amigos da Linha Divisa,
- Associação de Moradores e Amigos de Vista Alegre,
- Associação de Moradores e Amigos de Linha Golondrina,
- Associação de Produtores Rurais da Linha Fátima e Chácaras de Entre Rios do Oeste,



- Associação de Moradores e Amigos de Linha Boa Esperança,
- Associação de Moradores e Amigos de Linha Volta Gaúcha.

Essa formalização legal, com sua respectiva formatação e força jurídica, permite que os moradores por meio de suas associações possam empreender de forma associada, como atores e participar de programas, financiamentos, aquisições, recebimentos de benefícios de bens e serviços a eles destinados ou interessados como estabelecem inúmeros programas governamentais.

São nestas associações, da qual os produtores rurais fazem parte, que ocorrem as interações entre os membros, ali também se afirmam e se preservam as tradições, valores e costumes, mesmo com o olhar inclinado às novas formas de vida e convívio social proporcionado pelas novas tecnologias.

A formação de associações e cooperativas de agricultores tem o objetivo de auxiliar os produtores no processo de organização, produção e comercialização. Segundo Abramovay *et al* (2005), para alguns produtores a entrada nos mercados às vezes apresenta bastante dificuldades, e ao montarem uma associação ou cooperativa, esse processo pode se tornar mais fácil ou menos dificultoso.

Além das associações citadas, está em vigor no município a Associação de Produtores Orgânicos de Entre Rios - APOER, foco dessa pesquisa, com sua administração instituída e em plena atividade e seus produtores encontram-se nas linhas Golondrina, Vista Alegre, Linha Feliz, Linha Divisa, Volta Gaúcha e Linha Fátima. A APOER realiza uma feira semanal de produtos orgânicos em um espaço cedido pela prefeitura próximo ao paço municipal.

Estas linhas e associações estão ligadas e interligadas por um sistema viário em boas condições, pois as vias de acesso estão revestidas de pedras irregulares permitindo seu uso, independente das condições climáticas. Em relação ao acesso as propriedades, algumas têm a mesma estrutura, com pedras irregulares, ou com sistema de cascalho, geralmente elevado, evitando que a água fique sobre a pista em dias de chuva, permitindo também boa circulação para a locomoção independente das condições climáticas.

Nas associações há uma estrutura com edificações permitindo a realização de encontros festivos, de trabalho, palestras e práticas de esporte ou informativa/educativa a quem dela usufruir. Algumas associações possuem também campos de futebol ou quadras desportivas para a realização de atividades esportivas e/ou recreativas.

#### 4.2 Condições de habitabilidade dos produtores rurais

Em relação as condições de habitabilidade, os domicílios particulares e permanentes (formado com materiais duráveis) atingem um quantitativo de 1.408 moradias, unidades, sendo 948 na área urbana e 460 na área rural. Ao comparar a população urbana e rural relacionada a disponibilidade de domicílios estão praticamente no mesmo percentual de 2,80 habitantes por domicílio (IBGE, 2016).



Cabe destaque as condições de habitabilidade destes domicílios. Estas moradias, em sua maioria de alvenaria, que correspondem a materiais duráveis ou mistas, quando parte é de alvenaria e parte de madeira, mas também consideradas de bens duráveis e todas em plenas condições de uso, mesmo que estejam em uso há alguns anos.

Para destacar que as condições existentes das moradias, se assemelham urbano/rural, em relação às condições das mesmas não há grande diferenciação quanto à sua localização, e em todas elas há a disponibilidade de energia elétrica, água canalizada e com sistema de esgotamento sanitário, com destino adequado dos dejetos e do montante de moradias existentes 1.010 domicílios contam com sistema de coleta de lixo (IPARDES, 2016).

Desta forma, as condições de infraestrutura domiciliar existentes no município, não se altera entre os moradores da área urbana e rural, por estarem em condições de paridade ao uso dos recursos e infraestrutura disponibilizados na atualidade. Neste sentido, as condições de vida da população na área rural apresentam as mesmas expectativas e perspectivas consideradas por Long e Ploeg (2011), "onde os atores, agricultores, são participantes ativos dos processos a eles inerentes nos contextos sociais profissionais." (LONG e PLOEG, 2011, p.24)

#### 4.3 Estrutura familiar dos produtores rurais

Em relação a composição das famílias que habitam estes domicílios soma-se um total de 1.223, na seguinte composição: 422 famílias são compostas por 2 pessoas, 400 famílias com 3, 301 com 4 membros, 78 famílias com 5 membros e apenas 24 famílias tem 6 ou mais pessoas (FONTE: IBGE - Censo Demográfico 2014, 2015).

A composição familiar tem um significado importante, pois 67% tem até três componentes, ou seja, o casal mais um filho e 92% das famílias são compostas pelo casal mais dois filhos, ou seja, 4 membros. Considerando a distribuição de faixa etária, as famílias podem ter menores e/ou estudantes, bem como pessoas idosas, e a disponibilidade de pessoas apta para desempenhar as atividades na agricultura fica restrita a poucos munícipes.

O delineamento da composição das famílias dos produtores orgânicos, entrevistados da pesquisa, (26 entrevistados) tem a seguinte formação familiar:

- i) Das propriedades com até 4 ha, oito propriedades estão compostas por duas pessoas; quatro com 3 membros, uma com 4 componentes e uma propriedade com 5 pessoas;
- ii) Das propriedades com área de 6 a 10 ha: três propriedades têm duas pessoas; duas propriedades com 3 e duas propriedades com 4 pessoas.
- iii) Propriedades com 11 a 15 ha: tem duas propriedades com 2 membros, uma propriedade com 3 membros, uma propriedade com 4 membros e uma com 5 membros.

A mudança da composição familiar, cada vez com menos filhos, e estes menos dedicados as atividades agrícolas, transposta aos conceitos de Long (2001) que enfatiza que as



políticas públicas devem atender e acompanhar os processos de mudanças e as formas sociais que constantemente são transformadas e retransformadas aos cidadãos.

Segundo Alves, (2008, p.35), outros aspectos importantes a serem considerados se refere ao modo como os atores mobilizam os conhecimentos de que dispõem, como executam a tradução, como negociam seus papéis e como recebem as propostas de desenvolvimento local.

#### 4.4 Aspectos econômicos de Entre Rios do Oeste

Em relação ao desempenho da economia do município, o comparativo aponta que os maiores avanços ocorreram no valor adicional industrial (incremento de 194%), na produção agropecuária bruta (+65%) e na produção primária comercializada (+25,4%). O setor produtivo de suínos é responsável por 31% da arrecadação em retorno do imposto, que é repassado pelo Governo do Estado aos municípios. A produção de grãos participa com 19,5%, a produção de aves com 18,6%, a produção agropecuária bruta com 10%, o setor industrial contribui com 8,9% do montante, o comércio soma 4,75%, a produção de leite com 4,1% e outras atividades 2,31% do montante. Atualmente, cerca de 85% da arrecadação do município vem da agropecuária (AQUIAGORA.NET,2014).

O município de Entre Rios do Oeste possui um Índice de Desenvolvimento Humano alto, IDH-M de 0,761 (IPARDES, 2016). O IDH-M é um índice composto que agrega três das mais importantes dimensões do desenvolvimento humano: a oportunidade de viver uma vida longa e saudável, de ter acesso ao conhecimento e ter um padrão de vida que garanta as necessidades básicas, representadas pela saúde, educação e renda (PNUD, 2016).

Se comparado aos índices do Estado do Paraná que é de 0,749 (ocupa o 5º lugar entre os Estados brasileiros) e do Brasil é 0,755 (ocupa a 75ª posição no ranking mundial), o município está com o índice mais elevado em relação ao índice do Estado do Paraná e a média nacional (0,761) (PNUD, 2016).

Em relação a renda per capita, o município de Entre Rios do Oeste foi o município com maior arrecadação per capita da região Oeste, segundo diagnóstico do IDESF (Instituto de Desenvolvimento Social e Econômico de Fronteiras), com PIB Bruto (2012): R\$ 111.591,00 PIB Per capita (2012): R\$ 27.780,00 (IDESF, 2016). Em 2013, o PIB Bruto foi de R\$ 140.927,00 e PIB Per capita de R\$ 33.538,00 (IPARDES, 2016).

A média das rendas domiciliares per capita das pessoas residentes no município era de R\$ 1.010,09 em 2013, segundo dados do IPARDES, 2016.

Do exercício de 2014 para 2015, (ano base 2013), o município alcançou o 1º lugar entre 52 cidades da região Oeste, em relação ao aumento do retorno de ICMS (Imposto sobre circulação de bens e mercadorias). Além disso, entre os 399 municípios do Estado do Paraná, encontra-se na 7ª posição, em relação ao aumento em percentual, no período (IPARDES,2016).





#### 4.5 Mecanismos de atendimento ao produtor rural

Para o atendimento aos produtores rurais e principalmente aos produtores orgânicos em termos de assistência rural e acompanhamento de suas atividades a prefeitura mantém diversas formas de atendimento aos mesmos:

- Com a Emater mantém permanente contato para auxílio nas atividades da Emater e disponibilizou um funcionário para o atendimento aos produtores rurais;
- Com a Itaipu Binacional - por meio do Programa Cultivando Água Boa, mantém um vínculo de atendimento aos produtores rurais através de uma empresa especializada em assistência BIOLABORE - Cooperativa de Trabalho e Assistência Técnica do Paraná.
- Com a Unioeste – Universidade Estadual do Oeste do Paraná para fornecer análise de solo aos produtores.

Em relação as entidades da qual os produtores orgânicos entrevistados participam consta a seguinte relação: COPAGRIL - Cooperativa Agrícola Mista de Marechal Cândido Rondon – Ltda, COPERFAM – Cooperativa de Produtores Rurais de Agricultura Familiar, COFAMEL - Cooperativa Agrofamiliar Solidária dos Apicultores da Costa Oeste do Paraná - COPERMILK - Cooperativa de Laticínios Campina da Lagoa. As cooperativas acessadas são para a comercialização da produção.

A totalidade de sócios em cooperativas somam vinte e um (21) produtores o que representa que cinco não são sócios de cooperativas e recebem atendimento exclusivo da EMATER e/ou da BIOLABORE (Cooperativa de Trabalho e Assistência Técnica do Paraná.)

Quanto às ações das políticas públicas desenvolvidas pelo município, segundo informações repassadas pelo Secretário de Agricultura do município, as políticas públicas para a Agricultura abrangem as seguintes ações:

Essa apreciação das políticas públicas voltadas a agricultura familiar, direcionada pelos governantes aos atores rurais é a base do próximo tópico no encontro de identificar as políticas disponibilizadas, a análise de sua apropriação pelos atores rurais e possíveis hiatos entre as políticas ofertadas pelos governantes e se as mesmas são entendidas e recebidas pelos atores rurais.



## QUADRO 1 - Ações detalhadas das políticas públicas do município

Política Pública	Ações
Manejo de dejetos animais	Fornecimento de tubos de concreto, no manejo de dejetos animais, como auxílio na construção de pocilgas e chiqueiros
Manutenção e conservação de abastecedouros comunitários	Manter os abastecedouros comunitários bem conservados, em funcionamento e realizar estudos para construção de novos abastecedouros em localidades que necessitem do mesmo.
Manutenção do viveiro de mudas	Manutenção do viveiro de mudas com objetivo de obter mudas para oferecer aos munícipes.
Manutenção do Programa de Educação Ambiental	Realizar campanhas educacionais na área ambiental junto com entidades e escolas e todo o meio rural e sociedade em geral, com ações de uso adequado da água e conservação de matas ciliares e florestas, visando a sustentabilidade ambiental.
Manutenção do Programa Cultivando Água Boa  (Em parceria com a Itaipu Binacional)	Incentivo aos produtores rurais que adotam medidas de proteção de nascentes de águas, visando a preservação do meio-ambiente e a utilização sustentável da água nas atividades rurais, tais como: suinocultura, bovinocultura, hortifrutigranjeiros e agricultura familiar em parceria com a Itaipu Binacional. Os incentivos da Prefeitura: I - fornecimento de até 1.200 (Um mil e duzentos) metros de tubos de PVC; II - fornecimento de moto-bomba, de até 5cv; III - fornecimento de caixa de água, de até 20.000 litros; IV - serviços de até 30 (trinta) horas máquina, visando a preparação do terreno onde será feita a preservação de nascentes de água e colocação dos tubos de PVC; V - instalação de tubos; VI - auxílio técnico na consecução dos serviços inerentes ao objeto desta Lei; VII – fornecimento de até 24 m <sup>3</sup> (vinte e quatro metros cúbicos) de pedra marroada; VIII – fornecimento de até 3 (três) tubos de concreto com diâmetro de até 1,2 metros. Auxílio da Itaipu nas minas d'água, irrigação açudes, cercas ecológicas.... Fornecimento de técnico para auxiliar a agricultura orgânica no município.
Análise de Solos	Convênio com a Unioeste para fornecer análise de solo aos produtores de forma gratuita.
Distribuição de Esterco Líquido	Programa de aplicação de esterco líquido incentivando a adubação orgânica, diminuindo custos de produção e aumentando a fertilidade do solo.
Fomento à cama de aviário	Programa de incentivo à adubação e correção de solo com cama de aviário/esterco seco.
Incentivo a agricultura orgânica	Incentivo a produção de produtos orgânicos, levando apoio e incentivos a APOER (Associação de Produtores orgânicos de Entre Rios do Oeste) buscando diversificar a produção com qualidade e técnicas modernas de produção na área agroecológica.
Incentivo a apicultura	Incentivo e apoio aos apicultores atendendo as necessidades da associação.
Melhoria genética do gado leiteiro	Oferecer de forma gratuita sêmen bovino de qualidade para aumentar a produtividade do leite, melhorando a genética do rebanho bovino.
Melhoria genética do rebanho suíno	Oferecer de forma gratuita sêmen suíno de qualidade para aumentar a produção, melhorando a genética do plantel.
Apoio ao desenvolvimento da piscicultura	Auxiliar a produção com fornecimento de alevinos e na construção de tanques escavados.
Controle da formiga	Fornecimento de iscas formicidas e auxílio técnico no controle de pragas.
Assistência técnica agropecuária	Assistência Técnica Agropecuária com objetivo de auxiliar o agricultor para obter qualidade nas atividades voltadas a agricultura.
Aplicação de calcário	Fornecer calcário para corrigir a acidez do solo, conforme análise de solo e recomendação técnica.
Fomento a adubação verde (distribuição de aveia)	Oferecer até 120 kg de semente de aveia por produtor de leite de forma gratuita com o objetivo de diminuir os custos da alimentação animal.
Controle da brucelose e tuberculose	Programa de auxílio nos exames de brucelose e tuberculose para manter o controle da sanidade do plantel de animais.
Manutenção e remodelação da Feira do produtor	Manter a feira de produtos orgânicos e panificados, fornecendo o espaço e as condições de infraestrutura.
Auxílio na aquisição de ordenhadeiras e resfriadores a produtores rurais	Auxílio na aquisição de ordenhadeiras e resfriadores a produtores rurais que trabalham com gado leiteiro.
Amparo ao pequeno produtor rural (incentivo ao associativismo)	Incentivar as associações de produtores rurais com a finalidade de manter o homem no campo, auxiliando com o fornecimento de máquinas e equipamentos agrícolas para facilitar os trabalhos na agricultura.

Fonte: Prefeitura do Município de Entre Rios do Oeste, adaptado pelos autores.



#### 4.6 O quadro das políticas públicas e agricultura familiar no município

Em definição estrita as políticas públicas são a materialização do Estado para atender às demandas da sociedade. Através das diretrizes, programas, projetos e atividades que o Estado busca atender essas demandas (ARAÚJO, 2009).

Dessa forma, analisar o desempenho e o cumprimento de objetivos da Administração Pública revela-se indispensável na consolidação de um Estado sério, que exerce suas funções com objetividade e comprometimento, elevando substancialmente sua credibilidade perante a sociedade (ARAÚJO, 2009).

Assim sendo, em um Estado democrático e transparente, a publicação dos planos diretores e dos balanços relativos a determinados períodos constituem elementos indispensáveis na conquista de confiabilidade da sociedade por parte da Administração Pública. O balanço orçamentário, em virtude de conter estimativas e efetivas execuções é o documento que representa a ferramenta administrativa na verificação do desempenho e da aplicação dos recursos públicos (ARAÚJO, 2009).

Conforme afirma Araújo (2009, p.158), o balanço orçamentário “[...] apresenta as receitas estimadas e as despesas fixadas no orçamento em confronto, respectivamente, com as receitas arrecadadas e com as despesas realizadas”.

Analisar tais informações, cruzando planejamentos com projetos efetivamente executados, mostra-se indispensável na avaliação do desempenho de gestões. Para isso, fez-se o levantamento do valor total do orçamento do município de Entre Rios do Oeste e o valor destinado para a agricultura no período de 2013 a 2016. Essa perspectiva demonstra as atividades empreendidas na agricultura e os seus limites orçamentários.

TABELA 1 - Orçamento Município de Entre Rios do Oeste (2013/2016)

Orçamento Município Entre Rios do Oeste (2013 - 2016)				
	2013	2014	2015	2016
Orçamento total	17.600.000	23.172.350	24.850.000	29.700.000
S Secretaria Agricultura	1.462.480	1.326.510	1.425.000	1.637.700
% destinado a Secretaria de Agricultura	8,31	5,72	5,73	5,51

FONTE: Quadro de Detalhamento da Despesa - Portal da Transparência Município de Entre Rios do Oeste

A disponibilidade de recursos não configura, por si só, um valor pertinente à melhoria na área agrícola, um bom planejamento de atividades correlacionadas e interligadas pode proporcionar melhores resultados, seja em retorno a estabilidade econômica aos produtores rurais e consequentemente renda ao município e estabilidade na permanência da população na área agrícola, seja em resultados positivos agregados em boas ações decorrentes de um



planejamento ordenado para um período considerado de tempo com seus propósitos previamente estabelecidos.

A agricultura é um forte incremento social e econômico a ser considerado quando da elaboração e distribuição orçamentária pelos gestores municipais, uma vez que os poucos recursos aplicados respondem consideravelmente no resultado final, seja em maior participação na cadeia alimentar, de renda, geração de empregos e sustentabilidade econômica social do município.

No encontro de identificar as ações, relacionadas às políticas públicas efetivadas ou disponíveis para e voltadas à agricultura com o demonstrativo dos valores aplicados nas ações no período de 2013 a 2016, construiu-se a Tabela 02:

**TABELA 2 – Valores em Reais (R\$) do Orçamento Municipal para as políticas públicas da Secretaria da Agricultura**

<b>Repasse do município para as políticas públicas da Secretaria da Agricultura (2013-2016)</b>				
<b>Políticas Públicas</b>	<b>2013</b>	<b>2014</b>	<b>2015</b>	<b>2016</b>
Manejo de dejetos animais	10.000	10.000	14.000	30.000
Manutenção e conservação de abastecedouros comunitários	10.000	20.000	10.000	15.000
Manutenção do viveiro de mudas	1.000	3.000	2.000	2.000
Manutenção do Programa de Educação Ambiental	10.000	7.000	2.000	1.500
Manutenção do Programa Cultivando Água Boa (Em parceria com a Itaipu Binacional)	222.000	277.000	364.300	390.000
Análise de Solos	3.865	6.600	5.000	4.000
Distribuição de Esterco Líquido	30.000	40.000	40.000	62.000
Fomento à cama de aviário	45.000	34.000	130.000	
Incentivo a agricultura orgânica	13.000	15.000	10.000	15.000
Incentivo a apicultura	10.000	10.000	5.000	15.000
Melhoria genética do gado leiteiro	52.000	59.000	60.000	76.000
Melhoria genética do rebanho suíno	48.000	48.000	45.000	55.000
Apoio ao desenvolvimento da piscicultura	10.300	25.000	54.000	80.000
Controle da formiga	1.000	10.000	8.000	10.000
Assistência técnica agropecuária	116.215	131.600	128.000	268.000
Aplicação de calcário		10.000	10.000	80.000
Fomento a adubação verde (distribuição de aveia)		28.100	32.000	35.000
Controle da brucelose e tuberculose		24.000	48.000	52.000
Manutenção e remodelação da Feira do produtor			19.000	
Auxílio na aquisição de ordenhadeiras e resfriadores a produtores rurais			30.000	
Amparo ao pequeno produtor rural (incentivo ao associativismo)			30.000	
<b>Total</b>	<b>582.380</b>	<b>758.300</b>	<b>1.046.300</b>	<b>1.190.500</b>

FONTE: Quadro de Detalhamento da Despesa - Portal da Transparência Município de Entre Rios do Oeste

Os valores do orçamento para as políticas públicas e aplicados na Secretaria da Agricultura apontados na Tabela 02, nas 21 políticas de apoio as atividades agropecuárias, são complementados com valores destinados as despesas de manutenção da própria secretaria e com a alocação de um dado valor para a aquisição de área de terra para implantação do parque ecológico (tabela 3).



**TABELA 3 - Destinação do Orçamento na Secretaria de Agricultura**

<b>Destinação dos valores do orçamento para a Agricultura (2013 - 2016)</b>				
	2013	2014	2015	2016
Orçamento total para Secretaria da Agricultura	1.462.480	1.326.510	1.425.000	1.637.700
Valores repassados para as Políticas Públicas	582.380	758.300	1.046.300	1.190.500
Valores em %	40%	57%	73%	72%
Valores para Manutenção da Secretaria e aquisição de área de terra para o Parque Ecológico	880.200	568.210	378.700	447.200
Valores em %	60%	43%	27%	28%

FONTE: Quadro de Detalhamento da Despesa - Portal da Transparência Município de Entre Rios do Oeste

Identificou-se que apesar do valor repassado para a Secretaria da Agricultura ter diminuído no decorrer dos anos, o valor aportado às políticas públicas aumentou conforme demonstrado na Tabela 03, o que pode indicar que a prefeitura passou a olhar com mais cuidado o meio rural. No encontro de entender, identificar e apropriar os valores do orçamento municipal, o valor alocado para a secretaria de agricultura e como esta apropria estes valores em políticas públicas para a agricultura, fez-se um diagnóstico a ser verificado nos próximos itens os quais ilustram as finalidades dos recursos.

#### 4.7 Um enfoque nas unidades de agricultura familiar

O mapeamento da distribuição das unidades agrícolas com a identificação de sua área, ou enquadramento do tamanho da propriedade e sua localização relacionado a linha pertencente fazem parte da Tabela 4 onde constam o total das 555 propriedades familiares identificados no município de Entre Rios do Oeste.

**TABELA 4 - Unidades de agricultura familiar do município conforme endereço e área**

ENDEREÇO	ÁREA EM HECTARES													TOTAL	
	0 a 5	6 a 10 ha	11 a 15	16 a 20	21 a 25	26 a 30	31 a 35	36 a 40	41 a 45	46 a 50	51 a 55	56 a 60	61 a 65		66 a 72
Entorno	19	4	2	0	1	1	2	0	0	0	0	0	0	0	29
Linha Barra Grande	2	1	1	1	1	0	0	0	0	1	0	0	0	0	7
Linha Boa Esperança	22	17	6	6	2	2	0	1	1	0	2	0	0	1	60
Linha Divisa	32	10	4	4	1	1	0	0	2	1	0	0	0	0	55
Linha Dois Irmãos	0	4	0	1	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	6
Linha Fátima	8	3	3	0	4	1	1	1	0	0	0	0	0	1	22
Linha Felicidade	16	15	2	1	1	1	1	2	0	1	0	0	0	0	40
Linha Feliz	9	7	4	1	1	1	0	0	3	1	0	0	0	0	27
Linha Golondrina	34	16	9	5	3	2	2	0	0	0	1	0	0	0	72
Linha São Paulo	6	1	0	1	2	1	1	0	0	0	0	0	0	1	13
Linha Vista Alegre	63	19	11	12	9	3	4	1	1	2	1	1	0	0	127
Linha Vista Alta	0	1	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2
Linha Volta Gaúcha	42	18	16	10	3	2	1	1	0	1	0	0	1	0	95
	253	116	58	43	28	16	12	6	7	7	4	1	1	3	555

FONTE: Prefeitura do Município de Entre Rios do Oeste, adaptado pela autora.



Na Tabela 4 estão classificadas as unidades de agricultura familiar do município conforme a área e endereço demonstrando que as políticas públicas constantes na Tabela 2, estão disponíveis para todas as linhas e ao conjunto destas 555 propriedades existentes no município, pois se enquadram como agricultura familiar. Esta referência de agricultura familiar está enquadrada nos parâmetros de classificação da “Lei da Agricultura Familiar”, criada em 2006, que considera agricultor familiar:

aquele que pratica atividades no meio rural, atendendo simultaneamente, aos seguintes requisitos: I não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais; II utilize predominantemente mão de obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento; III tenha renda familiar predominantemente originada de atividades econômicas vinculadas ao próprio estabelecimento ou empreendimento; IV dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família.

Cada módulo fiscal corresponde a 18 hectares, assim, quatro módulos fiscais correspondem a 72 hectares. Conforme verificado, as unidades de agricultura familiar do município não ultrapassaram os 72 hectares. A Tabela 4 retrata a quantidade de total de propriedades, correspondente a 555 propriedades.

Na Tabela 5 pode-se verificar o uso das políticas públicas pelos agricultores familiares do município. Esses dados foram coletados junto à Secretaria da Agricultura que mantém um controle de algumas políticas, o que significa que esses dados correspondem a uma parte da realidade, quer dizer, há políticas públicas que foram acessadas, mas que não se encontram na relação da Secretaria.

Cabe ressaltar que algumas das políticas elencadas na tabela 5, logo abaixo, são políticas federais ou estaduais, mas a prefeitura participa com assistência técnica no caso do programa Projeto Casa Rural (Estado do Paraná), no caso dos programas PAA e PNAE (Governo Federal) e no caso do auxílio para reforma e construção de açudes com a disponibilização de máquinas da secretaria de viação e obras. Dessa forma, elas não se encontram explicitadas no QUADRO 1.

A Tabela 5 demonstra que em todas as linhas há propriedades com acesso as políticas públicas ofertadas pelo município. A quantidade de produtores que usufruíram, acessou as políticas públicas, em ordem decrescente compreendem: 71 pertencentes a Linha Vista Alegre, 58 localizados na Linha Volta Gaúcha, 35 na Linha Golondrina, 32 na Linha Boa Esperança e 26 na Linha Divisa, 15 pertencentes a Linha Felicidade, 14 tem suas propriedades no Entorno da sede municipal, 9 da Linha Feliz, 5 da Linha São Paulo, 4 residentes na Linha Barra Grande, 3 na Linha Dois Irmãos e um da Linha Vista Alta.



TABELA 5 - Políticas Públicas acessadas por Linha

Endereços	POLÍTICAS PÚBLICAS										Total
	Análise Solo	Aplicação Calcário	Assistência técnica agropecuária	Auxílio ao PAA e PNAE	Auxílio ao Projeto Casa Rural	Auxílio na reforma/edifícios	Distribuição de Aveia	Distribuição de Esterco Líquido	Melhoria genética do gado bovino		
Entorno	0	0	13	1	3	1	6	7	2		14
Linha Barra Grande	0	0	4	0	1	0	4	1	1		4
Linha Boa Esperança	1	0	23	0	6	1	11	10	7		26
Linha Divisa	1	1	30	0	11	0	21	18	7		32
Linha Dois Irmãos	0	0	3	0	0	0	3	0	0		3
Linha Fátima	1	1	12	1	1	2	11	6	4		12
Linha Felicidade	0	1	15	0	2	1	5	5	4		15
Linha Feliz	1	0	8	0	1	1	2	5	1		9
Linha Golondrina	0	0	33	0	11	0	24	14	11		35
Linha São Paulo	0	0	5	0	0	1	5	0	2		5
Linha Vista Alegre	6	4	64	4	12	2	44	32	14		71
Linha Vista Alta	0	0	1	0	0	0	1	1	1		1
Linha Volta Gaúcha	0	0	49	0	14	5	32	11	19		58
Total	10	7	260	6	62	14	169	110	73		285

FONTE: Prefeitura do Município de Entre Rios do Oeste, adaptado pelos autores.

Os membros de cada linha, comunidade, interagem entre si em inúmeras oportunidades como em eventos religiosos, eventos culturais, sociais, bailes, festas, atividades esportivas em que os membros da comunidade se reúnem. Os encontros também podem ocorrer de forma esporádica ou ocasionais, mas permite que os mesmos dialoguem sobre os acontecimentos de sua propriedade e familiares, o que é muito comum entre a população local. Assim as políticas públicas podem ser disseminadas entre os agricultores mesmo que não tenham obtido informação ou comunicação direta da gestão municipal. A demonstração de uso das políticas públicas pelos produtores rurais pertencentes a agricultura familiar em relação ao tamanho da propriedade pode ser constatada na Tabela 6.

A Tabela 6 demonstra que agricultores familiares com todos os tamanhos de propriedades tiveram acesso, fizeram uso, dos benefícios das políticas públicas, cada qual com a mais conveniente as suas condições e necessidades.

As políticas públicas foram utilizadas em 285 propriedades (51,53% das unidades de agricultura familiar). As políticas mais acessadas foram Assistência Técnica por 260 produtores, sendo notório o uso desta política, pelos proprietários com menores áreas de terras aos de maiores áreas, ou seja, os proprietários com área de até 4 ha, 100 destes acessaram a assistência técnica, seguidos pelas propriedades de 6 a 10 há com 60 usuários e assim sucessivamente como consta na Tabela 6.



TABELA 6 - Políticas Públicas acessadas por área em hectares (ha)

ÁREA EM HECTARES (HA)	POLÍTICAS PÚBLICAS									Total
	Análise Solo	Aplicação Calcário	Assistência técnica agropecuária	Auxílio ao PAA e PNAE	Auxílio ao Projeto Casa Rural	Auxílio na reforma	Distribuição de Aveia	Distribuição de Esterco Líquido	Melhoria genética do rebanho bovino	
0 a 5 há	6	3	100	4	40	3	70	40	23	117
6 a 10 há	1	2	60	1	17	5	39	19	23	67
11 a 15 há	1	1	29	1	4	1	17	11	9	30
16 a 20 há	1	0	28	0	0	1	16	20	4	28
21 a 25 há	1	1	16	0	1	2	10	10	6	16
26 a 30 há	0	0	8	0	0	0	7	2	3	8
31 a 35 há	0	0	6	0	0	0	3	3	1	6
36 a 40 há	0	0	5	0	0	1	2	2	2	5
41 a 45 há	0	0	2	0	0	1	0	1	0	2
46 a 50 há	0	0	1	0	0	0	1	1	0	1
51 a 55 há	0	0	2	0	0	0	1	1	0	2
61 a 65 há	0	0	1	0	0	0	1	0	1	1
66 a 72 há	0	0	2	0	0	0	2	0	1	2
Total	10	7	260	13	62	14	169	110	73	285

FONTE: Prefeitura do Município de Entre Rios do Oeste, adaptado pelos autores.





Fato semelhante ocorre com a distribuição de aveia onde 169 agricultores foram beneficiados com esta política e os proprietários com até 4 ha foram os mais acessados com 70 beneficiados, houve acesso também em ordem decrescente pelo tamanho de propriedade, ou seja, quanto menor a propriedade, mais usuários, com exceção ao pertencentes entre 66 a 72 ha que teve dois beneficiados, ultrapassando alguma classificação de produtores com propriedades menores.

## 5 CONCLUSÕES

Esta pesquisa apresentou um diagnóstico das políticas públicas do município de Entre Rios do Oeste - PR, buscando responder o problema de pesquisa apresentado. Na pesquisa, identificou-se que os agricultores familiares com todos os tamanhos de propriedades e em todas as linhas a qual pertencem tiveram acesso, fizeram uso, dos benefícios das políticas públicas, cada qual com a mais conveniente as suas condições e necessidades.

Num contexto geral, a oferta, disponibilidade e acesso as políticas públicas do município de Entre Rios do Oeste estão para todos os produtores rurais. Como consta na Tabela 4, com uma apresentação das unidades relacionadas a sua localização em cada distrito ou entorno da sede municipal. Apontou-se na Tabela 4 a existência de 555 unidades agrícolas e 253 (46%) destas unidades agrícolas tem até 5,0 Hectares e, quando vistos nas unidades com até 10 hectares este panorama passa a ser de 369 unidades (67%) o que caracteriza um município com grande participação de pequenas propriedades rurais, concentrando desta forma parcela importante da população no meio rural. Do ponto de vista de estudos futuros, a sugestão seria realizar um estudo sobre os mecanismos que podem ser implantados para o fortalecimento das políticas públicas.

## REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, R, *et al.* **Agricultura Familiar entre o Setor e o Território.** São Paulo. 2005. Disponível em:< [http://www.oikonomika.com.br/artigos/A\\_agricultura\\_familiar\\_entre\\_o\\_setor\\_e\\_o\\_territorio.pdf](http://www.oikonomika.com.br/artigos/A_agricultura_familiar_entre_o_setor_e_o_territorio.pdf)> Acesso em: 08 de out 2016.

ALVES, A. F. **Do Desenho a Implementação de projetos de desenvolvimento rural sustentável:** interfaces e negociações no projeto vida na roça (Paraná). 2008. 234, p. Tese. UFSC. Florianópolis. 2008.

AQUIAGORA.NET. **Entre Rios do Oeste tem o maior crescimento de ICMS na região Oeste do Paraná.** Disponível em: <http://aquiagora.net/noticias/ver/47007/> Acesso em: 01 out 2016.



ARAÚJO, I. **Contabilidade Pública: Teoria e Prática**. São Paulo: Saraiva, 2009.

BANCO MUNDIAL **Informe sobre el desarrollo mundial 2008: agricultura para el desarrollo**. Washington, D. C., out. 2008.

BRASIL, **Política Nacional de Agricultura Familiar**. Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2006/lei/111326.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111326.htm). Acesso em 01/06/2015.

BEUREN, I.M. **Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade**. 3ª ed., São Paulo: Editora Atlas S.A., 2008.

FAUTH, E. M. **Agricultura familiar: evolução favorável em anos recentes**. Ind. Econ. FEE. Porto alegre, v.35 n.4, p.51-60, 2008.

GIL, A.C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. edição. São Paulo: Atlas, 2008.

GUILHOTO, J.; J.M. *et al.* **PIB da agricultura familiar: Brasil-Estados**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2007.

GRISA, C. SCHNEIDER, S. **Políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil / Organizadores Catia Grisa [e] Sergio Schneider**. – Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2015. 624 p.

IBGE - **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/trabalhoerendimento/pnad2013/default.shtm>. Acesso em 21 out 2015.

\_\_\_\_\_ **IBGE CIDADES**, 2016. Disponível em: <http://cidades.ibge.gov.br/painel/historico.php?codmun=410753>. Acesso em 10 out 2016.

\_\_\_\_\_**Censo Agropecuário 2006: agricultura familiar, Brasil, grandes regiões e unidades da federação**. Rio de Janeiro, IBGE, 2009.

\_\_\_\_\_**Síntese de indicadores sociais** : uma análise das condições de vida da população brasileira : 2015 / IBGE, Coordenação de População e Indicadores Sociais. - Rio de Janeiro : IBGE, 2015. 137p. - (Estudos e pesquisas. Informação demográfica e socioeconômica, ISSN 1516-3296 ; n. 35)

IDESF - Instituto de desenvolvimento social e econômico de fronteiras. Disponível em: <http://www.idesf.org.br/>. Acesso em 07 de out 2016.



INCRA/FAO. **Novo retrato da agricultura familiar: o Brasil redescoberto**. Brasília: INCRA/FAO,2000.

IPARDES, Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. **Caderno Estatístico do município de Entre Rios do Oeste. 2016**. Disponível em: <http://www.ipardes.gov.br/cadernos/MontaCadPdf1.php?Municipio=85988&btOk=ok>. Acesso em 15 set 2016.

\_\_\_\_\_. **Subdivisão, posse e uso da terra no Paraná**. Curitiba: IPARDES, 1976. Disponível em: <[http://www.ipardes.pr.gov.br/biblioteca/docs/subdivisao\\_posse\\_terra\\_pr\\_16\\_76.pdf](http://www.ipardes.pr.gov.br/biblioteca/docs/subdivisao_posse_terra_pr_16_76.pdf)>. Acesso em 30 dez 2016.

LONG, N. **Development sociology: actor perspectives**. London and New York: Routledge, 2001. 293 p.

LONG, N. PLOEG, J.D.Van Der. **Heterogeneidade, ator e estrutura: para a reconstrução do conceito de estrutura**. In: Os atores do desenvolvimento rural: perspectivas teóricas e práticas sociais/ organizadores Sergio Schneider e Marcio Gazolla. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2011.

MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 7 Ed. São Paulo: Atlas, 2010.

OLIVEIRA, M. M. de. **Como fazer pesquisa qualitativa**. 2. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2007.

PNUD - PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO. **Do global para o local**. Disponível em : <http://www.pnud.org.br/ODS.aspx>. Acesso em 23 jun 2016.

RICHARDSON, Jarry Richardson. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

SANTO, A. do E. **Delineamentos de Metodologia Científica**. 1 ed. São Paulo: Editora Loyola, 1992.

SCHNEIDER, S. **A pluriatividade e o desenvolvimento rural brasileiro**. cadernos do CEAM, “Agricultura Familiar e Desenvolvimento Territorial – Contribuições ao Debate”. Brasília, ano V, n. 17, p. 23-42, fev. 2005.



## Quem são as mulheres participantes do cooperativismo no Paraná?

## Who are the women participating in cooperativism in Parana State?

Aline Saggin\*  
Adilson Francelino Alves\*\*

### Resumo

O crescente desenvolvimento da sociedade fez com que a mulher também se fizesse presente nos movimentos sociais, associações, cooperativas entre outras instituições sociais. Muitas dessas mulheres procuram nessa participação um meio de serem vistas e ouvidas, lutando assim por seus direitos. Visando compreender melhor esse grupo, será traçado um breve perfil socioeconômico das mulheres vinculadas às cooperativas de economia solidária do estado do Paraná, juntamente com uma pequena abordagem sobre o cooperativismo. Para a construção do perfil será utilizado um banco de dados com informações de 384 mulheres, que participaram do Congresso de 10 anos da União Nacional da Agricultura Familiar e Economia Solidária – UNICAFES realizado em 2015. A pesquisa procura analisar e compreender alguns aspectos do perfil das mulheres vinculadas às cooperativas da agricultura familiar e economia solidária, podendo assim, melhorar a forma de trabalho com esse grupo.

**Palavras-chave:** Cooperativismo; gênero; economia social e solidária.

### Abstract

The growing development of society has made women also present in social movements, associations, cooperatives among other social institutions. Many of these women seek this participation as a means of being seen and heard, fighting for their rights. In order to better understand this group, a brief socioeconomic profile of the women linked to the solidarity economy cooperatives of the state of Paraná will be drawn up, together with a small approach on cooperativism. For the construction of the profile will be used a database with information of 384 women, who participated in the 10-year Congress of the National Union of Family Agriculture and Solidarity Economy - UNICAFES conducted in 2015. The research seeks to analyze and understand some aspects of the profile of Cooperatives of the family agriculture and solidary economy, being able to improve the way of working with this group.

**Keywords:** Cooperativism; gender; Social and solidarity economy.

---

\* Bolsista do PIBIC – Fundação Araucária Acadêmica do 2º ano do Curso de Serviço Social da Universidade Estadual do Oeste do Paraná UNIOESTE Francisco Beltrão – PR. E-mail: alinesaggin@gmail.com

\*\* Sociólogo, doutor pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), professor Associado da UNIOESTE – Francisco Beltrão, membro do Grupo de estudos Territoriais (GETERR) e pesquisador do Instituto de Pesquisa Risco e sustentabilidade (IRIS), docente do PPGRDRS Mestrado/doutorado e orientador PIBIC. E-mail: adilsonfalves@gmail.com



## 1. Introdução

O desenvolvimento do cooperativismo deu-se como resposta as precárias condições de vida dos trabalhadores após a Revolução Industrial. Ele foi criado como uma alternativa de adaptação e concorrência ao mercado capitalista industrial, que já em meados do século XIX acarretava em alto índice de desemprego. Dessa forma, frente às adversidades sociais da época consolida-se a primeira cooperativa, a “Sociedade dos Probos, Pioneiros de Rochdale”, em Rochdale na Inglaterra.

O cooperativismo se caracteriza pelos seus idealizadores como um movimento social e econômico que visa constituir uma sociedade mais justa. Esse processo se efetiva através de empreendimentos que procuram atender as necessidades econômicas, sociais e culturais comuns de seus cooperados.

Sabe-se, porém que o ato de cooperar antecede o cooperativismo como instituição social, e que desde os tempos mais remotos já se adotavam práticas de cooperação entre os grupos sociais nas mais variadas sociedades e civilizações no passado. Sendo dessa forma a cooperação um dos elementos centrais na história da humanidade.

Contudo, como vimos foi apenas durante a Revolução Industrial na Inglaterra, no século XIX que as classes operárias e lideranças intelectuais criaram associações de caráter assistencial que moldaram o que modernamente é reconhecido como cooperativismo.

Como já salientado, os registros históricos indicam que a primeira cooperativa surgiu em 1844, em Rochdale constituindo assim a “Rochdale Quitable Pioneers Society Limited” tendo sido essa primeira experiência constituída por 28 operários na maioria tecelões, dos quais apenas uma era mulher.

Essa primeira experiência incentivou parte do movimento socialista da época que propôs a criação de cooperativas, cujo modelo central de produção constituía-se na ideia de contemplar a partilha de sobras entre os sócios membros como forma de combater a pobreza e a exclusão social. No Brasil a história do cooperativismo ocorre apenas três anos após o surgimento do cooperativismo Europeu, com a criação em 1847 da Colônia Agrícola Tereza Cristina, situada no interior do estado do Paraná, no município de Cândido de Abreu. A Colônia Tereza Cristina foi idealizada pelo médico francês Jean-Maurice Faivre, deveria proporcionar às pessoas um espaço para produzir e consumir de forma coletiva. Contudo, a experiência durou apenas 11 anos tendo terminado em 1858 com a morte do seu idealizador. Decorridos os anos o cooperativismo solidário enfrenta ainda diversos desafios sendo um deles o de incluir as mulheres nos quadros sociais e diretivos das cooperativas. O presente artigo procurará analisar um banco de dados coletado junto à mulheres vinculadas à União Nacional de Cooperativas de Agricultura Familiar e Economia Solidária (UNICAFES) durante a realização do Congresso de 10 anos dessa entidade. Objetiva-se descrever os principais elementos da participação feminina no cooperativismo de agricultura familiar no Paraná.

Dessa forma, o presente artigo ao analisar o perfil elaborado, visa responder a questão de quem são as mulheres participantes do cooperativismo. Para responder essa indagação



serão considerados e comparados os seguintes aspectos socioeconômicos: *idade X sexo*; *idade X renda*. Os resultados poderão auxiliar na formulação de estratégias de trabalho com o referido grupo, visando maior qualidade no atendimento ao mesmo.

Para melhor compreender essa conjuntura, torna-se necessário fazer um recorde histórico do cooperativismo e da economia solidária. Abordando sua relação e influência no desenvolvimento da sociedade e por consequência da mulher.

## 2. Referencial teórico

### 2.1. O surgimento do cooperativismo

O cooperativismo surge com a criação da “Sociedade dos Probos, Pioneiros de Rochdale” instaurada por um grupo de vinte e sete tecelões e uma tecelã, no bairro de Rochdale na Inglaterra no ano de 1844. A cooperativa visava à melhoria das condições de vida da população que sofria com os resultados da Revolução Industrial. Essa cooperativa também era tida como uma forma econômica alternativa para a inserção do grupo no mercado, visto que o mercado existente submetia a população a extensas jornadas de trabalho e a preços abusivos. Essa forma de organização popular serviu de incentivo para o surgimento de novas cooperativas que visam à melhoria das condições socioeconômicas da população.

Desde seu surgimento, as cooperativas oferecem a seus integrantes melhores condições para a inserção dos mesmos no mercado. Visto que se esse grupo atuasse de forma isolada, o acesso ao mercado seria mais árduo, quase que inexistente.

Como explanado por Gonçalves; Sobrinho (2011, p.105), os princípios do cooperativismo vão surgir em uma sociedade conturbada onde a população era explorada e oprimida. Nessa mesma conjuntura social surge a economia solidária, uma economia cuja forma de ação é igualitária e social.

### 2.2. Economia solidária

Como citado, aliado ao surgimento do cooperativismo ocorrerá a manifestação de uma nova forma de economia, a Economia Solidária. Além de seu caráter social e igualitário, a economia solidária faz um resgate de antigos valores: ajuda mútua, equidade, solidariedade e responsabilidade (GONÇALVES; SOBRINHO, 1990). Essa nova forma de organização econômica, visa também a cooperação e a criação de laços solidários entre as pessoas, estando presente nas mais diversas instituições e organizações. Além disso, ela se relaciona com as mais variadas formas de economia, objetivando o desenvolvimento e progresso das condições de vida de seus integrantes diante a sociedade na qual esta inserida.

Segundo (MIGLIARO, 2010), pelo fato da economia solidária buscar uma forma alternativa de economia, durante muito tempo foi vista como organização social e não como uma experiência econômica. Entretanto ela vem se aprimorando e evidenciando sua



identidade, eficiência, coerência e autonomia. Essas características vão tomando forma de acordo com a instituição em que a economia solidária está inserida, desde um coletivo de mulheres até microempresas, da instituição mais simples até a que possui maior abrangência.

Assim sendo, a economia solidária pode atuar como uma forma de inclusão econômica, social e política, como citado por Alves:

A economia social e solidária é uma alternativa possível de inclusão social, geração de emprego e renda, de melhoria das condições sociais e também de propagação do ideal democrático podendo, dessa forma, dar visibilidade a grupos marginalizados e se constituir em uma ferramenta de inclusão econômica, social e política. (ALVES, p.13)

### 2.3. A relação do cooperativismo e a economia solidária

Tanto o cooperativismo como a economia solidária surge como resposta ao alto índice de desemprego e a instável condição de vida presenciada pela população após a Revolução Industrial. Ambas vão surgir através da união de trabalhadores que visavam à melhoria das condições de vida.

Segundo a Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB) <sup>1</sup>, o cooperativismo possui sete princípios que são: a adesão voluntária e livre, a autogestão, participação econômica dos membros, autonomia e independência, educação, informação e cooperação, interesse pela comunidade e a intercooperação. São esses princípios que norteiam o desenvolvimento das cooperativas.

As cooperativas possuem um amplo campo de atuação, partindo desde o ramo do agronegócio até o transporte. A diferenciação das cooperativas vinculadas à economia solidária e a empresas capitalistas é a sua forma de gestão. A gestão das cooperativas de economia solidária se dá através da autogestão, ou seja, a administração da cooperativa é realizada por seus donos, os cooperados. Segundo Moraes; Lanza; Santos; Pelanda (2011, p.76) “a autogestão procura dar às cooperativas solidárias viabilidade econômica, além de democracia e igualdade, e proporcionar a inclusão cada vez maior de trabalhadores.”.

Nesse sentido, o verdadeiro cooperativismo se encontra quando aliado a economia solidária. Visto que a união dos princípios dessas formas de organização possibilita o desenvolvimento mútuo de seus integrantes, como também a sua inserção e visibilidade na sociedade.

### 3. Metodologia

A referida pesquisa se deu através de análise e cruzamento dos dados recolhidos no Congresso de 10 anos da UNICAFES realizado em nove de novembro de 2015. Para a

<sup>1</sup> <http://www.somoscooperativismo.coop.br/#/o-que-e-cooperativismo>



consolidação do banco de dados foram entrevistadas 384 mulheres de idades entre menos de 16 anos e mais de 65 anos, cujas estão vinculadas as cooperativas da agricultura familiar do Paraná.

Além de pautar alguns dos elementos presentes no banco de dados, foi realizado levantamento bibliográfico sobre cooperativismo e economia solidária, tendo em vista a compreensão e relação de ambos.

#### 4. Perfil das mulheres no cooperativismo do Paraná

Durante o Congresso de 10 anos da UNICAFES, realizado em 9 de novembro de 2015, foi aplicado aos participantes um questionário que abordava dados socioeconômicos. Foram recolhidos 384 questionários respondidos por mulheres vinculadas as cooperativas do Paraná relacionadas a UNICAFES. Dentre os aspectos abordados foram escolhidos os seguintes dados para delinear um perfil sobre essas mulheres; idade e renda.

**Tabela 1** – Quantidade e proporção de mulheres vinculadas às cooperativas do estado do Paraná, segundo faixa etária.

Idade	Quantidade	Porcentagem
Menos de 16 anos	8	2,08%
De 17 a 21 anos	21	5,47%
De 22 a 25 anos	20	5,21%
De 26 a 30 anos	26	6,77%
De 31 a 35 anos	39	10,16%
De 36 a 40 anos	49	12,76%
De 41 a 50 anos	101	26,30%
De 51 a 65 anos	108	28,13%
Mais de 65 anos	12	3,13%
<b>Total</b>	<b>384</b>	<b>100%</b>

Fonte: Banco de dados com base em questionário aplicado no Congresso de 10 anos da UNICAFES - 2015

De acordo com a tabela 1, podemos verificar que a faixa etária com maior participação feminina nas cooperativas do Paraná se encontra nas mulheres com idade entre 51 a 65 anos, representando 28,13% das entrevistadas. Já a faixa etária com menor participação está nas mulheres com idade menor de 16 anos, representando 2,08% das entrevistadas. Porém se agruparmos as faixas etárias de 26 a 50 anos, teremos um alto índice de participação correspondendo a 55,99% das entrevistadas.

Assim concluímos que grande parte das mulheres entrevistadas se encontra na faixa etária dos 26 a 50 anos, sendo essa a idade mais produtiva e participativa tanto no campo quanto nas cooperativas. Também se conclui que é alta a participação de mulheres em idade





de aposentadoria, entre 51 e mais de 65 anos, formando um total de 120 mulheres representando 31,26% da participação.

**Tabela 2** – Dados sobre renda familiar das mulheres vinculadas às cooperativas do Paraná, segundo faixa etária.

Idade em anos	- de 1 salário mínimo	1 salário mínimo	De 1 a 2 salários mínimos	De 3 a 5 salários mínimos	De 6 a 7 salários mínimos	De 8 a 10 salários mínimos	+ de 10 salários mínimos	NOP/ NR *	Total
≥ de 16	3	1	3	1	0	0	0	0	8
De 17 a 21	1	3	11	3	1	0	0	2	21
De 22 a 25	0	4	11	1	1	1	1	1	20
De 26 a 30	0	5	11	6	2	0	0	2	26
De 31 a 35	0	11	13	10	1	3	0	1	39
De 36 a 40	3	11	11	17	2	0	1	4	49
De 41 a 50	8	16	40	26	6	2	1	2	101
De 51 a 65	11	37	34	18	1	1	0	6	108
+ de 65	0	5	5	2	0	0	0	0	12
<b>Total</b>	<b>26</b>	<b>93</b>	<b>139</b>	<b>84</b>	<b>14</b>	<b>7</b>	<b>3</b>	<b>18</b>	<b>384</b>

\*Não opinaram ou não responderam

Fonte: Banco de dados com base em questionário aplicado no Congresso de 10 anos da UNICAFES – 2015

De acordo com a tabela 2 no que se refere à renda familiar, das 384 mulheres entrevistadas 4,68% não responderam a referida questão. Como demonstrado na tabela, a maioria das mulheres possui uma renda familiar de um a dois salários mínimos, independente da faixa etária. Já a faixa etária com maior distribuição de renda está nas mulheres de 41 a 50 anos, que recebem desde menos um salário mínimo até 10 salários mínimos. Das 120 mulheres que se encontram na faixa etária de 51 a mais de 65 anos, 61 mulheres possuem renda familiar superior a um salário mínimo. Também podemos analisar o alto índice de mulheres com renda familiar até um salário mínimo, sendo que das 384 mulheres entrevistadas, 119 se encontram nessa categoria.

Os dados analisados nos fornecem uma breve visão do perfil das mulheres vinculadas às cooperativas do Paraná. Essa análise torna possível uma melhor compreensão desse grupo.

Com o resultado, nota-se uma baixa participação das mulheres jovens com idade entre menos 16 anos até 25 anos, o que nos faz questionar o porquê dessa pequena incidência na participação. Com esses dados pode ser possível, articular uma estratégia para que essas mulheres sejam incluídas no cooperativismo, trabalhando os interesses e anseios das mesmas.



## 5. Considerações finais

Considerando os dados analisados, podemos perceber as múltiplas características das mulheres participantes do cooperativismo no Paraná. Tendo por base os princípios do cooperativismo e da economia solidária, a participação das mulheres nesses ramos é de grande importância, visto que essas instituições incentivam e proporcionam o desenvolvimento e evolução de seus membros.

Os resultados obtidos em relação à faixa etária de participação no cooperativismo facilitarão no planejamento e execução dos trabalhos a serem realizados com o referido grupo, buscando atender seus objetivos frente às cooperativas.

Segundo análise da pesquisa, podemos verificar uma baixa participação das mulheres jovens entre 17 e 25 anos, representando apenas 10,68% das entrevistadas. Esse resultado faz com que nos questionemos sobre o porquê dessa baixa participação, como também contribuirá no planejamento de estratégias de inclusão das mulheres jovens no cooperativismo, buscando compreender os anseios das mesmas, visando sua inserção no meio. Além disso, podemos perceber a alta participação de mulheres em idade de aposentadoria, dos 51 a mais de 65 anos, representando 31,26% das entrevistadas, o que nos remete que mesmo aposentadas elas continuam participar do cooperativismo.

Em relação à renda familiar, constatamos que a maioria das mulheres possui renda familiar de um a dois salários mínimos, independente de sua idade. Também nota-se que das 114 mulheres com idade entre 51 anos a mais de 65 anos, 61 mulheres possuem renda familiar superior a um salário mínimo.

Como resultado da pesquisa, conclui-se que as mulheres integrantes do cooperativismo no estado do Paraná encontram-se, em sua maioria, na faixa etária dos 26 aos 50 anos, representando 55,99% das entrevistadas. Além disso, são mulheres que, em sua maioria, possuem renda familiar de um a dois salários mínimos, independente da idade.

## Referências

ALVES, Adilson Francelino. **Economia social e solidária em perspectiva comparada na rede longa da Coopafi (Brasil) e na rede curta do tomate platense (Argentina)**.p. 1-27.

GONÇALVES, Thais Joana Tito; SOBRINHO, Aparecido Pires De Moraes. Economia Solidária : Um Caminho Para a Geração De Renda E Inclusão Social Solidarity Economy : the Away for the Income Generation and Social Inclusion. **Geoiingá: Revista do Programa de Pós-Graduação em Geografia**, Maringá, v. 3, n. 2, p. 100-124, 2011.

MIGLIARO, Luis Razeto. **Desafios y proyectos de la economía solidaria**. Texto de da Video-conferencia, oferecida na Universidad Nacional del Litoral, Santa Fé, República



Argentina, durante o V Coloquio Local, III Coloquio Regional Osc-Universidad -II Foro de Economía Social 2010, Santa Fé, 4 e 5 de novembro de 2010. Disponível em: <http://www.luisrazeto.net/content/desaf%C3%ADos-y-proyectos-de-la-econom%C3%AD-solidaria>

MORAIS, E. E. D. et al. Propriedades coletivas, cooperativismo e economia solidária no Brasil. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 105, p. 67-88, jan./mar. 2011.

SISTEMA OCB. **Somos cooperativismo**. Disponível em: <http://www.somoscooperativismo.coop.br/#/o-que-e-cooperativismo>. Acesso em: 13 mar. 2017.



## ORIENTAÇÃO AOS COLABORADORES E NORMAS PARA PUBLICAÇÃO

A *Revista Orbis Latina* está aberta a colaborações de pesquisadores de qualquer parte do planeta. Os artigos, resenhas e demais contribuições devem girar em torno de temáticas que envolvam racionalidades, desenvolvimento, fronteiras ou temas de políticas públicas e planejamento urbano e regional. Trata-se de uma revista *online*, formatada em pdf, publicada exclusivamente em ambiente virtual (internet) de acesso irrestrito. Os artigos, resenhas e demais contribuições publicadas implicam na transferência de direitos do(s) autor(es) para a revista. É de extrema importância salientar que não são pagos direitos autorais pelos textos publicados.

Os artigos, resenhas e demais contribuições enviadas para publicação na *Revista Orbis Latina* são apreciados por pareceristas pelo sistema *blind review*.

A *Revista Orbis Latina* receberá textos que contenham as seguintes características:

- i) **Artigos Científicos** – Os textos devem conter no mínimo 5 e no máximo 30 laudas em formato *Word* ou equivalente. Os artigos devem obrigatoriamente apresentar título, resumo (300 palavras no máximo) e palavras-chave (mínimo três e máximo de sete) em, pelo menos, dois idiomas, introdução, conclusão e referências. Na folha de rosto deverá aparecer o título e o(s) nome(s) do(s) autor(es), com respectiva identificação em nota de rodapé (titulação, instituição de origem, titulação e correio eletrônico. A formatação do artigo deve ser em tamanho A4, margens 2,5 cm, fonte times new roman, tamanho 12 no texto e 10 citações e resumos, e espaçamento simples. Artigos de iniciação científica devem ter, no máximo, 10 laudas.
- ii) **Resenhas** – As resenhas devem conter no mínimo 3 e no máximo 25 laudas em formato word ou equivalente. Na folha de rosto deverá aparecer os dados do livro e o nome do autor da resenha, com respectiva identificação em nota de rodapé (titulação, instituição de origem, titulação e correio eletrônico. A formatação deve ser em tamanho A4, margens 2,5 cm, fonte times new roman, tamanho 12 no texto e 10 citações e resumos, e espaçamento simples.
- iii) **Demais Contribuições** – As contribuições de caráter cultural devem conter no máximo 10 laudas em formato word ou equivalente. Na folha de rosto deverá aparecer o título e os dados do autor, com respectiva identificação em nota de rodapé (titulação, instituição de origem, titulação e correio eletrônico. A formatação deve ser em tamanho A4, margens 2,5 cm, fonte times new roman, tamanho 12 no texto e 10 citações e resumos, e espaçamento simples.

Os autores de artigos, resenhas e demais contribuições devem encaminhar suas colaborações, sem identificação, através do *website da revista* - <https://revistas.unila.edu.br/index.php/orbis>.